

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE**  
**MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

Tiago Farias Braga

**O TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA:** Um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do  
Centro de Governador Valadares.

Governador Valadares

2015

TIAGO FARIAS BRAGA

**O TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA:** Um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do  
Centro de Governador Valadares.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.  
Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

Governador Valadares

2015

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me capacitou para esta bastante exigente realização.

Aos meus queridos pais, que me ensinaram o caminho da verdade, nunca deixando a fé esmorecer, e buscando sempre o merecimento acima de qualquer reconhecimento,

À minha amada esposa Maria Vitória - pequena grande companheira, a qual me ajuda em tudo o que pode, e mesmo estando num período turbulento de sua conclusão de curso e exame de ordem, sua atitude abnegada, por meio de orações e ações concretas de apoio, sempre foi canalizada em prol da minha conquista, sendo uma merecida homenagem do acaso que o substantivo vitória integre o seu lindo nome.

Ao meu orientador, Professor e Pós-doutor Mauro Augusto Santos, pessoa por quem nutro demasiado respeito, pois sua elevada erudição é isenta de vaidades e vã idades, e cuja participação epistemológica e consultiva foi inerente ao bom desenvolvimento deste trabalho, principalmente por procurar sempre nos convencer intelectualmente, em detrimento de qualquer forma de imposição.

À minha tia Maria Bernadete de Almeida Brito - Mestre em Língua Portuguesa, pela ajuda no aprimoramento linguístico e correção ortográfica, não só deste trabalho, mas também de toda minha produção textual ao longo da vida.

Ao Comando da 8ª RPM, ao Comando do 6º BPM, à Chefia da Seção de Planejamento desse Batalhão e à Chefia do COPOM – Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª RISP, pelas mídias, documentos, relatórios estatísticos, mapas disponibilizados. O apoio dessas repartições PM foi de suma importância para os resultados desta pesquisa, de modo que sem ele, teria sido inviável a conclusão do estudo.

Ao pessoal do CREAS POP, ADQF e Projeto Território Aliança – Unidade de Abordagem Social, pelo fornecimento de dados diversos, com destaque a Maria Gorete, Amanda e Nelson, que estiveram sempre disponíveis quando procurados.

Por fim, a toda a minha família, a quem devo minha formação cultural e pessoal.

“Tanta gente hoje descansa em paz / Um rock  
star agora é lenda / Esse flerte é um flerte  
fatal/Esse flerte é um flerte fatal / Que vai te  
consumir/Em busca de um prazer individual /  
Esse flerte é um flerte fatal / É sempre gente  
muito especial”.

(Ira).

“Pois algo que pode parecer a você  
aleatoriedade e caos, para outra pessoa pode  
ser ordem. A feira livre e o conjunto  
habitacional (...)”.

(Dooren Massey).

## RESUMO

A contemporaneidade é marcada por uma série de problemas sociais cujas dimensões têm desafiado a capacidade de resposta e solução por parte de atores diversos, dentre eles, a comunidade científica. Dentre esses desafios, inclui-se a caracterização adequada dos territórios, em que se inserem a eclosão das famigeradas *crackolândias* (*cenar de uso* de crack e outras drogas) e as territorialidades desses espaços de confusão entre o público e o privado, o lugar e o não-lugar e, mais ainda, entre o domínio e a apropriação destes. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo verificar como se caracteriza um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares, mais especificamente a *cena de uso* próxima ao Mercado Municipal. Como metodologia, adotou-se como principal método de procedimento o monográfico, de modo a estudar o tema profundamente, observando a sua respectiva delimitação temática, temporal e geográfica. Quanto ao conceito operativo, procedeu-se à abordagem bibliográfica e documental, destacando-se nesta última, a análise das imagens do vídeo monitoramento do Programa “Olho Vivo”, que por suas especificidades, foram analisadas separadamente das demais fontes documentais. Em complemento a esses métodos, realizou-se o trabalho de campo que consistiu nas “caminhadas” sugeridas por Michel de Certeau, a fim de verificar os aspectos do local e as suas práticas cotidianas. Ao final deste trabalho, foi possível reunir indícios suficientes de comprovação da hipótese principal, no sentido de que o território da crackolândia estudada é formado principalmente por seus aspectos materiais, e também identificar a articulação dos autores territoriais presentes. Por fim, foram feitas sugestões para estudos futuros acerca do território do crack em ângulos diferentes, assim como são sugeridas mudanças de procedimentos e políticas públicas adequadas às singularidades do território em estudo.

Palavras-Chave: Território. Crack. Crackolândia. Políticas Públicas. Governador Valadares.

## ABSTRACT

The contemporaneity is marked by a series of social problems whose dimensions have challenged the response and solution ability by various actors, including the scientific community. Among these challenges, included the proper characterization of the territories, they are part of the arising of the notorious cracklands (crack cocaine use scenes and other drugs) and the territoriality of these areas of confusion between the public and the private, the place and the non-place and even more so between the domain and the appropriation of these. In this sense, this research aimed to verify how is characterized one of the main territories of crack users in Governador Valadares, more specifically the use scene next to the Municipal Market. As methodology was adopted as the primary method of procedure the monographic one, in order to study the theme deeply observing their respective thematic, temporal and geographical delimitation. About the operating concept, it proceeded to the bibliographic and documentary approach, with emphasis on the latter to analyze the images of the video monitoring of the "Olho Vivo", which by their specificities, were analyzed separately from the other documentary sources. In complement to these methods, there was the field work that consisted of "caminhadas" (walking) suggested by Michel de Certeau in order to verify the aspects of the site and its daily practices. At the end of this work, it was possible to gather enough evidence proving the main hypothesis in the sense that the territory of the studied crackland is mainly formed by material aspects, and also to identify the articulation of territorial authors present. Finally, suggestions were made for future studies on the territory of the crack at different angles, as are also suggested procedures changes and public policy suited to the uniqueness of the territory under study.

Keywords: Territory. Crack cocaine. Crackland. Public policy. Governador Valadares.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Processo de Refino de Cocaína adaptado de UNODCCP (2001).....	43
<b>Figura 2:</b> Mapa dos EUA com áreas de chegada do crack demarcadas.....	46
<b>Figura 3:</b> Início, intensidade, duração efeitos cocaína X via de administração.....	50
<b>Figura 4:</b> Vista aérea da Estação da Luz (e cercanias) cf. Frugóli Jr. e Spaggiari (2011).....	57
<b>Figura 5:</b> Vista aérea de Governador Valadares (Distrito-sede) com rodovias.....	68
<b>Figura 6:</b> Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares segundo a Administração Municipal.....	77
<b>Figura 7:</b> Vista parcial da área central, com destaque a Praça Serra Lima, na década de 1950.....	97
<b>Figura 8:</b> Vista parcial da área central, com destaque a Ilha dos Araújo (fundo) e Praça Serra Lima (centro), sem data precisa.....	98
<b>Figura 9:</b> Foto da crackolândia publicada no jornal Hoje em Dia com o título: “Usuários se concentram na área central da cidade, onde consomem, sobretudo, crack”.....	105
<b>Figura 10:</b> Vista aérea da região do Mercado Municipal de Governador Valadares .....	109
<b>Figura 11:</b> Imagens dos Pontos 01 e 02 com apontamento do endereço e justificativa.....	120
<b>Figura 12:</b> Mapa do Consumo de drogas – área do 6º BPM em Governador Valadares – 2012-2014.....	121
<b>Figura 13:</b> Mapa do Tráfico de drogas – área do 6º BPM em Governador Valadares – 2012-2014.....	122
<b>Figura 14:</b> Roubos no Centro de Governador Valadares – 2013-2014.....	125
<b>Figura 15:</b> Tráfico de drogas no Centro de Governador Valadares – 2013-2014.....	126
<b>Figura 16:</b> Crimes em geral ocorridos no Centro de Governador Valadares – 2013-2014.....	127
<b>Figura 17:</b> Vista Street view – região do “Lote Vago” – 2014.....	150
<b>Figura 18:</b> Usuários durante abordagem policial na região do “Lote Vago” – 2013.....	151
<b>Figura 19:</b> Vista distante do local da abordagem policial na região “Lote Vago” – 2013.....	152
<b>Figura 20:</b> Indivíduo tentando destrancar bicicleta no Mercado Municipal GV – 2013.....	153
<b>Figura 21:</b> Indivíduo carregando bicicleta trancada pelo interior do Mercado Municipal – 2013.....	154
<b>Figura 22:</b> Roubo consumado na região do Mercado Municipal – 2013.....	155
<b>Figura 23:</b> Ocorrência de vias de fato entre usuários na região do “Lote Vago” – 2013.....	156
<b>Figura 24:</b> Prisão de um autor de vias de fato na região “Lote Vago” – 2013.....	157
<b>Figura 25:</b> Dois usuários conversando na região “Lote Vago” – 2013.....	158
<b>Figura 26:</b> Usuária fumando “maconha” na região do “Lote Vago” – 2013.....	159
<b>Figura 27:</b> Uso quase exclusivo do espaço na região do “Lote Vago” – 2013.....	160
<b>Figura 28:</b> Uso quase exclusivo do espaço da região do “Lote Vago” – 2013.....	160
<b>Figura 29:</b> Abordagem de suspeito de tráfico de drogas no bairro São Geraldo na região “Lote Vago” – 2013.....	163
<b>Figura 30:</b> Indivíduos usando crack próximo a comércio de gás na Rua Afonso Pena esquina com Rua José Luiz Nogueira – 2014.....	165
<b>Figura 31:</b> Indivíduos usando crack - região “comércio de gás” – 2014.....	166
<b>Figura 32:</b> Vista da região do “comércio de gás” a partir da câmera da rua Afonso Pena com rua Euzébio Cabral – 2014.....	167
<b>Figura 33:</b> Usuários reunidos na região do “Lote Vago” – 2014.....	168
<b>Figura 34:</b> Mulher fumando crack na região do “Lote Vago” – 2014.....	168
<b>Figura 35:</b> Usuários usando crack e outras drogas na região “Lote Vago” – 2014.....	169
<b>Figura 36:</b> Usuário servindo crack para outro usar na região do “Lote Vago” – 2014.....	170

<b>Figura 37:</b> Vista veículos e usuários no horário da feira de domingo na região do “Lote Vago” – 2014.....	171
<b>Figura 38:</b> Usuário preso por porte de droga na região do “Lote Vago” – 2014.....	172
<b>Figura 39:</b> Usuário preso por porte de droga na região do “Lote Vago” – 2014.....	173
<b>Figura 40:</b> Usuário comprando droga na crackolândia na região do “Lote Vago” – 2014.....	174
<b>Figura 41:</b> Usuário procurando insumo para uso de crack na região do ponto de ônibus do Mercado Municipal – 2014.....	175
<b>Figura 42:</b> Pessoas alheias à abordagem policial na região do ponto de ônibus do Mercado Municipal – 2014.....	176
<b>Figura 43:</b> Mulher servindo droga na região do “Lote Vago” – 2014.....	177
<b>Figura 44:</b> Vista de veículos pesados e leves estacionados na região do “Lote Vago” – 2014.....	178
<b>Figura 45:</b> Usuários colocando papelão em para-brisas de carros na região do “Lote Vago” – 2014.....	178
<b>Figura 46:</b> Mulher usuária aparentemente se insinuando para proprietário de veículo na região do “Lote Vago” – 2014.....	179
<b>Figura 47:</b> Indivíduos caminhando à noite na crackolândia sentido bairro São Geraldo – zona limítrofe entre as regiões do ponto de ônibus e “Lote Vago” – 2015.....	181
<b>Figura 48:</b> Indivíduos usando drogas na região do “Lote Vago” – 2015.....	183
<b>Figura 49:</b> Usuário utilizando papelão para ocultar uso de drogas na região do “Lote Vago” – 2015.....	184
<b>Figura 50:</b> Indivíduo furtando bicicleta motorizada na feira de domingo do Mercado Municipal – 2015.....	186
<b>Figura 51:</b> Limpeza após feira de domingo na região do Mercado Municipal de GV – 2015.....	193
<b>Figura 52:</b> Vista após feira de domingo na região do “Lote Vago” – 2015.....	194
<b>Figura 53:</b> Lixo organizado após feira de domingo na região do Mercado Municipal de GV – 2015.....	195
<b>Figura 54:</b> Vista da 2ª fase lote da região do “Lote Vago” – 2015.....	197
<b>Figura 55:</b> Vista da 3ª fase da região do “Lote Vago” à noite – 2015.....	198
<b>Figura 56:</b> Mapa das dinâmicas e movimentos de usuários de crack e outras drogas no Quadrilátero - 2013/2015.....	201

## LISTA DE TABELAS

- Tab. 1:** Total de apreensões em ocorrência de tráfico de drogas de Cocaína, Crack e Maconha no Município de Governador Valadares no ano de 2014 .....69
- Tab. 2:** Tráfico e uso de drogas, furtos e roubos – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares – 2013-2014..... 123
- Tab. 3:** Encaminhamentos feitos às Secretarias Municipais – CREAS POP – 2013.....138
- Tab. 4:** Dados Pessoais dos usuários de crack colhidos pela abordagem social na mediação do Mercado Municipal – 2015 ..... 145
- Tab. 5:** Câmeras de origem e tempos de duração das filmagens do Olho Vivo .....148

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> “Tipos ideais” de organização espaço-territorial segundo Costa (2014).....	33
<b>Quadro 2:</b> Modalidades de Territorialização no mundo pós-moderno adaptado de Haesbaert (2002).....	39
<b>Quadro 3:</b> Características e serviços prioritários por setor.....	79
<b>Quadro 4:</b> Endereços que compreendem a região da crackolândia.....	108
<b>Quadro 5:</b> Ações concretas relacionadas à SPA – CREAS POP – 2014.....	141

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráf. 1:** Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014 (Formulários *Google* Seção de Planejamento)..... 130
- Gráf. 2:** Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014 (Cadernos manuscritos)..... 131
- Gráf. 3:** Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014 (Formulários de Visitas e Atendimentos)..... 132
- Gráf. 4:** Comparativo de horários das ocorrências de Uso de drogas – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014..... 134
- Gráf. 5:** Comparativo de horários das ocorrências de Roubo – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014..... 135
- Gráf. 6:** Uso de SPA – Projeto Território Aliança – 2013..... 139
- Gráf. 7:** Encaminhamentos para rede suporte – Projeto Território Aliança- 2014..... 142
- Gráf. 8:** Uso de SPA – CREAS POP / Projeto Território Aliança- 2014..... 143

## LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS - Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

ACGV - Associação Comercial de Governador Valadares

ADQF – Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares

AMB – Associação Médica Brasileira

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

BCM – Base Comunitária Móvel

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CBM - Corpo de Bombeiros Militar

Cia Ind MAT - Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário

Cia MEsp - Companhia de Missões Especiais

CERSAM – Centro de Referência em Saúde Mental

COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRASE - Centro de Referência em Atenção Especial à Saúde

CREAS POP - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua

CREDEN-PES - Centro de Referência em Doenças Endêmicas e Programas Especiais

*CPTED - Crime Prevention Through Environmental Design*

DPO - Diretriz de Policiamento Ostensivo

DPSSP – Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública

DRD – Diário do Rio Doce

GIT – Gestão Integrada do Território

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

MRE - Ministério das Relações Exteriores

PIB - Produto Interno Bruto

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

RISP - Região Integrada de Segurança Pública

RPM - Região da Polícia Militar

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SNC – Sistema Nervoso Central

SPA – Substâncias Psicoativas

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNIVALE - Universidade do Vale do Rio Doce

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 O TERRITÓRIO, O CRACK E A CRACKOLÂNDIA.....</b>	<b>22</b>
2.1 TERRITÓRIO, PODER E TERRITORIALIDADE.....	22
2.2 DES-TERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E OUTRAS DICOTOMIAS .....	29
2.3 A MULTITERRITORIALIDADE .....	35
2.4 O CRACK .....	41
2.4.1 As origens do crack nos EUA.....	44
2.4.2 O crack no Brasil .....	48
2.4.3 Perfil do usuário e Padrão de uso .....	50
2.5 O TERRITÓRIO DO CRACK .....	53
2.5.1 As famigeradas crackolândias .....	55
2.5.2 O programa "Crack É Possível Vencer" .....	59
2.5.3 "A guerra dos lugares" - Público <i>versus</i> Privado .....	63
<b>3 DESCRIÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.....</b>	<b>67</b>
3.1 A CIDADE E O CENTRO DE GOVERNADOR VALADARES.....	68
3.1.1 Governador Valadares - contextualização Brasil e Minas Gerais .....	68
3.1.2 O Centro de Governador Valadares .....	74
3.2 DA FORMAÇÃO HISTÓRICA À ATUAL ÁREA EM ESTUDO.....	81
3.2.1 O "calcanhar de Áquiles" do Centro .....	86
3.2.2 Os movimentos do Mercado Municipal e a sustentabilidade da Crackolândia .....	95
3.3 A ÁREA EM ESTUDO PROPRIAMENTE DITA.....	104
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>111</b>
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>117</b>

5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL .....	117
5.2 ANÁLISE FÍLMICA .....	147
5.2.1 Filmagens de 2013 .....	149
5.2.2 Filmagens de 2014 .....	164
5.2.3 Filmagens de 2015 .....	180
5.3 PESQUISA DE CAMPO – “CAMINHADAS” DE CERTEAU .....	187
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	203
REFERÊNCIAS .....	208
ANEXO I (Mensagem de solicitação das imagens via Painel Administrativo da Intranet PM Protocolo <b>14264723099357418-1503</b> ) .....	218
ANEXO II (Ofício nº 01/2015 - COPOM da 8ª RPM - de Remessa das imagens).....	219
ANEXO III (Mensagem do Comandante do 6º BPM em resposta à solicitação de dados via Painel Administrativo da Intranet PM Protocolo <b>14266133583901063-1503</b> ) .....	220

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE**  
**Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale**  
**Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território**

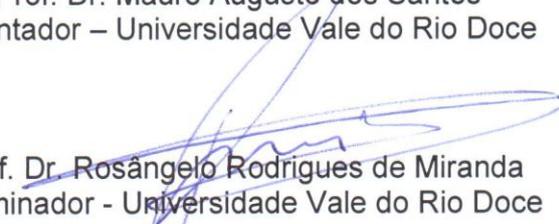
**TIAGO FARIAS BRAGA**

**“O TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA: UM “NOVO-ANTIGO” CALCANHAR DE AQUILES DO CENTRO DE GOVERNADOR VALADARES”**

Dissertação aprovada em 04 de setembro de 2015, pela banca examinadora com a seguinte composição:



Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos  
Orientador – Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda  
Examinador - Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Jamir Calili Ribeiro  
Examinador - Universidade Federal de Juiz de Fora

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
TIAGO FARIAS BRAGA**

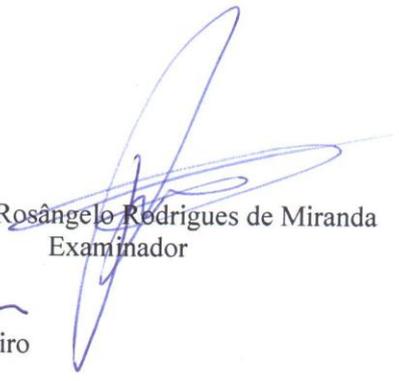
**Matrícula Nº 70.204**

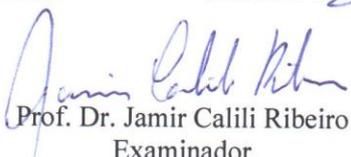
Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e quinze (04/09/2015), às 19h00 (dezenove horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada **“O Território da Crackolândia: Um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares”**, Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pelo aluno **Tiago Farias Braga**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Dr. Mauro Augusto dos Santos (orientador) – UNIVALE, – Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda – UNIVALE e Dr. Jamir Calili Ribeiro – UFJF. Abrindo a sessão, o presidente da Comissão, Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Tiago Farias Braga para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA, fazendo as seguintes observações: \_\_\_\_\_

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 04 de setembro de 2015.

  
Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos  
Orientador

  
Prof. Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda  
Examinador

  
Prof. Dr. Jamir Calili Ribeiro  
Examinador

## 1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por uma série de problemas sociais cujas dimensões têm desafiado a capacidade de resposta e solução por parte de atores diversos, como o Estado, a população em geral, as organizações não governamentais e, até mesmo, a comunidade científica. Dentre esses desafios, inclui-se a caracterização adequada dos territórios, assim como da relação desses com os problemas por eles abrigados (ou que são a razão de sua existência).

Dentre as lacunas e contradições territoriais abstraídas da análise dos espaços hodiernos, insere-se a eclosão das famigeradas *crackolândias* – as quais, em alguns momentos deste trabalho, serão tratadas por *cenar de uso*<sup>1</sup> de crack e outras drogas – nas metrópoles e nas cidades de grande e médio porte e as territorialidades desses espaços de confusão entre o público e o privado, o lugar e o não-lugar, além das formas de domínio e apropriação destes espaços.

Em uma breve contextualização espaço-temporal, sabe-se que a discussão voltada para as drogas, de um modo geral, é algo antigo e mundial, datando os primeiros usos de entorpecentes registrados entre 5000 a.C. a 7.000 a.C.<sup>2</sup>, mas muito além disso, causou conflitos<sup>3</sup>, e respostas diversas por meio de convenções, tratados, e outros documentos afins. Logo, a investigação desses ambientes conflituosos, por si só, já desperta o interesse de um pesquisador, na medida em que a falta de compreensão das relações envolvidas nesse processo impacta na perenidade de sua existência.

Nesse sentido, pela ótica contemporânea, o problema das drogas, tratado de forma mercadológica, obriga o Estado a pensar tanto na prevenção da oferta quanto da demanda, e,

---

<sup>1</sup> Adotou-se, sempre que possível, na presente pesquisa, a terminologia constante em Brasil (2014) no curso de Multiplicador Nacional de Polícia Comunitária direcionado especialmente para a atuação dos operadores nas cenas de uso de drogas. Foi preservada essa expressão que aparecerá entre aspas, a fim de evitar confusões semânticas, tendo em vista que a expressão cena pode ter conotações variadas dentro de uma abordagem territorial. Por essa mesma razão, em muitas outras ocasiões, preferiu-se manter o termo crackolândia, em detrimento da expressão "cena de uso".

<sup>2</sup> Registros como a embriaguez de Noé na Bíblia, ou da maconha no Egito antigo, são comumente apontados para justificar tais datas, entretanto, não se sabe ao certo quando ocorreram as primeiras experiências humanas com as substâncias entorpecentes, havendo inclusive inferências de possíveis consumos de cafeína pelo homem pré-histórico.

<sup>3</sup> Como exemplo, temos o caso do ópio, que motivou dois conflitos entre britânicos e chineses: a primeira e a segunda Guerra do Ópio (1839-1842 e 1850-1860).

consequentemente, criar políticas públicas nas áreas de segurança e saúde. Contudo, sem o conhecimento das nuances e peculiaridades do problema, torna-se bastante árdua essa tarefa, e em se tratando das “cenas de uso”, o objeto de estudo é ainda mais complexo e dinâmico, uma vez que há diversos aspectos que influenciam na continuidade desses territórios, desde as relações intersubjetivas estabelecidas, até os espaços sobre os quais elas ocorrem.

Nesse pensar, vê-se que os problemas sociais relacionados ao uso de drogas devem ser tratados de modo interdisciplinar, especialmente porque também dizem respeito a uma questão de saúde pública e, quando se delimita o objeto de estudo para uma “cena de uso”, há a inclusão de um ou mais territórios. Quando se propõe à caracterização desses territórios e de suas territorialidades, os processos socioterritoriais que ali operam podem ser enfocados de diversas maneiras.

Dentro desse contexto, salienta-se quão urgente e necessário é o estudo de um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares, mais especificamente a “cena de uso” próxima ao Mercado Municipal (situada à Rua Bárbara Heliodora, no quarteirão entre as ruas Vereador Euzebinho Cabral e José Luiz Nogueira, e em suas proximidades). Deve-se ressaltar que nesse mesmo lugar, em um passado não muito distante, estavam localizadas as zonas boêmias do município.

Além disso, a “cena de uso” situa-se próxima ao Mercado Municipal e a uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais – o que corresponde à realidade de outras crackolândias do país, como, por exemplo, a Praça da Sé, alvo de muitos estudos nos últimos anos – e tem uma aparência degradante que se destaca dos demais pontos do Centro da cidade, colocando-a, não raras vezes, na condição de uma das periferias do Centro.

Por essa condição até mesmo histórica, colocou-se no título desta dissertação, a condição daquele território como um “novo-antigo calcanhar de Aquiles<sup>4</sup> do Centro de Governador Valadares”, pois antes de tratar tal ponto como um local prejudicial à estética do centro, ou como um agente de depreciação nos valores venais dos imóveis circunvizinhos, deve-se reconhecer a profundidade da análise de como se configura tal território.

---

<sup>4</sup> Conforme a leitura de *Ilíada*, de Homero, Aquiles foi um herói grego que participou da guerra de Tróia, cujo único ponto fraco do corpo seria o calcanhar.

Assim, deve-se buscar por indícios variados acerca da maneira como se caracteriza aquele lugar (ou não-lugar), analisando os aspectos materiais, imateriais, relacionais e quaisquer outros que possam contribuir com o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla do(s) território(s) da mencionada “cena de uso” de crack.

Diante da discussão apresentada, abstrai-se um problema social referente ao uso explícito e crescente da droga que deprecia um espaço público e, ao mesmo tempo, questiona essa sua condição, tornando-o privado, na medida em que territorialidades se estabelecem de forma a expulsar estranhos, a ponto de transformá-lo em um lugar de uso/fruição particular, no caso, dos envolvidos na atividade ilícita.

Nesse cenário, percebe-se a eclosão de uma lacuna ou contradição, cuja resposta demanda uma investigação prévia, a saber: Como se configura um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares, a saber, a crackolândia próxima ao Mercado Municipal, situada à Rua Bárbara Heliodora (e às suas vizinhas paralelas - Rua Afonso Pena e Rua Israel Pinheiro) entre as ruas José Luiz Nogueira e Euclides da Cunha?

Para explicar e compreender o problema da pesquisa, elaboraram-se hipóteses, que serviram como possíveis (e provisórias) respostas àquele e orientaram a busca de informações nesta investigação. Destarte, elaborou-se a hipótese principal, no sentido de que o território da crackolândia em estudo é formado principalmente, por seus aspectos materiais, cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica, perpetuando a sua condição de lugar à margem da sociedade, e principalmente, de periferia da área central.

No presente trabalho, surgem ainda, as seguintes hipóteses secundárias:

- 1) A proximidade com bairros periféricos que possuem pontos de venda de droga para abastecer, de forma mais imediata, os usuários, contribui para a manutenção da cena de uso.
- 2) O fato de haver muitos estabelecimentos comerciais próximos à “cena de uso”, tornando-a relativamente ofuscada e alimentando sua existência através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias (por exemplo, as latas de bebidas vazias e outros materiais disponíveis que podem ser utilizados como cachimbos para o consumo de drogas), associado com a aparência/aspecto sujos do local, diminui a exposição à observação de terceiros, durante o uso do crack e outras drogas.

3) O local é historicamente marginalizado, sendo simbolicamente associado à experiência do uso coletivo do crack e outras drogas, o que acaba por atrair usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas criminosas.

Em obediência à delimitação temática, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa a verificação de como se configura o já referido território de usuários de crack e ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Fazer um levantamento histórico sobre o processo de formação da região estudada;
- b) Identificar quais são os principais atores sociais relacionados ao local de estudo;
- c) Analisar os aspectos físicos e ambientais que caracterizam aquele território;
- d) Levantar os autores territoriais que melhor explicam os fenômenos relacionados ao território em estudo.

Como metodologia, adotou-se como principal método de procedimento o monográfico, de modo a estudar o tema profundamente, observando a sua respectiva delimitação temática, temporal<sup>5</sup> e geográfica. Quanto ao conceito operativo, procedeu-se à abordagem bibliográfica e documental, destacando-se nesta última, a análise das imagens do vídeo monitoramento do Programa “Olho Vivo”, que por sua especificidade, foram analisadas separadamente das demais fontes documentais. Em complemento a esses métodos, realizou-se o trabalho de campo que consistiu nas “caminhadas” sugeridas por Michel de Certeau<sup>6</sup>, com o intuito de verificar os aspectos do local e as suas práticas cotidianas.

No intento de se alcançar tais objetivos e testar as hipóteses, esta dissertação foi organizada em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No **Capítulo 2**, procedeu-se à revisão teórica sobre o conceito de território, os demais conceitos ligados a este, além do estudo pormenorizado do crack e das crackolândias, bem como da articulação deste tema com os autores que utilizam a abordagem territorial.

No **Capítulo 3**, realizou-se a descrição da área em estudo, caracterizando o território da “cena de uso” do crack e outras drogas, sua formação histórica e as interfaces daquele com a

---

<sup>5</sup> Com relação à delimitação temporal, a pesquisa teve seu foco nos anos de 2013 e 2014, além do período de janeiro a março de 2015. Contudo, dados e documentos anteriores também foram utilizados na complementação e estudo sobre a história do local.

<sup>6</sup> A visão de trajetos ou caminhadas pela cidade, como um meio metodológico de se buscar informações mais concretas das práticas cotidianas relacionadas a um lugar, é detalhada no Capítulo 4 do trabalho.

abordagem territorial (descrita no capítulo anterior), partindo-se do município de Governador Valadares para o bairro (Centro) até chegar aos quarteirões que integram o território em estudo. As técnicas e métodos empregados para a realização desta pesquisa, em especial à análise dos dados obtidos, são descritos no **Capítulo 4**, que trata especificamente da metodologia. No **Capítulo 5** são apresentados e analisados os dados coletados e, por fim, as considerações finais são apresentadas no **Capítulo 6**.

## **2 O TERRITÓRIO, O CRACK E A CRACKOLÂNDIA**

No presente capítulo, procedeu-se à revisão teórica sobre o conceito de território, os demais conceitos ligados a este (e.g. territorialidade, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade), e ainda à discussão acerca do crack e da crackolândia, articulando-se em seguida, com os autores territoriais, cujo objetivo é avaliar a qualidade das explicações destes com relação ao território do crack e outras drogas.

Nesse sentido, com o objetivo de tornar a leitura do conteúdo mais inteligível e didática, subdividiu-se este em cinco seções secundárias, a saber: Território Poder e Territorialidade; Des-Territorialização, Reterritorialização e Outras Dicotomias; A Multiterritorialidade; O Crack; O Território do Crack.

### **2.1 TERRITÓRIO, PODER E TERRITORIALIDADE**

Em “O mito da desterritorialização”, Rogério Haesbaert da Costa provoca uma reflexão interessante sobre o mito dos que imaginam que o homem possa viver sem território, ou que sociedades possam existir sem territorialidade, “como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases” (HAESBAERT, 2014, p. 16). A imprescindibilidade do território demonstra quão relevante é o seu estudo, portanto, sua conceituação.

Todavia, embora seja um conceito muito relevante para Geografia, o termo é utilizado em várias outras áreas e, conforme cada uma, terá mais valorizados os seus aspectos materiais ou subjetivos, sendo, muitas vezes, confundido com o conceito de espaço. Embora seja hoje, um termo polissêmico, ao longo de séculos, na Geografia e por influência desta, também em outras disciplinas, o conceito de território se referia tão somente a uma porção de terra com fronteiras demarcadas, dentro das quais se estabelecia um povo. Um dos exemplos mais categóricos de tal influência pode ser abstraído no Direito Constitucional da definição analítica de Estado, o qual seria constituído de três partes: povo (elemento humano), território (elemento espacial-material) e soberania.

Etimologicamente, a palavra território (*territorium* em latim) derivaria diretamente do vocábulo latino *terra*, “e era utilizada pelo sistema romano dentro do chamado *jus terrendi* (...), como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (HAESBAERT, 2014, p. 43). Pela origem linguística do termo, é possível inferir sua relação com o espaço, e por esse mesmo motivo, deve-se distingui-los, pois, como afirma Raffestin (1993, p. 143), não são termos equivalentes e é “essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. Conforme este autor, o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida, uma projeção de trabalho:

O território, nessa perspectiva, é um **espaço onde se projetou um trabalho**, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. **O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.** (RAFFESTIN, 1993, p. 144 – grifo nosso).

Percebe-se que na concepção raffestiniana, o espaço preexiste a toda e qualquer ação, porém, com relação à interpretação de o território poder se restringir simplesmente à base espaço-material em que se reproduz a sociedade, Raffestin e outros teóricos materialistas sofrem críticas voltadas para a não contemplação da dimensão política em sua conceituação. Nesse sentido, Souza (1995, p. 97 – grifos do autor) entende que ele não discerniu que “o território não é o *substrato*, o *espaço social em si*, mas sim um *campo de forças*, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.

É importante frisar que para Rogério Haesbaert, é possível realizar uma leitura mais condescendente de Raffestin (1993), uma vez que este supera a diferenciação simplista de “prisão original” e “prisão que os homens constroem para si”, quando observa que o espaço também pode ser “um trunfo” e o território “um campo de ação dos trunfos”, e em continuidade a essa discussão acerca da dimensão política do território, observa que “justamente por ser relacional, o território, é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2014, p. 82).

Por esse pensamento, vale destacar que o estudo do território rompe com as fronteiras, enraizamentos e estabilidades; por isso, a delimitação de uma área específica em uma pesquisa serve apenas para facilitar o estudo; porém, deve-se saber que não se trata de simplificação do espaço, o qual continua interconexo. Vale frisar que tal compreensão vai de encontro à noção desenvolvida pela física newtoniana, cujo paradigma era do espaço ser um

fixo e imutável. Segundo Camargo (2005), esses postulados, que tinham lógica e utilidade para seu universo de proposição, de algum modo foram se tornando uma metáfora social, o que provavelmente pode ter sido uma das razões para geralmente serem atribuídos ao tempo, atributos dinâmicos/móveis, em contraste das qualidades fixas/imóveis ao espaço<sup>7</sup>.

Com relação a essa visão fluida do componente espacial, Massey (2008) aborda o espaço geográfico como algo aberto, interacional, em permanente evolução, um “inacabado”. Entretanto, a autora tem o cuidado de ponderar que aquele “não pode ser, jamais, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas, na qual cada lugar já está (e nesse momento imutavelmente) ligado a todos os outros” (MASSEY, 2008, p. 161).

Compreendida a relação e as diferenças entre território e espaço, percebe-se, na visão de Haesbaert e Limonad (2007), que o território é sempre apropriação (que carrega um sentido mais simbólico) e domínio (com um enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado. Assim, os referidos autores apontam que uma noção territorial deve ter como pressuposto basicamente o seguinte:

- **primeiro**, é necessário **distinguir território e espaço** (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- **o território é uma construção histórica** e, portanto, **social, a partir das relações de poder** (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- **o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva**, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, **e uma dimensão mais objetiva**, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica. (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 42-43 – grifo nosso).

Como se vê acima, além da distinção clara de espaço, a noção de território deve ser uma construção histórica a partir das relações de poder (sociais) e contemplar tanto a dimensão subjetiva (apropriação), quanto a objetiva (domínio). Nesse sentido, retomar a ideia de Raffestin (1993) torna-se demasiado útil à presente discussão, visto que, para este, o território é explicado sob a ótica do poder, sendo resultado da presença humana em um dado espaço onde expressa suas intenções:

---

<sup>7</sup> Essa inflexibilidade de tratamento do espacial somente como um fixo será melhor abordada na seção seguinte quando se tratar dos assuntos desterritorialização e territorialização.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Por essa perspectiva, para se abstrair as relações de poder de um dado território, é necessário identificar os atores (sintagmáticos e paradigmáticos)<sup>8</sup>, ou seja, verificar quem são os agentes que constroem e/ou existem dentro de sua circunscrição. Mesmo em uma definição simplista e clássica de território, nota-se a relação indissociável entre os conceitos de território e poder: no caso, o Estado, como “titular” de seu território, precisou conquistá-lo, ou no mínimo garanti-lo, por meio de delimitações, controle de acessos, etc.

Na segunda parte de seu livro (“A população e o poder”), Raffestin (1993) define a população como uma coleção de seres humanos que pode ser contada, embora não seja estável, na medida em que se modifica o tempo todo. O recenseamento é um meio pelo qual o Estado ou qualquer organização procura aumentar sua informação sobre um grupo, por consequência, seu domínio. Assim, o “recenseamento é um saber, portanto um poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 68).

Por esse motivo, a população é vista pelo autor como um dos “trunfos do poder”, juntamente com os recursos e o território. Com relação a essa questão, Haesbaert (2014), retomando a crítica de Souza (1995), observa que o autor deveria ter adotado “a materialidade do espaço”, ao invés de “território”, “já que não há território sem recursos, e, muito menos, sem população” (HAESBAERT, 2014, p. 85). Assim, é compreensível entender que o estudo territorial passa também pelo estudo das populações<sup>9</sup> e dos recursos componentes do território, visto que estão inter-relacionados.

É importante destacar que, conforme Santos e Silveira (2006, p. 248), as configurações territoriais, que são o conjunto dos sistemas naturais e dos sistemas de engenharia, são apenas condições, de modo que sua “atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações

---

<sup>8</sup> Conforme a leitura de Raffestin (1993) o ator sintagmático é aquele que é realizador de um programa, que “produz” o território, por isso, a priori, todas as organizações são atores sintagmáticos. Já “um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado” (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

<sup>9</sup> Em crítica a uma análise de Giovanni Arrighi separando o controle do território e da população, Haesbaert (2014, p. 180) reforça esse entendimento comentando que “Ora, território, aqui, parece ter sua conotação mais banal e do senso comum ligada a ‘terra’, ‘pedaço de chão’, e como se o território pudesse aparecer separado da população”.

realizadas sobre elas”. Nesse sentido, os autores afirmam que o espaço é sempre histórico e que sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e das ações. Verifica-se então, que esse espaço torna-se território pela apropriação e dominação social, que, de acordo com Haesbaert e Limonad (2007, p. 43):

É constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas*. É possível acrescentar então que são elementos ou unidades elementares do território aquilo que Raffestin denomina de malhas - que preferimos denominar de áreas ou zonas; e as linhas e os nós ou pontos - que, reunidos, preferimos denominar de redes. (grifo dos autores).

Em relação a essas unidades elementares do território, insta salientar que nas sociedades tradicionais a predominância era das construções territoriais baseadas em áreas e zonas, bem como da dimensão subjetiva, sendo o caráter simbólico mais prevalente. Por outro lado, nas sociedades modernas, houve uma alteração, de modo que a predominância passou a ser do elemento rede e da dimensão objetiva e funcional. Ou seja, o domínio concreto é que se tornou preponderante.

Dentro da estrutura tessituras – nós – redes<sup>10</sup>, Raffestin (1993) assinala a rede como um sistema de linhas que desenham e estabelecem relações, agenciamentos e assegura a comunicação, de modo que procedem ao controle do espaço e no espaço construindo uma imagem do poder. Na concepção de Santos (2004), o conceito de redes pode ser visto sob dois aspectos: realidade material e realidade social. O aspecto material retrataria toda a infraestrutura, conduzindo ao transporte de matéria, de energia ou informação; enquanto que do ponto de vista social e político, as redes acontecem por meio das pessoas, mensagens e valores. Assim, a relevância das redes não é a ocupação de áreas, mas sim a criação de pontos e linhas onde o fluxo de informações acontece sem centralizações ou estagnação, cujos agenciamentos permitem trocas variadas entre os pontos.

Contrastando as duas formas básicas de territorialização, Haesbaert (2014) aponta que uma ocorre pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, e a outra pela lógica reticular, de controle de fluxos e polos de conexão, ou redes, e, que a diferença entre elas tem origem “em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a

---

<sup>10</sup> Para Raffestin (1993), com as tessituras, os nós e as redes, haveria três subconjuntos estruturais que sustentariam a prática espacial, e embora os conjuntos aparentassem ser multiformes, esses tratar-se-iam de imagens possíveis de uma mesma estrutura de base, porém, ao presente estudo, interessa as explicações do autor voltadas para a rede enquanto sistema territorial.

homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais” (HAESBAERT, 2014, p. 290). Nota-se que a lógica reticular está mais voltada para a condição múltipla e híbrida das relações sociais (e de poder) que ocorrem nos diversos espaços geográficos.

Ressalta-se que o mesmo autor, ao abordar os “Territórios-zona” e os “Territórios-rede”, acrescenta mais um “tipo ideal” de organização espaço-territorial, que seriam os “Aglomerados de exclusão”. Ele destaca que, enquanto os territórios-zona se encontram centrados em dinâmicas sociais relacionadas ao controle de superfícies, ligados à difusão em áreas normalmente contínuas; já nos territórios-rede, o controle espacial se daria mais por meio do controle de fluxos, dutos, e/ou conexões. Todavia, haveria outros tipos de espaço que “não se encaixavam claramente nem na lógica zonal, nem na lógica reticular” (HAESBAERT, 2014, p. 311), e desses espaços surgira a ideia dos “aglomerados”.

Convém destacar que a apresentação desses três tipos ideais, nesta pesquisa, é de suma importância, uma vez que o território estudado pode possuir características de qualquer um dos três, ou mais ainda, ora pode guardar mais relação com um, ora pode variavelmente se relacionar mais com outro. Superadas as análises teóricas sobre espaço, território, relações de poder e a apresentação dos modos de organização espaço-territorial, demandam-se à conclusão desta seção, reflexões teóricas acerca da territorialidade.

Nesse diapasão, deve-se primeiramente observar que a palavra territorialidade, da mesma maneira que o termo território, possui uma polissemia decorrente de seu emprego em variadas áreas do conhecimento, e até mesmo dentro da própria Geografia. Não obstante as diversas formas possíveis de abordar o assunto, de forma quase consensual, sabe-se que foi no campo da etologia que ambas as terminologias (território e territorialidade) tiveram suas bases conceituais (HAESBAERT, 2014; RAFFESTIN, 1993). Em razão disso, a história da noção de territorialidade ainda estaria por ser feita, pois “ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana” (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Em continuidade a esta abordagem, importa notar que a primeira leitura da palavra territorialidade viria simplesmente de um atributo ou qualidade de território, porém, como Haesbaert (2014) distingue, a territorialidade tende a ser mais flexível, e por isso está mais

voltada para as dimensões simbólicas, enquanto o território carregaria uma noção mais da materialidade do espaço.

Para Raffestin (1993) a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade e pela sociedade em geral, podendo ser definida como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade- espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Para o autor, a territorialidade seria a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, podendo ser expressa pela fórmula:  $T = \sum H r E^{11}$ . Mister é destacar que o autor esclarece que “não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação”.

Percebe-se, pelas definições acima, que a territorialidade está muito ligada às questões relacionais, o que é aprofundado pelo autor ao definir que aquela depende da exterioridade, porque ela só se define através do outro (o externo), pois sem o outro não há territorialidade, uma vez que esta se constitui das relações mediatizadas. Segundo Sack (1986, p. 19), a territorialidade pode ser definida como “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território”. Percebe-se uma ligação deste conceito com a ideia de poder e conseqüentemente uma relação com a visão de Raffestin (1993) em que o poder mediatiza todas as relações territoriais.

Todavia, o aprofundamento desse componente relacional retoma a explicação de Haesbaert (2014) de que geralmente o termo territorialidade está mais voltado para o caráter simbólico. Conforme Santos e Silveira (2006, p. 19), “o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado”. Nesse mesmo sentido, pela leitura de Zambrano (2001), pode-se afirmar que as territorialidades são entendidas como as identidades coletivas que são mobilizadas pelo sentido de território, e assim como este, emergem das relações de poder.

---

<sup>11</sup> Conforme Raffestin (1993), H seria o indivíduo, desde que pertença a uma coletividade ; r uma relação particular definida por uma forma e conteúdo que necessita de mediatos ; e E uma exterioridade, i.e. um lugar mas também um espaço abstrato – um sistema institucional, político e cultural.

Sendo assim, nota-se que a sensação de pertencimento é característica da territorialidade, a qual abarca a subjetividade e o caráter simbólico do território. Diante da limitação temática, abordaram-se nesta seção, somente as noções necessárias à compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, uma vez que território e territorialidade são conceitos que abarcam amplas discussões, e com esse mesmo foco argumentativo, na seção seguinte, foram discutidos os processos de des-territorialização, territorialização e outras dicotomias abstraídas dos debates territoriais.

## 2.2 DES-TERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E OUTRAS DICOTOMIAS

No mundo contemporâneo, com o impacto dos processos que se convencionaram chamar de “globalização”, ou “mundialização”<sup>12</sup>, houve uma espécie de “compressão” do espaço e do tempo, na medida em que a troca de informações pelos meios de comunicação, bem como o deslocamento de corpos e objetos pelos meios de transportes, tornaram as viagens “virtuais” e/ou “físicas” algo permeado pela rapidez e até mesmo pela instantaneidade.

Dentro deste cenário, trazendo observações sobre o mito da desterritorialização, ao abordar a promoção da influência dos lugares mais distantes uns sobre os outros, Haesbaert (2014, p. 19) questiona se diante da “fragilização de todos os tipos de fronteiras, da crise da territorialidade dominante (a do Estado nação), e das nossas ações sendo regidas mais pelas imagens e representações que fazemos do que pela realidade material que nos envolve”, não estaria o mundo se desterritorializando?

Em continuidade a essa contextualização, o autor utiliza o pensamento do urbanista-filósofo francês Paul Virilio, o qual ressaltava que até a geopolítica estaria sendo superada pela cronopolítica, pois teria se tornado mais importante o controle do tempo do que o do espaço. Nesse sentido, com base na instantaneidade das comunicações e na velocidade permitida pelos deslocamentos físicos, ao mundo caberia, de fato, a interpretação de que estaria se “encolhendo”.

---

<sup>12</sup> Expressão homônima ao termo globalização, e conforme Haesbaert e Limonad (2007, p. 41) “a distinção entre globalização e mundialização seria meramente idiomática, os ingleses preferindo a primeira, os franceses a segunda”. Os autores ainda observam que no Brasil houve uma preferência para a expressão anglo-saxônica, entretanto, há autores que diferem a globalização como sendo algo mais voltados para questões econômicas, tecnológicas e informacionais, enquanto que a mundialização seria atinente mais a processos de ordem cultural.

Por outro lado, Haesbaert (2014, p. 20) salienta que decretar “uma desterritorialização ‘absoluta’ ou o ‘fim dos territórios’ seria paradoxal”, uma vez que o próprio conceito de sociedade implicaria sua espacialização, ou num sentido mais restrito, sua territorialização. O autor aprofunda mais quanto à condição íntima da sociedade e do espaço como dimensões gêmeas, afirmando que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico” (HAESBAERT, 2014, p. 20).

Assim, o estudo quanto à desterritorialização, territorialização e outras dicotomias territoriais, será realizado contemplando abordagens teóricas diversas; entretanto, terá como pressuposto que a anulação do território será obrigatoriamente a produção de um novo território, observando que o componente geográfico é essencial para o estudo de grupos e comunidades. Nesse sentido, torna-se oportuno iniciar o estudo da desterritorialização, levando-se em conta, preliminarmente, que essa estaria relacionada com uma reterritorialização, conforme será explicado de forma mais detalhada nesta seção.

O termo desterritorialização, assim como os demais termos estudados nesta pesquisa, possui uso em ciências e disciplinas diversas; porém, não sendo facilmente encontrado em pesquisas nos vernáculos da língua portuguesa, ou até mesmo de outros idiomas. Em busca rápida por dicionários virtuais e físicos, uma das poucas definições encontradas foi a do sítio eletrônico Dicionário Informal<sup>13</sup>, segundo o qual, a palavra desterritorialização pode ser definida como “uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos nossos territórios, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou colectivas, uma perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos”.

Percebe-se na definição acima, o senso comum de que desterritorilizar seria sinônimo de perder território, ou de pelo menos quebrar o vínculo com este. Entretanto, a palavra carrega um significado bem maior do que a visão reducionista de perda territorial. De acordo com Haesbaert (2014), um dos primeiros a utilizar o termo “desterritorializado” (com o uso entre aspas mesmo) foi Lefebvre (1984) referindo-se à dinâmica de rede do sistema bancário

---

<sup>13</sup> Disponível em : <http://www.dicionarioinformal.com.br/desterritorializa%C3%A7%C3%A3o/>. Acessado em: 17/06/2014.

internacional, no sentido de que a realização da mais valia estaria sendo “desterritorializada” por meio das relações abstratas perpetradas pela rede bancária mundial.

Apesar da vastidão do conceito, a discussão da desterritorialização leva necessariamente à obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que como ensina Haesbaert (2014), embora se tenha dúvidas se eles foram os “inventores” do termo, “é fato que a maior ênfase ao território como processo, como permanente ‘tornar-se’ e desfazer-se, foi dada por eles” (HAESBAERT, 2014, p. 100). De um modo simples, com base na leitura de Deleuze e Guattari (1997, p. 224), pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, enquanto que a reterritorialização seria o movimento de construção do território. Dessa forma, “no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2014, p. 127).

Por essa reflexão, nota-se que o movimento entre a desterritorialização e a reterritorialização ocorrem de maneira simultânea e indissociável. Tal raciocínio é muito importante e dele decorre o primeiro teorema da teoria de Deleuze e Guattari (1996, p. 41): “Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos”. Por esse teorema, há pelo menos dois termos (mão-objeto de desejo; boca-seio; rosto-paisagem, etc.) e cada um desses se reterritorializa sobre outro. Deleuze esclarece melhor esses processos, no diálogo de Deleuze e Parnet (1998), explicando que quando é relatado que o humanóide tirou suas patas dianteiras da terra e que era antes de tudo locomotora, como pata desterritorializada, é reterritorializada nos galhos que usa para passar de uma árvore a outra. O próprio utensílio “vara” é também um galho desterritorializado e reterritorializado conforme seu uso.

Já no segundo teorema, Deleuze e Guattari (1996) demonstra uma característica importante da desterritorialização quando questionam a relação de trivialidade que comumente se estabelece entre desterritorialização e velocidade:

De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializado. A intensidade da desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento. De forma que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento, a qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre um outro estrato ou sobre um outro plano (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 41).

Com relação a esse teorema, para reafirmar que não é simplesmente a velocidade do movimento que provoca ou intensifica a desterritorialização, Haesbaert (2014) explana acerca da possibilidade não só de se admitir uma desterritorialização na imobilidade, mas também uma territorialização na mobilidade. Quanto a este último, ele mostra que até mesmo o “nômade” (figura “desterritorializada” por excelência), em suas trajetórias costumeiras, possui um território. Com relação à desterritorialização na imobilidade, embora o autor não tenha exemplificado, essa seria mais fácil de imaginar. É o que ocorre, por exemplo, com um indivíduo que é preso e passa a ter sua liberdade cerceada. Quando esse é posto dentro de uma cela, ele está imóvel ali dentro. Todavia, é fácil notar que ele se sentira desterritorializado ali, pelo menos por um período longo de adaptação à sua nova realidade de enclausurado.

Em continuidade à análise da teoria de Deleuze e Guattari, tem-se o terceiro teorema, por meio do qual, os autores estabelecem a distinção entre os dois tipos de desterritorialização, a saber: desterritorialização relativa e desterritorialização absoluta. Segundo Haesbaert (2014), a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. É o abandono de territórios criados nas sociedades e suas concomitantes reterritorializações. Já a desterritorialização absoluta remete-se ao pensamento, à criação e à virtualidade do devir. O devir aqui teria o sentido da própria geografia, a orientação, direção, entradas e saídas, pois o pensamento só seria possível na criação, “e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro” (HAESBAERT, 2014, p. 130).

É válido lembrar que Deleuze e Guattari (1996) abordam tanto uma geografia do *socius*, quanto uma geografia do pensamento, de modo que uma perpassa a outra. A desterritorialização acontece automaticamente nos dois campos, muito embora uma não dependa da outra, visto que não há como acontecer uma ruptura, fuga do *socius* sem que haja a mudança do pensamento, uma territorialização do abstrato. Da mesma forma, não há como acontecer uma desterritorialização do pensamento, sem que se modifique o *socius*. Isso se dá por causa dos agenciamentos que se processam, de modo que os novos territórios que se criam perpassam um ao outro.

Nesse sentido, lembrando os tipos ideais de organização espaço-territorial e casando tal conhecimento com as reflexões sobre a dinâmica des-territorialização - reterritorialização, reproduziu-se abaixo o quadro comparativo dos três tipos ideais em questão:

**Quadro 1 – “Tipos ideais” de organização espaço-territorial segundo Haesbaert (2014)**

Territorialização <b>Territórios-zona</b> Zonas subordinando redes Territorialismo	<b>Territórios-rede</b> Redes subordinando zonas	Desterritorialização <b>Aglomerados de exclusão</b> “Fora de controle” Exclusão socioespacial
---	---	--

Como se vê no esquema acima, a dinâmica de processos territorializadores estaria mais presente nos “tipos ideais” de territórios-zona e territórios-rede; já os processos desterritorializadores estariam mais presentes nos aglomerados de exclusão em que não há uma relação de controle clara. Todavia, é claro que em todos os “tipos ideais” há a interação dinâmica de fatores desterritorializadores com territorializadores, de exclusão com inclusão, de entrada com saída, e assim por diante.

Ainda com relação à visão de Deleuze e Guattari, ao contrário da maioria das interpretações, estes apresentam o surgimento do Estado como o primeiro grande movimento desterritorializador. A esse respeito, Haesbaert (2014, p. 137) nota que é “uma perspectiva interessantes, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalharam com a idéia de Estado territorial(izador), ligado ao controle político, jurídico, administrativo e militar(...)”. Essa percepção diferenciada é salutar à medida que proporciona enxergar a vida como um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, “ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos” (HAESBAERT, 2014, p. 138).

Uma noção mais aprofundada desses processos, permite compreender de outra forma o discurso do “fim da Geografia” apontado por Virilio (1997) e outros autores, com a compreensão que Haesbaert (2014, p. 189) sintetizou ao afirmar que “Desterritorialização como ‘conquista’ ou ‘anulação’ do espaço significa sempre, também, e sobretudo, uma nova produção do espaço”. Dessa forma, a visão dicotômica de territorialização de um lado e desterritorialização do outro diametralmente oposto, não é ideal para se compreender esse ou qualquer outro processo territorial.

Nesse sentido, é importante destacar que os estudos territoriais são cercados de diversas dualidades. Santos e Silveira (2006) apontam alguns dualismos e sugerem a adoção da categoria de análise “território utilizado”, ao invés de tão somente a de “território”, para considerar o espaço como questão histórica. Por essa ótica, os autores afirmam que quando

“quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a *interdependência* e a *inseparabilidade* entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 247 – grifo nosso).

Dentro desta lógica, vê-se que os autores propõem que o estudo mesmo que de apenas uma porção territorial seja feito com observância da coexistência do componente material e da ação humana. Vale salientar que nesse ponto seria possível uma longa discussão, pois talvez seja onde resida uma das maiores dicotomias da abordagem territorial: objetivo-material-físico *versus* subjetivo-cultural-simbólico. Contudo, isso já foi comentado na seção anterior, mais voltada para questão do território como algo mais concreto e para territorialidade como algo mais abstrato. Portanto, somente será retomada na próxima seção para tentar visualizá-la em um viés multiterritorial e híbrido.

Em prosseguimento à discussão sobre a inseparabilidade da natureza e da ação humana, Santos e Silveira (2007, p. 247) falam sobre “o território vivo, vivendo”, e acerca deste, asseveram que:

Nele, devemos considerar os **fixos**, isto é, o que é imóvel, e os **fluxos**, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas. (*Ibidem*, p. 247 – grifo nosso).

Na citação acima, verifica-se que os autores apresentam outra dicotomia territorial, a saber: fluxos e fixos, ou em outros termos, o que é móvel e imóvel respectivamente. Sobre esses componentes, demonstrando a não existência de contraposição entre o lugar e as redes, Haesbaert e Limonad (2007) explicam que partindo da noção mais ampla de espaço geográfico, como um espaço relacional definido pelas relações sociais, os espaço dos fluxos (ou das redes) e o espaço dos lugares não podem ser dissociados, porque o espaço social conta com a existência dos fluxos e das redes.

Ademais a essas, outra relação dual comumente avultada pelos autores territoriais é o fato de que o território revela também as ações passadas e presentes. Por esse prisma, Santos e Silveira (2006, p. 247) explicam que “se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações”. Dentro das várias proposições que podem decorrer dessa análise,

até mesmo da Geografia como condição para a própria história, *vide* Haesbaert (2014, p. 140), e com o objetivo de resumir a discussão, é importante tratar as relações de tempo e espaço dentro de outra visão dicotômica, a saber: o global e o local.

A respeito desse dualismo, os autores Giddens (1991) e Harvey (1992) trazem duas perspectivas diferentes para o mesmo fenômeno, Como ressaltado por Haesbaert (2014), enquanto o primeiro fala de um distanciamento ou alongamento espaço-temporal em relação aos contextos locais como se o local se alongasse/desencaixasse para o global, o segundo considera que há uma “compressão tempo-espaço” que se refere a um encolhimento do espaço pelo tempo (ou pela velocidade), como se o global se estreitasse e diminuísse a ponto de se aproximar do nível local.

Sobre essa dualidade de alongamento e compressão do espaço-tempo mencionada por Haesbaert (2014), trata-se tão somente de priorizar dois jogos de escalas ou caminhos geográficos diferentes. Um iria do local ao global, e outro que faria o trajeto inverso, do global ao local. A concomitância desses movimentos seria tanta, ao ponto de alguns autores vislumbrarem processos de “glocalização”, que relacionando as dinâmicas globais e locais criariam a nova condição de nem global, tampouco local, mas o “glocal”.

Oportuna é a reflexão de Shields (1992, p. 192), por meio da qual se abstrai que: “o pós-modernismo desestabiliza a estrutura metonímica que relaciona presença e ausência com proximidade e distância. Uma união sintética de distância e presença, do estrangeiro e do íntimo, torna-se inconcebível e impraticável”. Conforme se nota, a Pós-Modernidade desenvolveu relações ausência-presença e distância-proximidade, cujas reflexões superam análises puramente dicotômicas, demandando análises mais plurais. Diante disso, na próxima seção, procurou-se abordar o território por essa perspectiva multiterritorial.

### 2.3 A MULTERRITORIALIDADE

No andamento das discussões territoriais, verificou-se que pelas diferentes concepções de território, há perspectivas diferentes de abordagem dos temas correlatos, as quais selecionam determinados aspectos em detrimento de outros, com o objetivo de explicar os fenômenos com que se defrontam. Com relação à desterritorialização, por exemplo, é possível distinguir,

pelo menos três grandes dimensões sociais a partir das quais o fenômeno é tratado, a saber: a dimensão econômica (menos comum), a política e simbólica ou cultural.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a distinção entre uma matriz de predominância econômica, política ou cultural, não significa a adoção de uma posição estruturalista que proceda à distinção clara desses componentes, mas “na verdade dimensões ou perspectivas do social, assim identificadas porque os discursos sobre a desterritorialização, na maioria das vezes, assumem essa separação” (HAESBAERT, 2014, p. 171). Tal distinção é seguida na discussão de várias questões territoriais, levando ao dualismo entre materialistas e culturalistas.

Possivelmente, essa seja uma das maiores dicotomias da abordagem territorial que é objetivo-material-físico *versus* subjetivo-cultural-simbólico, como já foi comentada na primeira seção deste Capítulo, em referência ao território como algo mais concreto e territorialidade para algo mais abstrato. Todavia, é importante retomar a discussão para se alcançar uma compreensão mais ampla desse assunto. Embora não se tenha a pretensão de esgotar a discussão dentro da delimitação do tema da presente pesquisa, o essencial para a provocação de uma discussão multiterritorial será observado.

Como um representante da visão culturalista, pode-se citar Paul Claval, que, em um trecho do seu livro “A geografia cultural”, afirma que “o indivíduo é moldado pela cultura” (CLAVAL, 2007, p. 106). Uma leitura muito apressada do texto poderia levar o leitor incauto a não atentar para o contexto em que o autor utilizou tal frase e a iniciar uma análise dualística e determinista sobre o que molda o ser humano. Entretanto, ao buscar o contexto em que tal frase é dita e ao ler os comentários relacionados a esta frase, o mesmo leitor perceberia que Claval (2007) observa que os homens não são robôs cujos comportamentos são programados pela sociedade ou pela cultura.

As discussões seguem ressaltando que o indivíduo é fortemente influenciado pelo meio cultural em que está inserido, e que haveria uma geografia do próprio homem que resultaria mais da cultura que lhe foi transmitida do que de sua herança biológica. Acerca disso, o autor ainda observa que a cultura não seria uma realidade de essência superior que estaria acima dos golpes da história, e que por isso ela mudaria até “mesmo quando as populações que a ela pertencem acreditam que esteja congelada” (CLAVAL, 2007, p. 107). Tal noção de

mutabilidade cultural é parte da noção de relativismo cultural, pela qual o autor argumenta que para quem conhece várias culturas, nada permite afirmar *a priori* que uma solução seja superior a outras.

Vale salientar que essa percepção de que uma cultura não é superior a outra é reforçada pelos conceitos teóricos de objetividade relativa e relatividade cultural de Wagner (2010). A primeira carrega a ideia de que o pesquisador parte do referencial de sua cultura para estudar outras, de modo que tudo que ele capta estará passando pelo seu “filtro cultural”. Já a segunda decorre da presunção da equivalência entre as culturas, fazendo com que observador e observado estejam em posição de igualdade. A relatividade cultural poderia ser explicada de forma razoável, na medida em que nos estudos antropológicos não há relação de sujeito-objeto, mas sim de sujeito-sujeito, uma vez que o objeto de estudo também seria o próprio ser humano; logo, a igualdade seria um pressuposto lógico.

Dentro dessa percepção, Wagner (2010) esclarece que há um “choque cultural” no encontro de duas ou mais culturas, as quais de certa forma se agregariam formando uma nova cultura por meio da interação. Com a visão mais abstrata das territorialidades, seria possível, por analogia, imaginar o choque dessas, provocando a agregação de novas territorialidades por meio da interação, o que é condizente com a visão dinâmica de territorialização – desterritorialização – reterritorialização discutida na seção anterior.

Ainda em aprofundamento dessa discussão, torna-se útil notar que a sensação de pertencimento destacada como parte da territorialidade se harmoniza muito bem com a relação entre memória e toponímia, ou memória e espaço, de Claval (2007). Com base nessa, está na memória a identidade comum, a origem comum - mito fundador, na medida em que seria sob essa visão que o ser humano se sentiria territorializado onde ele tenha memória, e, geralmente, desterritorializado no lugar desconhecido. Assim sendo, Claval (2007) apontaria a cultura como um campo sociável de estudo, de encontro entre as ciências, o que permitiria a interdisciplinaridade, pela abordagem relacional, estabelecendo diálogos produtivos.

É importante destacar que o conhecimento dessa perspectiva dos aspectos simbólico-culturais numa abordagem territorial é proveitosa para se fazer frente às dicotomias que muitas vezes causam visões de mundo maniqueístas que prejudicam a compreensão dos fenômenos. Com relação a esse aspecto, vale citar a observação de Haesbaert (2014, p. 214) que define que

“não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais, que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos”.

Com base nesse pensamento, é possível quebrar com uma visão reducionista permeada por dualismos, procedendo a uma noção composta de múltiplas dimensões do território no contexto hodierno. Nesse sentido, Haesbaert (1997) afirma que:

O mundo “moderno” das territorialidades contínuas / contíguas regidas pelo princípio da exclusividade (...) estaria cedendo lugar hoje ao mundo da múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em nos encontramos. (HAESBAERT, 1997, p. 44).

Como se vê, Haesbaert (1997, p. 42) assevera que “na ‘pós’ ou ‘neo’ modernidade, um traço fundamental é a Multiterritorialidade humana”. Assim, o autor demonstra que há uma miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e fragmentação, o que permite a transição constante entre territórios. Esse argumento superaria a visão de que há apenas a desterritorialização, alcançando um patamar teórico mais elevado, o da “multiterritorialidade”.

Não obstante o território possa ser discutido a partir de diversas vertentes teóricas – tais como nas concepções mais materialistas, ou nas mais idealistas, e até mesmo nas perspectivas mais totalizantes ou integradoras –, Haesbaert (2014) não interpreta isso como sinônimo de ambiguidade ou polissemia, mas sim como uma necessidade de aprender a ler o que se esconde por trás dessas interpretações aparentemente díspares.

Por esse prisma, o autor nota que compreendendo o território em sentido amplo, é perceptível que a “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível físico ou biológico (e.g. da necessidades básicas do ser relacionadas a água, alimento, abrigo, etc.) até o nível imaterial e simbólico. Portanto, o território não deve ser tratado através de visões estreitas, porém, ao invés disso, deve-se procurar “entendê-lo dentro de uma perspectiva mais integradora do espaço geográfico” (HAESBAERT, 2014, p. 340).

Vê-se que o autor enriquece ainda mais a discussão, trazendo-a para além das múltiplas dimensões, por meio das relações conjuntas de dominação e apropriação - relações de poder

em sentido amplo -, de modo que há, outrossim, a multiescalaridade do território, uma vez que este não fica restrito a nenhuma escala fixo-normativa, como por exemplo, a escala nacional. Desse modo, levando-se em conta a dominação da mobilidade nas relações com o espaço, a tônica da abordagem deve ser a de múltiplos territórios e não a de um território unitário ou unidimensional.

Neste contexto, torna-se oportuno discutir a visão de Haesbaert (2014) no sentido de que a multiterritorialidade, ou multiterritorialização (caso o foco seja sua ênfase como ação ou processo), está ligada à possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, seja através da mobilidade concreta, seja por meio da mobilidade virtual (sem deslocamento no mundo físico). Por essa ótica, vê-se que embora o estudo territorial seja mais complexo pela vertente da multiterritorialidade, ele é condizente com a realidade do mundo pós-moderno. Como forma de ilustrar as modalidades de territorialização por meio das múltiplas territorialidades que ocorrem no planeta, procedeu-se ao esquema abaixo:

**Quadro 2 – Modalidades de Territorialização no mundo pós-moderno adaptado de Haesbaert (2002)**

**Territorializações mais fechadas** (“uniterritoriais”) - não admitem pluralidade de poderes e identidades, e.g. em algumas sociedades indígenas e entre os talibãs afegãos;

**Territorializações “tradicionais”** – não admitem sobreposição de jurisdições e defendem maior homogeneidade interna, e.g. a lógica clássica de poder dos Estados nações;

**Territorializações mais flexíveis** – admitem ora sobreposição (e/ou multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios, e.g. os territórios diversos e sucessivos nas áreas centrais das grandes cidades, com organização baseada nos usos temporários;

**Territorializações efetivamente múltiplas** – resultantes da sobreposição e/ou combinação particular de controles, funções e simbolizações, e.g. nos territórios pessoais de alguns indivíduos ou grupos mais globalizados que usufruem o cosmopolitismo multiterritorial das grandes metrópoles.

De acordo com o esquema acima, pode-se perceber que há uma gradativa mudança na possibilidade de acessos e conexões, saindo desde um nível próximo de zero nas territorializações mais fechadas, até uma infinda possibilidade de sobreposição e combinação de controles, funções e simbolizações nas territorializações efetivamente múltiplas. Apesar de haver cada vez menos uma territorialidade central ou padrão como a do Estado nação na modernidade clássica, Haesbaert e Limonad (2007) afirmam que se vive um processo novo de territorialização com a formação de uma nova identidade territorial, um novo espaço a controlar de maneira conjunta (a terra em sua totalidade), e que valores como democracia, autonomia e os direitos humanos seriam verdadeiramente universais.

Essa interpretação guarda sintonia com a perspectiva múltipla de território, pois as mútuas interferências entre o local e global, como já discutido nesta pesquisa, produzem dinâmicas diferenciadas que nem podem ser reconhecidas mais como globais, tampouco como locais, pois na verdade se tornaram os dois combinados, o que seria uma “glocalização”, que é “mais do que um conjunto de situações ‘locais’ que sofrem interferência ‘global’ (...) um dos processos através dos quais podemos reconhecer melhor a multiterritorialização” (HAESBAERT, 2014, p. 347). Tal assertiva carrega ainda a riqueza da multiescalaridade, na medida em que operam duas escalas distintas de forma conjunta: a local e a global.

Um exemplo rico da multiterritorialidade é a figura do migrante internacional, que ao sair do seu país de origem e deslocar-se para o de destino, estaria passando por um processo de desterritorialização, mas concomitantemente por uma reterritorialização. E caso esse mesmo indivíduo exerça uma migração de retorno, quando voltar à sua terra pátria, ele provavelmente se sentirá desterritorializado e terá de passar por outra reterritorialização, uma vez que o seu local origem e as pessoas que ali deixou, terão naturalmente sofrido mudanças.

Diante do arcabouço teórico discutido nesta seção e nas anteriores, percebe-se que é necessária a adoção de conceitos abertos capazes de abarcar a dinâmica de desterritorialização e reterritorialização, adaptando-se aos novos processos e sistemas, e, superando as dicotomias territoriais face às contingências do mundo contemporâneo. Sendo assim, deve-se procurar compreender o(s) território(s) que surgem a desafiar os pesquisadores como possibilidades do múltiplo, em que caibam conexões, desconexões, junções, fragmentações, integrações, ou em outros termos que as análises do espaço mediado pelas relações de poder permita leitura híbrida e flexível.

A discussão da multiterritorialidade possui possibilidades multivariadas de análise, o que não permite o seu esgotamento por meio desta seção. Todavia, para os propósitos dessa dissertação, foram abordados todos os detalhes relevantes, de modo que na próxima seção será interrompida a discussão territorial, a fim de se iniciar a discussão sobre o crack.

## 2.4 O CRACK

O uso de drogas, como já contextualizado na introdução desta pesquisa, é um problema antigo cujas dinâmicas contemporâneas têm desafiado a humanidade a criar respostas às questões que eclodem relacionadas a ele. Sabe-se que tanto o uso quanto o próprio tráfico de drogas deixaram de ser considerados tão somente problemas de segurança pública, mas também de saúde pública e, num contexto mais amplo, até mesmo um problema de segurança nacional. Este último é visível por meio da fragilidade das fronteiras nacionais de vários países do mundo que têm sido abastecidos com drogas produzidas no exterior e armamento pesado, os quais servem ao crime organizado em nível internacional.

Neste contexto, verifica-se que o debate sobre as drogas, quer no prisma mercadológico (de demanda/uso e oferta/tráfico), quer em qualquer dimensão etiológica, é amplo, de modo que a sua delimitação é útil e necessária ao presente trabalho. Em razão disso, nesta seção abordou-se somente o crack, contudo, por esse se tratar de cocaína-base obtida através do cloridrato de cocaína, foi feito um preâmbulo sobre esta droga, para logo em seguida abordar aquele.

Nesse sentido, é importante destacar preliminarmente que a cocaína é um alcalóide extraído de folhas da planta de coca, conjunto de plantas pertencentes à família das *Erithroxilaceae* e ao gênero *Erythroxylum*, composto de mais de 250 espécies, das quais mais de 200 são nativas dos trópicos americanos (Siegel, 1982; Bono, 1998). Como observa Oliveira (2007) a planta encontrou ótimas condições de vida junto às vertentes dos Andes no Peru, Bolívia e Colômbia (denominados por *yungas*). São plantas típicas de regiões montanhosas resguardadas, de clima suave e umidade regular, regiões tropicais e de altitude oscilando entre 650 a 1700 metros, Não são encontradas nas altas e frias regiões dos Andes e tampouco em territórios quentes e secos, a menos que possam ser irrigadas artificialmente.

Conforme se vê, a planta de coca tem um habitat adequado para o seu cultivo, o que explica o fato de praticamente toda a quantidade da droga ter como origem a Bolívia, o Peru e a Colômbia. Salienta-se que, como explica Oliveira (2007, p. 17) “a qualidade da cocaína, assim como seu valor comercial, depende do tratamento despendido às folhas de coca desde o momento da colheita até seu transporte”. Nesse sentido, os países produtores passaram a proceder ao trabalho de maceração das folhas de coca e extração da cocaína, obtendo-se a pasta base de cocaína.

De acordo com Bono (1998) há duas técnicas de extração da cocaína a partir das folhas, ou seja, a técnica de extração por solvente e a de extração por ácido, sendo que esta última é a mais comum e vantajosa, na medida em que emprega mínimo volume de material, e embora seja a mais trabalhosa, o custo do trabalho na Bolívia (o maior país produtor de pasta de cocaína) é inferior quando comparado ao retorno financeiro proporcionado. Abaixo, reproduziu-se a explicação da etapa posterior à extração que leva à formação do cloridrato de cocaína:

O passo seguinte da extração consiste na dissolução da pasta base em acetona, éter ou em uma mistura de ambas. Uma solução diluída de ácido clorídrico em acetona é preparada. As duas soluções são misturadas e quase que imediatamente forma-se o **cloridrato de cocaína** (COC.HCl) que precipita para o fundo do recipiente usado. A solução é despejada sobre lençóis de tal forma que o cloridrato é filtrado do solvente. Os lençóis são secos para eliminar o excesso de acetona e o cloridrato de cocaína de alta qualidade é seco em forno microondas, sob lâmpadas aquecidas ou à luz solar e empacotado para comércio. O cloridrato de cocaína, vulgarmente conhecido como **pó de cocaína**, obtido pela primeira vez por Willstatt em 1902 (...), é pó branco e cristalino, constituindo a composição da cocaína legal e geralmente da ilícita. (OLIVEIRA, 2007, p. 14-15).

Com relação à obtenção do “pó de cocaína” acima, vale destacar que por ser uma atividade ilícita, para aumentar os lucros, traficantes de rua adulteram-no com diversos compostos, sejam substâncias inertes ou ativas, compondo a “droga de rua”, que via de regra é adulterada. Combinando ao pó branco, geralmente, adicionam-se compostos inertes e brancos para aumentar o volume - os diluentes (e.g. talco, sais como bicarbonato de sódio e sulfato de magnésio), e os adulterantes (os quais são drogas ativas, como anestésicos locais - benzocaína, lidocaína ou tetracaína) ou estimulantes de baixo custo, o que aumenta a toxicidade associada ao uso (Siegel, 1982; Bono, 1998).

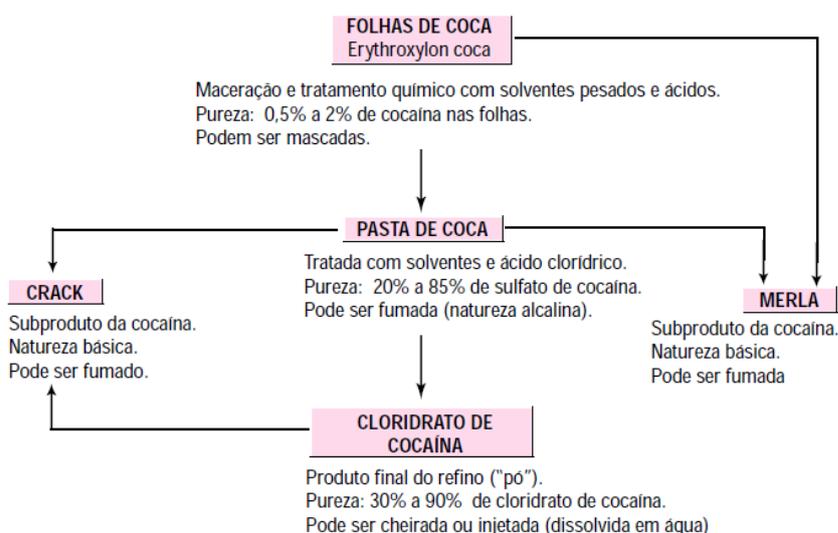
De acordo com Oliveira (2007), o crack (COC-base) é o termo utilizado para descrever a forma da cocaína-base que foi convertida a partir do cloridrato de cocaína. Conforme destaca

Bono (1998), o cloridrato de cocaína pode ser convertido em cocaína-base através de dois procedimentos, sendo um método usado para a obtenção do crack e o outro para a obtenção da *freebase* ou base livre. Para fins explicativos, reproduziu-se o procedimento de obtenção do crack a partir do cloridrato de cocaína:

O primeiro método envolve a dissolução do cloridrato de cocaína em água, adicionando-se à solução bicarbonato de sódio ou amoníaco. Ferve-se a água por curto intervalo de tempo até que todo o precipitado de cocaína-base seja transformado em óleo. Adiciona-se gelo ao recipiente, geralmente uma tigela de vidro funda. Assim que a água esfria, os pedaços de óleo solidificam-se e precipitam para o fundo do recipiente. Depois de formada toda a cocaína-base e resfriado o recipiente, retira-se a água deixando apenas a cocaína-base. Uma vez formada, a cocaína-base pode ser cortada com uma faca ou quebrada em **pedras**, secas sob lâmpada aquecida ou em forno microondas. Não é incomum, ao se analisar tal derivado de cocaína, encontrar-se a presença de bicarbonato sódico. (OLIVEIRA, 2007, p. 15-16).

Sobre esse processo de produção adicionando bicabornato de sódio ou amoníaco, é importante destacar que a denominação crack, como Inciardi (1993) observa, teve sua origem proveniente do barulho da queima do bicarbonato sódico das pedras, que daria “estalidos” durante o procedimento de uso. Segundo a UNODCCP (2001), o crack seria um dos diversos subprodutos, dentre os quais se encontram o crack e a merla<sup>14</sup>, conforme abaixo ilustrado:

**Fig. 1 – Processo de Refino de Cocaína adaptado de UNODCCP (2001)**



De acordo com Siegel (1982), o outro método de produção da cocaína-base a partir do cloridrato de cocaína forma cocaína de alta qualidade, conhecida como “freebase” ou base

<sup>14</sup> A merla trata-se do que sobra do "freebase", acrescido de querosene.

livre, cuja sobra seria a merla (outro subproduto do refino da cocaína, assim como o crack). É possível afirmar que o crack e a “freebase” tratam-se de cocaína no estado de base, livres do ácido clorídrico (HCl), e embora guardem similitudes físico-químicas, o crack apresenta menor grau de pureza, em função de carregar os adulterantes do cloridrato de cocaína, além dos produtos resultantes e excedentes do processo de extração, de tal forma que sua porcentagem de pureza reduz-se até a 40% (Siegel, 1982; Bono, 1998) – o que o torna mais barato e estimula o seu uso dentre outras formas de cocaína.

Para Inciardi et al. (1993), essa diferença no grau de pureza decorre da conversão da “freebase” ocorrida depois da remoção química dos adulterantes presentes no cloridrato de cocaína, enquanto que o crack seria convertido sem que essa remoção/eliminação das impurezas (diluente e adulterantes) do cloridrato de cocaína fosse realizada. Oliveira (2007) nota que apesar de ambos (crack e “freebase”) serem de cor branca, o crack pode adquirir tonalidade marrom conforme o processo de elaboração e as impurezas do cloridrato de cocaína empregado, mas sendo os dois pouco solúveis em água, o que não permitiria seu consumo intravenoso, tampouco sua absorção através das mucosas. Por outro lado, em razão de não se decompor nas temperaturas requeridas à vaporização, presta-se ao uso fumado.

Diante dessa apresentação da natureza, formas e métodos de produção da cocaína e da sua forma base que foi convertida a partir do cloridrato de cocaína mais conhecida como crack, torna-se necessária uma discussão mais aprofundada e interdisciplinar desta última droga do ponto de vista histórico, geográfico e até mesmo bioquímico. Assim, com o intuito de alcançar esse apanhado do surgimento da droga no mundo, as suas peculiaridades e outros aspectos, nas próximas seções terciárias serão abordados respectivamente as origens do crack nos EUA, o crack no Brasil, o perfil do usuário e o padrão de uso.

#### **2.4.1 As origens do crack nos EUA**

Devido às semelhanças entre crack e “freebase” – como o fato de ambos serem cocaína-base e de consumo na forma fumada, tendo distinção basicamente no grau de pureza –, há larga confusão acerca de suas origens. Todavia, é sabido que, em se desconsiderando a forma de cloridrato, o ato de se fumar cocaína, nos Estados Unidos da América (EUA) teve origem com o “freebase”, em 1974, no Estado da Califórnia (SIEGEL, 1982).

De acordo com Oliveira (2007), entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, traficantes de cloridrato de cocaína teriam presenciado o ato de fumar pasta de coca ao visitarem países sul-americanos como Peru, Colômbia e Equador. Quando retornaram aos EUA, tendo em vista os efeitos recompensadores da pasta de coca (conhecida até então como pasta-base), alguns deles sentiram-se estimulados a produzi-la. Traficantes e químicos preparavam a “freebase” a partir do cloridrato de cocaína e acreditavam tratar-se da pasta de coca, fumando-a da mesma maneira e sob os mesmos padrões observados na América do Sul.

O preparo da “freebase” demandava o uso de equipamentos e reagentes adequados que compunham um conjunto que ficou conhecido como parafernália. No primeiro momento, Siegel (1982) demonstra que as lojas destinadas à venda da parafernália consistiram no fator determinante à introdução e divulgação do ato de fumar-se cocaína, na forma de “freebase”, nos EUA. Contudo, nos anos de 1970, a parafernália passou a ser artesanalmente produzida e comercializada em escala comunitária, a princípio confinada apenas ao Estado da Califórnia.

O primeiro cachimbo e o primeiro “kit” de reagentes tornaram-se disponíveis na Califórnia no ano de 1975. No ano de 1978, a distribuição dos cachimbos e kits espalhou-se atingindo quinze dos Estados Norte-americanos, de tal forma que, em 1980, cerca de um milhão de pessoas já haviam experimentado a “freebase” (SIEGEL, 1982). De acordo com o mesmo autor, as lojas em São Francisco, Los Angeles, Chicago, Nova Iorque e Miami teriam relatado dificuldades em manter o estoque para atender ao aumento da demanda e mesmo as lojas que o tinham obrigaram-se a permanecer abertas até as primeiras horas da madrugada para atender aos usuários insones.

Os veículos de comunicação, por meio da imprensa falada e escrita, divulgavam o ato de “freebasing” como algo bastante prazeroso, ensinando o procedimento de preparo e falando das vantagens do uso. Entretanto, a partir da década de 1980, a mídia começou a descrever os aspectos negativos associados ao uso de “freebase”, tais como padrão compulsivo de uso (“binge”), danos pessoais decorrentes do abuso e possível desenvolvimento de dependência (SIEGEL, 1982). Além desses fatores negativos, o autor destaca também os perigos de incêndio decorrente do uso do éter e de outros solventes inflamáveis no preparo do “freebase”.

Esse último aspecto foi o que, no ano de 1980, alcançou audiência nacional nos EUA e até mesmo internacional, quando uma explosão resultante do uso de “freebase” quase levou a morte o ator e comediante Richard Pryor. Nessa época, o termo crack ainda não era conhecido. De acordo com o Oliveira (2007), em 1985 foi identificado o crack pela primeira vez na imprensa escrita, em um artigo do “*New York Times*”. Mais tarde, o crack se tornaria a forma mais popular de cocaína nos EUA.

É importante destacar que de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2014 (“*The World Drug Report 2014*”) do *United Nations Office on Drugs and Crime*<sup>15</sup> (UNODC), a cocaína que chega aos EUA seria, em grande escala, proveniente da Colômbia, entrando via México. Diante disso, procedeu-se à ilustração abaixo, a fim de fazer inferências sobre essa entrada desde o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

**Fig. 2 – Mapa dos EUA com áreas de chegada do crack demarcadas**



Fonte: *Google Maps*<sup>16</sup> - Mapa 2015 *Google*, INEGI

No mapa acima, vê-se a área em que começou o “freebase” nos EUA, no Estado da Califórnia, e as regiões em que as crack-houses tiveram maior demanda (São Francisco, Los Angeles, Chicago, Nova Iorque e Miami). Observando o mapa e cruzando com a informação da UNODC (2014) de que a cocaína dos EUA viria da Colômbia, passando pelo México, infere-se que grande parte dessa droga é transportada por navegação marítima, uma vez que a

<sup>15</sup> Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), antigo UNODCCP – *United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention*.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@41.5937948,-93.9950781,4z>. Acessado em 18/06/2015.

fronteira EUA-México é bem fiscalizada e que, ressalvada a região de Chicago, todas as demais áreas estão em contato com um Oceano: quer o Pacífico na costa oeste, quer o Atlântico na costa leste.

Dentro dessa caracterização espacial-temporal da chegada e consolidação do ato de fumar “cocaína” nos EUA, deve-se situar que o crack, como explica Siegel (1982), teria sido uma forma de escapar dos incêndios provocados no preparo do “freebase”. Contudo, os reais motivos para a eclosão e avanço (o “boom”) do crack nos EUA teriam origem em questões político-econômicas relacionadas ao tráfico internacional de cocaína:

A redescoberta do crack durante o início dos anos 80 aconteceu simultaneamente nas costas Leste e Oeste dos EUA como o resultado da tentativa do governo colombiano em reduzir a produção ilícita de cocaína em seus domínios ao restringir a quantidade de éter disponível para a transformação da pasta em cloridrato de cocaína. O resultado da estratégia consistiu **na passagem da pasta-base da Colômbia para o sul da Flórida**, para conseqüente conversão em cloridrato de cocaína, atravessando a América Central e Caribe. **A passagem pelo Caribe fez com que a população da ilha** reconhecesse o **procedimento de fumar-se pasta de coca**, de tal forma que desenvolveram **o precursor do crack em 1980**, sendo o protótipo **um produto composto de pasta de coca, bicarbonato sódico, água e rum**. (INCIARDI, 1987 *Apud* OLIVEIRA, 2007, p. 25 – grifo nosso).

Como se percebe, o sul da Flórida passou a ser um centro importador e distribuidor de cloridrato de cocaína e crack, e Miami, dos grandes centros americanos, foi o mais intimamente associado ao uso de crack, tendo sido detectado nas ruas da cidade no ano de 1982 e comercializado em muitas das “shooting galleries” a partir de 1981 (OLIVEIRA, 2007). Durante a década de 1980, de acordo com o autor, as crack-houses proliferaram em Miami tornando-se, no campo de drogas, o maior problema de saúde pública da cidade, o que despertou e ainda desperta interesse sobre a cultura do crack.

Como se vê, o Sul da Flórida, em especial a cidade de Miami, experimentou semelhante problema de saúde pública decorrente do crack e das crackolândias ao que o Brasil tem enfrentado em muitas cidades atualmente. Contudo, como observa UNODC (2014, p. 35) *“Numerous indicators show that the cocaine market in the United States experienced a significant drop in cocaine availability, beginning around 2006, resulting in sustained decreased levels of availability and use”*<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> “Numerosos indicadores mostram que o mercado de cocaína nos Estados Unidos experimentou uma queda significativa na disponibilidade de cocaína, começando por volta de 2006, resultando em constante diminuição dos níveis de disponibilidade e de utilização” (Tradução nossa).

Portanto, nota-se que, atualmente, a situação dos EUA com relação à entrada de cocaína (de todas as formas, incluindo o crack como cocaína-base) está em um padrão aceitável de redução e controle contínuos. Apesar disso, o crack continua sendo uma preocupação daquele país, e de vários outros no mundo, dentre os quais se encontra o Brasil.

#### 2.4.2 O crack no Brasil

Como observado anteriormente, embora os EUA tenham alcançado melhorias na redução e controle da entrada da cocaína e de suas drogas “subprodutos”, o crack e as crackolândias continuam sendo um problema em vários lugares do mundo, razão pela qual há grande quantidade de artigos a respeito dessa droga, desde seu aparecimento até os dias de hoje.

Em se tratando da cocaína e do crack no âmbito da América do Sul, vale salientar que de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2014, “*South America, long the source of the world’s cocaine supply, has seen an increase in terms of consumption of cocaine (including crack)*”<sup>18</sup> (UNODC, 2014, p. 35), de modo que o aumento do consumo da cocaína (incluindo o crack) seria uma realidade da porção Sul do Continente Americano.

É importante destacar que a América do Sul tem a especificidade da cocaína fumada ser uma prática não só de alta incidência, mas também de variadas formas, como se vê no mesmo Relatório Mundial sobre Drogas: “*A significant component of cocaine use in South America is the smoking of various forms of cocaine, including crack as well as other crude forms of cocaine base*”<sup>19</sup> (Ibidem, p. 36).

Nesse sentido, o Brasil, em virtude de ter uma população equivalente a aproximadamente metade da população de toda América do Sul, torna-se um país relevante para o mercado de cocaína, por seu elevado contingente populacional. Em uma análise mais detalhada, UNODC (2014), acerca da cocaína no Brasil, destaca que este é estratégico tanto para o tráfico (devido à sua posição geográfica que serve de uma área intermediária ao tráfico para Europa), quanto

---

<sup>18</sup> “A América do Sul, por muito tempo fonte de fornecimento mundial de cocaína, tem visto um aumento em termos de consumo de cocaína (inclusive de crack)” (Tradução nossa).

<sup>19</sup> “Um componente significativo do uso de cocaína na América do Sul é o fumo de várias formas de cocaína incluindo crack e outras formas cruas de cocaína base” (Tradução nossa).

para o consumo (visto que possui uma grande população urbana, ou seja, muitos consumidores potenciais).

Superada essa etapa de demonstração da relevância do estudo do da cocaína e do crack no território brasileiro, torna-se necessário o levantamento do histórico da droga no país. Com esse propósito, ressalta-se que o primeiro relato de uso de crack, segundo Dunn et al. (1996), faz referência ao ano de 1989. Na transição das décadas de 1970 para 1980, na cidade de São Paulo, era comum a ingestão de cocaína por via intravenosa, tendo sido gradativamente substituída pelo uso de crack (INCIARDI, 1993).

A esse respeito, Oliveira (2007) nota que isso se deu tanto por questão de saúde (prevenção de contágio de HIV e de outras doenças infectocontagiosas), quanto por visão econômica dos traficantes, na medida em que os efeitos de euforia do crack tinham início mais rápido e duração mais curta, bem como era rápida a adoção de uso compulsivo ou quadro de dependência, constituindo uma garantia de lucro certo e com maior giro.

O uso do crack ganhou uma maior notoriedade quando os processos midiáticos começaram a divulgar principalmente as “cenas de uso” do crack e outras drogas que convencionaram chamar de crackolândias (as quais são detalhadas na seção 2.5.1 desta pesquisa). Nesse sentido, Lopes (2012) aponta que o crack seria um bode expiatório dos grandes problemas da sociedade, tendo em vista que há drogas que são até mais desastrosas para a saúde pública e que não recebem devida atenção social.

Com relação à peculiaridade do Brasil, Bastos (2012) vislumbra que, diferente da história norte-americana, em que houve, por meio da 18ª emenda de 1919, uma proibição da manufatura, venda e consumo de álcool, não há na história brasileira, paralelo à recente implementação de um plano abrangente de enfrentamento ao crack, o que seria necessário para tratar o problema na dimensão que ele alcançou.

Oliveira e Nappo (2008), ao estudarem o crack na Cidade de São Paulo, salientaram que levantamentos epidemiológicos apontavam para o aumento do uso de crack, o que seria possivelmente devido às mudanças de seu acesso, estratégias de mercado e formas de uso. Assim, vê-se que para se compreender melhor a dimensão da droga no Brasil, ou em qualquer lugar, mais do que se conhecer números com relação ao fenômeno, é necessário o

conhecimento das peculiaridades do perfil do usuário e padrão de uso, principalmente pela visão dinâmica de que essas práticas têm se transformado ao longo dos anos.

### 2.4.3 Perfil do usuário e Padrão de uso

O crack, assim como todas as drogas provenientes do cloridrato de cocaína, é classificado como uma substância psicotrópica estimulante. Portanto, os usuários serão em geral insones, uma vez que terão um aumento das atividades do Sistema Nervoso Central (SNC). Vale observar que a euforia desencadeada reforça e motiva, na maioria dos indivíduos, o desejo por um novo episódio de uso da substância, “porém quanto mais rápido o início da ação, quanto maior a sua intensidade e quanto menor a sua duração, maior será a chance de o indivíduo evoluir para situações de uso nocivo e dependência” (CREMESP e AMB, 2002, p. 96).

Nesse sentido, Gold (1993) traz um quadro comparativo da influência desses fenômenos de acordo com a via de administração da cocaína, conforme se vê na figura abaixo:

**Fig. 3 – Início, intensidade, duração efeitos cocaína X via de administração**

Início, intensidade e duração dos efeitos do consumo da cocaína e a via de administração					
Administração		Início da ação (segundos)	Duração do efeito (minutos)	Pico Plasmático (ng/ml)	Biodisponibilidade (% absorvida)
Via	Apresentação				
Oral	Folhas de coca mascadas	300-600	45-90	150	20
Intranasal	Cocaína refinada ("pó")	120-180	30-45	150	20-30
Endovenosa	Cocaína refinada diluída em água	30-45	10-20	300-400	100
Inalatória	Pasta de coca Crack	08-10	5-10	300-800	60-70

**Fonte: Gold MS. Cocaine. New York: Plenum Medical Book Company; 1993**

Conforme se vê acima, o crack tem seus efeitos iniciais demasiado rápido (de 8 a 10seg), curta duração (de 5 a 10min) e um pico plasmático elevadíssimo, impactando para o desenvolvimento do padrão compulsivo (“binge”) e desenvolvimento de dependência, o que fez dele uma escolha de “imposição” no mercado pelos traficantes.

Por essa razão, o “nóia”<sup>20</sup> ou “crackeiro” (alcunhas comumente utilizadas para designar o usuário de crack) está quase sempre à procura da repetição do consumo, deixando até mesmo a sua alimentação e outras necessidades fisiológicas em segundo plano. Logicamente, o consumo excessivo e compulsivo de uma droga de baixo grau de pureza, os lugares insalubres frequentados para o consumo/compra, a abstinência de sono e de alimentação, fazem com que o usuário de crack tenha, via de regra, uma aparência caquética e suja.

Comparando os prejuízos à saúde e os níveis de dependência do uso do crack com o da cocaína, Martins (2011, p. 9) deixa claro que a droga fumada é bem mais grave do que a inalada: “como vimos anteriormente esta droga é um derivado da cocaína que é fumada em cachimbos e está associada a maiores prejuízos para a saúde e maior nível de dependência do que a cocaína em pó inalada”.

Traçando um perfil mais claro do usuário de crack, pelos dados sociodemográficos, conforme Oliveira e Nappo (2008), os usuários são, em sua maioria, do sexo masculino, jovens com idade entre 18 e 35 anos, solteiros, com baixo nível socioeconômico, baixo grau de escolaridade e sem vínculos empregatícios formais. Os mesmos autores observam, com relação à acessibilidade à droga, que a aquisição é simples, rápida e notoriamente pública, por meio do contato com os pontos de distribuição, normalmente denominados de “tráfico de asfalto”, “bocas (de fumo)”, ou “biqueiras”.

Na cidade de São Paulo, Oliveira e Nappo (2008) ressaltam que haveria inclusive novidades nas estratégias de disponibilização da droga, como, por exemplo, o *crack delivery*, que consiste na entrega em domicílio da droga, aparentemente sem imposição de taxa. Com relação às formas de apresentação, no tráfico atualmente predomina a venda na forma de pedras, por tamanho cujos valores variam entre R\$ 5,00 a R\$ 10,00. Porém, há pedras menores que os próprios usuários revendem e o próprio “farelo ou pó de crack” de custo inferior à pedra e que tem tornado o crack acessível a maior número de pessoas.

---

<sup>20</sup> Para Frúgoli Jr. e Spaggiari (2011), o termo “nóia” deve ser usado com atenção, pois dialoga com a expressão usuário de crack, mas não é exatamente a mesma coisa, uma vez que o termo é usado ou em um caráter estigmatizante entre os próprios usuários em relação a outro usuário (mais compulsivo, portanto rotulado), ou pelos demais atores sociais para identificar o indivíduo que notam como usuário de crack.

É importante observar que além do crack já ser um subproduto da cocaína com maior impureza, como droga de rua é alvo de adulterantes. A pedra mais comum tem coloração amarela e consistência rígida, mas atualmente, há uma variante muito comum, branca e pastosa, contendo diluentes como farinha, bicarbonato de sódio, talco, pó de vidro, pó de mármore e às vezes até fezes de animais (OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

Na cidade de São Paulo, extensivo a maior parte do Brasil, o uso de crack é feito mediante o emprego de cachimbo (comumente conhecidos como “marica”). Tal procedimento é conhecido nos EUA e na Europa como *freebasing*, como ensina Inciardi (1993). Embora exista uma miríade de materiais que seja empregada à confecção dos cachimbos (e.g. tampas de garrafas PET, canos de PVC, lâmpadas, etc.), Oliveira e Nappo (2008) observam que a lata de alumínio é a principal escolha dos usuários.

O compartilhamento das latinhas, cujo alumínio aquecido muitas vezes provoca lesões no tecido cutâneo, de forma que à exposição ao contato com sangue de outros usuários acarreta risco de transmissão de doenças infectocontagiosas. Esse risco é agravado por algumas estratégias de uso tais como o *shotgun*<sup>21</sup> e “dar uma segundinha”<sup>22</sup>, uma vez que essas técnicas de consumo aumentam o contato entre os usuários.

Vale salientar que existe também o uso combinado da “pedra” com outras drogas, os mais comuns são o “mesclado” e o “capetinha”<sup>23</sup>, de modo que conseqüentemente há uma combinação de efeitos no usuário. Consoante com isso, Martins (2011) destaca que ademais aos problemas legais envolvendo a cocaína/crack, o seu consumo está associado com diversas conseqüências negativas, tanto físicas como psicológicas. “O seu uso está associado com comportamento de risco que incluem também riscos associados ao uso injetável e práticas sexuais inseguras” (MARTINS, 2011, p. 13). Acerca dessas práticas sexuais inseguras, deve-se notar que é possível estabelecer relações entre o uso de quaisquer drogas (entre elas o

---

<sup>21</sup> Técnica ainda desconhecida no Brasil. Ocorre quando um usuário inala a fumaça de crack diretamente do cachimbo e transmite a outro, pelo contato boca-a-boca, ou por um tubo entre bocas. Tal técnica propicia ambientes de erotismo e apelo sexual, o que aumenta a possibilidade de sexo desprotegido, como explicam Oliveira e Nappo (2008).

<sup>22</sup> Ocorre quando o dono da droga, após aquecer o crack e dar a primeira tragada, tampa o cachimbo e o passa ao receptor para aspirar a fumaça restante.

<sup>23</sup> “Na gíria de rua, pedra significa crack; mesclado cigarro feito de maconha e cocaína; capetinha, cigarro de tabaco comum misturado com crack” (CHIAVERINI, 2007, p. 87). Obs. “Mesclado” ou “Melado” é mais comum o uso para crack combinado à maconha, cf. Oliveira e Nappo (2008).

crack) e a prostituição. Nesse sentido, Rocha, Pereira e Dias (2013), abordando a interação entre drogas e travestis profissionais do sexo, ressaltam que:

Nesse universo (...) as drogas ocupam espaço, construindo possibilidades de interações entre elas e também entre elas e seus clientes. O próprio programa pode vir mediante o convite do cliente em querer a companhia para “usar”. (...) Para além do viés pejorativo da droga, entre as travestis ela demonstra ocupar funções sociais, por meio da constituição de contatos e de formas de existência no grupo. (ROCHA, PEREIRA e DIAS, 2013, p. 562).

Percebe-se, nesse contexto, que as autoras verificam uma espécie de território simbólico na relação entre consumo da droga e as travestis profissionais do sexo, as quais dariam sentido/significado à experiência de uso de drogas, envolvendo outras pessoas nesse processo, na medida em que se fala em “contatos” e “existência no grupo”. Retornando ao crack, mais especificamente nos padrões de uso, é relevante observar que a experiência coletiva de consumo desta droga tem sido cada vez mais comum em ambientes que se tornaram “cenas de uso” do crack e outras drogas, ou em outros termos, as famigeradas crackolândias.

Diante de tudo isto, verifica-se que com uma experiência partilhada de maneira grupal, em interação com um espaço social, há invariavelmente relações de poder, populações e um ou mais territórios, tornando-se necessária a ampliação dessa discussão em um viés territorial. Assim sendo, a próxima seção se encarregou deste trabalho, articulando os conhecimentos territoriais discutidos nas seções 2.1, 2.2 e 2.3, a fim de abordar o pouco explorado território do crack.

## 2.5 O TERRITÓRIO DO CRACK

O espaço físico do território do crack, que foi muito estudado a partir dos usos da droga no bairro da Luz, em São Paulo, do ponto de vista de uma leitura territorial e principalmente que supere uma análise somente atrelada à casuística da “famosa” crackolândia paulistana, ainda foi pouco explorada.

Como explica Rui (2014), não há no Brasil quem ainda não tenha ouvido acerca da crackolândia paulistana, uma vez que essa é fonte inesgotável de notícias e histórias que a

associam a um lugar de perigo, degradado e que deva ser evitado. Por outro lado, esses mesmos aspectos tornaram-na um lugar de atratividade não só para usuários, mas também para curiosos e estudiosos.

Por essa lógica espacial, indaga-se se esses distintos usos e práticas espaciais, tão estudados na região da “Luz”, são também transpostos para outras “cenas de uso” de crack e outras drogas que têm se espalhado pelo país? Tal indagação deve alcançar até mesmo as relações de poder e territoriais, que são menos discutidas, geralmente devido a não utilização de teóricos do território sob esse viés nas revisões bibliográficas dos pesquisadores daquela e de outras crackolândias.

Nessa abordagem, deve-se atentar para o fato de que o território da crackolândia tende a ter maior visibilidade do “próximo-presente (o aqui e agora)” mencionado por Haesbaert (2014, p. 168). Porém, pode estar (e está) conectado até com o nível internacional, caso se tome como referência os países estrangeiros de onde proveio o cloridrato de cocaína que foi transformado em outros subprodutos e derivados, dentre os quais, o crack. Isso é um raciocínio lógico, pois de fato, sem o componente primitivo cloridrato de cocaína, não se teria o derivado crack, e conseqüentemente, não existiria a crackolândia.

Apesar desse aspecto também global, como é possível abstrair de praticamente todos os lugares e não lugares do mundo contemporâneo, normalmente, enxerga-se apenas “o aqui e agora”, até porque, como já mencionado na discussão territorial de Haesbaert (2014), é o que tem maior valor estratégico e importância, na medida em que sua maior visibilidade provoca as inquietações em busca de sua compreensão. Nesse sentido, é importante destacar o pensamento de Shields (1992, p. 192), visto que “o pós-modernismo desestabiliza a estrutura metonímica que relaciona presença e ausência com proximidade e distância”, de modo que é possível enxergar o distante presente, assim como o ausente próximo.

Não obstante existam as relações globais-locais e locais-globais na crackolândia, como via de regra em todos os territórios do globo, “o aqui e agora” não só tem maior visibilidade, mas outrossim maior representatividade das relações e práticas sociais, especialmente porque, apesar de haver distinções entre os usuários da crackolândia, esta está em geral próxima a um centro comercial e/ou mercado, de modo que os indivíduos que são rotulados como “nóias” normalmente não estão na mesma temporalidade dos demais atores sociais. O “nóia”, em

regra, não possui relógio, não usa celular e outros utensílios tecnológicos, uma vez que tais objetos são vendidos ou trocados por “pedras” nas “bocas de fumo”, o que o coloca em uma temporalidade diversa.

Nesse sentido, cabe a reflexão de Haesbaert (2014, p. 169) de que a des-territorialização está ligada não só ao fenômeno da compressão espaço-tempo, mas também ao emaranhado de “geometrias do poder” (no plural) de uma sociedade complexa e altamente desigual e diferenciada. Assim, Giddens (1991) afirma que é possível associar espaços muito distantes em uma mesma temporalidade. Da mesma forma, há espaços tão próximos, porém de temporalidades tão diversas.

A crackolândia seria um espaço geralmente próximo a um espaço “central”, ou até mesmo dentro deste. Contudo, de temporalidade e estética demasiado diversa, o que a torna tão rotulada como lugar à margem, deteriorado, ou mesmo como um não lugar. Com o objetivo de abordar suas peculiaridades, bem como das políticas públicas que compõe a proposta de enfrentamento em nível nacional e ainda a confusão entre o público e o privado nesses “territórios do crack”, as próximas seções irão discutir respectivamente as famigeradas crackolândias, o programa “Crack É Possível Vencer” e “A guerra dos lugares”.

### **2.5.1 As famigeradas crackolândias**

As famigeradas *crackolândias*, locais já há um tempo ordinários e à margem das grandes metrópoles, que atualmente têm invadido até mesmo as cidades de médio porte, seriam provenientes da disputa por territórios, na medida em que, como ressaltado por Giddens (1997, p. 34), “a cidade é uma máquina de filtragem e discriminação que, sob formas ainda não inteiramente compreendidas, seleciona da população, como um todo, os indivíduos mais bem preparados para viverem em determinada região”.

Dentro dessa dinâmica de filtragem e seleção, separar-se-iam as pessoas e lugares “preferidos” e “preteridos”, incluídos e excluídos, o que se relaciona com a ideia de Haesbaert (2014, p. 189) a respeito da “cidade global” de O Tuathail (1998), “um imenso *apartheid* social”. Por outro lado, Lopes (2012) acredita que o crack seria o bode expiatório dos grandes problemas da sociedade, de modo que as notícias apresentam as crackolândias como espaços

típicos de violência e delinquência, ignorando a organicidade ali existente, que teriam inclusive qualidades (no sentido de características positivas), e.g. acolhimento, visibilidade, interação social e proteção.

Nesse sentido, a autora destaca a crackolândia funcionando como algo muito acima do que normalmente é divulgado nos processos midiáticos, vislumbrando aspectos positivos na convivência dos atores ali presentes, vendo uma organicidade territorial, um meio de autoproteção e solidariedade. De fato, a compreensão da crackolândia como território foi prejudicada pela construção que a imprensa fez desse lugar, especialmente a região da “Luz”.

A esse respeito, Roso et al. (2013) realizaram uma pesquisa, cuja metodologia consistiu em uma análise das formas simbólicas que se referiam ao crack veiculadas em dois jornais de circulação geral na região central do estado do Rio Grande do Sul. Os autores procederam à análise estatística descritiva dos dados e obtiveram resultados sugerindo que tais jornais têm tratado o uso de crack como um "caso de polícia", associando-o diretamente à violência, constatando-se a falta de discussões aprofundadas sobre as causas e consequências de tal fenômeno.

Em busca de superar a influência midiática de superficialidade na abordagem do problema, Frugóli Jr. e Spaggiari (2011), no artigo “*Networks and territorialities: an ethnographic approach to the so-called crackolândia ["crackland"] in São Paulo*”, procuraram caracterizar o que é a “crackolândia” indo além do que era difundido pela imprensa e a TV, levando a discussão para além da série de representações estigmatizantes atreladas ao bairro da Luz e ao centro de São Paulo.

Os autores discutem a situação mostrando que a vizinhança da Luz é marcada por polaridades. De um lado, há uma área de alta urbanização e densidade demográfica, com antigas e recentes instituições de cunho cultural, das quais destacam a Estação da Luz - que foi inaugurada em 1901, onde, após reforma e revitalização recentes, foram instalados o Museu da Língua Portuguesa – além das instituições circunvizinhas, e.g. a Pinacoteca do Estado. Em contraste, do lado oposto, havia um número elevado de cortiços, comércios informais, prostituição, tráfico e uso de crack e outras drogas. Tais contrastes são ilustrados na figura abaixo:

**Fig. 4 – Vista aérea da Estação da Luz (e cercanias) cf. Frugóli Jr. e Spaggiari (2011)**



**Legenda:** Em branco, o perímetro do projeto “Nova Luz” (a área da antiga crackolândia, de acordo com a Administração Municipal). Em vermelho, pontos de demolição. Em amarelo, alguns lugares conhecidos da região (instituições culturais, estações de trem e metrô, parque). Em azul, uma rua frequentemente utilizada pelos usuários de crack durante o trabalho de campo de Frugóli Jr. e Spaggiari (2011). Em azul claro, outros dois quarteirões em que eles podem ser encontrados.

Pela figura acima, percebem-se os contrastes e polaridades desse(s) território(s) mencionado(s) pelos autores, e baseado(s) nessa dinâmica de processos de locais mais frequentados pelos usuários de crack e em outros fatores. Frúgoli Jr. e Sapaggiari (2011) ressaltam que deve se analisar a crackolândia como uma territorialidade itinerante, caracterizada pela mobilidade, na qual se relacionam atores sociais com diferentes propósitos de trabalho, negócios, moradia, lazer e outros.

Essa pluralidade de atores e fatores envolvidos também é mencionada por Rui (2014), a qual faz uma lista mais exaustiva destacando que ali (na “Luz”) passam também alguns transeuntes, motoristas, catadores de materiais recicláveis, moradores do entorno, garis, fiscais da prefeitura, pais e mães de crianças levando estas para a Escola Coração de Jesus, pessoas ligadas aos mais variados serviços de assistência, de saúde (públicos e privados), policiais e membros de igrejas. Destarte, a autora nota que não fosse pela grande quantidade de lixo nas ruas, o consumo explícito de crack e aparência maltrapilha dos usuários de crack, não haveria nada que diferenciasse essa movimentação daquela que se vê nos centros das grandes cidades.

Além desses aspectos, Giddens (1991) aborda a questão da confiança que está vinculada ao que ele caracteriza como compromissos com rosto ou contatos pessoais e compromissos sem rosto ou impessoais. Os compromissos com rosto seriam os pontos de partida para iniciar a construção de seu argumento sobre confiança na modernidade. Nas ruas, as pessoas se cruzam após se entreolharem rapidamente, numa presunção de “confiança em encontros regulares com estranhos em lugares públicos” (SANTOS, 2012, p. 130). Quando essa confiança não pode ser presumida, os olhares serão problemáticos, sejam de ódio, desconfiança, ou outra forma.

Desta forma, a crackolândia é vista pelos que passam, muitas vezes, com esse olhar de desconfiança e até mesmo de medo, podendo ampliar as rotulações de enxergar tudo que ali ocorre de uma forma homogênea e negativa. Entretanto, como Rui (2014) vislumbra, há diferentes usuários de crack e diferentes usos também do próprio espaço da “crackolândia”, há pessoas ali não fazendo as mesmas coisas e com objetivos diferentes. Nesse sentido, ela aponta o caso de pequenos traficantes que se passam por usuários para escaparem de consequências penais mais severas quando no trato com policiais.

Como bem observa Frúgoli Jr. e Sapaggiari (2011), trabalhos de campo mostram que o uso de crack está se tornando uma preocupação crescente no Brasil, de modo que é necessário dispensar séria atenção à proliferação de crackolândias nas cidades do país, devendo-se estudar cada um desses casos para que a resposta seja adequada. Diante do problema em um contexto nacional, porém com nuances particulares de cada crackolândia, torna-se relevante a discussão acerca da política nacional de enfrentamento ao crack, razão pela qual na próxima seção se procederá à abordagem do programa “Crack É Possível Vencer”.

### 2.5.2 O programa “Crack É Possível Vencer”

No contexto de uma intervenção em nível nacional de enfrentamento problema, percebe-se que o Estado tem se preocupado em tentar reassumir o controle dos territórios que se transformaram em “cenas de uso” do crack e outras drogas, uma vez que aqueles assumiram contornos bastante complexos, cujos métodos convencionais de resposta não se demonstraram capazes de enfrentá-los.

Por outro lado, se recentemente esses territórios estão sendo alvo de políticas públicas nacionais, há tempo eles têm recebido a atenção da imprensa, na medida em que esta tem constantemente criticado a incapacidade de solução vinda do Estado. Entretanto, como já mencionado, a segurança e a saúde públicas são responsabilidade de todos, incluindo nesse universo, os próprios componentes da imprensa e os pesquisadores de universidades, que também podem colaborar com o tratamento desse problema.

Com relação aos pesquisadores, nota-se que enquanto a região da “Luz” tem várias pesquisas e artigos abordando dimensões variadas, inclusive em seus aspectos territoriais (mais voltados ao território simbólico, e.g. a cultura de uso do crack, etnografia das práticas espaciais, etc.), chama a atenção o fato de que em relação à “cena de uso” de crack e outras drogas (objeto de estudo desta pesquisa) não foi encontrada nenhuma pesquisa anterior ao nível de mestrado e/ou doutorado, tampouco em sítios eletrônicos de buscas como “SciELO” e “Google Acadêmico”.

Ressalta-se que tal fato é grave, na medida em que a ciência deve contribuir para o bem comum e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Há vários indivíduos diretamente influenciados com a perpetuação das cenas de uso nas grandes cidades, desde os usuários da via que estão cerceados de utilizá-la sem correr riscos (ou pelo menos sem se sentirem correndo tais riscos) contra sua incolumidade física e/ou patrimonial, até o território e os usuários do crack, visto que estes vão deteriorando àquele e a si próprios.

É importante ressaltar que essa grave carência de intervenções fere tanto direitos coletivos e difusos – como o de todos terem direito a um ambiente sadio – quanto direitos individuais do próprio dependente, haja vista que a Constituição Federal estabeleceu como fundamento da República Federativa do Brasil, em seu inciso III, do art. 1º, “a dignidade da pessoa humana”.

Isso reforça a necessidade de se pesquisar os territórios das “cenas de uso” do crack e outras drogas, esperando-se que as pesquisas venham contribuir no trabalho de elaboração de políticas públicas relacionadas ao combate às drogas.

Dentro desse contexto de necessidade de respostas e estudos voltados para o problema, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas<sup>24</sup>, lançado pelo Governo Federal, no ano de 2011, delinea o contorno da atuação dos envolvidos, estabelecendo os Eixos de Prevenção, Cuidado e Autoridade, e, especificamente à política de segurança pública, orienta ações coordenadas e “estabelece a criação de vínculos com as comunidades envolvidas a partir da estratégia de polícia de proximidade” (BRASIL, 2013, p. 8)<sup>25</sup>.

Nesse sentido, o foco passaria a ser o segmento da tônica de um trabalho em rede, com o viés integrado, de uma polícia de proximidade que interaja com as demais instituições e atores, a fim de promover os eixos estabelecidos. Para tanto, foram realizados no ano de 2014, diversos cursos de Polícia Comunitária, envolvendo membros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, CRAS, CREAS, CAPS AD e outras instituições, em diversas cidades<sup>26</sup> do país que enfrentassem o problema de “cenas de uso” do crack e outras drogas.

Embora não seja de conhecimento geral, tal premissa não é algo novo nas agências públicas de segurança, uma vez que, no ano de 1829, o Ex Primeiro-Ministro britânico e políciólogo, *Sir Robert Peel*<sup>27</sup>, afirmou que polícia e povo é uma coisa só<sup>28</sup>, pois não há como a polícia trabalhar de maneira efetiva sem a participação da comunidade, o que serviu de base para a eclosão da filosofia de Polícia Comunitária em outras partes do mundo, no século seguinte. Destaca-se que, por meio desta, a produção da segurança é desenvolvida de forma compartilhada entre os diversos atores envolvidos.

---

<sup>24</sup> Instituído pelo Decreto Nº 7.179, de 20 de maio de 2010, o referido plano foi lançado em dezembro do ano seguinte, com a previsão dos seus três eixos Cf. Brasil (2013).

<sup>25</sup> Manual do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária: BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, 504p.

<sup>26</sup> Governador Valadares foi uma das cidades selecionadas, em razão da crackolândia do Mercado Municipal – objeto de estudo desta pesquisa.

<sup>27</sup> Sir Robert Peel “foi primeiro-ministro britânico de 1834 a 1835 e novamente de 1841 a 1846. É mais conhecido pela criação do Departamento Policial de Londres quando ele ocupava a função de ‘Home Secretary’, dando origem a alcunha de ‘Bobbies’ para os policiais londrinos” (MINAS GERAIS, 2011a, p. 18).

<sup>28</sup> “A polícia deve esforçar-se para manter constantemente com o povo um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo e o povo é a polícia” (*Ibidem*, p.18-19).

Com o intuito de situar melhor a importância da Polícia Comunitária em solo brasileiro, ressalta-se que todas as Polícias Militares da Federação, atualmente, aplicam a referida filosofia como estratégia organizacional. Aliado a essa questão lógica, há o argumento jurídico de que a Constituição Brasileira<sup>29</sup>, em seu artigo 144, ao mesmo tempo em que assevera que a "Segurança Pública é dever do Estado", também deixa claro que é "direito e **responsabilidade** de todos" (grifo nosso). Mais especificamente em Minas Gerais, a filosofia de polícia comunitária é praticada na PMMG, desde a década de 1980. Porém, o primeiro documento normativo dessa modalidade de policiamento veio somente no ano 1993 com uma Diretriz de Policiamento Ostensivo (DPO).

Atualmente, além de sua diretriz própria (DPSSP 3.01.06/11), a PMMG possui 36 (trinta e seis) multiplicadores internacionais de policiamento comunitário (sistema KOBAN) e vários multiplicadores nacionais. Desse modo, é uma das polícias militares do país com maior representatividade no acordo de cooperação técnica entre Brasil e Japão, por meio do qual, ambos os países devem ter conhecimento das polícias do outro, a fim de melhorarem a qualidade das suas ações de policiamento comunitário. Esse acordo é mediado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Como se vê, embora seja de suma importância que o programa "Crack É Possível Vencer" tenha na polícia comunitária (ou polícia de proximidade) um foco de atuação, deve-se destacar que tanto no Brasil, e principalmente em Minas Gerais, a filosofia de polícia comunitária já era uma estratégia organizacional muito antes da iniciativa do programa, de modo que esse só veio a reforçar o que já era praticado.

Vale salientar que o programa "Crack É Possível Vencer" é coordenado pelo Ministério da Justiça que desenvolve, em parceria com outros Ministérios<sup>30</sup>, uma ação integrada dentro dos seus três eixos (prevenção, cuidado e autoridade), de modo que abarca vários grupos sociais, trabalhando, simultaneamente, na prevenção, no combate, na reabilitação e na reintegração social.

---

<sup>29</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado, Centro Gráfico 1988. 292 p.

<sup>30</sup> Destacam-se nessa parceria: Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos

Dentro da série de medidas, uma que merece destaque é a criação do “Ligue 132”<sup>31</sup>, que conforme os dados do Ministério da Justiça disponíveis no sítio eletrônico Portal Brasil<sup>32</sup>, no primeiro trimestre de 2015, favoreceu o serviço de orientações e informações sobre drogas, atendendo cerca de 07 (sete) mil pessoas em todo o país e, da mesma forma que no ano anterior, a cocaína e seus derivados, como o crack, continuam sendo o principal motivo de procura do serviço, totalizando 2.957 atendimentos.

Pela mesma fonte de dados, verificou-se que a cocaína e seus derivados, como o crack, representaram 42% dos atendimentos feitos pelo “Ligue 132” no ano. Desde 2014, a substância é a mais questionada no serviço, superando o álcool, que até 2013 representava a maioria das ligações. É importante destacar que esse serviço foi desenvolvido para orientar principalmente as famílias com fins preventivos, portanto, os dados mostram um crescimento da preocupação das famílias com o crack.

Há várias ações do programa, porém, vê-se que o problema social relacionado ao uso de drogas, em especial ao crack nos territórios conhecidos como crackolândias, deve ser tratado de modo interdisciplinar, especialmente porque também diz respeito a uma questão de saúde pública. Deve ser ressaltado que, quando se delimita o objeto de estudo para uma “cena de uso” (em que há a inclusão de um ou mais territórios), já é algo complexo de se pensar, quanto mais tratar de um país inteiro.

Por essa razão, o desafio do programa “Crack É Possível Vencer” esbarra na necessidade de visualizar cada crackolândia como um universo diferente, apesar das semelhanças entre as diversas cenas de uso do crack e outras drogas. Nesse sentido, talvez a medida mais acertada seja a do treinamento e disponibilização de cursos de polícia comunitária para as diversas instituições, de modo que a promoção do encontro dos atores diversos em uma mesma sala de aula possibilitasse uma análise conjunta diante do caso concreto, ao invés de vários casos abstratos.

---

<sup>31</sup> Conforme sítio eletrônico Portal Brasil, trata-se de uma parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Amtepa. O serviço atende de forma sigilosa e anônima 24 horas por dia, incluindo feriados e finais de semana. Desde 2012 quando o serviço passou atender 24 horas, o Ligue 132 ajudou mais de 120 mil pessoas. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/disque-132-atendeu-7-mil-pessoas-no-primeiro-trimestre-do-ano>; Acessado em: 23/06/2015.

<sup>32</sup> Op. cit.

Nesse ponto de vista, sabe-se que as crackolândias têm suas especificidades, que devem ser de preocupação de qualquer representante do Estado que venha a atuar ali. Porém, há similaridades que já foram debatidas por estudiosos do problema e, da mesma forma, também são relevantes ao aprimoramento da visão sobre esse território. Assim, a seção seguinte tratou de mais uma dessas similitudes de territórios do crack, pelo viés da “guerra dos lugares”.

### 2.5.3 “A guerra dos lugares” – Público *versus* Privado

A experiência social, na atualidade, tem produzido o que Arantes (1994, p. 191) <sup>33</sup> define como “lugares sociais efêmeros, particularmente no bojo dos conflitos e das sociabilidades que se constituem nas praças e ruas das chamadas megacidades”. A eclosão desses lugares, ou não-lugares, faz o autor produzir questionamentos interessantes com relação à discussão do território do crack: “Como se estrutura o espaço social onde essa guerra ocorre? Qual a natureza dessas fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato, tornando possível o diálogo?” (*Ibidem*, p. 191).

No meio desse cenário do contraditório em contato, Arantes (1994) utilizou-se de percursos (caminhadas para observação) e de desenhos feitos pelos usuários de drogas, para acessar o território simbólico da crackolândia próximo à Praça da Sé, no qual ele aponta uma forma de manifestação do conflito socioespacial, “A guerra dos lugares”. Para o autor, na região da Praça da Sé, haveria a exposição da falta de direitos à cidadania da maioria da cidade, por meio da incidência de assaltos no comércio, no consumo ostensivo de drogas e na mendicância.

Dessa interação, surgiriam espaços liminares entre o público e o privado, entre a necessidade e a propriedade privada, bem como espaços residuais, que por seu esvaziamento por inúmeros segmentos sociais quase que deixa de ser público, para o atendimento de fins particulares. Dentro desse contexto conflituoso entre público e privado, Arantes (1994) notou que os usuários em seus momentos de intimidade não querem que olhem para o seu espaço, pois ali é “casa deles”, ou pelo menos o seu local (efêmero) de intimidade.

---

<sup>33</sup> ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares – sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n° 23, pp. 191-203.

Do ponto de vista da literatura sobre território, são incontáveis as possibilidades vislumbradas dessa guerra. Por exemplo, Santos (2004) fala da “guerra dos lugares” para oferecer condições vantajosas em termos de infraestrutura, subsídios, de modo que o espaço no contexto global ganharia importância ao invés de perdê-la. Haesbaert (2014) observa que por meio dessa guerra o território amplia sua importância. Em um sentido similar, Santos e Silveira (2006) falam do uso competitivo do território como uma “guerra dos lugares”, no ponto de vista empresarial-industrial.

Apesar de várias possibilidades de enfoque, na maioria dos casos, senão em todos, abordar-se-á tal disputa sob a ótica das relações de poder, uma vez que essas tendem a se fazer presentes nas diversas abordagens, o que permitiria um retorno à leitura de Raffestin (1993), Haesbart (1997), Haesbart (2002), Haesbaert e Limonad (2007), Haesbaert (2014), e outros. Todavia, o foco da “guerra dos lugares” escolhida na presente pesquisa, em obediência à delimitação temática e aos objetivos do trabalho, trata da que se refere à privatização dos espaços públicos. Nesse sentido, Bauman (2003) explica que:

*Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade local – uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que não faça parte) – fornecer aquele “estar seguro” que o mundo mais extenso claramente conspira para destruir.* (Bauman, 2003, p. 102 – grifo do autor).

O medo cotidiano provocaria essa espécie de privatização dos espaços públicos, bem como a formação de novos territórios, tais como “comunidades do bairro seguro” ou “guetos voluntários” (BAUMAN, 2003, p. 105). Essa nova concepção de território, como ressaltado por Haesbaert (2014), viria amalgamada por uma outra concepção de “comunidade” que iria muito além do ideário “societal” do Estado Moderno.

Dentro dessa lógica aliada à concepção da “guerra dos lugares”, pode-se conceber diversas comunidades disputando o mesmo lugar, como no caso da região da Praça da Sé, onde se encontra o marco zero da cidade de São Paulo, que é “disputada” pelos comerciantes, meninos de rua, usuários de drogas e outros atores. Nas palavras Arantes (1994, p. 194), a Praça da Sé “é algo mais do que um lugar de comércio e de tráfego intenso de pedestres, por onde todos passam e ninguém permanece”.

É relevante observar que, para cada um que por ali passa, a Catedral e o seu entorno terá um significado, o que é reforçado pela pesquisa de Arantes (1994). Este constatou que a área constitui um importante marco e um local central para muitos moradores do espaço paulistano, e inclusive, tendo sido uma das principais referências utilizadas nos desenhos sobre o centro da cidade, feitos pelos participantes de sua pesquisa.

Assim, o território ali existente é partilhado por muitos, mas é também polissêmico. Logo, não só na região da Sé, mas em qualquer território de crackolândia, para uns a rua será igualmente moradia, para outros um ambiente de lazer e reunião, ou de trabalho, e por aí vão infindas possibilidades isoladas e combinadas, de modo que o que é público nunca será igualmente usufruído.

Cabe uma analogia inversa da proporção de gozo do que é privado com o que é público, no sentido de que o indivíduo que nem um teto possui, ou seja, o “morador de rua”, o sem propriedade privada, naturalmente se apropriará mais simbolicamente do espaço que é rotulado como público, uma vez que esse é o único que lhe restou, o que se harmoniza com a noção de espaço residual de Arantes (1994).

Todavia, sabe-se que políticas de higienização tendem a retirar até mesmo esse último ambiente do indivíduo. Por isso, a visão da “guerra dos lugares” é relevante ao estudo do território de uma crackolândia, na medida em que há vários tipos de usuários, incluindo os que estão em situação de rua e que, portanto, demandam não só atenção do Estado pela segurança e saúde públicas, mas também pela assistência social.

Diante das discussões realizadas tanto na presente seção quanto em todo o capítulo, desde a abordagem teórica do território, vislumbrando as relações de poder, territorialidades e outros temas afins; a discussão do crack, sua origem, perfil de usuário e padrões de consumo; até finalmente a construção de um debate em torno do território do crack, encerrando o cerne da revisão bibliográfica deste trabalho.

Assim sendo, com o arcabouço teórico alcançado por meio do trajeto de produção deste Capítulo, foi possível transpor a ponte da abstração conceitual para a discussão do caso concreto – objeto de estudo deste relatório de dissertação. Desta forma, o próximo capítulo

tratará de proceder à descrição da área em estudo, contemplando sua formação histórica, localização e outros aspectos que a tornam singular.

### 3 DESCRIÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

O objetivo deste capítulo é caracterizar o território da crackolândia, objeto de estudo da presente pesquisa, situado próximo ao Mercado Municipal de Governador Valadares. Para tanto, como já visto na abordagem do Capítulo 2, a descrição de um território acaba por ser igualmente uma descrição da população que o compõe. Destarte, neste capítulo, algumas vezes, em complemento à descrição física da área, serão feitas observações sobre os atores sociais que a compõe (usuários de drogas, comerciantes, policiais e outros representantes do poder público).

Embora se tenha conhecimento da inseparabilidade e interdependência da perspectiva material da simbólica, como já discutido neste trabalho, por fins de delimitação temática e com base nos recursos metodológicos ao alcance do pesquisador, priorizaram-se as discussões voltadas para a dimensão concreta do território, ou seja, a sua materialidade. Como ensina Santos (2004, p. 120), “O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo”.

Assim, o presente Capítulo, bem como todo este trabalho, focalizou a discussão no tema território, em detrimento da discussão das territorialidades. Todavia, não deixou de tecer comentários sobre as duas dimensões com uma discussão multiterritorial, sempre que os dados ou fontes bibliográficas possibilitaram esse tipo de análise. Deste modo, neste capítulo são apresentadas a formação histórica desse território e suas interfaces com a abordagem territorial (descrita no capítulo anterior), partindo-se da Cidade de Governador Valadares, para o Bairro Central, até chegar aos quarteirões que integram o território em estudo.

Por fim, vale salientar que a pesquisa anterior sobre a formação histórica do Centro, realizada no âmbito da disciplina “Memória e Território”, do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), e cujos dados foram apresentados em forma de Comunicação Oral no 12º Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica desta universidade, e outras fontes bibliográficas e documentais (reportagens, mapas, croquis, etc.) foram fundamentais para redação deste Capítulo.

### 3.1 A CIDADE E O CENTRO DE GOVERNADOR VALADARES

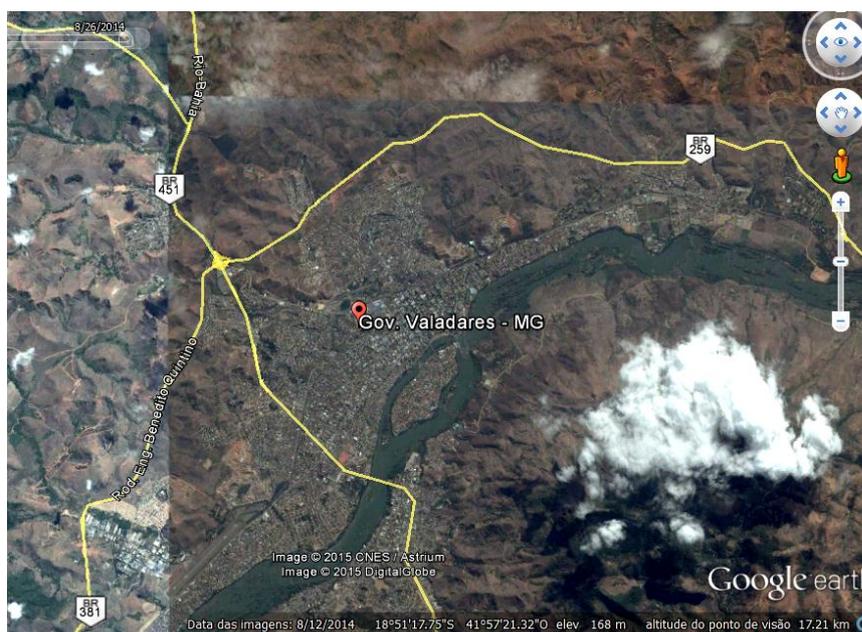
Nesta seção, apresentaram-se a Cidade e o Centro de Governador Valadares, como uma discussão preliminar à do território objeto de estudo desta pesquisa. Como forma de torná-la mais inteligível e didática, foi subdivida em duas seções terciárias, a saber: Governador Valadares – contextualização Brasil e Minas Gerais; O Centro de Governador Valadares.

#### 3.1.1 Governador Valadares – contextualização Brasil e Minas Gerais

Governador Valadares é um município do interior do Estado de Minas Gerais que se situa na mesorregião do Vale do Rio Doce, no leste do Estado, com a maior parte de seu território à margem esquerda do Rio Doce. Trata-se de um polo econômico da referida mesorregião, exercendo significativa influência sobre o leste e nordeste de Minas Gerais e municípios do estado do Espírito Santo.

Destaca-se que o município é servido pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Companhia Vale, pelas rodovias federais Rio-Bahia (BR-116) e BR-381, sendo que por meio desta última se liga à capital do Estado (Belo Horizonte) da qual dista 324 km. Ainda nesse sentido, sabe-se que também passa pela cidade a BR-259, que liga os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, assim como rodovias estaduais, que dão à cidade uma posição geográfica privilegiada.

**Fig. 5 - Vista aérea de Governador Valadares (Distrito-sede) com rodovias**



Fonte: Google Earth, Digital Globe, Image, 2015.

Como se vê na ilustração acima, o encontro das rodovias é um ponto favorável do município que o põe na condição de lugar de transição na escolha de rotas de vários viajantes. Contudo, esse mesmo aspecto que é visto como positivo, tratando-se do tráfico de drogas, faz com que o município também seja uma escolha na rota do tráfico, o que é uma das explicações para a grande quantidade de droga apreendida todos os anos pelos órgãos policiais atuantes em seu território.

Destaque, nesse aspecto, para a Polícia Militar, que realiza apreensões predominantemente em flagrante delito, uma vez que não lhe compete a investigação do crime de tráfico de drogas. Mesmo assim, a referida polícia apreende grande quantidade de drogas, sendo necessário, para tanto, a averiguação constante de toda e qualquer movimentação estranha para deparar com o ato em flagrante, e apesar de toda essa vigilância e monitoramento, o município continua sendo escolhido como uma rota principalmente de “mulas”<sup>34</sup> do tráfico. Com o intuito de ilustrar a quantidade de drogas apreendidas no Município, expôs-se a tabela abaixo:

**Tab. 1 – Total de apreensões em ocorrência de tráfico de drogas de Cocaína, Crack e Maconha<sup>35</sup> no Município de Governador Valadares no ano de 2014**

Tipo de droga		8ª Cia MEsp	6º BPM	43º BPM	TOTAL
Cocaína	Pó (Kg)	0,989	3,335	0,267	4,591
	Pasta (Kg)	9,091	3,802	6,259	19,152
	Papelotes (unidades)	121	1108	364	1593
	Outros (Kg)	0	0	1,729	1,729
Crack	"Pedras" (unidades)	571	3301	3158	7030
	Total (Kg)	0,794	1,459	3,419	5,672
Maconha	Prensada (Kg)	129,181	97,02	44,374	270,575
	Buchas (unidades)	369	1613	877	2859

Fonte: Seção de Inteligência da 8ª Região da Polícia Militar

É importante observar que na tabela em questão foi inserida somente com o intuito de fornecer uma amostra da quantidade de drogas apreendidas na região, de modo que constam apenas as apreensões de cocaína, crack e maconha (*vide* nota de rodapé com relação a esta

<sup>34</sup> Na gíria do tráfico, é o indivíduo encarregado de transportar a droga, quer em compartimentos (e.g. em veículo, malas, bolsas, mochilas, etc.), quer no próprio corpo normalmente engolindo a droga embalada ou colocando-a no reto.

<sup>35</sup> Para não extrapolar os objetivos da presente discussão, excluíram-se da Tab. 1 os dados com relação as apreensões de cigarros em unidade, haxixe em kg, sementes em unidade, sementes em kg, pés em unidade e outras drogas em kg, ainda que tenha ocorrido ocorrências de tráfico com tais apreensões.

última), em ocorrências de Tráfico de Drogas, realizadas pela PMMG, por meio das Unidades de Área (6º BPM e 43º BPM) e de apenas uma Unidade de Recobrimento (8ª Cia MEsp) que atua no Município de Governador Valadares.

Portanto, não estão incluídos na tabela nem apreensões de outras forças policiais, tampouco apreensões da própria PMMG de outra natureza (e.g. Uso de Drogas) ou de outra Unidade de Recobrimento (por exemplo, apreensões da 8ª Cia MAT), e mesmo assim, verificam-se números bastante elevados, tais como mais de 270,5 Kg de maconha prensada, mais de 19 kg de pasta base / mais de 1500 papélotes de cocaína e mais de 7000 pedras / mais 5,6 Kg de crack.

Dentro deste contexto, cabe falar acerca do sistema de defesa social no município. Primeiramente, a Polícia Militar é representada pela 8ª Região da Polícia Militar (RPM) que se constitui de 58 municípios, e é integrada por três unidades com responsabilidade territorial: o 6º BPM e o 43º BPM, ambos com sede em Governador Valadares, e a 25ª Companhia Independente (25ª Cia Ind), instalada na cidade de Guanhães. A referida Região de Polícia Militar conta igualmente duas companhias especializadas: a 8ª Companhia de Missões Especiais (8ª Cia MEsp) e a 8ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário (8ª Cia Ind MAT), ambas com sede em Governador Valadares.

As demais instituições que compõem o sistema de defesa social, de acordo com Minas Gerais (2014), estão estruturadas na cidade de Governador Valadares, basicamente da seguinte maneira:

- a) Polícia Civil com delegacia regional e delegacias especializadas de combate ao homicídio, antidrogas, mulher e juizado especial criminal;
- b) Polícia Federal com uma delegacia;
- c) Polícia Rodoviária Federal com uma delegacia;
- d) Sistema prisional possui 01 presídio, 01 penitenciária, 01 centro de internação e 01 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC);
- e) Corpo de Bombeiros Militar que sedia o 6º Batalhão de Bombeiros Militar;
- f) Justiça criminal estruturada em 03 varas criminais, 01 vara da infância e juventude, 01 vara de execução criminal e 01 juizado especial;
- g) Exército Brasileiro por meio do Tiro de Guerra 04-007 e pela 10ª Delegacia de Serviço Militar;

- h) Agentes de Trânsito da Prefeitura que atuam principalmente no centro da cidade;
- i) Vários outros órgãos de saúde e educação que não são da área de defesa social, mas cuja atuação pode influenciar tanto positiva, quanto negativamente o sistema.

Acerca da extensão do município, cuja área da unidade territorial é de 2.342,319 km<sup>2</sup>, é importante notar que Governador Valadares tem limite com os seguintes municípios: Açucena, Alpercata, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Frei Inocência, Galiléia, Marilac, Mathias Lobato, Nova Mógica, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, Sardoá e Tumiritinga.

Além disso, o Município possui 14 (quatorze) distritos<sup>36</sup>. A altitude do município conforme Governador Valadares (2015a), é de 1.123 m (máxima), no Pico da Ibituruna, e de 170 m (mínima), na foz do Rio Doce. Mais especificamente sobre a área urbana, deve-se destacar que essa é dividida em 130 bairros, entre oficiais e não oficiais, sendo que o de maior extensão territorial é o bairro Santa Rita, além de possuir 19 regiões administrativas (LUNARDI, 2011).

Com relação aos aspectos populacionais, Governador Valadares é uma cidade de porte médio, com população de 263.689 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, sendo 138.452 mulheres e 125.237 homens, de modo que o número de mulheres é 10,5% maior que o de homens. Pela estimativa de 2014, a população seria de 276.995 habitantes, conforme pesquisa realizada no sítio eletrônico “Cidades”<sup>37</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que mostra uma continuidade do crescimento populacional. Ainda de acordo IBGE (2010), é válido notar que o município é relativamente bem povoado, possuindo a densidade demográfica 112,58 hab/km<sup>2</sup>, cabendo notar que pelo IBGE (2010) é o 9º município mais populoso do Estado e o 90º do Brasil.

---

<sup>36</sup> Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Xonin de Cima, Xonin de Baixo, Derribadinha, Nova Brasília, Vila Nova Floresta, São José do Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, Santo Antônio do Porto, São José do Itapinoã e São Vítor.

<sup>37</sup> O Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil e no mesmo sítio eletrônico são encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras (IBGE, 2014). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=312770>. Acessado em: 23/06/2015.

Quanto ao clima da cidade, sabe-se que este é classificado pelo IBGE como tropical subsequente semiúmido, sendo o calor um aspecto característico da região. Nessa seara climático-ambiental, importa destacar que a cidade é marcada por grandes enchentes<sup>38</sup>.

Acerca da economia do município, importa notar que de acordo com IBGE (2010) o Produto Interno Bruto (PIB) do Município era o 153º maior do país, sendo o PIB a preços correntes igual R\$3.342.541.000,00 e o PIB per capita R\$12.676,07, destacando-se a área de prestação de serviços (setor terciário), seguido pelo setor secundário e primário respectivamente<sup>39</sup>. Em relação à renda per capita média de Governador Valadares, “verifica-se que ela cresceu 61,45% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 420,39 em 1991 para R\$ 618,21 em 2000 e R\$ 678,74 em 2010” (MINAS GERAIS, 2014a, p. 14).

No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), importa destacar que entre 2000 e 2010, este passou de 0,635, em 2000, para 0,727, em 2010, obtendo crescimento de 14,49%. Contudo, pelas últimas duas décadas, entre 1991 e 2010, apesar de a cidade apresentar um incremento no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 43,11%, ele ficou abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (52,93%), o que implica uma inferior melhoria da qualidade de vida do valadarense em relação ao cidadão mineiro e brasileiro em geral.

Segundo Minas Gerais (2014), há dezenove (19) aglomerados na cidade, os quais estão diretamente ligados aos 17 bolsões de pobreza existentes no município, conforme dados da Secretaria Municipal de Assistência Social. Com relação aos aglomerados, Lunardi (2011) destaca que esses são caracterizados pela miséria e falta de infraestrutura, como ausência de rede de esgoto, por exemplo, que torna visível a desigualdade social.

Dentro desses aspectos sociais e econômicos, vale salientar também que Governador Valadares se tornou conhecida pela grande quantidade de pessoas que emigram da cidade para

---

<sup>38</sup> Segundo o Diário do Rio Doce (2012), a enchente de 06 de janeiro de 2012, na qual o nível do rio Doce chegou a 4,13m, tendo atingido todos os bairros ribeirinhos, foi a terceira pior da história. A cheia do rio em tela só perdeu para a de 1997, quando atingiu 4,77m, e para a de 1979, quando chegou a 5,18m — a pior enchente já registrada na cidade. Disponível em: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089788440100002> Acessado em : 23/06/2015.

<sup>39</sup> Segundo IBGE (2010), o valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes foi de R\$2.355.979.000,00 (70,48%), seguido pela indústria, com R\$603.578.000,00 (18,06%) e pela agropecuária, com R\$48.414.000,00 (1,45%).

o exterior, com destaque para os EUA<sup>40</sup>, o que rendeu a alcunha de Governador “Valadólaires” ao município.

O município também recebe muitos visitantes em decorrência da prática de voo livre no Pico da Ibituruna, região essa que possui excelentes térmicas (massas de ar quente em ascensão), de modo que Governador Valadares é considerado um dos melhores lugares do mundo para a prática desse tipo de esporte.

Além do voo livre, a área do pico é propícia para a prática de outros esportes de aventura, tais como *hiking*, *tracking* e outros. O Pico da Ibituruna, que em tupi guarani significa “pedra da nuvem negra” (ou simplesmente “serra escura” ou “pedra escura”)<sup>41</sup>, por sua importância paisagística e ambiental, foi transformado em Monumento Natural Estadual pela Lei Estadual nº 21.158/2014, e é uma marca registrada de Governador Valadares. Além de atrativo turístico, o pico também serve à cidade como ponto de instalação das torres que pertencem às emissoras de rádio e TV locais.

Definir a cidade, o que falar ou não dela, torna-se um processo de seleção do que se escolhe ressaltar. Porém, a ideia do direito à cidade de Lefebvre (2001) é um possível caminho para a escolha. Guimarães (2009) explica que o direito à cidade significa, inclusive, direito a ser cidadão, em sentido pleno, não de modo naturalizado. Na etimologia da palavra cidade, verificam-se os termos *polis* e *civitas*, em que se abstrai a imbricação essencial da ideia de cidadão.

Muito utilizado como sufixo para identificação de cidades, e.g. Teresópolis, Florianópolis, etc., a *Polis* em sua origem, não “é necessariamente um terreno ou uma paisagem que localizamos como cidade; diferente disso é o conjunto de cidadãos em processos políticos e decisórios” (GUIMARÃES, 2009, p.31). Nesse sentido, o espaço urbano seria a materialização das condições da reprodução da vida, sem, contudo, excluir o sentido político,

---

<sup>40</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre motivações, circunstâncias e características da migração de Governador Valadares, confira SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: sociologia e política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

<sup>41</sup> Nesse aspecto, Fonseca (198-[?], p.28) fala que seria “Serra negra para Diogo de Vasconcellos e Nuvem Negra para o naturalista alemão Von Martius (...)”, e ainda explica mais adiante que “em conotação de sopro ou eflúvio da terra – Ibitu – de que ‘botu’ é a alternativa etimológica indígena” (*Ibidem*, p. 28).

de modo que o direito à cidade implicaria igualmente a participação política, cultural e simbólica pelos cidadãos.

Dentro desse contexto, a visão da cidade deve partir do sentido macro da organização político-administrativa e averiguar se em todos os espaços ocupados por seus cidadãos está se promovendo o direito à cidade. Nesse sentido, numa perspectiva mais contextualizada, a próxima seção tratou do Centro de Governador Valadares.

### 3.1.2 O Centro de Governador Valadares

Ao falar de Centro na condição de um bairro, primeiramente, deve-se responder ao questionamento do que é um bairro, para em seguida discutir as diferentes possibilidades de centro. Desta forma, o que vem a ser um bairro? Esta pergunta, do ponto de vista do senso comum, pode levar a uma resposta mental imediata da imagem de uma das várias partes em que se divide uma cidade, o que coincide parcialmente com a noção de bairro em um mapa, vista por cima, semelhante ao que Certeau (1994, p. 22) chamou de “olhar totalizante”, ou seja, aquele que “tudo vê”.

Por outro lado, o conceito teórico necessário a uma abordagem que contemple a formação histórica do que vem a ser o centro de uma cidade, deve ter uma dimensão mais abrangente do que a simples visão metonímica de uma parte pelo todo. Assim, de forma propedêutica, observa-se que etimologicamente a palavra bairro pode ser referenciada ao latim *barrium* (parte do território de qualquer povoação) e ao árabe *barri* (de fora, separado), o que não se distancia muito da definição do vernáculo: “Cada um dos núcleos habitacionais, industriais ou comerciais em que uma cidade é dividida”<sup>42</sup>.

Não obstante às diferenças existentes entre o etimológico e o lexical, esses guardam uma notável semelhança intrínseca, que é o fato de ambos serem percepções exteriores ao objeto, e por isso, guardam a mesma limitação no que se refere aos aspectos relacionais *intra* bairro. Com o objetivo de se superar tais limites conceituais, a caracterização do bairro pelo sentimento de localidade dos moradores de Barros (2004) é demasiado oportuna, pois não

---

<sup>42</sup> BAIRRO: In: LOVISOLO, Elena *et al.* **Larousse cultural**: dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1992, p. 117.

considera aquele apenas decorrente da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e pessoas no espaço. Dentro dessa ótica, o simples ato de delimitação de uma área como bairro não a qualificaria como tal, pois lhe faltaria o componente das relações intersubjetivas.

Percebe-se que tal posicionamento considera, ainda que de modo simples, tanto a perspectiva material, quanto a simbólica, que pressupõem a definição de bairro. Como ressaltado por Gonçalves (2003, p. 123), pertencer “a uma cidade, vila ou bairro, não é apenas viver nela, mas sim participar ativamente de seu cotidiano, de seus ritos e costumes”. Por esse prisma, o mesmo autor, ao proceder a uma análise da cidade de Campinas, observa que, no início, a organização do território ocorreu basicamente em função das condições geográficas impostas pelo terreno.

Todavia, depois de iniciada a urbanização, essas condições perderam a força e a organização da população passou a ser em conformidade com o seu poder aquisitivo. Em seguida, as etapas da industrialização e comunicação em massa teriam criado o que ele chama de “a figura do ‘morador espectador’, que se relaciona com a cidade e não com o bairro” (GONÇALVES, 2003, p. 126). Tal figura vai de encontro à noção de pertencimento que é esperada dos moradores de um bairro, na visão de uma comunidade.

Com base nessa problemática figura para o diálogo de uma formação histórica que será realizada na próxima seção, torna-se necessária a busca de abordagens que contemplem a prática cotidiana do e no bairro, sendo oportuna a reflexão de Certeau (2011, p. 40) no sentido de que o bairro é “um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário do bairro uma parcela conhecida do espaço urbano na qual positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”. Nesse sentido, esse espaço, que se tornaria gradativamente privatizado em função do seu uso quase cotidiano, não pode ser compreendido sem se caminhar dentro dele, observá-lo e principalmente ouvir como seus usuários se sentem parte dele.

Nesse sentido, o que é o bairro, ou o que este representa, deve variar entre moradores, comerciantes, transeuntes, etc. Tal visão foi reforçada quando da realização do trabalho, já mencionado, na disciplina “Memória e Território” do programa de Mestrado em GIT, no qual foi verificado que não se tratava de um estudo do centro de Governador Valadares, mas “dos centros”, uma vez que os limites e as configurações desse bairro central eram singulares na

memória de cada entrevistado. Esse aspecto será retomado na próxima seção que abordará a formação histórica tanto da cidade e do seu centro, quanto da área objeto de estudo desta pesquisa.

Entretanto, essa noção de que não existe apenas um centro era necessária à discussão, uma vez que a presente pesquisa, por pertinência metodológica e exiguidade de tempo, não contou com a realização de entrevistas. Desta maneira, poderia passar despercebida a relevância de mostrar que uma área “central”, assim como qualquer outro bairro, abarca tanto um lado mais objetivo de uma unidade territorial demarcada por um poder estatal (no caso em tela, a Administração do Município), quanto uma faceta subjetiva do que ele representa para os indivíduos e grupos que dele se apropria simbolicamente.

Superada essa etapa de se entender o que vem a ser o centro na perspectiva teórica de um bairro, adentra-se ao conhecimento concreto do Centro de Governador Valadares, com o intuito de caracterizá-lo como o que é delimitado como bairro central para o município, assim como vislumbrar suas diferentes possibilidades, além dessa delimitação formal. Por esse prisma, com o objetivo imediato de trazer à tona o que a própria administração municipal considera como região central, apresenta-se abaixo o mapa da divisão territorial do centro da cidade:

**Fig. 6 - Divisão Territorial do Centro de Governador Valadares segundo a Administração Municipal**



Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Valadares – Mapa de Bairros

Conforme se nota na figura acima, a noção de centralidade, no sentido de que são vários centros, e não somente um, é utilizada pela própria Administração Municipal, como forma de se organizar administrativa e politicamente. Os centros A, B e C, embora conjugados componham o mesmo bairro ou unidade territorial nominal, foram separados devido à necessidade de se enxergar as particularidades dos “centros do centro”.

Com uma rápida verificação no mapa, é possível perceber que somente o centro C possui margens em contato com o Rio Doce. Isso, quando próximo à Ilha dos Araújos, que é um bairro “nobre”, demonstra a noção de centralidade tanto do que se afasta da periferia no sentido literal, quanto no figurado, no sentido de que no centro se encontra maior poderio econômico ou poder aquisitivo. Entretanto, esse mesmo centro C possui contato com bairros mais carentes que sofrem por sua condição ribeirinha, e.g. o São Tarcísio.

Por outro lado, os centros A e B seriam totalmente “continentais”, no sentido de não terem porções em contato com o rio, porém, são diversos em relação aos contatos com comunidades carentes, pois o centro A poderia ser considerado como a parte mais “elitizada” do Centro, e talvez por não coincidência seja qualificado como o “A”, uma vez que o seu contato direto se dá apenas com bairros nobres, como, por exemplo, o Esplanada. Já o contato com bairros carentes, como Nossa Senhora das Graças e a sua parte conhecida como Morro do Carapina são bloqueados por edificações, muros e linha férrea, que só permitem acesso através do mergulhão na Avenida Minas Gerais, ou das passarelas que passam por cima da ferrovia, ligando (para transeuntes ou ciclistas) a Avenida Tupinambás à Rua Sete Setembro.

Embora também seja uma porção “continental”, o centro B, assim como o C, também se liga a bairros de maior vulnerabilidade social e, em alguns pontos, possui condição de infraestrutura tão precária que não é reconhecido como centro. Dentre esses pontos degradados do centro B, destaca-se a região da crackolândia do Mercado Municipal, que é o objeto de estudo desta pesquisa. Entretanto, apesar das diferenças, guardadas as proporções, todos os três centros possuem suas dimensões de centralidade econômica devido à quantidade elevada de comércios, presença de agências bancárias e outros pontos de circulação de dinheiro, como por exemplo, em detrimento da crackolândia, no centro B existe, outrossim, o GV Shopping e o Mercado Municipal, os quais são fonte de renda para expressiva parcela da população valadarense.

Outro exemplo da subdivisão do centro em “outros centros”, para uma melhor compreensão de peculiaridades e atuação por parte do Estado, trata-se da setorização implantada pela Polícia Militar na cidade de Governador Valadares, por meio da Instrução 014/2014 - 8ª RPM. Conforme Minas Gerais (2014a), a PMMG identificou, como estratégia mais adequada para produzir melhores serviços de segurança preventiva, a compartimentação (divisão e subdivisão do espaço territorial), alocando recursos para cada espaço físico, com a devida responsabilidade na gestão desses, bem como na prestação de contas por cada setor. Essa compartimentação do espaço geográfico denominou-se de setorização.

Durante o estudo do projeto de setorização, buscou-se verificar a viabilidade ou não da implantação dessa gestão mais compartimentada, mudando da gestão por Cias (Subáreas) para Pelotões (Setores). Através da comparação dos índices de criminalidade nos anos de 2012 e 2013 das duas Unidades de Área (43º BPM e 6º BPM) com sede em Governador Valadares, verificou-se que “os crimes contra o patrimônio ocorreram em sua maioria na área do 6º BPM, que contempla o centro do município, caracterizado pela intensa atividade comercial” (MINAS GERAIS, 2014b, p. 18).

Nesse sentido, insta salientar que, de um total de 17153 crimes contra o patrimônio registrados no período, aproximadamente 63% incidiram na área do 6º BPM. Quanto aos crimes contra a pessoa, estes incidiram de forma mais equilibrada entre as duas áreas (verificou-se uma variação de apenas 2,06% entre ambas). Ressalta-se igualmente que, de acordo com Minas Gerais (2014b), somente o bairro Centro representou 33,94% das ocorrências registradas na área do 6º BPM no período, de modo que mais de um terço dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio teriam ocorrido em um único bairro da Unidade.

Percebendo-se padrões como esse, verificou-se que, embora a cidade de Governador Valadares ainda seja de médio porte, o padrão criminal do seu centro estava tomando contornos semelhantes aos dos grandes centros urbanos. Diante disso, a subárea de responsabilidade da 44ª Cia PM, que abrange o Centro, e conforme IBGE (2010), possui uma população residente de 52.452 habitantes, foi subdividida em quatro setores de policiamento, visando aprimorar a gestão operacional no espaço a que se convencionou denominar “hipercentro” do município. O Quadro a seguir demonstra como teria ficado a divisão e traz outras informações relevantes de cada setor da mencionada Cia PM:

**Quadro 3 - Características e serviços prioritários por setor**

Cia	Setor	Bairros / Distritos	População	Características sociais e geográficas e criminais	Serviços prioritários
44 <sup>a</sup>	Hipercentro	Hipercentro (parte da área central situada à oeste da Rua Arthur Bernardes)	20.741	Comercial / Crimes contra o patrimônio e Crimes violentos	PAC – olho vivo PAC PPA GEPMOR Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	Ilha dos Araújos	Centro, Esplanada, Ilha dos Araújos e São Tarcísio		Residencial / Crimes contra o patrimônio	PAC PPA Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	São Geraldo	Morada do Acampamento, Senhora de Lourdes, São Geraldo e Vila Mariana	15.048	Residencial / Crimes contra o patrimônio	PAC PPA POP Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)
	Vila Bretas	Santa Terezinha, São Paulo e Vila Bretas	16663	Residencial / Crimes contra o patrimônio e Crimes violentos	PAC PPA POP Policimento comunitário (a pé, bicicleta, moto)

Fonte: Anexo A – Instrução 014/2014 (MINAS GERAIS, 2014b).

Conforme se vê acima, todos os setores da 44<sup>a</sup> Cia PM têm como característica criminal os crimes contra o patrimônio, porém, os crimes violentos contra o patrimônio são característicos do Hipercentro (apesar de crimes violentos em geral serem peculiares tanto no Hipercentro, quanto no Vila Bretas). Nota-se também que o Hipercentro é o único setor composto de menos de um bairro (somente parte da área central), enquanto os outros setores contam com no mínimo três bairros, porém, mesmo assim, é o único setor em que a criminalidade se volta mais para os comércios do que para as residências.

Por esses pormenores, mesmo sendo composto por menos de um bairro, é o que mais tem serviços disponíveis, inclusive a Patrulha de Atendimento Comunitário (PAC) voltada prioritariamente para as demandas do Programa “Olho Vivo”<sup>43</sup>, uma vez que esse sistema de videomonitoramento na 8<sup>a</sup> RPM conta com “54 câmeras, instaladas em sua maioria, na área

<sup>43</sup> O Programa “Olho Vivo”, conforme se abstrai do sítio eletrônico da Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS), “consiste no videomonitoramento de imagens geradas por câmeras estrategicamente distribuídas em regiões com altos registros de ocorrências de criminalidade contra o patrimônio”. É uma ferramenta importante para a prevenção e repressão deste tipo de criminalidade nas áreas instaladas. Em Governador Valadares o sistema está funcionando desde 26 de novembro de 2011, sendo composto por 54 câmeras, sendo 44 na região central da cidade e outras 10 no bairro Nossa Senhora das Graças.

central desta cidade”. (MINAS GERAIS, 2014a, p. 14). Desse modo, observa-se que o centro (e em especial a parte deste que compõe o setor Hipercentro), é quase que totalmente monitorada pelas câmeras do “Olho Vivo”.

Importa destacar igualmente que a população do setor Hipercentro é somada a do setor Ilha dos Araújo, totalizando 20.741 habitantes, uma vez que ambos abrangem o bairro Centro, em porções diferentes que não correspondem às unidades censitárias do IBGE. Todavia, em se tratando de população em regiões centrais, deve-se levar em conta que a movimentação pendular faz os picos demográficos muito superiores ao número de habitantes. Nesse sentido, observa-se que, atualmente, praticamente todos os pontos de estacionamento do centro são faixa azul, mas em uma passagem no centro, há dificuldades para se encontrar vagas.

Essas movimentações pendulares permitem apresentar, como explica Lepetit (2001), a diferente noção de centralidade japonesa, conhecida como “*Sakariba*”, de modo que a ideia de centro ali contida se baseia na visão de “um local frequentado”, de modo que o que é centro durante o dia, não necessariamente o será durante a noite. Nesse sentido, é importante observar que também influenciado por essa visão, o policiamento comunitário japonês é baseado principalmente nas bases chamadas “*KOBAN*”, as quais são instaladas em grandes centros urbanos com alta densidade populacional. Nesse diapasão, é importante observar que o sistema *KOBAN* foi um dos influenciadores na implantação da setorização do policiamento em Governador Valadares.

Em face desta etapa conclusiva da presente seção, deve-se relembrar que essa se iniciou com uma abordagem teórica em busca do conhecimento do que é um bairro, perpassando para o debate do que vem a ser o centro de uma cidade, tendo sido discutidas variadas hipóteses de centralidade. Diante de toda discussão apresentada, procedeu-se em seguida ao tratamento do Centro de Governador Valadares propriamente dito, ocasião em que se apresentaram abordagens desse mesmo espaço social, porém com enfoques diferentes. Sendo assim, tal cabedal de conhecimentos exige que se prossiga ao próximo passo deste Capítulo, com a descrição da formação histórica da área em estudo.

### 3.2 DA FORMAÇÃO HISTÓRICA À ATUAL ÁREA EM ESTUDO

Na presente seção, procedeu-se ao levantamento histórico do território da crackolândia do Mercado Municipal, passando de uma relativamente breve contextualização da história de Governador Valadares (incluindo o início do povoamento - Figueira do Rio Doce) e abrangendo a formação do centro da cidade até alcançar a atual área em estudo. Nessa visão, buscou-se não uma linearidade da discussão, mas apenas uma superação metonímica de conhecimento tanto do “todo”, quanto da “parte”, na medida em que como já apresentado no pensamento de Santos (2004), o “todo” apenas pode ser conhecido por meio do conhecimento das “partes”, e vice-versa.

Dentro deste contexto dinâmico e interativo, a abordagem de um ou mais territórios obrigatoriamente demanda um apanhado acerca de sua formação histórica, tendo em vista que “os problemas do nosso tempo – que incluem o problema de natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social (...)” (MILLS, 1982, p.156). Deste modo, pretende-se, nesta pesquisa, compreender o processo de desenvolvimento de Governador Valadares e de seu centro, até a aparição do território da “cena de uso” de crack e outras drogas em questão.

Vale destacar que a discussão desta seção é demasiado relevante para a melhor compreensão do objeto de estudo, pois como se abstrai de Mills (1982), o conhecimento histórico proporciona ao pesquisador ampliar a consciência do objeto a ser pesquisado, de modo que não se concebe compreender qualquer sociedade sem o uso de materiais históricos. Com base no discutido sobre as interações do território e da população, poder-se-ia substituir o pensamento do autor com relação à sociedade pelo território, no sentido de que também não há compreensão de qualquer território sem a discussão de sua formação histórica.

Dentro dessa perspectiva, no início da discussão dos encontros e desencontros que levaram à eclosão do município valadarense, nota-se que a área da bacia do Rio Doce foi uma das últimas ocupadas no Estado, devido ao receio da Coroa Portuguesa de contrabando do ouro e diamante para o litoral do Espírito Santo. Portanto, como explica Fonseca (198-[?], p.24)<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> FONSECA, José Raymundo. Figueira do Rio Doce. Governador Valadares, 198-[?]. Quanto à esta nota de referência, observa-se que o livro em questão foi lido nesta pesquisa, porém não possui ano de referência e outras informações. Todavia, nas Referências da tese de Guimarães (2009) constava o ano da forma ora utilizada

“criou-se as zonas proibidas do rio Doce”, de modo que proibiram não só a ocupação, mas também a ligação viária e fluvial com qualquer outra região.

Deve-se destacar que essa região já foi pacificamente habitada por indígenas, os Botocudos, até o início do século XIX. Entretanto, quando os veios auríferos se esgotaram e a antiga proibição de ocupação teria perdido seu fundamento teleológico, essa paz teria sido quebrada com a presença de soldados das Divisões Militares do Rio Doce (FONSECA, 198-[?]; ESPÍNDOLA, 1999). Destarte, como se abstrai das leituras de Espíndola (1999) e Guimarães (2009), houve um lento processo de ocupação, com a “Guerra Ofensiva aos Botocudos”<sup>45</sup> e os “incentivos fiscais e financeiros aos interessados em se fixar na região”.

De acordo com Fonseca (198-[?]), Espíndola (1999) e Espíndola (2005), Figueira<sup>46</sup>, que futuramente se tornaria Governador Valadares, era um pequeno povoado, formado pelo de casebres em torno de um porto de canoas, denominado “Porto Dom Manoel”<sup>47</sup>, protegido pelo Quartel Militar com o mesmo nome, instalado em 1810. Espíndola (1999) pontua que devido à posição estratégica da localidade, esta se destacou desde o início, especialmente no comércio de sal, tornando-se um pequeno entreposto comercial servindo o Nordeste de Minas e o Espírito Santo, o que garantiu a sobrevivência do povoado mesmo em local relativamente inóspito.

Espíndola (1999, p. 17) traz ainda que em 1907, “foi inaugurada a estação ferroviária de Derribadinha, que recebeu fornecedores de estrada de ferro, contribuindo para a formação de um pequeno e movimentado comércio”. Entretanto, o mesmo autor salienta que com a construção da ponte sobre o Rio Doce e a inauguração da Estação Ferroviária de Figueira em 1910, a rota do desenvolvimento se transferiu para o outro lado do rio, concretizando a

---

(198-[?]), dando a entender que seria da década 80. Outra referência encontrada foi em Espíndola (2005), mas nessa o ano foi constado [19-- ?], de modo que se adotou a primeira, pois seria menos incompleta.

<sup>45</sup> “Em 1808, foi declarada a ‘Guerra Ofensiva aos Botocudos’, pela Carta Régia de 13 de maio. Os habitantes indígenas foram considerados inimigos e os soldados receberam ordens de os perseguir e eliminar a qualquer custo” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 14). Para uma leitura mais completa a respeito da guerra, dos índios botocudos, bem como demais aspectos do “Sertão do Rio Doce”, recomenda-se a leitura de ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru/SP : EDUSC, 2005.

<sup>46</sup> “Figueira que assim já era chamada em 18-07-1810 pelo governador da capitania do Espírito Santo Manoel Vieira de Albuquerque Tovar (...)” (FONSECA, 198-[?]), p. 20).

<sup>47</sup> “O nome ‘Porto Dom Manoel’ ficou restrito ao uso oficial, pois desde os primeiros tempos a localidade ficou conhecida com o nome de **Porto Figueira do Rio Doce** ou simplesmente **Porto da Figueira**” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 15 – grifo do autor). O nome Figueira só teria se tornado “oficial em 1923, por ato do Presidente do Estado de Minas” (*Ibidem*, p. 22).

posição de entreposto comercial e dando início ao processo de crescimento do pequeno vilarejo com a chegada dos primeiros pioneiros.

A respeito disso, Fonseca (198-[?]) chama a atenção para a existência de duas correntes migratórias: uma proveniente da zona rural para a área urbana e outra dos “mercadores itinerantes”, ou seja, de “forasteiros”, tropeiros e comerciantes. Siman (1988) explica que tanto os “pioneiros”, quanto os “forasteiros”, são homens solteiros que vem de outras regiões, sem bens ou posses ou família, à procura de trabalho na ferrovia, no comércio e nas fazendas. Todavia, os “pioneiros” são homens da região, que chegam com suas famílias e pertences, e se estabelecem no comércio e nas terras locais.

Vale destacar que a emancipação de Peçanha somente veio a ocorrer em 31 de dezembro de 1937, por ato do Governador Benedito Valadares que criou município de Figueira, o qual teve o nome alterado para Governador Valadares, pelo decreto-lei 148, de 17 de dezembro de 1938 (ESPÍNDOLA, 1999). É importante ressaltar que, segundo o mesmo autor, com a emancipação política, o município cresce vertiginosamente, transformando radicalmente sua paisagem urbana. O município iniciou um grande “boom” econômico, vindo a se transformar em um polo regional durante as décadas de 1940 e 1950, por concentrar as atividades comerciais e de prestação de serviço, mas, principalmente, pela crescente exploração dos seus recursos naturais: “madeira, pedras preciosas, mica, solos férteis.” (ESPÍNDOLA, 1999, p.23).

De acordo com Santos (2000, p. 16), “A II Guerra Mundial é a causa da explosão econômica da pequena cidade, que passa a ser um lugar onde ‘corre dinheiro’”. Tal raciocínio é ratificado pela leitura de Espíndola (1999), que relaciona o período de ouro da mica com as décadas de 1940 e 1950, em que a sua demanda estava atrelada à fabricação de instrumentos de precisão e material elétrico, sendo essa muito alta, principalmente nos EUA, favorecendo a exportação. O autor procede a um raciocínio análogo com a madeira, porquanto a guerra teria criado vários óbices à importação de aço e derivados, o que exigiu gasto demasiado de carvão vegetal, de modo que as companhias siderúrgicas elevaram ao máximo a devastação da Mata Atlântica, floresta que cobria toda a região do Vale Médio do Rio Doce.

Nesse cenário, Espíndola (1999) mostra que na década de 1960, a exploração de mica entrou em decadência pela falta de demanda, e a de madeira pelo mesmo motivo, porque a

continuidade de sua exploração demandaria investimentos mais altos, o que não foi julgado conveniente pelos “exploradores” que optaram por migrar para outras regiões. Com a falta de investimentos, na década de 1970<sup>48</sup>, a situação evoluiria de estagnação para queda do crescimento, principalmente devido à “dificuldade dos empresários em adotarem novas práticas econômicas” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 34). Acerca disso, Cristiana Maria de Oliveira Guimarães, em sua tese de doutorado, versa que:

Na década seguinte, a situação de estagnação econômica recrudescer, acompanhando os acontecimentos nacionais e internacionais. À recessão somaram-se algumas especificidades locais, como o contato precoce com a comunidade americana e a constituição de uma intensa rede de migração, consolidando uma das características valadarenses mais marcantes no contexto atual – o grande número de migrantes que vão tentar a sorte no exterior, principalmente nos Estados Unidos. (GUIMARÃES, 2009, p. 18).

Nota-se que a migração internacional foi uma das alternativas econômicas adotada por parte da população valadarenses no período de crise. Essa informação remete a outra análise que deve ser feita, com relação ao impacto do crescimento econômico em relação ao recrudescimento populacional. Assim, deve-se destacar que o processo de crescimento populacional de Figueira teria começado lento, acelerando-se nas décadas de 1920 e 1930, para chegar ao auge, entre às décadas de 1940 a 1960, após já se ter tornado Governador Valadares.

Nesse sentido, Espíndola (1999) traz que a população nessas décadas teria passado pela seguinte dinâmica: em 1930 era de 2.103, em 1940 chegou a 5.743, em 1950 já era de 20.357 e em 1960 chegou a 70.494 habitantes. Em 1970, houve uma diminuição do ritmo, porém a população continuou a crescer, atingindo 125.174 habitantes. Destarte, verifica-se que os números coincidem com a prosperidade econômica da cidade, uma vez que essa teria se iniciado ao final da década de 1930 e teria despontado nas décadas de 1940 e 1950 (pico de crescimento econômico). Contudo, em 1960 começaria a estagnação e 1970 o declínio, sendo que nesta última, embora a população continuasse crescendo, o crescimento vegetativo teria desacelerado.

---

<sup>48</sup> A década de 1970 também levou embora outras atividades produtivas da cidade, como por exemplo, a cultura da cana-de-açúcar, quando do fechamento da Companhia Açucareira do Rio Doce (CARDO). Para uma leitura mais completa desse aspecto, sugere-se a leitura de Espíndola (1999), Santos (2000) e Guimarães (2009).

Dentro desse contexto, torna-se válido lembrar que Governador Valadares, nos seus primeiros tempos, era bem diferente da atual cidade. Santos (2000) e Fonseca (198-[?]) retratam a condição de um lugarejo ermo, empoeirado e sem calçamento, que contava praticamente com apenas uma rua: a Rua Direita (atual Prudente de Moraes). A iluminação chegou tardiamente (e no começo com os postes de iluminação no meio das ruas) e estrada de ferro passava em paralelo com a Rua Prudente de Moraes, também seguindo em outros pontos como o que depois veio a se tornar a Rua São Paulo. (FONSECA, 198-[?]; SANTOS, 2000; ESPÍNDOLA, 1999).

Nesse pensar, Espíndola (1999) explana no sentido de que a localidade apresentava problemas com o abastecimento de água<sup>49</sup>, saneamento básico e outros afins, de modo que se sofria com diversas doenças como a malária, leishmaniose e esquistossomose. Tal situação se agravava com o crescimento populacional vertiginoso que a cidade experimentava sem a estrutura adequada para recebimento de tal contingente populacional. Nesse período, conforme Vilarino (2008), a cidade passou a ser alvo de programas do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). É oportuno notar que apesar dos problemas de saneamento de Governador Valadares em seus primórdios, Santos (2000) descreve o outro lado das condições ambientais, tais como: a Ibituruna era coberta de mata verde, o Rio Doce era largo, de águas límpidas, e havia uma biodiversidade imensa da fauna e da flora, destacando que existiam onças enormes na região.

Governador Valadares se transformou e cresceu ao longo dessas idas e vindas, encontros e desencontros, que transformaram toda a cidade e também o seu centro, o qual recebeu várias novas ruas além das originárias - Rua Direita e Rua do Sabuco (atual Rua Belo Horizonte) -, ganhando não só extensão de seu espaço físico, mas da mesma forma, diferentes relações de poder e, conseqüentemente, novos territórios.

Desde o primeiro recenseamento de toda Figueira (que consistia basicamente em parte do que hoje é o centro e o Bairro São Tarcísio) que, segundo Fonseca 198-[?], teria sido feito por Joaquim Nery, em 22 de dezembro de 1930, até o que é hoje a área central conforme apresentado na Seção 3.1.2 desta pesquisa, muita coisa se modificou. Todavia, com base na delimitação temática, após abordada de forma geral à formação histórica de Governador

---

<sup>49</sup> “A água era buscada no rio ou comprada de carroceiros, que ofereciam o produto de porta em porta”. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 27).

Valadares e do bairro Centro, este será melhor discutido especialmente no que se refere à área objeto de estudo deste trabalho.

Diante disso, as duas próximas seções secundárias tiveram o papel de abordar as dimensões do processo histórico da crackolândia pesquisada como, em tese, o “calcanhar de Áquiles” da área central, e ainda de proceder à discussão de uma possível relação de sustentabilidade entre os movimentos do Mercado Municipal e o desenvolvimento da cena de uso de crack e outras drogas ali existente.

### **3.2.1 O "calcanhar de Áquiles" do Centro**

A área de estudo da presente pesquisa, território de uma das principais crackolândias de Governador Valadares, situada próxima ao Mercado Municipal, é degradada, frequentada por usuários e até traficantes de drogas e no passado constituiu a região da Zona Boêmia que teria perdurado em atividade até pouco tempo atrás.

Essas observações iniciais levam à seguinte indagação: Seria aquela região um verdadeiro ímã para coisas negativas, tais como prostituição, marginalidade e crimes, tornando-a o “calcanhar de Áquiles” do Centro? Como tentativa de iniciar uma resposta ao problema, deve-se notar que procedendo a um passeio na região, na perspectiva das caminhadas<sup>50</sup> para observação das práticas cotidianas sugeridas por Certeau (2011), notam-se de imediato as diferenças estéticas do lugar em estudo em relação aos demais pontos do centro do município – por exemplo, a baixa luminosidade e o aspecto sujo das vias e das edificações, o que pode ser um atrativo para os usuários se tornarem invisíveis naquele cenário.

Essas especificidades serão melhor pontuadas na seção 3.3 (que tratará da área de estudo propriamente dita – ou seja, sua contextualização no presente) e na análise/interpretação de dados. Contudo, do ponto de vista teórico, o aspecto visual do lugar ou não-lugar recebe

---

<sup>50</sup> Como já observado, Certeau (2011) ensina que para a descrição das práticas cotidianas de um lugar, deve-se percorrer este, andar por ele, e observá-lo de perto, ao invés de olhá-lo somente por cima (como por exemplo, do alto de um prédio).

comentários oportunos na presente seção, uma vez que tem de se analisar como os processos históricos aconteceram naquela área.

Em continuidade a essa visão, é válido trazer à discussão o trabalho organizado por Maria Stella Bresciani, de modo que a cidade pode ser analisada através de suas palavras. Em determinado ponto, a autora aponta a história da palavra inglesa “*slum*”<sup>51</sup>, demonstrando que teria perdido as aspas na escrita, no mesmo período em que emergiam os termos “*suburb / suburbia*” e mostrando que o termo teria caráter estigmatizador. (BRESCIANI, 2001). Da mesma forma, ao se analisar o termo “crackolândia”, que teve origem na imprensa, conforme pesquisa de Frugóli Jr. e Spaggiari (2011), constata-se, ao buscar uma conceituação que vá além da criada pela imprensa e TV, que essa tem um caráter estigmatizador, pois ali não é a “terra do crack”<sup>52</sup>.

Nessa proposição de “a cidade como um livro aberto” (BRESCIANI, 2001, p. 18-19), a autora apresenta outro termo que se ligaria com a questão estética da área em comento: o “beco”. Pela leitura, é quase que automático o inter-relacionamento do “beco” e de sua estigmatização coincidente com a das crackolândias - não só esta, mas todas que são quase sempre referidas como ambientes degradados, próximas a áreas demolidas e lotes vagos, constituindo os chamados por Arantes (1994) de “espaços residuais” dos centros comerciais. “O beco é sinistro, sujo, perigoso e feio” (BRESCIANI, 2001, p. 115).

Ao tratar do “beco”, a autora está remontando o fato histórico que teria ocorrido na transição do século XIX para o XX, em Porto Alegre, chamado a “guerra dos becos”,<sup>53</sup> de modo que a imprensa estaria associando esses à “desordem, a violência e tomados como sinônimo de atraso urbano numa cidade que almejava se modernizar” (*Ibidem*, p. 98). O beco teria sido identificado como “reduto das socialidades condenadas” e tal fato seria agravado porque esses “espaços estigmatizados se achavam encravados no centro da cidade”. Nessa condição de

---

<sup>51</sup> Palavra que possui traduções variadas no sentido de de conjunto de casas estruturalmente inadequadas para habitação humana, cujos sinônimos mais comumente apontados no português são “favela” e “aglomerado urbano”.

<sup>52</sup> Conforme já explicado nessa pesquisa, o termo que veio para amenizar essa questão do caráter midiático de “crackolândia” é “cena de uso do crack e outras drogas”, que inclusive é utilizado em partes dessa pesquisa, porém, como explanado anteriormente, a palavra “cena”, em pesquisa territorial, tem uma relação muito forte com o dramatismo, e não sendo o objeto de estudo deste trabalho, foi utilizado preferencialmente o termo “crackolândia”.

<sup>53</sup> De acordo com Bresciani (2001, p. 98), “A ‘guerra dos becos’ culminaria, na década de 60, com uma série de medidas públicas de intervenção que, redesenhando a cidade, apagariam fisicamente do espaço urbano a sua presença”.

reduto dos “excluídos urbanos”, o “beco”, segundo Bresciani (2001), poderia ser apontado como o então “calcanhar de Aquiles” do centro de Porto Alegre.

Preliminarmente, apenas analogias visuais são cabíveis da crackolândia em estudo com os “becos” de Bresciani (2001), porém, os levantamentos da formação histórica do lugar fazem questionar se não haveria mais similaridades supra estéticas. Assim, verifica-se que a crackolândia está no seio do Mercado Municipal, que é um local movimentado, de um comércio vivo, porém, não muito lembrado nas fontes pesquisadas, como será exposto agora. No livro de Santos (2006), por exemplo, que traz “100 anos de fotografias” da história de Governador Valadares desde os tempos de Figueira, não foi encontrada, em meio a tantas fotografias, uma que abarcasse a estrutura do Mercado Municipal.

É importante destacar nesse sentido, que o livro, em sua página 23, teve o tema “Comércio é atividade das mais antigas”, trouxe até a imagem aérea do jovem “GV Shopping Center”, inaugurado em 1999, juntamente com diversos comércios antigos (inclusive muitos já não existem mais na cidade, e.g. o Supermercado Pão de Açúcar). Tal ocasião caberia claramente à lembrança e devida homenagem ao Mercado, o qual representa a concretude do comércio mais livre e dinâmico, além de ser antigo, pois foi inaugurado em 1949<sup>54</sup>, porém, esse foi preterido.

Nesse mesmo livro de Santos (2006), ao procurar de forma mais ampla na região que abrange a crackolândia e o Mercado, foram encontradas somente duas fotografias à página 26 (na seção que trata do tema “Cidade industrializada”), sendo uma da fábrica das Massas Periquito S.A. e outra do Laticínios Barbosa & Marques. Essas duas indústrias se localizavam na antiga Rua 50 (atual Vereador Euzebinho Cabral). Com relação à Zona Boêmia propriamente dita, importa pontuar que não há nenhuma fotografia que identificasse pelo menos os locais onde ela funcionou no passado.

Tal constatação é relevante para a discussão proposta de um antigo e atual “calcanhar de Aquiles” do centro da cidade, tendo em vista que, como explica Boni e Hoffman (2011, p. 151), “ao longo da história, as fotografias urbanas retratam – de modo abrangente ou

---

<sup>54</sup> Disponível em : [http://www.jornalvaledoaco.com.br/ler\\_noticia.php?id=51076](http://www.jornalvaledoaco.com.br/ler_noticia.php?id=51076). Acessado em : 28/06/2015. Obs. também disponível no próprio sítio eletrônico do Mercado Municipal: <https://mercadomunicipal.wordpress.com/pioneiros>.

fragmentado – a vida da cidade, seu crescimento e sua arquitetura”. Assim, como pode ter sido excluído de um compêndio da vida, crescimento e arquitetura de Governador Valadares, a Zona Boêmia, e principalmente, o Mercado Municipal? Pode tanto ter sido motivado por mero esquecimento, quanto pela vontade de esquecer ou apagar.

É importante observar que esta análise não trata de um julgamento do trabalho no qual se quis produzir um arquivo fotográfico abrangente da cidade, mas sim de verificar se a área em estudo, dentro dos conceitos teórico-antropológicos de lugar e não-lugar, enquadra-se no primeiro ou no segundo conceito. Nesse sentido, Augé (1994) ensina que o lugar trata-se de um local de pertencimento, em que o sujeito se reconhece, enraíza-se; já o não-lugar é aquele local onde o sujeito não se reconhece, um espaço com o qual ele não se identifica, sendo locais de passagem. Assim, para saber se a área em estudo representaria para os registros históricos da cidade um “não-lugar”, é necessário apresentar outras fontes pesquisadas.

Dentro desse contexto, procurou-se no livro escrito pelo historiador Haruf Salmen Espíndola acerca dos 60 anos de história da Associação Comercial de Governador Valadares (ACGV), e durante a leitura, a única aparição encontrada acerca do Mercado Municipal foi uma relacionada aos camelôs, vendedores ambulantes e bancas, conforme se vê abaixo reproduzida:

A ampla área livre que fica na frente do quarteirão do Mercado Municipal de Governador Valadares era tomado por camelôs, que também ocupavam as calçadas das ruas centrais. Em junho de 1971, a diretoria enviou ofício ao prefeito pedindo a retirada dos camelôs e, ao mesmo tempo, promoveu na imprensa campanha contra presença dos camelôs. Através da imprensa, a entidade informou à opinião pública que havia protestado, junto à prefeitura, contra a presença de vendedores ambulantes e das bancas que obstruíam as calçadas, prejudicando diretamente os comerciantes, causando-lhes prejuízos. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 86).

É importante destacar que o livro de Espíndola (1999) baseou-se nos registros documentais da ACGV, de outros órgãos e entidades, bem como de fontes bibliográficas e até mesmo fontes orais (pois no livro houve entrevistas aos dois últimos presidentes da associação à época), por isso, novamente se deve destacar que não há nesta pesquisa uma crítica ao trabalho do autor que somente condensou e reproduziu o que lhe foi possível colher. Todavia, conforme se vê, o Mercado apareceu somente uma vez no livro e é citado fazendo referência à ocasião em que a ACGV estaria lutando para retirar camelôs, ambulantes e bancas, pois esses traziam prejuízos aos comerciantes. Desse modo, a relação da ACGV com parte dos comerciantes (pois tanto o

ambulante, o dono da banca e até mesmo o camelô são comerciantes) da região, aparentemente, não seria muito amistosa.

Não se pode, com base apenas nesta informação, afirmar que haveria uma relação de discriminação da associação para com o Mercado – ou para com parte dos comerciantes que ali atuavam. Entretanto, tal promoção na imprensa de uma atuação contra ambulantes, bancas e camelôs, por parte da ACGV relembra a pesquisa realizada por Elias e Scotson (2000), na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders”. Na obra, os autores relatam a investigação realizada na cidade, pseudo denominada, “Winston Parva”. Tal pesquisa ocorreu durante o Século XX e a realidade local foi experimentada pelo pesquisador, durante três anos, tendo se constatado que naquela comunidade havia evidente diferenciação entre os grupos sociais (com destaque entre os estabelecidos e os outsiders), o que gerava certa estranheza, porque ambos desfrutavam de iguais condições financeiras e sociais, sendo o fator diferenciador entre eles o tempo de residência no local.

Nesse sentido, a ACGV, que é uma associação voltada para os interesses do comércio local, aparentemente apenas estava querendo se livrar dos ambulantes, dos donos de bancas e camelôs que também são comerciantes. Obviamente, por trás da ação contra a figura do ambulante e do camelô há a questão da diferença de arrecadação tributária, que é muito mais dispendiosa para o comerciante devidamente cadastrado na junta comercial. Porém, na notícia veiculada, não foi discutido nada a esse respeito, no sentido de cadastrar o pessoal, definir outra área para uso, etc. Tal fato deve ser observado, na medida em que o maior evento do Mercado Municipal é a “feirinha” de domingo, onde ambulantes com barracas diversas tem a rua liberada com alvará para vender frutas, legumes, verduras, condimentos e artigos diversos. Logo, o lugar se fortalece em termos de números financeiros, exatamente quando se reúnem comerciantes dos quais a ACGV queria se livrar em 1971.

Vale salientar que, se por um lado houve uma rápida menção ao Mercado no livro sobre a história da ACGV, por outro, um aspecto da área em estudo aparece no texto através do “Torresmo”, tratando da época remota em que a zona boêmia funcionou nas proximidades das ruas São Paulo, Marechal Deodoro e Castro Alves. O autor contextualiza até a vegetação próxima à zona boêmia à época de Figueira: “Era a Rua do ‘Torresmo’, nome dado à Zona Boêmia. Entre o núcleo do povoado e a zona, e em torno desta, existia a capoeira e, mais

além, vinha a mata do Péla Macaco, que dominava todo trecho entre Figueira e Itambacuri” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 19).

Embora a Zona Boêmia ainda não houvesse se mudado para a região do Mercado quando se fala do tempo de Figueira (até porque à época nem havia se ocupado o espaço da área em estudo), quando Espindola (1999) fala de sua existência à época em que o município era um povoado, apresentando o epíteto “Torresmo” preservado ao longo dos anos, demonstra uma preocupação em registrar o que muitos não quiseram registrar. Logo, para Espíndola (1999), o “Torresmo” teria sido um lugar, ao invés de um não-lugar.

Um outro autor que menciona o “Torresmo” nesse período anterior a Governador Valadares, é Fonseca (198-[?]), o qual, pelo objetivo de seu trabalho em abranger todos os detalhes possíveis de Figueira do Rio Doce, faz uma abordagem até mais completa que de Espíndola (1999), porém, diferente deste, aquele em muitas ocasiões deprecia a imagem do lugar tratando-o como área criminógena, suja e desordeira, conforme abaixo reproduzido:

Na segunda transversal da rua de cima, começava a rua do “sabuco” que rumava à esquerda do rio. E que quanto mais próxima deste e da prainha de cima, tanto **mais heterogênea** ou **suspeita** se tornava a sua habilidade.

O “sabuco” era uma pálida amostra da **devassa** rua do “torresmo” da qual se dizia tratar do **mini-mangue carioca** em plena selva, de cujo modelo assimilava os **requintes de prostituição** e afluxo **faroeste decorrente**. (FONSECA, 198-[?], p. 39 – grifo nosso).

Conforme se vê, o autor em questão aponta para um ambiente não homogêneo ao resto de Figueira (“heterogêneo”), e mais, um espaço sujo, suspeito e enlameado, além de praticamente colocar o “faroeste” como quase que uma consequência da prostituição que ocorria no “Torresmo”. Em outro momento, o mesmo autor versa que “Os **crimes passionais** ocorriam **pelos lados do Sabuco e Torresmo**, caracterizando o clima de **faroeste** propício à **criminalidade impune**”. (*Ibidem*, p. 67 - Grifo nosso). Nesse sentido, percebe-se que o autor trata a Zona Boêmia como um lugar à margem, ou em outros termos, cujos adjetivos são todos pejorativos.

Por outro lado, Santos (2000) realiza uma exposição mais completa do tema, utilizando os dizeres que seriam do Coronel José Geraldo Leite Barbosa, nos quais o “Torresmo” é visto não só como a antiga Zona Boêmia dos tempos de Figueira, mas também como uma área que

entretinha a vida noturna dos trabalhadores e até mesmo provia um pequeno turismo para a região: “A vida noturna do local, animada pelos trabalhadores endinheirados da Companhia Morrison, (...), ganhara tal fama que muita gente vinha de longe exclusivamente para conhecer a parte boêmia da cidade” (SANTOS, 2000, p. 24). Assim, o autor expõe outra percepção da zona boêmia, dando-lhe a condição de lugar, que na visão de Moreira e Hespanhol (2007), pode ser compreendido como uma construção social fundamentada em relações espaciais.

Além de qualificar o local, as palavras do referido coronel, utilizadas por Santos (2000), também explicam a mudança para a área do Mercado Municipal e ainda traz uma caracterização física e social da área em estudo, naquela época, conforme exposto abaixo:

A Zona Boêmia valadarense começa na Rua São Paulo, ali pela Rua Marechal Floriano, e com o **crescimento da cidade é “empurrada” até o Córrego Figueirinha**. Ali, cresce e se consolida. Os **cabarés de maior categoria** são os de Dulce e Rosinha, que dispõem de bonitas mulheres e música ao vivo. Costumam também promover “shows” com grandes cantores. A **Figueirinha** (este é o nome da zona boêmia) possui **outras casas de nível médio e uma área de baixíssimo nível (O Torresmo)**. O lugar funciona todas as noites até o dia amanhecer. (SANTOS, 2000, p. 24-25 – grifo nosso).

De acordo com o exposto, percebe-se que o crescimento da cidade teria “empurrado” a Zona Boêmia mais para a periferia central, criando uma divisão do nível dos cabarés. Os mais requintados ou “de maior categoria”, que seriam de Dulce e Rosinha, teriam expandido as atividades de prostíbulo para também promover “shows”, oferecendo música ao vivo. Já o nível intermediário seria a zona chamada “Figueirinha” e a alcunha “Torresmo” teria sido preservada somente para “uma área de baixíssimo nível”, de modo que sob a ótica das “palavras da cidade” de Bresciani (2001), no processo de formação histórica, o termo “Torresmo” em Governador Valadares carregaria equiparável carga negativa à de “Beco” em Porto Alegre.

Em uma perspectiva multiterritorial de análise, torna-se relevante salientar que com essa divisão de muitas zonas boêmias coexistentes na Zona Boêmia (semelhante à de vários centros no Centro), para se permear na discussão da área de estudo como um novo e velho “calcanhar de Aquiles”, ou de um lugar *versus* não-lugar, deve-se pensar, com base em um cabedal histórico, que não existe “a história”, e sim “as histórias”. Tal fato se constata na observação de que muitas vezes a história não está registrada em livros, porém, eternizada em

fotografias, reportagens e, especialmente, nas memórias dos indivíduos que vivem nesse espaço geográfico de referência.

Nesse sentido, é importante mencionar que nas entrevistas coletadas durante a atividade acadêmica realizada na disciplina “Território e memória”, do Programa de Mestrado em GIT, da UNIVALE (TEIXEIRA et al., 2014; BRAGA e SANTOS, 2014), foram colhidos depoimentos sobre aquele local, que apresentam mais detalhes da zona boêmia, não transmitindo o aspecto de lugar decadente, ou de um não-lugar. Assim, naquela época, “a casa das meretrizes” provavelmente tinha um significado diverso do que lhe é atribuído atualmente e do que lhe foi atribuído nos tempos de Figueira (cf. Fonseca, 198[?]).

Quanto a este último aspecto, na busca pela temporalidade<sup>55</sup> que correspondesse à zona boêmia naquela época, essa pode ser abstraída da obra de Roberto Drumond, “Hilda Furacão”<sup>56</sup>, em que as zonas boêmias de Belo Horizonte, no início da década de 1960, são descritas como casarões de luxo, o que equivaleria à descrição observada em Santos (2000) sobre os cabarés de “Dulce e Rosinha”. Da mesma forma, a narrativa do Sr. Antônio Celso<sup>57</sup> ilustra a mesma opulência na zona boêmia de Governador Valadares:

“Essa zona boêmia era uma das mais famosas do Estado.(...) Porque era muita mulher, muito dinheiro, na época tinha aqui muito dinheiro, com o dinheiro da mica, madeira, boi. Era uma cidade próspera, mesmo na época. Vinha muito forasteiro. Era ponto estratégico.” (Antônio Celso)

“E na Zona Boêmia também saia o carro delas para competir com os três clubes daqui, o Minas, o Ilusão e o Garfo. E vinha dois lá da Zona Boêmia. Duas Boates também saiam com carros alegóricos, na avenida, desfilando ali.” (Antônio Celso)

Percebe-se, pelas descrições acima, que a zona boêmia era de alto nível, inclusive com participação social nas festividades carnavalescas da cidade. Acerca disso, é importante destacar a entrevista que Santos (2000) realizou com o Sr. Arnóbio Pitanga, que teria vindo para Governador Valadares (quando ainda era Figueira do Rio Doce, em 1937) e seria

<sup>55</sup> A fonte para análise de temporalidades, que é feita de forma simplificada nesta pesquisa, encontra-se em: LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

<sup>56</sup> Romance escrito por Roberto Drumond, publicado em 1991. O romance, que misturava realidade e ficção, foi adaptado para a televisão, em forma de uma minissérie, pela autora de telenovelas Glória Peres, e exibido na Rede Globo em 1998.

<sup>57</sup> Trata-se de trechos de entrevistas realizadas no âmbito do trabalho da disciplina mencionada e falam sobre a região em estudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Nos trechos apresentados, o entrevistado se referia mais à década de 1950, período ainda de alta prosperidade econômica na cidade.

personalidade marcante nos carnavais da cidade, no sentido de que não havia preconceitos com relações à participação das mulheres da zona nos carros alegóricos:

E vinham carros alegóricos da zona boêmia, da **Figueirinha. Dulce...** E havia outra... **Rosinha...** Certa vez, cada uma mandou dois carros para a rua. E a indumentária delas era rica. (Ri) **Não havia preconceitos contra elas, não. Todo mundo recebia** aquilo **com naturalidade**. Por que elas não poderiam se divertir? (...). (SANTOS, 2000, p. 43 – grifo nosso).

Notam-se nos depoimentos de Arnóbio Pitanga informações importantes. Primeiro, ressalta-se que, para ele, apesar da “Figueirinha” ser considerada menos opulenta que os cabarés de “Dulce” e “Rosinha”, os três foram equiparados, no sentido de todos terem uma rica indumentária. É importante também notar que a lembrança da “Figueirinha” foi imediata, mas teve uma resposta reticente no resgate da memória da “Rosinha”. Isso demonstra a riqueza simbólica da memória, pois o que representa importância para um indivíduo pode ser de menos relevância para outro, de modo que o processo de memorização consequentemente variará nesses.

Por essa via de raciocínio, a diferenciação daquele ambiente em relação aos demais pontos centrais implica discussões no campo simbólico, significando muitas vezes um lugar esquecido ou que se busca esquecer, um lugar associado a tragédias e, contraditoriamente, festivo e boêmio que participou da formação histórica do centro e da cidade de Governador Valadares. Por outro lado, no campo estético, a região é caracterizada muitas vezes como reduto, para o qual foram “empurrados” os cabarés e assim por diante.

Mediante essas discussões, cabe a análise da área a partir da forma como Tuan conceitua o lugar, ou seja, “qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas” (TUAN, 2011, p. 8). Dessa leitura, vê-se que, por mais que muitos apontem infundadamente a área em estudo como um não-lugar, ela é um lugar, pois representa ou representou significados diversos para os vários atores sociais que a compõem, ou que pelo menos, sabem da sua existência.

Com base na lógica abstraída de Moreira e Hespanhol (2007, p. 49), no sentido de que apreender o lugar é “contextualizá-lo em suas acepções teóricas”, esta seção tentou contextualizar a área objeto de estudo desta pesquisa, principalmente no ponto de vista de sua formação histórica, com o intuito de verificar no passado, o que pode ter influenciado em sua

caracterização presente. Desta forma, na próxima seção, averiguar-se-ão numa perspectiva ampla, os movimentos do Mercado Municipal e a possível relação de sustentabilidade desses com o surgimento e a existência da Crackolândia.

### **3.2.2 Os movimentos do Mercado Municipal e a sustentabilidade da Crackolândia**

Na presente seção, procedeu-se à análise da dinâmica pulsante do Mercado Municipal e a possível relação de sustentabilidade daquela com a crackolândia estudada nesta pesquisa. Para tanto, realizou-se uma busca de informações e fotografias relacionadas, a caracterização de diferentes sustentabilidades territoriais, a avaliação de semelhanças com a Estação da Luz em São Paulo e o retome de outras abordagens teóricas que complementaram esse trabalho analítico.

De antemão, é importante observar que o movimento pulsante da região do Mercado Municipal e seu entorno já foi constatado no trabalho de levantamento da formação histórica do Centro de Governador Valadares mencionado em outras ocasiões nesta pesquisa. Nesse sentido, dentro do recorte temporal de três décadas proposto no referido trabalho, os trechos da entrevista do Sr. Zacarias Brito, destacados abaixo, falam sobre a região, objeto de estudo desta pesquisa na década de 1970:

“(...) e o mercadão sempre foi aquele movimento, um entra outro sai, vende, compra, era uma atração, era um ponto turístico nosso aqui, era o Mercado Municipal.” (Zacarias Brito)

“(...) no mercado também tinha ruas por lá que só um bando de mulheres de vida livre que se chamava naquele tempo, dava muito movimento e tal.” (Zacarias Brito)

Tais relatos remontam às indagações com relação àquela região ser ou não um verdadeiro ímã para coisas negativas (e.g. prostituição, marginalidade, uso explícito de drogas, etc.). Embora já superada essa discussão, principalmente no que se refere à época da Zona Boêmia e o “calcanhar de Aquiles” do Centro, quando se retomam as narrativas do Sr. Zacarias Brito, vê-se que mesmo não tendo uma conotação de decadente simplesmente por ser área de prostíbulos, o local já era um lugar discriminado e marginal, no sentido de se estar à margem

da sociedade, pois expressões como “mulheres de vida livre” transportam uma carga de separação ou adjetivação negativa.

Por outro lado, mais importante do que o retome desse aspecto, já abordado em seção própria na pesquisa, são dois fatores: o dinamismo vivo do mercado e uma percepção positiva do local. O primeiro fator é facilmente observado quando o Sr. Zacarias Brito menciona que “o mercadão sempre foi aquele movimento, um entra outro sai, vende, compra”. Até mesmo quando se refere à zona boêmia, ele pontua que “dava muito movimento e tal”, o que vislumbra o Mercado em sua essência como uma área de comércio vivo e pulsante e que estende tal dinamismo às suas adjacências. Já o segundo fator é abstraído do orgulho que o entrevistado demonstra sentir do Mercado Municipal ao alcunha-lo carinhosamente de “Mercadão”, e ainda, considera-lo “uma atração”, “um ponto turístico nosso aqui”.

Deve-se mostrar que tal percepção merece destaque por mostrar que a mesma região discriminada por alguns, é admirada por outros, uma vez que no recorte temporal da década de 1970, vai ao encontro da situação já relatada nesta dissertação acerca da ACGV se manifestando contra os camelôs, bancas e ambulantes no Mercado em 1971 (Cf. Espíndola 1999). Ademais a isso, ressalta-se que foram realizadas pesquisas de fotos antigas do mercado e suas adjacências, a fim de procurar compreender a importância do local dentro do centro da cidade, porém, tais tentativas foram sem êxito.

A primeira busca realizada por fotografias do Mercado Municipal se deu na internet por meio do sítio eletrônico do Google<sup>58</sup>, na qual não foi achado registro fotográfico do Mercado antigo (anterior a reforma que colocou a faixada atual). Posteriormente, foi realizada busca em livros e em algumas edições do DRD, da mesma forma não se logrando êxito (com destaque para o já mencionado livro de “100 anos de Fotografias” da história da cidade de SANTOS, 2006). É importante salientar que foi realizada uma visita ao Museu de Governador Valadares, com o intuito de se procurar fotografias aéreas antigas do centro da cidade, tendo sido encontrada uma imagem da década de 1950 que abrange bem o bairro, tendo a Praça Serra Lima como ponto central:

---

<sup>58</sup> Disponível em : [https://www.google.com.br/search?q=fotos+antigas+mercado+municipal+GV&ie=utf-8&oe=utf-8&gws\\_rd=cr&ei=\\_s-QVdfrCYvu-AGXhLA4](https://www.google.com.br/search?q=fotos+antigas+mercado+municipal+GV&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=_s-QVdfrCYvu-AGXhLA4). Acessado em : 28/06/2015.

**Fig. 7 - Vista parcial da área central, com destaque a Praça Serra Lima, na década de 1950**



**Fonte: Museu da Cidade.**

Vê-se na figura acima, que até mesmo uma porção da Ilha dos Araújo e a totalidade do Bairro São Tarcísio (na parte superior da fotografia, respectivamente ao centro e à esquerda) são abrangidos naquela, mas o Mercado Municipal está no ângulo oposto (à direita) do escolhido pelo fotógrafo. Toda fotografia demanda a escolha do ângulo a ser tirada, do qual se abstrai a intenção do que se desejou registrar, bem como do que deixar de fora.

Diante disso, procurou-se por fotos do centro de Governador Valadares, em cartões postais na Internet, com o objetivo de encontrar uma que teve a intencionalidade de registrar o “centro B” da cidade, e não só o “A” e o “C”. Nessa busca, verificou-se no sítio eletrônico do Mercado Livre uma fotografia mais ampla do centro da cidade, sendo menos favorecedora de um lado em detrimento do outro, a qual foi abaixo disposta:

**Fig. 8 - Vista parcial da área central, com destaque a Ilha dos Araújo (fundo) e Praça Serra Lima (centro), sem data precisa**



Fonte: sítio eletrônico do Mercado Livre<sup>59</sup>.

Insta salientar que embora não se veja o Mercado Municipal nesta imagem, verifica-se uma porção significativa do “centro B”. Contudo, o não encontro de uma imagem aérea antiga da região do Mercado Municipal, a fim de verificar as dimensões espaciais desse comparado à sua circunvizinhança e outros aspectos, pode ser suprida por outras formas de investigação, até porque, mapas e visões de cima são o que Certeau (1994, p. 22) chamou de “olhar totalizante” que “tudo vê”. Logo, muitas vezes esses podem levar o observador a interpretações equivocadas.

Por esse prisma, contando com as informações levantadas através das entrevistas já citadas e de outras fontes que demonstram a região em tela como de movimentos intensos, deve-se buscar outros referenciais teóricos que permitam verificar se há relações de sustentabilidade com esse dinamismo do Mercado Municipal e a “cena de uso” do crack e outras drogas que, por uma série de processos (históricos, sociais, ambientais, etc.), instalou-se em suas proximidades.

<sup>59</sup> Conforme descrição portal de compras, trata-se de “Foto Postal Antiga, Governador Valadares, Vista Aérea” (Disponível em: [http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-665165201-foto-postal-antiga-governador-valadares-vista-aerea\\_JM#redirectedFromParent](http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-665165201-foto-postal-antiga-governador-valadares-vista-aerea_JM#redirectedFromParent). Acessado em: 28/06/2015).

Nesse sentido, uma crítica relevante ao olhar de cima, que apresenta o almejado referencial teórico, pode ser encontrada em Scott (1998), o qual, ao discutir desordens notadas pelo ensaísta, arquiteto e planejador Charles-Edouard Jeanneret (mais conhecido pelo seu nome profissional “Le Corbusier”), o autor observa que *“the disorder he wished to correct was not so much a disorder at ground level but a disorder that was a function of distance, a bird’s eye view”*<sup>60</sup> (SCOTT, 1998, p. 106).

Contudo, com uma perspectiva mais comedida, a presente pesquisa não excluiu as visões de cima, mas ao invés disso, apenas validou estas conforme comparadas com outras evidências teóricas, tendo em vista que, como ressalta Massey (2008, p. 160) “Nem todas as visões do alto são problemáticas – são apenas outra forma de ver o mundo”. Assim, numa perspectiva plural, quanto mais formas de ver o mundo se agregarem com apoio dos referenciais teórico-metodológicos, maiores serão as chances de se alcançar alicerces mais sólidos nos resultados.

Dentro desta lógica, para se verificar a possível relação de sustentabilidade entre o Mercado e a crackolândia em tela, torna-se oportuno apresentar o pensamento de Scott (1998) quando este fala do contraste entre a Brasília planejada e a conseqüente Brasília não planejada, aquilo que o planejamento não viu em princípio, porém que, de certa forma, sustentá-lo-ia:

*The unplanned Brasília – that of the rich and that of the poor – were not merely a footnote or an accident; one could say that the cost of this kind of order and legibility at the center of the plan virtually required it be sustained by an unplanned Brasília at the margins. The two Brasília was not just different; they were symbiotic*<sup>61</sup>. (SCOTT, 1998, p. 130).

Por esse prisma, assim como se verifica uma relação de simbiose entre as “duas Brasília” mencionadas acima, há necessidade de se verificar se existe também um processo mutualístico na perenidade da existência do território do crack ora estudado e o Mercado Municipal de Governador Valadares. A esse respeito, deve-se atentar para o fato de que, conforme já estudado, os ambientes das famigeradas crackolândias implicam confusão entre o

---

<sup>60</sup> “a desordem que desejava corrigir não era tanto um distúrbio ao nível do solo, mas uma desordem que era uma função da distância, a vista do olho de um pássaro” (Tradução nossa).

<sup>61</sup> As Brasília não planejadas – a que é dos ricos e a que é dos pobres – não eram meramente uma nota de rodapé ou um acidente; pode-se dizer que o custo deste tipo de ordem e legibilidade no centro do plano virtualmente exigia ser sustentado por uma Brasília não planejada nas margens. As duas Brasília não eram apenas diferentes; elas eram simbióticas. (Tradução nossa).

público e o privado, uma vez que as ruas e praças apropriadas pelas cenas de uso estabelecem fronteiras – às vezes, muito mais simbólicas do que físicas – que separam, aproximam e ordenam os grupos sociais nas relações dentro daquele território.

Por esse prisma, tanto para acessar o passado quanto o presente do território em estudo, é necessário buscar as suas “inscrições no tempo e no espaço” (NETO, 2006, p. 143). Consoante esse entendimento, verifica-se a visão de Haesbart e Limonad (2007) de ser o território ao mesmo tempo apropriação e domínio de um espaço socialmente partilhado, uma vez que os atores ali atuantes podem se sentir pertencentes aos diversos grupos com os quais se interagem. Mesmo não sendo objeto desta pesquisa o estudo de outros territórios, tampouco da percepção dos atores sociais, é importante destacar, como já visto na discussão territorial, que pode haver diversos territórios dentro de um mesmo território.

Nesse sentido, com base no que esse trabalho se propôs a estudar, cabe na presente seção a verificação de uma possível simbiose entre lugares (Mercado Municipal e crackolândia). Uma forma de se discutir tal questão em um plano teórico seria a comparação com outro território do crack, tendo sido escolhida, para isso, a região da Sé, em São Paulo, a qual foi selecionada, em razão de haver diversos trabalhos científicos sobre essa crackolândia.

Por essa ótica, soma-se aos diversos autores apresentados nesta pesquisa, o livro de Tomás Chiaverini, “Cama de Cimento”, no qual o autor aborda mais do que simplesmente a crackolândia, mas a população de rua e no meio dessa muitos usuários de drogas, dentre as quais está o crack. No prefácio, Gilberto Dimenstein avalia positivamente o trabalho quando afirma que o autor “não se propôs a fazer teses ou dissertações acadêmicas. Não buscou explicações nem, muito menos, soluções, tudo isso se pode fazer em um gabinete. Ele se propôs a ouvir o povo das ruas, indo até as camas de cimento” (DIMENSTEIN, 2007, p. 9).

Esse aspecto faz destacar o livro como uma ferramenta útil de comparação, mesmo se voltando para a população em situação de rua, pois o autor se propôs fazer uma pesquisa com observação participante e entrevistas. Mesmo não seguindo parâmetros metodológicos, conseguiu perceber a vivência da região da Sé no período “majoritariamente entre o ano de 2005 e o início de 2006” (CHIAVERINI, 2007, p. 11). Fazendo uma observação acerca da população em situação de rua, o autor fala da justificativa da preferência daquela por se instalar na região central.

Nos arredores da praça, que formam o subdistrito da Sé, está a área de maior concentração de pessoas que moram na rua, mais de 800<sup>62</sup>.

Eles **preferem a região central**, que oferece **maiores possibilidades de bicos**, facilidade de transporte, tem **um comércio intenso com seu valioso lixo** – que sempre rende **papelão e latinhas** – tem albergues e casas de convivência por perto e o tempo todo passam instituições religiosas ou bons samaritanos civis a distribuir comida nas quentinhas brilhantes, as cascudas, de papel laminado. E, nessas horas, todos se sentam para comer nas escadarias da catedral e dobram a tampa metálica em colheres improvisadas. (DIMENSTEIN, 2007, p. 19 – grifo nosso).

Percebe-se acima, que a indicação de preferência pela região central da população em situação de rua coincide muito com algumas das preferências dos usuários de crack, até porque, muitos dos entrevistados no trabalho de Chiaverini (2007) usavam ou já usaram crack. Um exemplo categórico de tal semelhança é a latinha de alumínio que, como já explicado por Oliveira e Nappo (2008), é a principal “matéria-prima” para a confecção do cachimbo (“marica”) para o uso do crack. No caso de Governador Valadares, o Mercado e seus comércios circunvizinhos produzem uma quantidade enorme de latinhas e outros insumos – como garrafas PET e canos PVC, entre outros –, o que bate perfeitamente com a descrição de possuir “um comércio intenso” e “seu valioso lixo”.

Por essa via de raciocínio, a ideia de uma relação mutualística entre o Mercado e a crackolândia teria, *a priori*, fundamento, com base nessa comparação. Outra correlação possível de ser feita com relação aos levantamentos de Chiaverini (2007) é acerca dos números da população de rua em São Paulo:

O povo das ruas em todo o município de São Paulo – que em 1991 era composto por cerca de três mil pessoas<sup>63</sup> -, hoje chega a mais de 10 mil. A quantidade simboliza menos de 0,1% da população paulistana, **mas é uma minoria que incomoda**. Tanto que em 1986, a então Secretaria Estadual de Promoção Social estimava que havia 100 mil pessoas vivendo embaixo de pontes e viadutos da cidade, segundo reportagem do *Jornal da Tarde*. (CHIAVERINI, 2007, p. 19 – grifo nosso).

Tal observação do autor, em ser uma minoria que incomoda, também é claramente aplicável à situação do território da crackolândia, pois é óbvio que há muito mais diferentes atores sociais ali do que usuários de drogas. No Mercado, há um número infindo de comerciantes, clientes, transeuntes, representantes de órgãos públicos (principalmente os de fiscalização e segurança

<sup>62</sup> Fonte - conforme livro em tela: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2003.

<sup>63</sup> Fonte - conforme livro em tela: “População de rua – Quem é, como vive, como é vista”.

pública), condutores de veículos e outros. Mas a minoria que está ali também incomoda, tendo em vista ter chamado a atenção da população, da polícia e da imprensa.

Com relação a essa questão de incômodo social, oportuniza destacar que, conforme a doutrina majoritária do Direito Penal entende, o uso de drogas ilícitas (e.g. o crack) não foi descriminalizado pela lei 11.343/06, mas somente deixou de ter a pena de prisão. Visão essa que é reforçada pelo fato de o tipo penal está previsto no “CAPITULO III” da lei que trata “DOS CRIMES E DAS PENAS”, no artigo 28, cujo texto foi reproduzido abaixo:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Nesse sentido, é importante frisar ainda, que pensando no uso de drogas ilícitas como um crime, independentemente da exposição, e tomando a utilização explícita como uma desordem social ainda mais séria, torna-se oportuna a discussão das abordagens do espaço e criminalidade, uma vez que essa é útil para se compreender o território ora estudado e verificar ainda mais a espécie de cooperativismo entre o mercado e a crackolândia.

Dentro deste contexto, Lima (2010) apresenta de forma resumida, as quatro abordagens consideradas mais relevantes para a análise teórica das relações entre espaço e criminalidade, sendo que duas a autora considera como ponto de partida para a discussão, uma vez que apresentam visões bastante divergentes acerca do modelo de cidade, forma de controle do espaço e questões comportamentais em relação aos estranhos, a saber: visão de Jane Jacobs e de Oscar Newman.

Para Lima (2010), Jane Jacobs defenderia a diversidade, a permeabilidade entre espaços e vizinhanças e o uso intenso das ruas (até mesmo pelos estranhos), como fonte de vitalidade urbana e de segurança. Assim, por essa abordagem, nota-se que o Mercado, pelo menos durante o dia, deveria ser um espaço, em tese, seguro. Por outro lado, Oscar Newman defenderia territorialidades mais restritas, de modo que os espaços seriam mais impermeáveis, sendo os moradores responsáveis pela vigilância natural e os estranhos pela insegurança. Já

com base nesse autor, a região do Mercado poderia ser impactada pela falta de vigilância dos moradores, ou pela presença de estranhos.

De acordo com a autora, a terceira abordagem seria a de Bill Hillier, que vê o espaço mais permeável, integrado e favorecedor do movimento e da co-presença de pessoas de diversas categorias. A quarta e última abordagem seria a do programa *Crime Prevention Through Environmental Design*<sup>64</sup> (CTPED), que trabalha com a ideia de prevenção arquitetônica, no sentido de que o desenho do meio ambiente pode contribuir para a redução de certos tipos de crime, bem como para o aumento da sensação de segurança das pessoas.

Vale salientar que vários países adotam a produção de documentos baseados no CTPED, como por exemplo Singapura<sup>65</sup>, que tem um manual próprio totalmente baseado nesse programa de prevenção. Segundo a teoria coloquialmente conhecida como *Broken Windows Theory*<sup>66</sup> de Wilson and Kelling (1982)<sup>67</sup>, há pontos chave para a prevenção criminal que possuem relação direta com o problema. O primeiro ponto seria o descontrole de incivildades da vizinhança – como exemplo, temos a presença de gangues, da prostituição e de embriagados, o que aumentaria o medo dos cidadãos.

O outro ponto seria a desordem comportamental, que transmite um sinal de que ninguém se importa na comunidade com determinados tipos de comportamentos, e que as pessoas tolerariam ou até mesmo reforçariam tais comportamentos, o que, por sua vez, atrairia mais perpetradores e aumentaria o medo do crime<sup>68</sup>.

Levando-se em consideração a crackolândia, objeto de estudo deste trabalho, para saber a respeito da relação de sustentabilidade do Mercado Municipal com esta, torna-se necessário proceder à análise de dados. Portanto, se a desordem daquele ambiente impacta o território ali existente é algo que será possível verificar mais profundamente no Capítulo 5.

---

<sup>64</sup> “Prevenção Criminal Através do Design Ambiental” (Tradução nossa).

<sup>65</sup> SINGAPORE. Crime Prevention Through Environmental Design. National Crime Prevention Council c/o Public Affairs Department, Police Headquarters. Singapore, October 2003. Disponível em: [www.ncpc.gov.sg](http://www.ncpc.gov.sg). Acessado em: 10/12/2013.

<sup>66</sup> “Teoria das Janelas Quebradas” (Tradução nossa).

<sup>67</sup> WILSON, J. Q., & KELLING, G.L. *The police and neighbourhood safety*. *The Atlantic*, 29-38.

<sup>68</sup> Outro ponto que também tem relação com o objeto e que também impacta positivamente na sensação de segurança ou redução do medo, trata-se da prevenção dos delitos menos graves.

Nesse sentido, a presente seção serviu para, por meio de comparações teóricas, levantamentos de outras fontes bibliográficas e documentais, analisar no campo das abstrações como é possível conjecturar relações de sustentabilidade entre o Mercado Municipal e a crackolândia em estudo, como uma etapa necessária à próxima seção, na qual se abordou a área de estudo propriamente dita.

### 3.3 A ÁREA EM ESTUDO PROPRIAMENTE DITA

Nesta seção, tendo já perpassado pelas etapas de discussão da cidade de Governador Valadares, seu bairro Centro e a formação histórica deste e da região do Mercado Municipal, estudou-se a área de pesquisa propriamente dita, numa perspectiva mais atual do que constitui o território da crackolândia estudada. Essa “cena de uso” certamente já foi vista pela maior parte da população da cidade, porém, provavelmente, essa mesma maioria desconhece as pessoas e as especificidades daquele território. Nesse sentido, é oportuno apresentar o prefácio do livro de Chiaverini (2007) escrito por Gilberto Dimenstein.

Tão próximos e tão visíveis – mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias. (DIMENSTEIN, 2007, p. 09).

Percebe-se que a população em situação de rua da região da Sé em São Paulo novamente apresenta similaridades com os usuários de drogas da crackolândia em estudo, no que tange à invisibilidade e distância, mesmo estando tão próximos e visíveis. A invisibilidade do lugar foi abordada, inclusive do ponto de vista histórico, mas a condição de invisíveis e paradoxalmente visíveis dos usuários de drogas estaria mais voltada para o receio dos demais frequentadores da via, ou seja, mais vinculado às mencionadas “fronteiras imaginárias”.

Nesse diapasão, nota-se que o lugar tem sido alvo da mídia local no contexto hodierno, de modo que pelos meios de comunicação em massa o local tem sido visto e visível, com variadas fotografias divulgadas tanto da população usuária, quanto dos espaços físicos por eles utilizados. Um exemplo nesse sentido é a matéria do jornal “Hoje em Dia” sobre o local, publicada em 29 de abril de 2013 com o título: “Dependente dribla Olho Vivo e forma

cracolândia em Governador Valadares”<sup>69</sup>. A Fig. 9, abaixo, foi retirada do corpo da matéria publicada.

**Fig. 9 – Foto da crackolândia publicada no jornal Hoje em Dia com o título: “Usuários se concentram na área central da cidade, onde consomem, sobretudo, crack”**



**Fonte: Hoje em Dia de 29 de abril de 2013**

Na matéria que publicou a imagem acima, verifica-se que a imprensa noticia ser uma das áreas mais movimentadas da cidade e que mesmo assim estaria ocorrendo o consumo de drogas, de modo que os próprios moradores teriam batizado o local de crackolândia. O Jornal Hoje em Dia (2013) traz ainda detalhes quanto ao consumo geralmente feito em grupos, nas calçadas debaixo das marquises, ou nos lotes e construções abandonadas, destacando também que para driblar a fiscalização da polícia, os moradores em situação de rua estariam migrando para as vias onde não foram instaladas câmeras de monitoramento do programa Olho Vivo da Polícia Militar.

De acordo com o relatório relativo às ações desenvolvidas na região da “Zona Boêmia” e outras fontes pesquisadas, a Crackolândia de Governador Valadares teria começado a se caracterizar como “cena de uso” na transição entre os anos de 2010 para 2011. Conforme a leitura de tal documento, foi verificado que, atendendo aos anseios da comunidade da região situada entre os bairros Centro e São Geraldo, teria sido realizada, no dia dez de maio de 2010, uma reunião com vários órgãos públicos, no prédio da Prefeitura Municipal de

---

<sup>69</sup> Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/dependente-dribla-olho-vivo-e-forma-cracolandia-em-governador-valadares-1.117741>. Acessado em: 23/06/2105

Governador Valadares, a fim de se adotar medidas conjuntas de restabelecimento da ordem pública naquela região, conhecida como “zona boêmia” (MINAS GERAIS, 2010).

Em tal ocasião, conforme ressaltado da leitura de Minas Gerais (2010a), diversos seriam os relatos de moradores dando conta de que não seria mais a prostituição o principal problema nessa região, mas o tráfico e uso de drogas. A situação estaria tão agravada, que qualquer pessoa que passasse pelo local, perceberia o estado de degradação de homens e mulheres diuturnamente em condições míseras, entorpecidos e deitados ou assentados nas calçadas. Ademais, segundo a mesma fonte, o ambiente também estaria se degradando cada vez mais, apresentando-se em situação de abandono, com imóveis vazios, lotes vagos, ruas escuras e muita sujeira espalhada nas calçadas pelas pessoas que o frequentavam.

Conforme Minas Gerais (2010), foram realizadas duas operações com o apoio dos fiscais da vigilância sanitária da Prefeitura Municipal, além da mobilização e envolvimento de outros órgãos. Por meio dessa ação ter-se-ia conseguido o fechamento de várias casas e bares que funcionavam como pontos de prostituição e tráfico de drogas, ocasião em que teria recebido apoio da mídia, com divulgação das intervenções. A Polícia Militar teria realizado diversas operações policiais visando apreensões, prisões e, principalmente, para manter uma presença mais ostensiva naquela área, em especial, com emprego da Base Comunitária Móvel (BCM)<sup>70</sup>.

Dentre as medidas realizadas pela Polícia Militar, de acordo com o relatório mencionado, destaca-se o conhecimento dos pontos críticos da área e a mobilização de outros órgãos e da comunidade local, para a necessidade de melhorias do ambiente. Minas Gerais (2010a) pontua que teriam sido encaminhados ofícios aos órgãos competentes, com o intuito de solicitar ações simples, como a construção de muros e demolição de casas abandonadas, visando à redução da ocorrência de delitos nos locais. Na mesma fonte ainda se verifica que a revitalização urbana da área era necessária, pois “um ambiente deteriorado motiva ainda mais o infrator a cometer a ação delituosa” (MINAS GERAIS, 2010a, p. 04).

Todavia, conforme se abstrai de outras fontes e da própria observação *in loco*, não houve mudanças estruturais na região e as intervenções realizadas não teriam sido suficientes para

---

<sup>70</sup> Dados acerca das intervenções da BCM na área em estudo foram expostos e analisados no Capítulo 5 desta pesquisa.

melhorar o estado de degradação do local. É importante frisar, nesse sentido, que a reforma do Mercado Municipal, em 2008, quando colocaram nova cobertura em estrutura metálica e procederam à troca da sua pavimentação, houve uma melhoria estética em parte da área em estudo, conforme matéria publicada no Jornal Vale do Aço (JVA) <sup>71</sup>. Deve-se destacar que essa obra foi concluída antes da transformação daquele espaço em uma “cena de uso” de crack e outras drogas.

Os aspectos potenciadores da crackolândia apontados no diagnóstico do relatório de Minas Gerais (2010), em tese, teriam continuado existindo e até mesmo recrudescendo, de forma que em 2013, a imprensa teria começado a divulgar matérias frequentes sobre a situação. Apesar dos impactos na preocupação das pessoas com uma potencial contribuição para o não desejado esvaziamento dos espaços de Jane Jacobs, por outro lado, a divulgação das informações por parte da imprensa favoreceu a verificação de nuances dos usuários que muitas vezes irá ter resistência em falar com a Polícia sobre sua condição.

Nesse sentido, é relevante apresentar um dado extraído da reportagem do Hoje em Dia (2013) <sup>72</sup>, em que uma usuária disse que a pedra de crack seria vendida a R\$5,00, e que para alimentar o vício, ela “fazia programa” (prostituíria-se) por até R\$10,00, e ainda relatava que: “Não preciso roubar para comprar a minha pedra. Não mexo com ninguém. Moro na rua há dois anos porque fui expulsa de casa pelo meu padrasto”. Essa matéria jornalística traz uma importante constatação de uma usuária que se vale da prostituição como sustento do seu vício de crack, do qual se pode abstrair um possível comportamento sexual de risco, assemelhando a crackolândia estudada com outras do país, em especial a da Sé, conforme revisão bibliográfica da presente pesquisa.

Ainda nesse sentido, lembrando o projeto de setorização do policiamento em Governador Valadares, torna-se útil lembrar que para Minas Gerais (2014b), embora esteja em uma área de transição entre os dois bairros, a região da crackolândia se encontra no Setor São Geraldo. Para fins de comparação dos problemas elencados na fase piloto desse projeto que hoje já está ativo no policiamento da cidade, reproduziu-se abaixo o texto que fala das especificidades dos três setores que abrangeriam espaços da área central:

---

<sup>71</sup> Disponível em : [http://www.jornalvaledoaco.com.br/ler\\_noticia.php?id=51076](http://www.jornalvaledoaco.com.br/ler_noticia.php?id=51076). Acessado em : 28/06/2015.

<sup>72</sup> *Op. Cit.*

O 1º Setor ou **Setor Hipercentro**, que terá como sede o centro da cidade, apresenta características predominantemente econômicas, em virtude do **amplo número de estabelecimentos comerciais e instalações financeiras** existentes.

O 2º Setor ou **Setor Esplanada**, que terá como sede o bairro Esplanada, apresenta como característica principal a predominância de **imóveis residenciais**, situados em região próxima ao hipercentro.

O 3º Setor ou **Setor São Geraldo** terá como sede o bairro São Geraldo e possui uma população residente de 15.048 indivíduos. Apresenta como características a predominância de bairros residenciais, havendo **pontos de disputa de tráfico de drogas**, que por sua vez **influenciam fortemente a incidência criminal no hipercentro** do município. (MINAS GERAIS, 2014b, p. 24).

De acordo com a leitura acima acerca das especificidades dos setores, o São Geraldo foi destacado pelos “pontos de disputa de tráfico de drogas”, os quais influenciariam fortemente na dinâmica criminal do Hipercentro. Tal informação permite a comparação que, apesar de a parte do setor que está em contato com o Centro da cidade também ter muitos comércios, o problema vislumbrado como maior não se volta para crimes contra o patrimônio, mas sim para o tráfico de drogas, porquanto faz pensar em mais um aspecto estrutural que colabora para a existência da crackolândia na região do Mercado Municipal: a proximidade com os locais de comércio ilícito de entorpecentes, com destaque para o crack.

Em busca de outras informações que pudessem caracterizar espacialmente o território em estudo, procedeu-se ao levantamento de endereços, fornecidos pela Seção de Planejamento do Sexto Batalhão, que compõem o quadrilátero atualmente mais caracterizado como a crackolândia do Mercado Municipal, com base nos dados estatísticos daquela seção. Confira quadro esquemático abaixo:

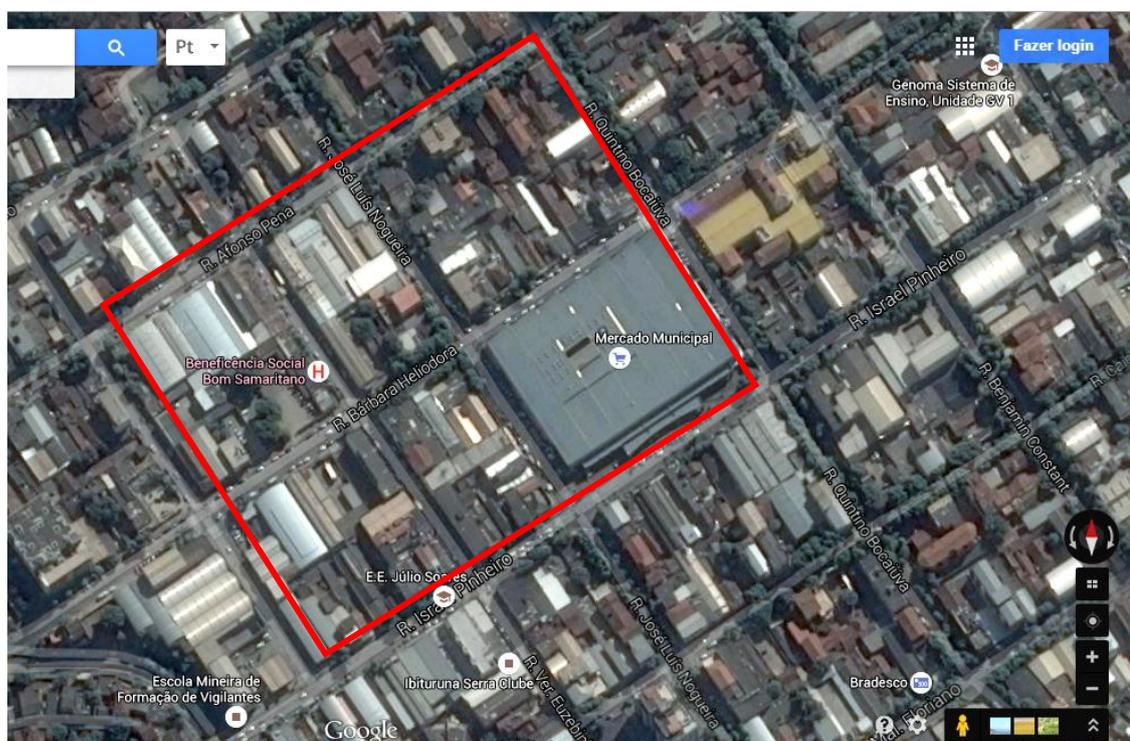
#### **Quadro 4 - Endereços que compreendem a região da crackolândia**

<p>José Luiz Nogueira (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 431          José Luiz Nogueira (esquina c/ Afonso Pena): nº 605;</p> <p>Euclides da Cunha (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 24          Euclides da Cunha (esquina c/ Afonso Pena): nº 212;</p> <p>Bárbara Heliodora (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 1293          Bárbara Heliodora (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 1430;</p> <p>Afonso Pena (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 1776          Afonso Pena (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 3600;</p> <p>Israel Pinheiro (esquina c/ José Luiz Nogueira): nº 3459          Israel Pinheiro (esquina c/ Euclides da Cunha): nº 3602;</p> <p>Vereador Euzebinho Cabral (esquina c/ Israel Pinheiro): nº 441          Vereador Euzebinho Cabral (esquina c/ Afonso Pena): nº 669.</p>
---

**Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM.**

Os endereços em questão integram a área que abrange as partes mais relacionadas à “cena de uso” em estudo, e que caracterizam a crackolândia em sua dinâmica mais rotineira. Ressalta-se que a junção desses endereços forma um quadrilátero de formato retangular cuja reprodução em mapa é de suma importância para uma visualização georeferenciada desse espaço. Com esse propósito, procedeu-se ao uso da ferramenta *Google Earth*, da qual se extraiu a imagem de satélite a seguir:

**Fig. 10 - Vista aérea da região do Mercado Municipal de Governador Valadares**



Fonte: Google Earth, Digital Globe, Image, 2015.

Acerca da figura acima, vale lembrar que não foi encontrada nesta pesquisa uma imagem aérea antiga da região do Mercado Municipal, como já mencionado na seção anterior, de modo que imagem de satélite, embora atual, permite uma visualização mapeada de vários aspectos estruturais que foram se formando ao longo da história. Nesse diapasão, Massey (2008) ensina que os mapas não equivalem ao espaço geográfico que representam, mas certamente representam algo deste, e por isso, como já mencionado, ela destaca que não se pode tomar a priori que todas as “visões do alto” sejam problemáticas.

Dentro deste cenário, nota-se pela imagem acima, que o Mercado Municipal ocupa um enorme espaço na região, sendo a edificação de maior área, o que provavelmente foi também no passado, uma vez que aquele, como já mencionado, foi inaugurado no ano de 1949. Essa dimensão superior aliada à sua movimentação pulsante, desde os períodos antigos, juntamente com os demais aspectos teóricos discutidos nesta e na seção anterior, permitem pensar que a confluência dessas características influencie diretamente na dinâmica dos demais lugares que estão no seu entorno e proximidades.

Dentro deste cenário, retoma-se o fato de que o bairro São Geraldo, localizado próximo àquela margem do Centro, é relativamente pobre e como já mencionado, possui muitos traficantes, os quais provavelmente atendem com maior velocidade à necessidade de consumo dos usuários que frequentam o território em estudo. Embora a análise de dados seja o meio de dar mais concretude a essa suposição, deve-se entender que esta se apoia na análise mercadológica do tráfico de drogas, mais claramente definida por Minas Gerais (2002) como prevenção da demanda e da oferta de drogas.<sup>73</sup>

Nesse sentido, para qualquer trabalho preventivo no âmbito das drogas ser eficaz, o binômio deve ser tratado de forma diversa para cada uma das partes, mas sempre contemplando a ambas. Por esse prisma, percebe-se que a complexidade do estudo desse território, que abrange atores sociais diversos com relações de poder, intencionalidades e recursos multivariados, mesmo que priorizando a sua dimensão material, demanda a busca de conhecimentos em diversas fontes de dados, e principalmente, seguindo um adequado caminho metodológico.

Diante disso, depois de realizada a descrição da área em estudo, torna-se necessário apresentar a metodologia utilizada para a produção desta pesquisa, o que será feito no próximo capítulo.

---

<sup>73</sup> MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comandante-Geral. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública n. 03/2002. Comandante-Geral** – Atuação da PMMG na Prevenção ao Uso e Tráfico de Drogas. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. 31 p.

## 4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo descritiva e de natureza, ao mesmo tempo qualitativa, quando voltada para o trabalho de campo e análise fílmica, e quantitativa, no que tange à apuração de dados estatístico-criminais, assim como número de ações preventivas e outros afins. A questão chave é compreender como se configura um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares - a crackolândia objeto de estudo deste trabalho.

A fim de responder a esse problema e verificar as hipóteses (principal e secundárias) propostas, estabeleceram-se objetivos específicos: o levantamento histórico sobre o processo de formação da região estudada; a identificação de quais são os principais atores sociais relacionados ao local de estudo; a análise de aspectos físicos e ambientais que caracterizam aquele território; o apontamento de autores territoriais que melhor explicam os fenômenos relacionados ao território em estudo.

Para fins de pesquisa da formação histórica do território, verificaram-se variadas fontes bibliográficas e documentais - com destaque para Espíndola (1999), Espíndola (2005), Santos (2000), Santos (2006), Fonseca (198[?]), e embora nessa pesquisa não se tenha realizado entrevistas com atores sociais relacionados à área em estudo, contou-se com fontes orais provenientes de trabalho realizado anteriormente na disciplina “Memória e Território”, do Programa de Mestrado em GIT da UNIVALE (TEIXEIRA et al., 2014; BRAGA e SANTOS, 2014).

Em razão das fontes bibliográficas e documentais terem objetos e metodologias diferentes, a apresentação desses dados foi apresentada durante todo o texto desta dissertação, em especial no Capítulo 3, com a avaliação voltada principalmente para termos qualitativos, tendo em vista as peculiaridades próprias a cada momento pesquisado. Assim, não se priorizaram dados numéricos, ressalvados aqueles essenciais à abordagem, e.g. crescimento populacional e evolução econômica, porque o foco era compreender aspectos da formação histórica que influenciaram na constituição presente do território estudado.

Por esse prisma, adotaram-se os métodos de procedimento monográfico e comparativo. O método monográfico foi utilizado para se estudar o fenômeno do território da “cena de uso” do crack e outras drogas, observando a sua delimitação temática, temporal e geográfica. Já o

método comparativo, seguindo Fachin (2001), cuja aplicação se presta principalmente nas ciências sociais, devido à possibilidade de se trabalhar com grandes grupamentos humanos em universos populacionais diferentes, foi adaptado às especificidades da pesquisa. Esse método consistiu em investigar e realizar comparações entre a crackolândia em estudo com outras do país, especialmente a da Praça Sé em São Paulo/SP.

No caso de análise do método comparativo, com base nos principais atores associados à “cena de uso” – vizinhança (moradores e comércio), usuários, policiais, e outros representantes do poder público -, não foram possíveis comparações em profundidade, uma vez que a pesquisa não contou com coleta de dados primários através de entrevistas. Todavia, com base em outras fontes, conseguiu-se realizar comparações entre os grupos.

No que coube, adotou-se o método de abordagem ao tema hipotético-dedutivo, de forma a assegurar que a conclusão da pesquisa e o posicionamento final apresentem-se corroboráveis e viáveis (Lakatos e Marconi, 2010). Quanto ao conceito operativo da pesquisa, esta foi bibliográfica e documental, abrangendo material já elaborado, analisado e publicado sob a forma de livros, artigos, publicações avulsas, boletins, revistas, pesquisas, monografias, dentre outros, ligados ao tema em estudo (*Ibidem*).

Dentro desta ótica, separam-se em três principais categorias os dados da pesquisa: documental, fílmico e de campo. Quanto à primeira categoria, cumpre esclarecer que se considerou como documental os dados obtidos em documentos em geral conseguidos em órgãos públicos e privados. As principais fontes dessa classe de dados foram o 6º BPM, o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) – Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS POP), Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares (ADQF) e Projeto Território Aliança – Unidade de Abordagem Social.

A pesquisa trabalhou com os dados secundários obtidos de cada um desses órgãos / entidades, buscando informações principalmente dos anos de 2013 a 2015, conforme delimitação temporal, porém, conforme a disponibilidade de alguns, obtiveram-se dados de um período maior ou menor. Da mesma forma, buscaram-se outros dados secundários, especialmente os

disponíveis na Internet: mapeamento de satélite das ruas no *Google Earth*, percurso das ruas no *Google Street view*, Reportagens de revistas e jornais eletrônicos, etc.

Ademais, salienta-se que foram construídos mapas, com apoio de profissional apto, a fim de representar a percepção do pesquisador sobre o território em tela, após ter analisado todos os dados coletados, de modo que a análise documental serviu para verificar diversos aspectos do território. Nesse sentido, destacam-se o estabelecimento dos horários e áreas de maior incidência do uso / tráfico de drogas e outros crimes, a caracterização dos usuários dos serviços de assistência social municipal e a identificação dos locais degradados.

Apesar de, a rigor, a categoria fílmica ser também do tipo documental, na presente pesquisa foram analisados separadamente as imagens do vídeo monitoramento do Programa “Olho Vivo”, não só por sua especificidade que demanda uma metodologia diferenciada, mas também pelo próprio rigor ético que abrange os dados provenientes dessa categoria. Deve-se destacar que por ser Tenente da Polícia Militar, o investigador desta pesquisa não pôde realizar entrevistas à população usuária de drogas, pois poderiam ser infrutíferas. Assim, a disponibilização desses dados foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por outro lado, a autorização do uso dessas imagens exclusivamente em apresentação e/ou trabalho escrito (dissertação) só foi cedida pelo fato de o pesquisador ser oficial da Polícia Militar, na medida em que este tem dever profissional de não divulgar tais dados para fins avulsos, sob pena de cometer crime de violação de sigilo funcional. Além de ter essa obrigação a mais, as imagens que forem divulgadas dentro da pesquisa foram trabalhadas com hachuras na face das pessoas, ressalvado os casos em que a distância da imagem não permitisse identificação, a fim de garantir o anonimato da população estudada.

É importante salientar que tais obrigações funcionais do pesquisador não prejudicaram a análise dos dados fílmicos, pois o mais importante, o estudo metodológico daquele território e de seus componentes, foi procedido sem nenhum prejuízo pela observância da ética no respeito à imagem das pessoas. Ainda com relação às filmagens, cumpre esclarecer que diante da impossibilidade de verificar todas as gravações, tampouco por amostragem, uma vez que os recortes temporais da madrugada, manhã, tarde e noite, seriam bastante extensos e fora da disponibilidade de tempo de uma dissertação, optou-se por analisar todas as filmagens que

resultaram em ocorrências com apreensões e/ou prisões, ou com apenas averiguações pelas quais foram gerados empenho no COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª RISP.

Dentro dessa visão de inovação e multiplicidade dos métodos de análise, buscou-se analisar as filmagens disponibilizadas, aplicando no que coube o método de Hikiji (2012)<sup>74</sup>, com o intuito de estabelecer abstrações do território da crackolândia em estudo por meio das referidas imagens. Logo, a análise fílmica permitiu caracterizar a região, verificando as informações estatísticas com relação aos horários e locais de maior incidência, agregando ainda a caracterização dos usuários de drogas, a reação destes em relação a outros atores presentes, e demais aspectos pertinentes, como por exemplo, os espaços mais utilizados para o consumo de crack.

Em complemento a esses métodos, realizou-se o trabalho de campo que consistiu nas “caminhadas” sugeridas por Michel de Certeau, com o intuito de enxergar os aspectos do local e as suas práticas cotidianas. O método de Certeau (2011) foi muito útil para se entender o lugar, conhecendo-o como um “*andarilho-voyeur*” que observa as práticas cotidianas e não estabelece apenas um olhar de cima. Essas caminhadas permitiram entrar em contato com a área de estudo, de modo a aguçar a percepção sensorial do pesquisador em relação àquela, na medida em que por meio desse procedimento, é possível sentir cheiros, ouvir sons e ver mais de perto.

Por esse prisma, as caminhadas foram feitas da seguinte maneira:

a) Durante o período diurno, realizaram-se em três dias diversos, sendo dois em dias de semana e um no domingo. Este último se deu para observar o território no período da feira do Mercado Municipal, em que a Rua Bárbara Heliadora, entre os quarteirões das ruas Quintino Bocaiúva e José Luiz Nogueira, são interditados, de modo a atender à necessidade de espaço para as barracas dos feirantes.

---

<sup>74</sup> Pelo abstraído em Hikiji (2012, p. 13), “a tarefa da antropologia contemporânea é aceitar o desafio e inovar os métodos de análise – multiplicando-os”. Assim, em seu livro, cujo texto se trata de uma revisão da dissertação de mestrado da autora (defendida em 1999, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo), a autora em tela se propôs ao estudo da “imagem-violência”, analisando a relação entre cinema e violência por meio da seção de alguns filmes. Para Hikiji (2012), trata-se de um tipo de construção visual que abrange tanto as “imagens da violência”, quanto as sensações que essas “imagens violentas” provocariam nas pessoas, tais como medo, susto, choque, etc., caracterizando-se por esse duplo caráter da relação entre imagens e violência.

b) Durante a noite, realizou-se em apenas um dia, pois teve o objetivo de comparar o território dentro e fora do período da atividade comercial das lojas na circunvizinhança, em especial do Mercado Municipal. A previsão de apenas um dia durante o período noturno foi motivada pelo fato de que a pesquisa prévia às estatísticas e outras fontes, apontam que atualmente a região tem cessado o comportamento de “cena de uso” de crack e outras drogas nesse período.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi do tipo aplicada, na qual, segundo Ruiz (1996), o pesquisador tem por objetivo investigar, comprovar ou mesmo rejeitar as hipóteses sugeridas. De acordo com Cervo (1996), nesse tipo de pesquisa, há a necessidade de se contribuir para fins práticos, na busca de soluções para o problema concreto encontrado. De fato, este trabalho buscou ser útil não só na dimensão teórica, por meio dos autores territoriais levantados que podem ajudar na compreensão do território estudado, mas também em várias outras fontes, para que o conhecimento pudesse contribuir para a construção de políticas públicas variadas.

Por esse prisma, essa pesquisa não se rotula nem como qualitativa, nem como quantitativa, porquanto, todos os meios que estiveram ao alcance de se buscar dados e não esbarrassem em questões de ética, foram utilizados. Ainda nesse sentido, vale notar que Minayo (2006) observa que na pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador não seria uma falha, mas ao invés disso, uma necessidade de aprofundamento numa relação intersubjetiva.

Tal pensamento é importante, pois mesmo a presente pesquisa não tendo contado com entrevistas na condição de dados primários, no trabalho de campo, o envolvimento do pesquisador com o território foi buscado durante as caminhadas, o que fez sua percepção em relação àquele ser influenciada por esse nível de envolvimento. Contudo, essa proximidade com o lugar foi necessária à visualização de suas práticas cotidianas, e por isso, entende-se que igualmente ao raciocínio de Minayo (2006), tal procedimento não pode ser tomado como falha.

Diante da metodologia apresentada nesta seção, deve-se destacar, por fim, que os dados secundários coletados, assim como os produzidos no trabalho de campo, foram analisados de maneira articulada com as diversas teorias discutidas na presente pesquisa, de forma que a

análise e a interpretação dos dados tiveram como fulcro a base teórica e os instrumentos científicos abstraídos desta, conforme demonstrado no Capítulo a seguir.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Este Capítulo teve como objetivo principal mostrar de forma detalhada a análise de cada um dos três tipos de dados a serem estudados, subdividindo-se nas seguintes seções secundárias: análise documental, análise fílmica das imagens do vídeo monitoramento do Programa “Olho Vivo” e análise dos dados de campo, obtidos com as caminhadas realizadas na área de estudo, segundo a proposta de Certeau (2011).

Nesse sentido, ressalta-se que os dados foram analisados de maneira articulada tanto com as diversas teorias abordadas no referencial teórico já apresentado, quanto com o que Goldstein (2003, p. 67) chama de “acúmulo de experiência e conhecimento” desenvolvido pelo pesquisador ao longo dos mais de 11 anos que exerce a profissão de policial militar<sup>75</sup>, obviamente, priorizando os referenciais teóricos em relação ao conhecimento profissional.

### 5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

Durante o andamento das investigações do objeto de estudo, muitos foram os documentos encontrados, sendo trazidos ao corpo da pesquisa somente os que tivessem pertinência à abordagem proposta. Nesse sentido, anteriormente, utilizou-se de vários arquivos documentais, com o objetivo de agregar informações ao referencial teórico e à descrição da área em estudo, com base no princípio da oportunidade.

Em complemento a esse trabalho disperso, torna-se necessário a análise de dados mais metódica e concentrada. Para tanto, a presente seção apresentou, de forma ordenada, documentos das seguintes instituições: 6º BPM (especialmente da Seção de Planejamento e do serviço de BCM), CREAS POP, ADQF e Projeto Território Aliança. Todas essas instituições ou entidades forneceram os dados de livre e espontânea vontade para o uso sem restrições na pesquisa e apresentação desta. Observa-se que documentos e reportagens já

---

<sup>75</sup> A fim de prevenir visões pessoais prejudicassem a análise, buscou-se basear as opiniões de cunho profissional nos livros, manuais, procedimentos operacionais padrão e outros registros.

utilizados durante a pesquisa não foram alvos dessa análise, sendo no máximo lembrados, quando imprescindíveis à discussão em pauta.

Seguindo uma ordem cronológica da obtenção dos documentos na pesquisa, organizou-se a exposição na mesma ordem acima, começando com os dados do 6º BPM que foram úteis a este trabalho. Primeiramente, destaca-se um Ofício da PM, em nome do então Comandante do 6º BPM, no período de início da formação da crackolândia na região da Zona Boêmia, com data de 05 de julho de 2010. Segundo esse documento, realizou-se o encaminhamento de duas mulheres que estavam em situação de rua e seriam usuárias de crack, com 31 anos de idade, vivendo na crackolândia do Centro e se prostituindo para sustentarem o vício.

No documento, foram pedidas providências ao Secretário Municipal de Assistência Social, a fim de resgatar a cidadania dessas mulheres, o que demonstra a busca de uma ação de resposta integrada, que segundo Santana (2011), é a melhor maneira de se fazer frente ao problema, por meio do trabalho em rede intersetorial. Um dado relevante acerca dessas duas mulheres<sup>76</sup> é o fato de que elas eram provenientes de outros bairros (Carapina e Santo Antônio), localizados relativamente longe do Centro. Mesmo assim, abandonaram suas casas e foram viver, de forma deplorável, na crackolândia.

Dentro deste mesmo escopo de ações integradas, foi igualmente encontrado um Ofício da PM destinado ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), em nome do então Comandante do 6º BPM, com data de 15 de junho de 2010, dando conta de pedido de apoio em Operação Policial para fiscalização de estabelecimentos que promoviam “shows” de música ao vivo na região da antiga zona boêmia. Tal ofício permite verificar que a PM começou a procurar envolver mais os demais órgãos na busca de intervenções para melhoria da região, reconhecendo a multiplicidade daquele território que demanda intervenções articuladas em rede.

Há outros ofícios encaminhados a órgãos e entidades pedindo apoio, sendo que esses dois foram selecionados com base na representatividade dos dois tipos mais comuns de pedidos de apoio em rede: no primeiro (à Secretaria de Assistência Social), há uma transferência de responsabilidade do problema de acordo com a competência legal; enquanto que, no segundo

---

<sup>76</sup> Os demais dados dessas mulheres foram preservados, com vistas à não exposição desnecessária do ser humano.

(ao Corpo de Bombeiros Militar), ocorre um chamado para intervir conjuntamente somando esforços dentro de seus diferentes poderes-deveres.

Em continuidade aos dados do 6º BPM, verificou-se a existência do Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas, o qual serviu para embasar o pedido de inclusão da área da crackolândia e de outros pontos, no programa do Governo Federal “Crack É Possível Vencer”. Dentre os outros lugares incluídos por serem “cenas de uso” de crack e outras drogas, importa destacar que a maior parte se encontra na área central, com exceção de alguns pontos nos bairros Vila Mariana, São Geraldo e Santa Terezinha.

Com base nessa seleção de pontos, vale destacar que os bairros Vila Mariana e São Geraldo estão em contato direto com a crackolândia em questão, que por muitos é considerada mais uma área deste último bairro do que do próprio Centro. Dos vários pontos com ligação à “cena de uso” de crack e outras drogas em estudo, há um muito próximo a esta que possui uma área degradada e também em proximidade com diversos pontos comerciais – o “Beco do Guanabara”. Tal local situa-se à Rua Vereador Euzebinho Cabral esquina com Rua Caio Martins e é mais voltado para o tráfico de pequenas porções de drogas do que propriamente uma “cena de uso”, com “alta incidência de roubos/assaltos” (Diagnóstico de cenas de uso/tráfego de drogas – 6º BPM - 2015).

Apesar de o “Beco Guanabara” ser um dos pontos de tráfico que abastece e influencia a crackolândia estudada, aquele não foi incluído na delimitação da área da pesquisa, por guardar características diferentes, de modo que se mesmo assim fosse incluído, dever-se-ia incluir igualmente os demais locais de comércio de drogas nas proximidades (alguns até mais perto do que o referido beco), o que seria uma multiplicidade territorial tão ampla e diversa, a ponto de tornar inviável a pesquisa. Por esse prisma, aqui, ele foi utilizado como exemplo, somente para vislumbrar como o território em estudo é influenciado pelos outros territórios que o contatam.

Em continuidade à análise do referido Diagnóstico, apresenta-se a imagem dos Pontos 01 e 02 do documento, notando que estes se encontram dentro do território da crackolândia objeto de estudo desta pesquisa, conforme disposto abaixo:

**Fig. 11 - Imagens dos Pontos 01 e 02 com apontamento do endereço e justificativa**

**Ponto 01:** Rua José Luiz Nogueira com Rua Afonso Pena - Centro

**Referência:**

**Justificativa do local:** ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes

**Imagens do local:**



**Ponto 02:** Rua Vereador Euzebinho Cabral com Rua Bárbara Heliodora - Centro

**Referência:**

**Justificativa do local:** ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes

**Imagens do local:**

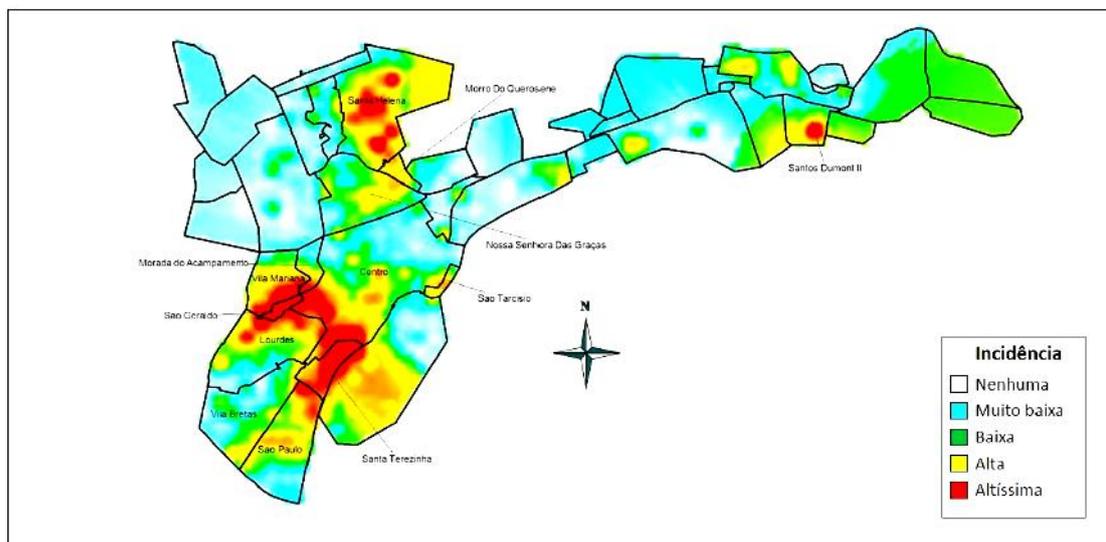


**Fonte:** Diagnóstico de cenas de uso/tráfico de drogas – 6º BPM - 2015

Conforme se pode ver na figura acima, os pontos 01 e 02, que são apontados como “ponto de tráfico e uso de drogas e rota de assaltantes”, estão dentro do Quadrilátero que forma a crackolândia em estudo, de modo que o Diagnóstico de cenas de uso/tráfico de drogas considerou esses pontos como os dois mais prioritários de intervenção. Deve-se frisar que o dado documental ora analisado é atual, com data de 25 de fevereiro de 2015, e contém argumentos estatísticos que embasam sua ordem de seleção de pontos.

Por esse prisma, torna-se oportuna a apresentação dos Mapas de Kernel do documento em tela diagnosticando a evolução do consumo e do tráfico de drogas (cocaína, crack e merla), dentro do período de 36 meses, no município de Governador Valadares. Destarte, primeiramente, expôs-se o mapa pertinente ao uso das referidas substâncias:

**Fig. 12 – Mapa do Consumo de drogas – área do 6º BPM em Governador Valadares – 2012-2014**



**Fonte: Armazém de Dados (REDS PMMG e PCMG)**

Com fulcro na imagem acima, nota-se que o maior *cluster*<sup>77</sup> de incidência altíssima (em vermelho) no uso de drogas está situado na área da crackolândia - abrangendo esta em sua totalidade - e de sua circunvizinhança (bairros Vila Mariana, São Geraldo e Lourdes). Raciocínio análogo pode ser empregado para a incidência alta, uma vez que todo o entorno do núcleo vermelho está cercado pela maior “mancha” de coloração amarela.

Vale salientar que o Mapa de Kernel em tela foi feito com base num período de 36 meses (de 2012-2014), de modo que a concentração das incidências altíssima e alta do consumo de drogas na crackolândia objeto de estudo, foi se desenvolvendo ao longo desses três anos, o que torna o dado mais sólido quanto à sua validade em relação a um longo lapso temporal.

Da mesma forma que se analisou o uso das substâncias através do Mapa de Kernel, em observância da abordagem mercadológica do tema drogas, que como já mencionado neste estudo, deve-se pensar nos dois lados – o da oferta e o da demanda (MINAS GERAIS, 2002). Por isso, deve-se proceder à análise do tráfico de drogas na área do 6º BPM, dentro de

<sup>77</sup> Conforme se abstrai de Goldstein (2003), ao tratar do que pode ser definido como um problema no policiamento comunitário, este seria um grupo de duas ou mais ocorrências (cluster de incidentes) que são similares em um ou mais aspectos (procedimentos, localização, pessoas e tempo), que provoca danos e é uma preocupação para a polícia e principalmente para a comunidade.



Diante do fato dos mapas anteriormente apresentados terem sido feitos para o período de 2012 a 2014, com o objetivo de se verificar a continuidade ou a mudança de tendências no Quadrilátero que forma a crackolândia estudada em um lapso temporal mais curto e recente, solicitou-se à Seção de Planejamento do 6º BPM que fornecesse mapas e dados com relação à evolução somente de 2013 a 2014, dados esses que são apresentados na Tabela abaixo:

**Tab. 2 – Tráfico e uso de drogas, furtos e roubos – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares – 2013-2014**

Tipo de delito	Número de ocorrências		
	2013	2014	Total
Uso de drogas	13	5	18
Furto	99	103	202
Roubo	18	9	27
Tráfico de drogas	4	4	8

Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM

Como se vê, houve uma redução de 62,0% no uso de drogas no ano de 2014 em relação ao ano anterior, passando de 13 para 05 incidências. É claro que para uma crackolândia, esses números são baixos, pois é óbvio que a maior parte dos usos de crack feitos pelos usuários não são flagrados pela polícia, na medida em que os usuários, principalmente no consumo grupal, desenvolvem estratégias de ocultar e dispensar o material, bem como de fugir.

Assim, antes de afirmar que a redução no número de prisões em flagrante pelo crime de uso de drogas implica a diminuição também do consumo, é necessário empregar outras técnicas de análise do policiamento preventivo. Dois procedimentos comuns de análise criminal com esse propósito é a comparação com os números de furtos e roubos, além do cruzamento com as incidências de tráfico de drogas.

A primeira se baseia na suposição de que se está ocorrendo furtos/roubos no local e na sua vizinhança, isso pode se relacionar com o consumo, pois os usuários de crack normalmente cometem crimes contra o patrimônio em busca de dinheiro tanto para a compra de drogas quanto para o pagamento de dívidas que fizeram com os traficantes. Já a segunda se liga ao conceito mercadológico da droga, no sentido de que se tem tráfico de drogas (oferta), tem de se ter obrigatoriamente demanda, a qual, no caso do crack, não pode ser muito longe do lugar da compra, em virtude da fissura que o usuário sente para usar logo a droga, como já abordado anteriormente neste trabalho.

Superada essa etapa necessária à explicação de como proceder aos cruzamentos de dados para análise mais criteriosa, segue-se para a tentativa de compreensão do fenômeno por meio dos critérios mencionados.

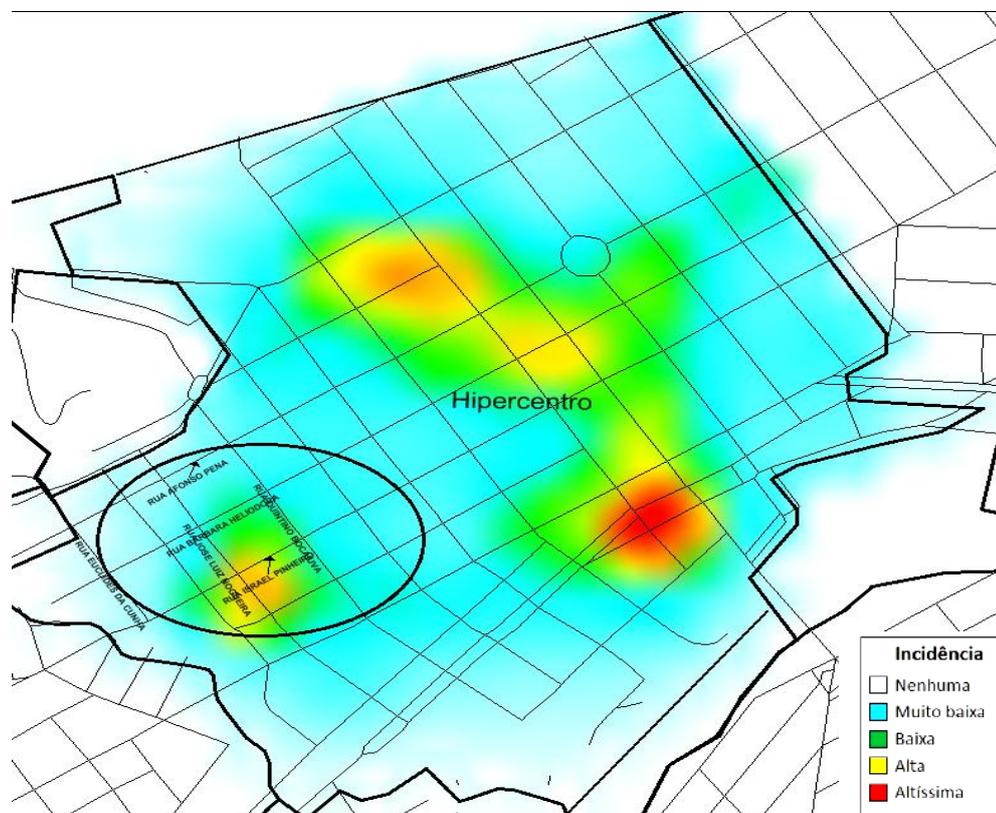
Com relação aos furtos, houve um pequeno aumento de 04 crimes no total de incidências (4,0%). Embora não seja um aumento significativo, vai de encontro à situação de redução de mais da metade das ocorrências de uso de drogas. Deve-se notar que os usuários de crack que cometem crimes tendem geralmente a preferir a prática de furto aos crimes de roubo, na medida em que este tem emprego de violência e grave ameaça, enquanto aquele tem só o ato de subtrair, razão pela qual possui uma pena menor e via de regra não demanda força física do autor.

É importante destacar que não há uma vinculação no sentido de que necessariamente o aumento de furtos seja originário da quantidade de usuários de crack, pois nem todo usuário de crack comete crimes. Porém, uma parcela significativa possui antecedentes criminais, uma vez que quando a abstinência começa a impor-lhes a fissura, procuram meios diversos de arrumar dinheiro, incluindo a prostituição e atividades criminosas.

Ademais, diante da necessidade de novo consumo, que no caso do crack, como já mencionado, é renovada rapidamente pela curta, mas intensa duração dos efeitos, há também a questão de quando os usuários passam a dever dinheiro de drogas para os traficantes, e sob o risco de vida, a capacidade de cometimento de crimes aumenta. Dentro desta correlação com os crimes patrimoniais, pode-se constatar que houve uma redução relativamente significativa dos roubos, caindo para a metade da incidência do ano anterior (de 18 para 9 incidências), o que, em sentido contrário ao aumento das incidências de furto, pode significar que realmente o consumo de drogas no Quadrilátero da crackolândia pode ter diminuído.

Por outro lado, deve-se pensar que o crime de roubo é aquele em cuja prática há violência ou grave ameaça, por isso tende a ser menos cometido do que o furto, devido a maior exposição e as consequências penais mais gravosas. Nesse sentido, uma forma de verificar a possível relação com a queda nas ocorrências (o que não indica necessariamente a queda no consumo, como já explicado), é comparar a concentração de roubos na área do Quadrilátero com relação às demais do Centro, por meio de um Mapa de Kernel (Fig. 14).

**Fig. 14 – Roubos no Centro de Governador Valadares – 2013-2014**



Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM

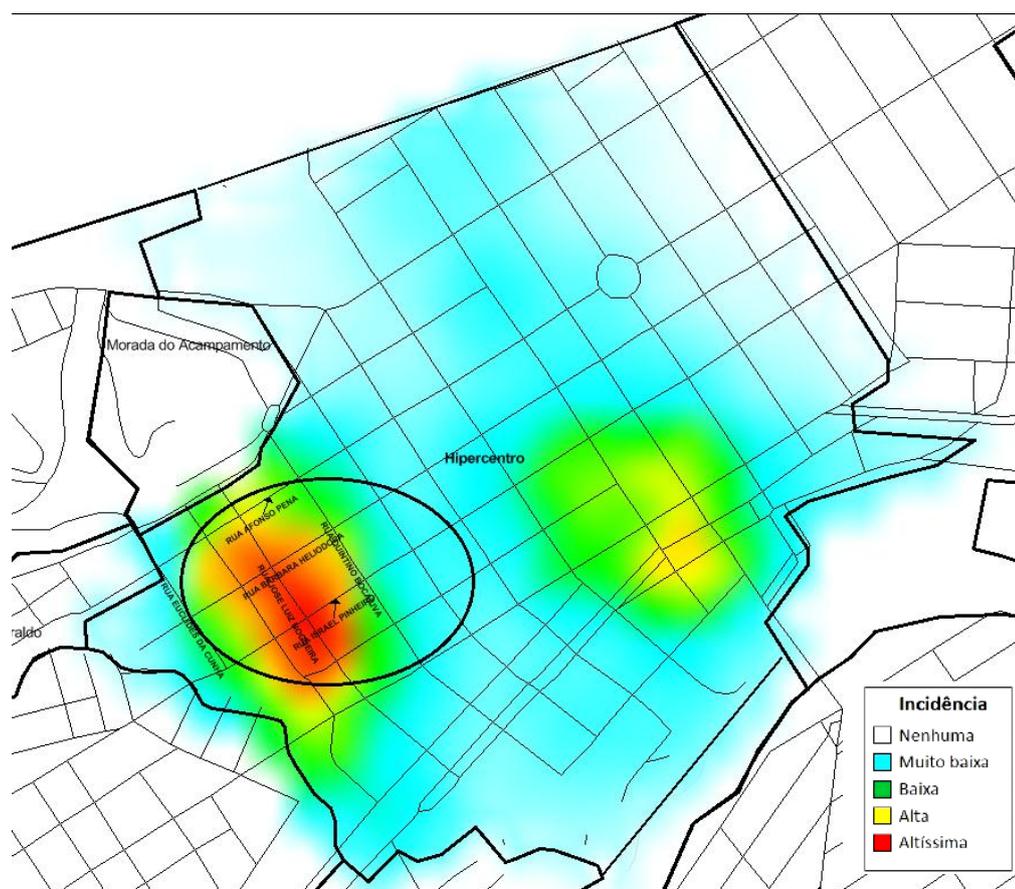
De acordo com o mapa exposto acima, verifica-se que, embora tenha ocorrido expressiva redução dos roubos no Quadrilátero, este continua com considerável área de concentração alta e baixa de roubos, em comparação com a área de concentração muito baixa. Além disso, comparando-se o espaço da crackolândia em estudo com o restante do Centro, vê-se que somente partes específicas do Hipercentro tiveram incidências superiores (concentração da mancha vermelha que indica incidência altíssima), de modo que no bairro em geral houve redução, porquanto predominou a concentração muito baixa. Assim, a crackolândia também foi um dos poucos espaços escolhidos por autores de roubo.

Em complemento à análise dos crimes patrimoniais, a fim de verificar se a diminuição numérica de ocorrências de uso de drogas parece indicar redução semelhante à que se refere ao consumo de drogas que muitas vezes escapa aos olhos do Estado, surge a discussão do viés mercadológico.

Ainda considerando os dados da Tab. 2, vê-se que a incidência do tráfico de drogas de um ano para o outro se manteve igual, o que é um indício de que a oferta continuou no mesmo nível. Todavia, para saber se houve uma redução na demanda mais próxima e o tráfico foi espalhado em outras porções do Centro da cidade, é necessário verificar os dois lados do problema, seja por meio de uma representação do espaço geográfico, seja por outros métodos de comparação.

Isso se faz necessário devido ao fato de que, como já frisado anteriormente, no caso do crack, a “cena de uso” tende a se relacionar ainda mais com os pontos de tráfico próximos que a abastecem, o que foi enfatizado inclusive na abordagem histórica da droga no país, a qual teria sido imposta ao usuário pelos traficantes que visavam às suas vantagens econômicas (em especial a alta rotatividade) em relação às demais. Diante desses fatos, torna-se oportuna a apresentação do mapa da evolução do tráfico de drogas na área central disposto abaixo:

**Fig. 15 – Tráfico de drogas no Centro de Governador Valadares – 2013-2014**



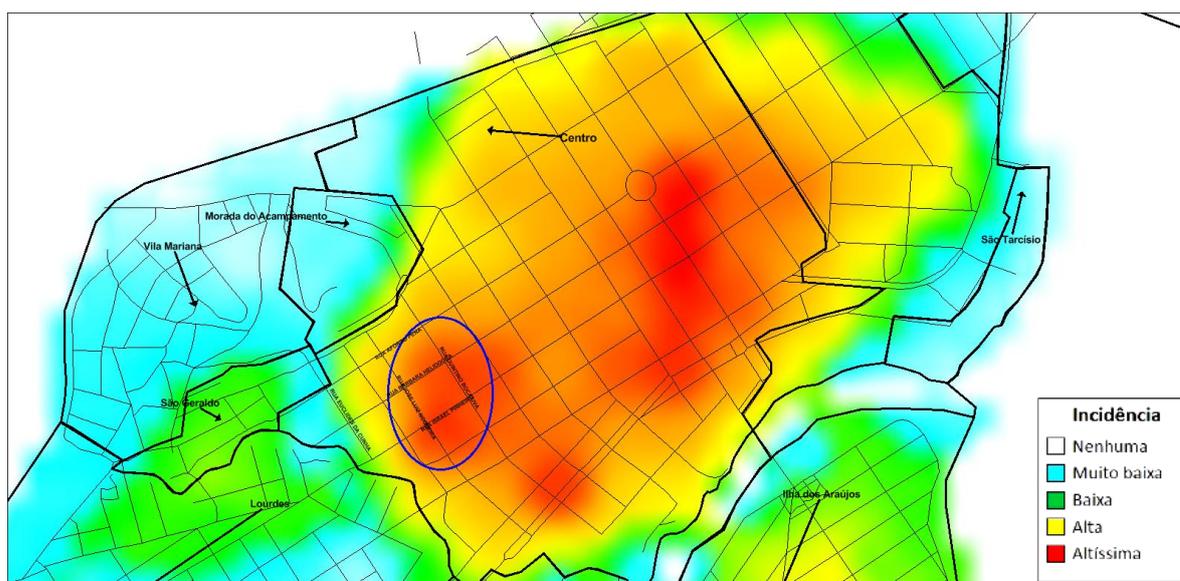
Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM

Verifica-se que, mesmo mantida a incidência semelhante ao ano anterior, é o único ponto do Centro da cidade em que se concentrou a alta incidência tráfico de drogas, de modo que nos outros locais, tal crime pode ter ocorrido em valores numéricos até superiores. Porém, dispersos. Desta forma, verifica-se novamente um indício de confirmação da primeira hipótese secundária, tendo em vista não só a proximidade, mas no caso do Centro, também a concentração de vários pontos de venda de drogas ilícitas.

Por esse prisma, pode-se dizer que a concentração do tráfico de drogas dentro do Quadrilátero, somada ao aumento dos furtos e a aglomeração de roubos (ainda que esses tenham caído - como já explicado) em seu perímetro, trata-se de indício de que o consumo de drogas na crackolândia não teve uma redução substancial. Nesse sentido, provavelmente, o que ocorreu foi o aprimoramento das técnicas de se esconder do patrulhamento policial e da vigilância das câmeras do Olho Vivo.

Em adição às análises estatísticas aqui propostas, outro aspecto importante de observar e que influencia na análise do Quadrilátero, é que este também possui altas concentrações de crimes em geral (violentos e não violentos), como se pode ver no mapa a seguir:

**Fig. 16 – Crimes em geral ocorridos no Centro de Governador Valadares – 2013-2014**



Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM

Verifica-se que o Quadrilátero da crackolândia possui somente pontos de altíssima e alta incidência de crimes em geral, e em todo o Centro, somente a região do Hipercentro possui maior concentração de delitos do que a área de estudo. Como se pode observar em Minas Gerais (2014), o Hipercentro já é uma prioridade setorizada de policiamento, porém, o Quadrilátero em tela, fundamentando-se nas análises estatísticas até o momento, demanda também a continuidade e aprimoramento de atuações direcionadas.

Baseando-se nas informações estatísticas expostas, verifica-se que os dados apontam o Quadrilátero da crackolândia como um espaço de concentração de crimes de uso e tráfico de drogas, bem como de outras modalidades, de modo que esses confirmam parcialmente a terceira hipótese secundária desta pesquisa, a saber: O local é historicamente marginalizado, sendo simbolicamente associado à experiência do uso coletivo do crack e outras drogas, o que acaba por atrair usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas criminosas.

Apesar de os dados estatísticos confirmarem a parte da hipótese relacionada a área atrair usuários, traficantes e criminosos para o local, a outra parte da hipótese secundária, que versa sobre o lugar ter sido historicamente marginalizado e associado à prostituição, crimes e outras incivildades, também foi reforçada por muitos indícios de confirmação, durante a abordagem da formação histórica da área em estudo. A associação simbólica do local especificamente à experiência do uso coletivo de crack e outras drogas, teria começado entre os anos de 2010 e 2011, quando a prostituição deixou de ser a principal preocupação dos moradores e comerciantes da região, sendo substituída pelo tráfico e uso de drogas, conforme Minas Gerais (2010a).

Nesse sentido, uma atuação que é direcionada àquela área é o serviço policial preventivo chamado Base Comunitária Móvel. A BCM trata de uma adaptação do sistema *KOBAN* japonês, que ao invés de prever a Base fixa (Edificação), utiliza como referência a própria “viatura (tipo trallier ou Van) e, com o apoio da comunidade, desenvolvem o policiamento orientado para o problema com o objetivo de reduzir o crime, medo do crime e a desordem pública em áreas com alta densidade populacional sazonal” (MINAS GERAIS, 2002, p. 26).

Tal serviço é prestado por uma equipe de policiais militares que, preferencialmente, tenham afinidade com o policiamento comunitário, e é regulado pela Instrução 3.03.07/2010-CG<sup>78</sup>. No âmbito da 8ª RPM, o serviço também é regulado pela Instrução 014/2014, que institui e regula a setorização na RPM, conforme já estudado nesta pesquisa. Nesse sentido, é necessário destacar que embora a política de setorização implantada em 2014 previsse a atuação da BCM na área central, no ano de 2013, a BCM já atuava na área central e na crackolândia em questão.

Neste contexto, dada à importância do serviço na condição de principal esforço preventivo que atuou na área da crackolândia desde o ano de 2013, procedeu-se à análise dos dados de atendimentos/atuações da BCM dentro do Quadrilátero que forma a crackolândia. Para tal objetivo, foram feitas consultas a três fontes de registro independentes, a saber: dados extraídos de Formulários do *Google* da Seção de Planejamento<sup>79</sup>; dados dos cadernos manuscritos da BCM<sup>80</sup>; dados dos Formulários de Visitas e Atendimentos da BCM<sup>81</sup> - extraídos, contabilizados e planilhados, pelo pesquisador.

Como os dados provieram de três fontes diversas, a fim de abreviar o número de gráficos, mas sem deixar de analisar em separado as quantidades lançadas em cada fonte, procedeu-se a análise do biênio 2013-2014, ao invés de ano a ano, do total de atendimentos e visitas realizadas pela BCM. O gráfico a seguir traz os dados extraídos dos Formulários do *Google*:

---

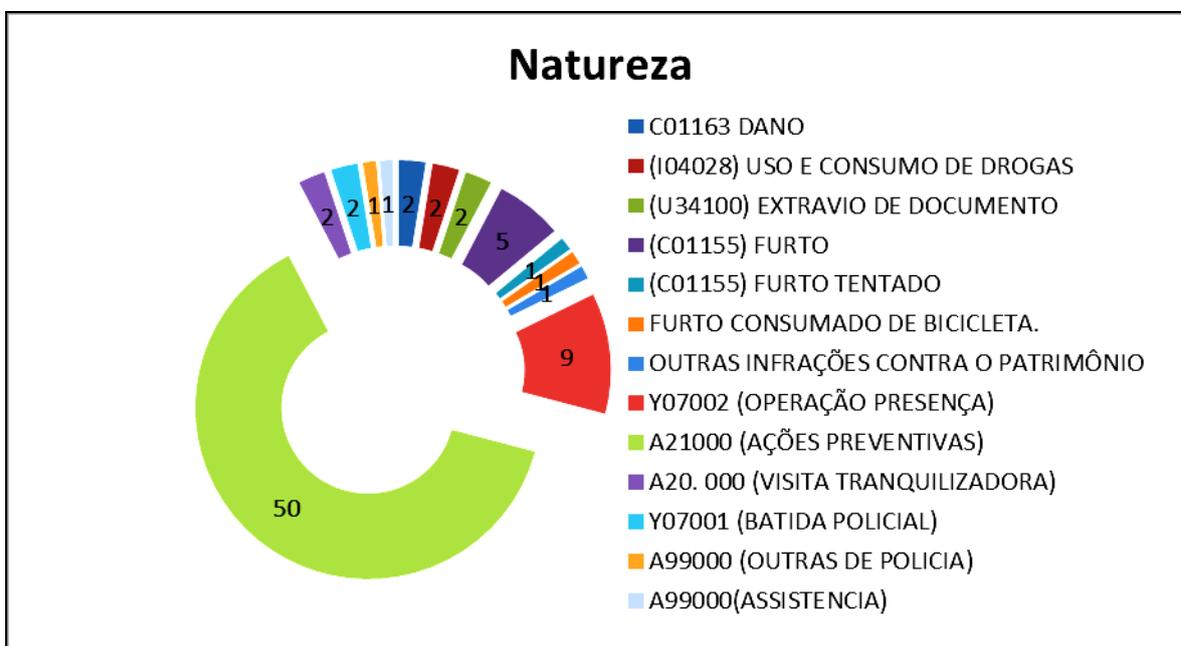
<sup>78</sup> MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Instrução nº 3.03.07/2010-CG**. Regula a Atuação da Base Comunitária (BC) e da Base Comunitária Móvel (BCM) na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, EMPM3, 2010b.

<sup>79</sup> Tratam-se de dados referentes aos atendimentos e visitas da BCM que foram lançados de forma digital em formulários de uma conta do *Google* criada pela Seção de Planejamento do 6º BPM, tendo um padrão mínimo de informações a serem lançadas pelo militar relator, como, por exemplo, endereço e natureza do atendimento, de modo que permitem contagem de dados imediata e precisa, demandando somente serem planilhados pelo pesquisador.

<sup>80</sup> São dados também relativos a atendimentos e visitas realizadas pelos militares, mas que foram lançados a mão em cadernos com pauta, permitindo variações no mínimo de informações lançadas, de acordo com a livre escolha do militar relator. Por essa razão, tiveram de ser extraídos, contabilizados e planilhados, pelo pesquisador.

<sup>81</sup> Esses dados, semelhantemente aos dos cadernos, foram lançados na forma manuscrita, porém, a escolha do pesquisador não se deu de forma livre, uma vez que seguem um padrão mínimo de tópicos, igual ao dos formulários do *Google*, sendo que a estrutura de ambos se inspiram nos formulários de visitas e atendimentos do policiamento comunitário japonês – Sistema KOBAN. Todavia, os formulários de visitas e atendimentos da BCM, mesmo tendo um bom padrão informativo, possuem a desvantagem de não serem digitalizados, demandando serem extraídos, contabilizados e planilhados, pelo pesquisador, assim como os dos cadernos.

**Gráf. 1– Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014**

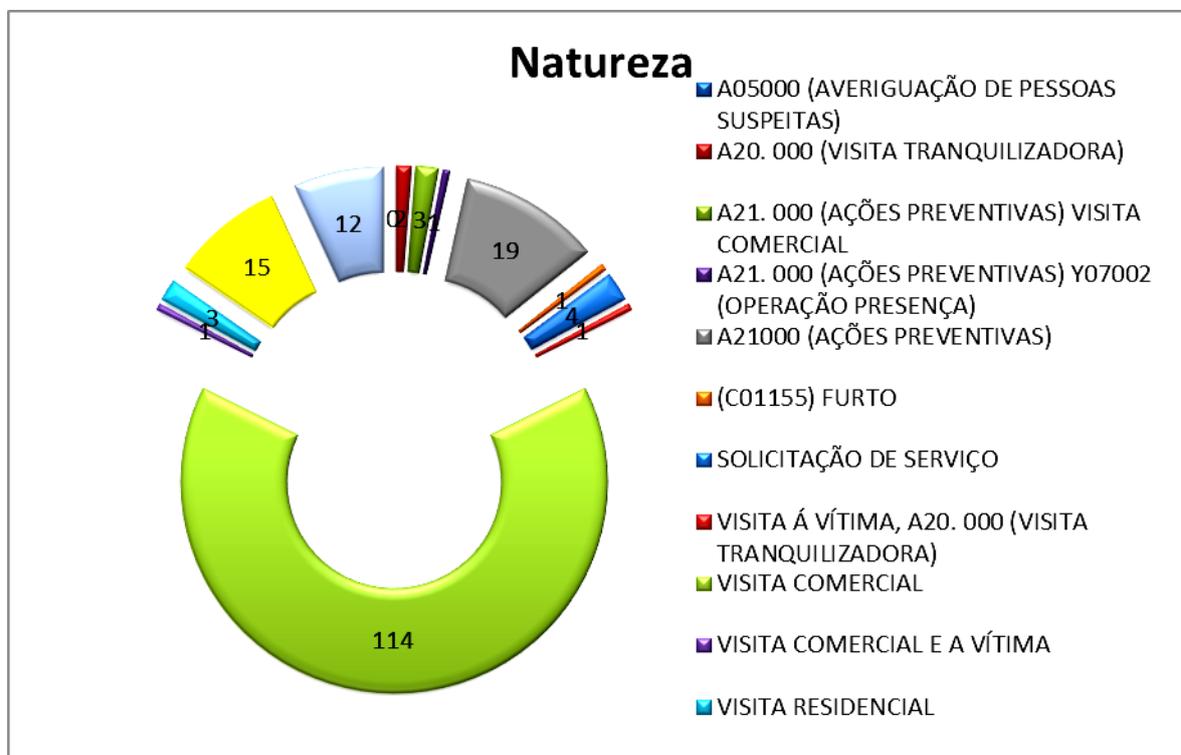


Fonte: Formulário Google Seção de Planejamento

De acordo com o gráfico em análise, pode-se dizer que no Quadrilátero da crackolândia, a BCM trabalhou dentro da sua lógica de empenho que é a de realizar prioritariamente ações preventivas sendo que estas (Natureza A 21.000) somaram 50 incidências (63,3%). Deve-se observar, outrossim, que no âmbito preventivo, houve 09 Operações Presença (Y07.002), 02 visitas às vítimas de crime para potencializá-las a não serem mais alvos (Visitas Tranquilizadoras - A 20.000), 01 Assistência (A 99.000) e 01 Outras de Polícia (A 99.000) atendimento de iniciativa de situação que não constitui infração mas demanda atendimento da polícia. Desta forma, vê-se que do total de 79 incidências, 63 foram eminentemente de caráter preventivo (79,8%).

Por outro lado, mesmo se fazendo presente, visando à maior ostensividade possível, a BCM ainda teve 16 atuações repressivas, de situações que depararam com o fato ocorrendo ou que foram acionados – tanto pelo COPOM quanto pelos próprios cidadãos, conforme relatórios da BCM. Destacam-se das naturezas de caráter repressivo, o atendimento de 02 ocorrências de uso de drogas, 05 de furto e 02 de furto tentado, sendo que nesse último caso, a atuação ainda teria impedido a consumação do delito. Em continuidade a esta análise, no Gráf. 2 é apresentada a natureza de atendimentos, conforme dados dos Cadernos manuscritos:

**Gráf. 2 – Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014**

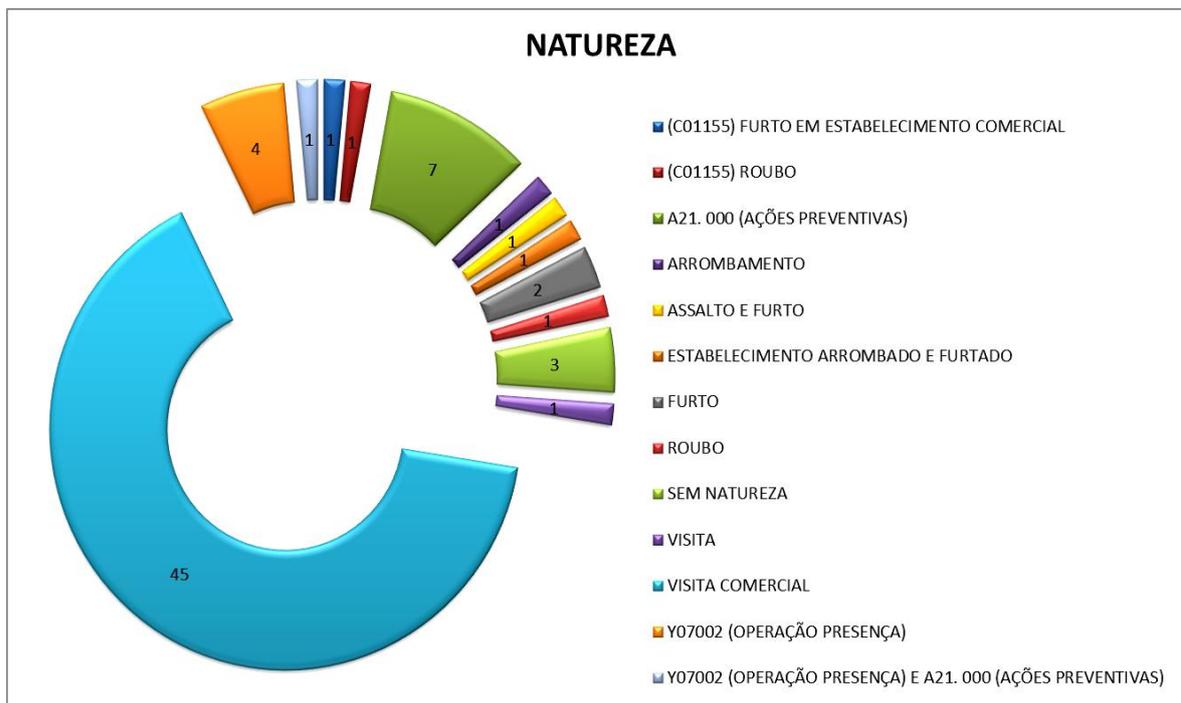


Fonte: Cadernos manuscritos da BCM

Conforme o exposto acima, nos dados dos cadernos manuscritos, as ações preventivas novamente se destacaram em conformidade com o papel da BCM, tendo em vista que do total de 177 atendimentos, 172 foram de cunho eminentemente preventivo (97,2%), destacando-se a Visita Comercial isolada - sem ser em razão de uma operação presença ou similar, que teve 114 incidências (64,4%).

No meio das ações preventivas, além da natureza mencionada com a maior incidência, houve Visitas Tranquilizadoras, Operações Presenças, Ações Preventivas, Averiguação de Pessoas Suspeitas e outras afins, enquanto que atuações de caráter repressivo representaram apenas 01 Furto e 04 Solicitações de serviço, que totalizam menos de 3,0% das incidências. Para conclusão dessa análise de dados da BCM, em seguida, apresentam-se a quantidade e natureza dos atendimentos extraídos dos Formulários de Visitas e Atendimentos:

**Gráf. 3 – Natureza dos atendimentos/visitas realizadas pela BCM – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014**



**Fonte: Formulários de Visitas e Atendimentos (manuscritos) da BCM**

Percebe-se que, novamente as ações de caráter preventivo foram a maioria, uma vez que do total de 69 incidências, 58 tinham foco principal na prevenção (Visita Comercial + A21.000 + Y 07.002 + Visita), com destaque novamente para a Visita Comercial que teve 45 incidências seguida das Ações Preventivas (A 21.000) com 07. Por outro lado, esse gráfico também mostra que, seja de iniciativa, ou por acionamento, a BCM atendeu 08 ocorrências de crimes diversos, dentre os quais se encontram Roubo, Furto, Furto a Estabelecimento Comercial e Arrombamentos, com destaque para a natureza Estabelecimento Arrombado e Furtado, podendo ser estabelecida uma correlação com a existência da crackolândia.

Quanto aos formulários manuscritos<sup>82</sup>, esses apresentaram problemas para serem classificados. Em um deles, a incidência foi descrita como se tratando de um roubo, quando

<sup>82</sup> Acerca dos dados da BCM, houve preferência por parte dos militares componentes desse serviço com relação ao lançamento de dados ser realizado nos cadernos manuscritos, em relação aos Formulários do *Google* da Seção de Planejamento, como ora apontado. Contudo, os dados manuscritos (tanto dos Cadernos quanto dos Formulários de Visitas e Atendimentos da BCM), além de terem exigido mais trabalho do pesquisador na obtenção e organização das informações, apresentaram, em alguns casos, imprecisões decorrentes de escrita não legível e em virtude do lançamento na forma manuscrita ser feito de modo totalmente livre pelo usuário, podendo acarretar falta de preenchimento de alguns dados. Nesse sentido, nota-se que em formulários digitais, o órgão gestor pode arbitrar alguns itens como de preenchimento obrigatório, de modo que o usuário só conseguiria fechar o relatório após preencher todos esses itens. Assim, o ideal seria a adoção dos Formulários do *Google* da Seção de Planejamento, que além de serem mais precisos por não demandarem compreensão

na verdade se tratava de um furto. Foi feita a correção e ela foi incluída entre as incidências referentes a esse tipo de delito. Com relação aos formulários classificados como sem natureza, mesmo que as anotações dessem a entender que se tratou de uma visita, não foi possível verificar se se tratou de uma visita comercial, residencial, tranquilizadora, ou outra qualquer.

Por meio da leitura de todos os relatórios da BCM, que são muito simplificados, dá a entender que os crimes de furto e furto com arrombamento teriam sido praticados por usuários de drogas - com alguns até sendo presos em flagrante -, pois sugerem maior presença no Quadrilátero e algumas intervenções com relação ao cadastramento e encaminhamento de usuários para entidades diversas.

Vale destacar que os números da BCM, principalmente os de cunho preventivo - missão principal do serviço analisado - são bastante positivos, na medida em que, conforme se abstrai dos relatórios de empenho<sup>83</sup>, a BCM teve porosidade em vários pontos do Centro e até mesmo de outros bairros da cidade, uma vez que é um serviço prestado a toda área do 6º BPM, de acordo com o critério de seleção - demanda criminal juntamente com o local ser uma área de alta densidade demográfica.

Nesse sentido, em muitos dias, a BCM não foi empregada no Quadrilátero da crackolândia, porquanto o critério de seleção destinou o serviço em tela para outros pontos da cidade e do Centro. É importante lembrar que como os índices de Roubo tiveram queda de 2013 para 2014 no Quadrilátero da crackolândia, os empenhos da BCM diminuíram nesse ponto e aumentaram em outros da área do Sexto Batalhão (e.g. no Hipercentro, no Bairro Santo Agostinho, etc.), conforme se extrai da leitura dos relatórios de empenho desse serviço.

Por fim, acerca dos dados da BCM, observa-se que houve preferência por parte dos militares componentes desse serviço com relação ao lançamento de dados ser realizado nos cadernos manuscritos, em relação aos Formulários do *Google* da Seção de Planejamento. Nesse sentido, os dados manuscritos (tanto dos Cadernos quanto dos Formulários de Visitas e Atendimentos da BCM), além de terem exigido mais trabalho do pesquisador para organizá-

---

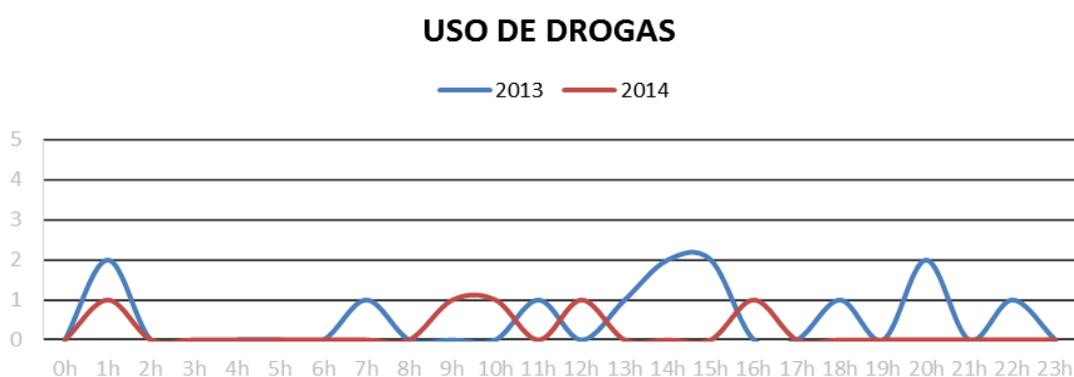
caligráfica e apresentarem itens de preenchimento obrigatório, já são dispostos de forma a facilitar o trabalho do pesquisador ou do gestor de segurança pública, na extração das informações contidas no banco de dados.

<sup>83</sup> Relatórios de empenho diariamente preenchidos pela base após o término de cada turno de serviço e descrevem de forma resumida todas as atividades realizadas no dia de empenho.

los, apresentaram alguns problemas com relação a rasuras e dificuldade de leitura do que foi anotado.

Complementando esses dados, apresenta-se o gráfico de horários de incidência das ocorrências de uso de drogas, que serviram para verificar se esses se deram mais no período diurno, ou no noturno, dentro do Quadrilátero da Crackolândia:

**Gráf. 4 – Comparativo de horários das ocorrências de Uso de drogas – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014**



**Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM.**

Como se percebe no gráfico acima, houve relativamente poucas ocorrências de prisões em flagrante de usuários de drogas pelo crime de uso de drogas<sup>84</sup>, e consoante com os relatórios da BCM, constata-se que no ano de 2014 (diferentemente do ano de 2013 – em que houve prisões por uso de drogas quase que homogeneamente distribuído entre madrugada, manhã, tarde e noite), os usuários parecem ter começado a migrar para outros pontos durante o período da noite, de modo que naquele ano não houve prisões por consumo de drogas na crackolândia, durante o período da noite e ocorreu somente uma no período da madrugada.

É importante observar que, como já abordado no capítulo anterior, em 2013, a crackolândia que é objeto de estudo deste trabalho teve uma visibilidade maior na imprensa local e uma atuação mais incisiva da Polícia Militar por parte da BCM, razão pela qual, não se sabe se foi a presença maior da PM que exerceu uma territorialidade de conseguir afastar o interesse do lugar no período noturno, ou se foi a ausência dos recursos providenciados pelo horário de

<sup>84</sup> É importante frisar que em se tratando de que o gráfico só contém dados de uso de drogas que resultaram em prisão em flagrante de usuários com a apreensão da SPA utilizada e, levando-se em conta que o Quadrilátero abrange apenas 06 quarteirões, mesmo aparentando-se baixos, são relevantes para iniciar a discussão acerca da dinâmica de horários da crackolândia em estudo .

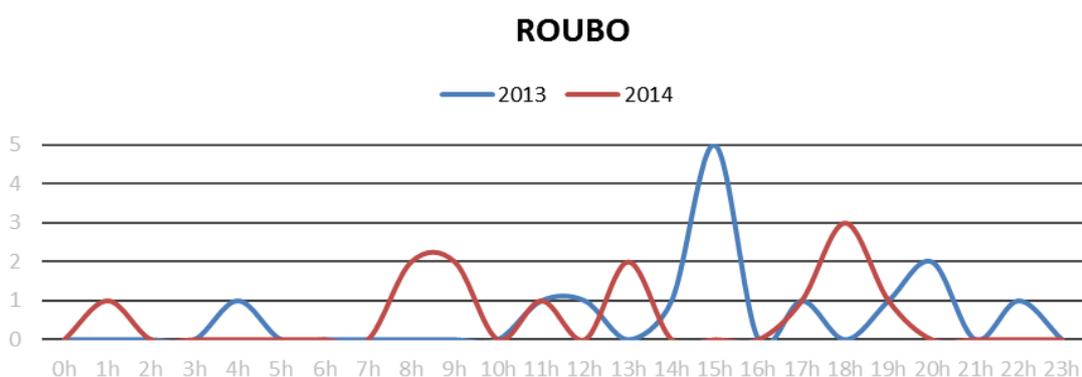
funcionamento do Mercado Municipal e demais estabelecimentos comerciais das proximidades.

Caso esta última opção seja o real motivo, isso confirmaria a segunda hipótese secundária, segundo a qual, o fato de haver muitos estabelecimentos comerciais próximos à “cena de uso”, torná-la-ia relativamente ofuscada e alimentaria sua existência através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias, tais como as latas de bebidas vazias e outros materiais disponíveis que podem ser utilizados como “marica”, o que associado com o aspecto sujo do local diminuiria a exposição à observação de terceiros durante o uso do crack e outras drogas.

Assim, haveria um indício de que em 2014 estaria ocorrendo um possível padrão de que a crackolândia em estudo teria pouca atividade noturna. Por outro lado, tal fato também só pôde ser realmente analisado, por meio da verificação das filmagens do Olho Vivo e das caminhadas de Certeau (2011), uma vez que o número de prisões em flagrantes por uso de drogas em uma crackolândia é naturalmente inferior do que sua alta incidência real de consumo de drogas.

Como já discutido na abordagem dos territórios das “cenas de uso” de crack e outras drogas, os usuários desenvolveriam estratégias e formas de comunicação para identificar a aproximação da polícia e dispensarem as drogas e/ou fugirem da ação do Estado. Nesse sentido, dentro do que é possível comparar, dentro de uma análise estatística, apresentou-se abaixo o gráfico dos horários de roubos:

**Gráf. 5 – Comparativo de horários das ocorrências de Roubo – Quadrilátero da Crackolândia em Governador Valadares - 2013-2014**



Fonte: Seção de Planejamento do 6º BPM.

De acordo com o gráfico acima, as ocorrências de roubo se deram em horários semelhantes ao uso da crackolândia, constituindo um indício de que os usuários de drogas não se sentiram repelidos pela atuação de criminosos violentos - que usaram de força física ou grave ameaça para subtração de coisa alheia móvel -, não se excluindo a possibilidade de participação desses usuários em tais crimes<sup>85</sup>. Desta maneira, não se vislumbra a ocorrência de roubo como uma territorialidade que poderia vir a expulsar a população usuária de crack da região da Crackolândia.

Nota-se que a escolha das ocorrências de roubo como comparativo, deu-se não só pelo fato de se tratar de um crime violento, o que seria útil para verificar a existência ou não de mais conflitos de territorialidades, mas também devido à situação semelhante de redução de incidências dentro do Quadrilátero, no biênio de 2013-2014, da mesma forma que ocorreu com relação ao uso de drogas. Assim, a presença da polícia no período noturno, através principalmente da BCM, e o término do horário dos comércios próximos – destaque ao Mercado, aparentemente, estariam relacionados com as quase nulas incidências na região, durante o período noturno. Nas próximas seções, essa discussão será retomada.

Como forma de complementar a discussão dos dados provenientes de repartições da Polícia Militar, procedeu-se à abordagem dos dados de algumas entidades de assistência social que exercem atuação importante para o Quadrilátero em estudo. Por esse prisma, importa observar que em Governador Valadares, a política de assistência aos usuários de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e risco social e à população em situação de rua é desenvolvida por meio de Termo de Parceria firmado entre a Prefeitura Municipal e a ADQF, instituição sem fim lucrativo, existente desde 2005.

No que se refere à população em situação de rua, o trabalho é executado principalmente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua, situada à Rua Belo Horizonte, no Centro da cidade. Nesse sentido, o CREAS POP, inaugurado em março de 2011, seria um espaço de promoção da assistência social para as pessoas em situação de rua, já a ADQF, localizada no Bairro Santo Antônio, voltar-se-ia para o

---

<sup>85</sup> Devido ao pouco tempo disponível para pesquisa, e por esta já contar com várias metodologias de obtenção e análise de dados, não se pode aprofundar nos detalhes de conferir cada uma dessas ocorrências de roubo, a fim de verificar se alguma teve autoria ou participação de usuários da crackolândia. Todavia, como os horários são coincidentes e o lugar é relativamente pequeno, é possível que tenha havido no mínimo indiferença ou cumplicidade em relação à conduta dos autores de roubo.

acolhimento de dependentes químicos e familiares destes. Além dessas entidades, para o atendimento de usuários de álcool ou outras drogas em situação de risco e vulnerabilidade social, mas que não querem ir até um espaço de referência e buscar apoio, foi criado o Projeto Território Aliança, no ano de 2013.

Contudo, para uma efetividade maior desses trabalhos, tais entidades atuam em cooperação umas com as outras, partilhando informações, experiências e se unindo na solução dos problemas. Dentro desta perspectiva, os dados dos Relatórios do CREAS POP e do Projeto Território Aliança, que atuam em parceria com ADQF, referentes aos períodos de 2013/2014 e 2014/2015, foram analisados de forma conjunta, só sendo separados naquilo que a especificidade do assunto demandou.

É importante destacar que a ligação entre o centro de referência e o projeto é tão forte, que nos Relatórios de 2014/2015, ambos utilizaram os mesmos gráficos na quantificação dos números de atendimento, dados da população atendida e etc., de modo que o trabalho também foi quantificado de maneira conjunta. Com relação à parte textual, os relatórios de 2013/2014 não são tão detalhados como os de 2014/2015, portanto, acerca dos primeiros, analisou-se mais os dados quantitativos.

Observa-se que ambos os relatórios do CREAS POP apontaram como um dos desafios para o ano vindouro a “Dependência Química: (Aceitação do usuário enquanto dependente químico, Recaída dos usuários, vagas em Comunidades Terapêuticas para o público feminino)” (GOVERNADOR VALADARES, 2014a, p. 14 e GOVERNADOR VALADARES, 2015b, p. 22). Nesse sentido, percebe-se que o centro de referência em tela continua visualizando a dependência química como um problema da cidade.

Por essa razão, vale dizer que, de acordo com Governador Valadares (2014b) o Projeto Território Aliança atendeu 208 usuários de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade social no município, sendo que desse total, 56 já possuíam cadastro no CREAS POP da cidade e frequentavam o serviço com regularidade, de modo que mais de um quarto dos abordados recebiam assistência social em um centro de referência. Por outro lado, os dados de encaminhamento do centro de referência, tanto referentes à Secretária Municipal de Assistência Social, quanto à Secretária Municipal de Saúde, totalizaram 514, sendo 265 para a primeira e 249 para a última, conforme a tabela a seguir:

**Tab. 3 – Encaminhamentos feitos às Secretarias Municipais – CREAS POP – 2013**

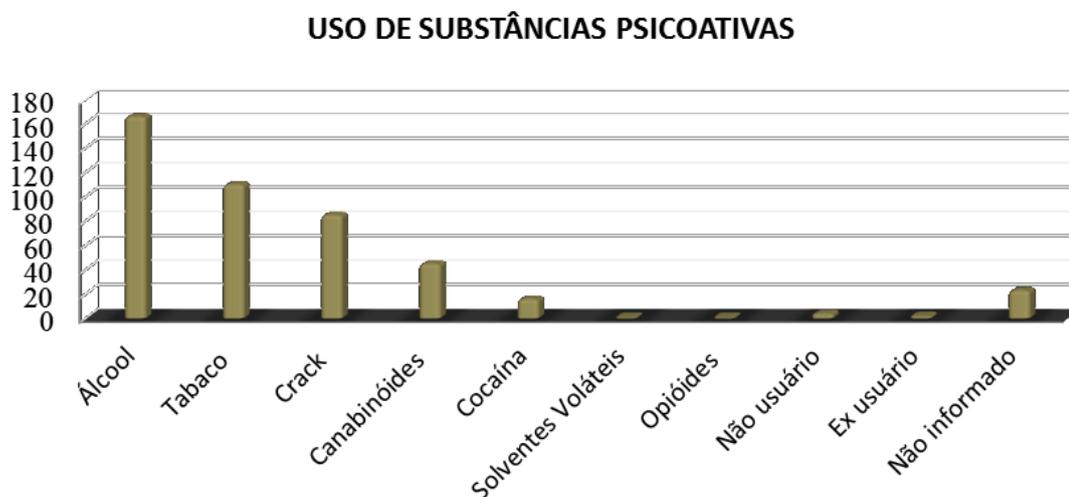
<b>Encaminhamentos feitos a Secretaria de Assistência Social</b>	
Promoção social	88
Apoio ao migrante	67
Bolsa Família	44
Álbergue	63
Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS)	3
<b>Total</b>	<b>265</b>
<b>Encaminhamentos feitos a Saúde</b>	
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)	91
Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM)	14
Centro de Referência em Atenção Especial à Saúde (CRASE)	11
Centro de Referência em Doenças Endêmicas e Programas Especiais (CREDEN-PES)	3
Hospital	14
UBS Centro	82
UBS Odont.	34
<b>Total</b>	<b>249</b>

**Fonte: CREAS POP.**

Acerca dos dados acima, deve-se destacar, primeiramente, que para um centro relativamente pequeno, o trabalho de melhoria na qualidade de vida de 514 pessoas é algo que tem impacto na prevenção criminal, e até mesmo no uso de drogas, tendo em vista que a frustração é apontada como um dos fatores que levam as pessoas a utilizarem drogas (cf. Minas Gerais, 2002). Em segundo lugar, a Tabela acima também traz um dado muito importante no sentido de que a maior parte dos encaminhamentos à Saúde foi destinada ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).

Nesse sentido, a análise desse dado apontou a dependência química como o problema de saúde mais recorrente da população atendida ao longo do ano de 2013. Em adição a essa informação, outra igualmente relevante se encontra em Governador Valadares (2014b), com relação ao uso de substâncias psicoativas (SPA) por parte dos atendidos na abordagem social do Projeto Território Aliança, a droga mais consumida pelos usuários atendidos seria o álcool, seguida do tabaco e do crack, respectivamente, conforme indica o gráfico abaixo:

Gráf. 6 – Uso de SPA – Projeto Território Aliança – 2013



Fonte: Projeto Território Aliança

Nota-se que o crack ocupou a terceira posição no gráfico acima, perdendo apenas para o tabaco e o álcool, o que coloca a cidade, conforme constatada pelo projeto, em situação preocupante no que se refere ao número elevado de pessoas em vulnerabilidade social e usuárias dessa droga. Por serem drogas diferentes, Governador Valadares (2014b) acertadamente apresentou os dados de cocaína e crack separadamente. Entretanto, conforme já estudado no Capítulo 2 desta pesquisa, o crack é um subproduto derivado da cocaína. Destarte, somando-se ambas as drogas, vê-se que a cocaína e seus derivados passariam o tabaco, tornando-se a segunda SPA mais utilizada.

Nesse sentido, cabe lembrar que pela última estimativa da ONU, divulgada em 26 de junho de 2015, observou-se que, ao contrário da tendência de estabilidade nos demais países do mundo, o consumo de cocaína e crack no Brasil aumentaram, sendo que o país teria parca contabilidade dessa população de usuários, pois a última pesquisa feita no Brasil sobre a quantidade de usuários de drogas no país teria sido realizada em 2005, ocasião em que 870 mil pessoas consumiam cocaína (0,7% da população brasileira entre 12 e 65 anos) <sup>86</sup>.

Sob essa ótica, numa visão territorial, percebe-se uma provável correlação entre o que ocorre na escala nacional (Brasil) e na local (Quadrilátero da Crackolândia), ou em outros termos, o

<sup>86</sup> Disponível em : <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/26/consumo-de-cocaina-aumenta-no-brasil-estima-onu.htm#fotoNav=10>. Acessado em : 03/07/2015.

local não estaria isolado e isento da influência global, seja na perspectiva de Giddens (1991) por meio do alongamento espaço-temporal em relação aos contextos locais como se o local se alongasse para o global, ou na de Harvey (1992) através de um encolhimento do espaço pelo tempo, como se o global se estreitasse e diminuísse a ponto de se aproximar do nível local.

A Crackolândia também é atingida pelos processos convencionados como globalização, pois se há mais crack circulando e com o seu consumo aumentando no país, isso muito provavelmente impacta a presença e permanência de “cenas de uso” do crack e outras drogas em vários pontos do país. Em seguimento a essa discussão, retomando o nível local, destaca-se que os relatórios de 2013 são carentes de parte textual, contendo além dos gráficos de quantidades de atendimento, somente informações sobre o papel do centro ou do projeto, e no caso deste último dá conta de alguns eventos que participaram.

Dentre esses eventos, há inclusive uma postagem do portal eletrônico do 6º BPM sobre a visita do Território Aliança à Unidade, a qual realçou a importância da implantação do projeto no ano de 2013, a fim somar esforços no trabalho de assistência a pessoas em situação de rua e dependentes químicos, conforme se vê em Governador Valadares (2014b). Tal fato é relevante para se verificar indícios de parcerias, ou seja, trabalho integrado e articulado em rede, o que vai ao encontro do proposto por Minas Gerais (2002), Minas Gerais (2011) e Brasil (2013), como já visto no segundo Capítulo desta pesquisa.

Com relação aos relatórios tanto do CREAS POP quanto do Projeto Território Aliança, referentes às ações realizadas ao longo do ano de 2014, verifica-se que Governador Valadares (2015b) teve mais informações apresentadas no texto do que Governador Valadares (2015c), porém, ambos os documentos apresentaram os mesmo gráficos de atendimento, vislumbrando aparentemente que os resultados passaram a ser compartilhados. Deve-se salientar nesse aspecto, que é um indício de fortalecimento do trabalho em rede intersetorial, proposto por Santana (2011).

Após a apresentação dos eventos realizados e gráficos de quantificação dos trabalhos, Governador Valadares (2015b) apresenta as ações concretas realizadas no ano de 2014, dentre as quais, encontraram-se 07 voltadas para a questão das drogas, o que é um número relevante, tendo em vista que o CREAS POP é um centro de referência. Portanto, ressalvado o trabalho do pessoal da abordagem social, atende somente quando é procurado pelo usuário. Para

ilustração dessas 07 situações, de forma dinâmica e resumida, procedeu-se à montagem do quadro abaixo disposto, preservando-se, no caso de pessoa física, os nomes dos usuários atendidos por meio da referência somente ao gênero:

#### **Quadro 5 – Ações concretas relacionadas à SPA – CREAS POP – 2014**

- a) 01 casal – ambos realizaram tratamento no CAPS- AD e CERSAM, e após a mulher ganhar uma casa do Programa Minha Casa e Minha Vida, saíram da situação de rua;
- b) 01 homem – parou com uso de bebida alcoólica e saiu das ruas, adquirindo residência;
- c) 01 homem - usuário foi acolhido no ano de 2014, encaminhado para Abrigo Noturno, tendo realizado acompanhamento junto ao CAPS AD/ UAA e consultas / revisão de cirurgia nos membros inferiores na Policlínica, tendo os documentos pessoais regularizados e estando atualmente na Fraternidade “O Caminho”;
- d) 01 homem - usuário com histórico de uso/abuso de bebida alcoólica recebeu intervenção da equipe, interrompeu o uso e realizou os procedimentos necessários (exames e consultas) para a efetivação da cirurgia de Hérnia no ano de 2014, e passou a pernoitar no abrigo noturno e aceitar os serviços do CREAS POP durante o dia;
- e) 01 mulher (gestante) - devido à complexidade da situação da usuária que possuía histórico recente de aborto e estava com gestação de risco devido ao uso de substâncias psicoativas. Foram desenvolvidas diversas intervenções para interrupção do uso/abuso de drogas da usuária, e viabilizar gestação segura.
- f) 09/05/2014 – O CREAS POP recebeu a visita de 02 grupos de policiais militares, civis e bombeiros que estavam realizando capacitação para atuarem no programa “Crack É Possível Vencer”, e durante a visita, houve a explanação sobre o serviço prestado na instituição e sobre o trabalho da equipe;
- g) Participação da equipe em reuniões quinzenais, no “Fórum Permanente Intersetorial” para atenção às pessoas em sofrimento devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas, que objetiva discutir o cuidado às pessoas que fazem uso problemático de SPA e circulam na rede de saúde, assistência social e outras, para discussão dos casos.

**Fonte: CREAS POP**

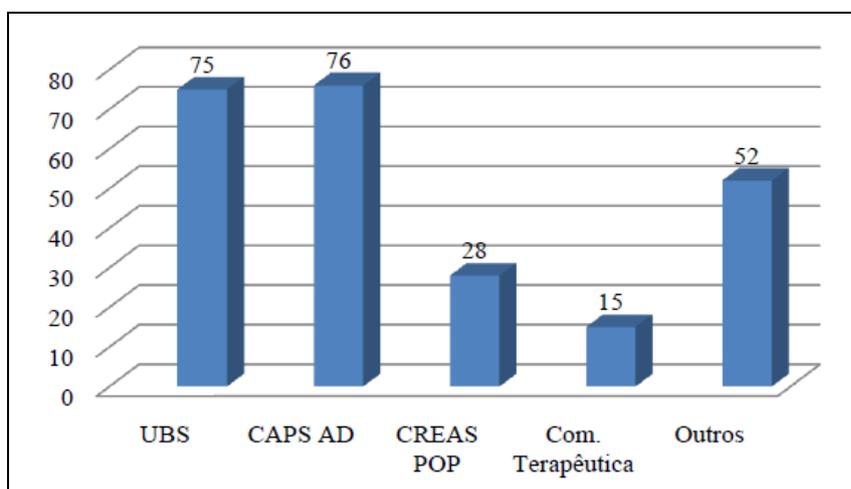
Por meio do quadro acima, é possível perceber quão complexa é a atuação na recuperação de um dependente de SPA, independente de qual seja a substância, pois sem ajuda externa, até mesmo uma gestante não consegue conter a abstinência em prol da sobrevivência de seu filho. Todavia, nota-se que o trabalho, por meio de redes intersetoriais entre as áreas da assistência social, saúde e segurança, traz resultados de empoderamento e recuperação do ser humano, podendo vir a fazer a diferença necessária para tirá-lo da situação de rua e “limpá-lo” das drogas, e conseqüentemente, assegurar-lhe a garantia constitucional da dignidade da pessoa humana.

Dentro da proposta de análise desta pesquisa, não será possível comentar outros dados presentes nesses relatórios. Entretanto, é importante destacar que os documentos possuem

outros dados que poderiam interessar a outras pesquisas. Assim, nesse ínterim, é oportuno apresentar gráficos, que no ano de 2014, foram comuns a ambos os relatórios, a fim de verificar a situação do público atendido pelo CREAS POP e Projeto Território Aliança.

Nesse sentido, com o objetivo de analisar principalmente, se no ano de 2014, assim como em 2013, continuou o CAPS AD sendo o maior destino dos encaminhamentos da rede e se também o crack se manteve como a terceira SPA de consumo mais relatado pelos usuários, ficando atrás somente do álcool e tabaco. Assim, dispôs-se abaixo o gráfico com o número de encaminhamentos para a rede suporte:

**Gráf. 7 – Encaminhamentos para rede suporte – Projeto Território Aliança- 2014**

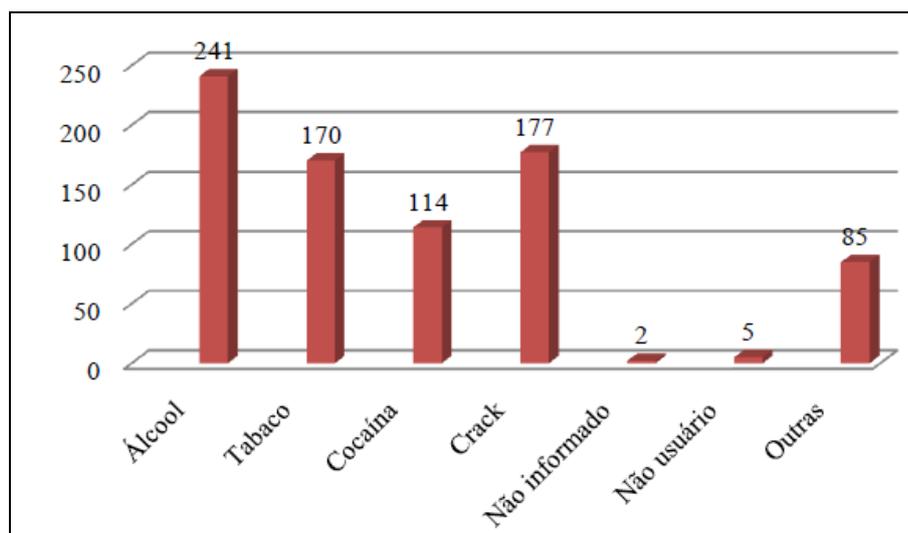


Fonte: CREAS POP / Projeto Território Aliança

Conforme gráfico acima, percebe-se que assim como no ano de 2013, o maior número de encaminhamentos para a rede de suporte em 2014 foi para o CAPS AD, de modo que o problema da dependência química continuou sendo o mais prevalente entre a população em situação vulnerabilidade social que procurou o CREAS POP, ou foi atendida na rua pelo pessoal da abordagem social do Território Aliança. Outra constatação relevante é que também como no ano anterior, a segunda maior incidência de encaminhamentos foi para a Unidade Básica de Saúde (UBS), o que muitas vezes pode ter correlação com a dependência química, e.g. moléstias decorrentes do uso de drogas que causem disfunções no organismo, ou cujo contágio se deu pelo consumo.

Dentro deste cenário de continuidade de uma alta demanda para o CAPS AD, é importante se verificar se houve permanência também no que se refere ao crack ser a terceira droga mais consumida no meio da população destinatária da promoção social realizada através do CREAS POP e do Projeto Território Aliança, o que pode ser visualizado no gráfico abaixo.

**Gráf. 8 – Uso de SPA – CREAS POP / Projeto Território Aliança- 2014**



**Fonte: CREAS POP / Projeto Território Aliança**

Conforme se observa no gráfico acima, o crack deixou de ser a terceira SPA mais consumida, ultrapassando o tabaco e passando à segunda posição. Observa-se que a cocaína também teve um destaque, pois no ano de 2013, ela estava abaixo dos canabinóides. Porém, em 2014, ela se tornou a quarta droga mais consumida pelos atendidos, sendo maior do que todas as demais drogas abaixo dela que totalizaram 85 incidências. O álcool estando em primeiro lugar ratifica as observações de Chiaverini (2007) no sentido de que é a droga mais usada pela população em situação de rua.

Contudo, o gráfico inclui consumos múltiplos, de modo que há pessoas que usam crack e também álcool e/ou tabaco, com inúmeras possibilidades de combinação, razão pela qual a soma das incidências isoladas supera o total de 408 indivíduos atendidos<sup>87</sup> ao longo do ano de 2014. Também é possível vislumbrar um avanço da cocaína e do seu subproduto crack de maneira proeminente, o que retoma a constatação de uma ligação com a escala nacional, pois

<sup>87</sup> Em 2014, pela parceria entre CREAS POP e Projeto Território Aliança, foram realizados “408 atendimentos a usuários de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e risco social” (GOVERNADOR VALADARES, 2015c, p. 04).

conforme já mencionado nesta seção, o Brasil teria aumentado o consumo de cocaína e crack, pela última estimativa da ONU, diferentemente da tendência mundial.

Ainda sobre o último gráfico, deve-se notar que apenas 05 indivíduos se declararam “Não Usuário” e 02 não informaram sua condição, o que é um número pequeno em comparação ao total de 408 atendimentos. Além dos dados apresentados, outros relevantes dos relatórios em análise, que permitem traçar um perfil da população atendida ao longo do ano de 2014, são apresentados por Governador Valadares (2015b) e Governador Valadares (2015c), sendo resumidos nas alíneas a seguir:

- a) Sexo: Masculino (78,7%);
- b) Faixa Etária: 20 a 39 anos (58,7%); 40 a 49 anos (24,3%);
- c) Naturalidade: Governador Valadares (53,4%); outros municípios do país, exceto Minas Gerais (22,1%); outros municípios de Minas Gerais (21,3%);
- d) Escolaridade: eminentemente Ensino Fundamental (64,5%).

Dentro deste contexto, observa-se que o perfil dos atendidos (no meio dos quais há elevado uso de crack e cocaína e, portanto, provavelmente muitos frequentadores do Quadrilátero da crackolândia) coincide com o perfil predominante de usuário de crack apresentado por autores como, por exemplo, Oliveira (2007), discutidos no Capítulo 2, ou seja, homem de baixa escolaridade, jovem ou adulto.

Tal semelhança de perfil, juntamente com o aumento dos números de consumo de crack pela população assistida, forma mais um indício de que essa droga continua sendo consumida na região central da cidade, e conseqüentemente, no território da crackolândia em estudo, em detrimento da redução das ocorrências de uso de drogas no local, uma vez que as abordagens sociais que constataram esses números se deram majoritariamente na área central.

Nesse sentido, no ano de 2015, a equipe da abordagem social do CREAS POP, procedeu a uma contagem atual dos usuários que frequentam o espaço da Crackolândia em estudo, tendo sido identificada uma população de 15 usuários frequentadores assíduos do território em questão, conforme postado na seguinte tabela:

**Tab. 4 – Dados pessoais<sup>88</sup> usuários de crack colhidos na abordagem social – mediação do Mercado Municipal – 2015**

Nome	Sexo	Idade (anos)	Cidade de origem	Ref. Creas pop	Data entrada creas pop
Nome completo	Masculino	18	Governador Valadares	Não	-
Nome completo	Feminino	33	Governador Valadares	Sim	24/04/2015
Nome completo	Feminino	47	Governador Valadares	Sim	13/09/2012
Nome completo	Feminino	42	Governador Valadares	Não	-
Nome completo	Masculino	39	Governador Valadares	Sim	20/10/2011
Nome completo	Masculino	47	Governador Valadares	Não	-
Nome completo	Masculino	34	Governador Valadares	Sim	-
Nome completo	Feminino	30	Governador Valadares	Sim	-
Nome completo	Masculino	48	Conselheiro Pena	Sim	12/09/2014
Pré-nome	Masculino	-	-	-	-
Pré-nome	Masculino	-	-	-	-
Pré-nome	Feminino	-	-	-	-
Pré-nome	Masculino	-	-	-	-
Usuário não identificado	Masculino	-	-	-	-
Usuário não identificado	Masculino	-	-	-	-

**Fonte: CREAS POP**

Conforme a tabela acima, dos 15 usuários frequentadores da crackolândia em estudo, sabe-se que 10 são homens e 05 mulheres, 06 possuem cadastros no CREAS POP, e todos os que tiveram idade identificada pela abordagem social são maiores, com faixa etária predominante de 30 a 49 anos. Assim, percebe-se uma coincidência com o perfil (homem jovem ou adulto) do usuário de crack do Brasil, como já mencionado. Ainda com referência a esta tabela, é importante destacar que a população assídua no Quadrilátero continua significativa, considerando-se que esse território abrange apenas 06 bairros.

Diante dos dados provenientes do 6º BPM, tanto da Seção de Planejamento quanto dos arquivos da BCM, assim como dos dados do CREAS POP, ADQF / Projeto Território Aliança, é importante frisar que ao longo das análises documentais houve indícios de confirmação das hipóteses secundárias, respaldados principalmente pela abordagem territorial. Por meio de uma análise resumida do que foi tratado nesse sentido, importa notar que as relações de poder que formam aquele território parecem operar de formas múltiplas de

<sup>88</sup> Na reprodução da Tabela com os dados dos usuários apontados pela abordagem social do CREAS POP, o nome dos indivíduos foram preservados, a fim assegurar-lhes a privacidade devida, porém, para auxílio na análise do dado secundário, constaram-se os seguintes dizeres na coluna "Nome" da Tabela em questão: "Nome completo" para os usuários que constava identificação plena com pré-nome e sobrenome; "Pré-nome" para os que só constava o primeiro nome; "Usuário não identificado" para os que não constava nenhum dado de identificação.

apropriação simbólica e de domínio do espaço, as quais, em sua maioria, superam a capacidade conclusiva de uma análise documental.

Por outro lado, as discussões procedidas permitiram verificar que a crackolândia, objeto de estudo deste trabalho (assim como outras estudadas nas pesquisas cujos dados foram apresentados nos Capítulos 2 e 3), possui usos diversos, ou em termos da gestão integrada do território, territorializações mais flexíveis, porquanto admitem ora sobreposição e/ou multifuncionalidade territorial, ora a intercalação de territórios. Como abordado por Souza (1995) e Haesbaert (2014), tais territorializações mais flexíveis são comuns nos territórios diversos e sucessivos das áreas centrais em grandes cidades, com organização baseada nos usos temporários entre o dia e a noite.

Nesse diapasão, verificou-se, por exemplo, que a crackolândia em estudo atualmente é utilizada mais durante o dia, uma vez que no período noturno, os usuários se movimentariam para outros locais. Além de várias questões de interação no e pelo espaço, como a proximidade com bairros de periferia cujo tráfico de drogas influenciaria o local, que confirma a primeira hipótese secundária, a seção permitiu verificar que o crack tem sido uma preocupação crescente no município. Tal fato mostra a correlação da escala local com a nacional, pois conforme os dados dos trabalhos de campo de Frúgoli Jr. e Sapaggiari (2011) referentes ao Brasil, bem como da última estimativa da ONU sobre cocaína e seus derivados, o uso de crack está em ascensão no país.

É importante observar que a abordagem documental somada à discussão da formação histórica da área em estudo caminha no sentido de confirmação da hipótese principal desta pesquisa, a qual versa que o território da crackolândia em estudo é formado principalmente por seus aspectos materiais, cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica, perpetuando a sua condição de lugar à margem da sociedade, e principalmente, de periferia da área central. Todavia, essa discussão é retomada nas próximas seções, com um arcabouço maior de dados para o procedimento analítico.

Por esse prisma, em conclusão à presente análise documental, ressalta-se que no final do Relatório do Projeto Território Aliança, é destacada novamente a importância do trabalho em rede para se alcançar resultados com os dependentes químicos e “codependentes” em situação

de rua, “pois uma vez na rua, nenhum aspecto daquela vida mais pode ser abordado individualmente” (GOVERNADOR VALADARES, 2015c, p. 25).

Deve-se salientar que tal assertiva carrega consigo uma visão dos profissionais que trabalham na área assistencial e não deve ser desprezada enquanto dado qualitativo, tendo em vista que de fato a compreensão de relações sociais e que se operam dentro de lógicas territoriais é bem complexa. Assim sendo, este estudo buscou metodologias diversas, além da análise documental convencional, como forma de testar suas hipóteses, como se vê no conteúdo da próxima seção que tratou da análise fílmica.

## 5.2 ANÁLISE FÍLMICA

Na busca por outros caminhos de investigação, verificou-se que a área da crackolândia em estudo é coberta pelo vídeo-monitoramento do Programa Olho Vivo da Polícia Militar. Diante do fato de o investigador desta pesquisa ser Tenente dessa Corporação, este teve restrições para realizar entrevistas à população usuária de drogas, porém, esse mesmo impedimento profissional foi o que lhe permitiu uma alternativa metodológica de usar as imagens exclusivamente em apresentação e/ou trabalho escrito (dissertação), como observado no Capítulo anterior - Metodologia.

Destarte, a disponibilização desses dados foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que possibilitou uma alternativa metodológica para solução da dificuldade de obtenção de dados pelo pesquisador por outros meios. Com respaldo a esse pensamento, em Hikiji (2012), encontra-se um ensinamento importante no processo de análise fílmica, dizendo que nesta, o “filme é assim assumido como um verdadeiro *fieldwork*. É uma pesquisa de campo empírica na qual o ‘campo’ é a película que passa” (HIKIJ, 2012, p. 14).

Embora Hikiji (2012) tenha trabalhado com filmes de cinema e a presente pesquisa trabalhe com vídeos reais, em razão de se ter o mesmo entendimento de assumir as imagens como um trabalho de campo, no que coube, utilizou-se o processo de análise descritiva adotado pela autora em tela. Todavia, devido à impossibilidade de verificar todas as gravações, cujas câmeras operam ininterruptamente 24h por dia, tampouco por amostragem que demandaria

recortes temporais de todos os turnos (madrugada, manhã, tarde e noite), como já explicado na Metodologia, optou-se por analisar somente as filmagens que resultaram em ocorrências.

Nesse sentido, solicitaram-se as ocorrências com apreensões e/ou prisões, ou mesmo com apenas averiguações, pelas quais foram gerados empenho no COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª RISP, obtendo-se 88 vídeos, conforme disposto na tabela a seguir:

**Tab. 5 – Câmeras de origem e tempos de duração das filmagens do Olho Vivo**

ANO 2013		ANO 2014				ANO 2015			
CÂM.	Duração	CÂM.	Duração	CÂM.	Duração	CÂM.	Duração	CÂM.	Duração
862	00:19:58	868	00:02:55	862	00:05:59	863	00:05:53	866	00:00:53
863	00:04:58	868	00:00:23	862	00:16:28	863	00:03:55	864	00:01:04
863	00:04:58	862	00:00:10	862	00:04:11	866	00:16:00	863	00:02:40
864	00:02:34	862	00:02:00	865	00:15:59	862	00:07:54	864	00:01:06
866	00:01:55	862	00:01:40			862	00:08:38	864	00:02:40
853	00:25:12	862	00:00:53			863	00:06:29	863	00:08:35
844	00:06:22	862	00:18:21			863	00:01:00	863	00:07:33
844	00:01:07	862	00:02:03			862	00:13:08	862	00:06:52
862	00:03:57	861	00:03:53			862	00:03:44	863	00:10:54
862	00:03:06	862	00:01:36			862	00:58:00	862	00:01:47
861	00:14:51	862	00:01:33			862	00:04:34	863	00:03:11
824	00:12:57	863	00:13:19			862	00:15:59	864	00:00:27
862	00:17:59	862	00:13:34			868	00:00:23	864	00:00:10
861	00:04:51	862	00:11:10			868	00:00:08	864	00:01:30
862	00:12:23	862	00:00:26			868	00:00:17	864	00:00:34
863	00:03:32	862	00:08:00			868	00:12:37		
861	00:00:44	862	00:30:38			862	00:06:38		
861	00:02:11	862	00:03:10			862	00:14:55		
863	00:00:39	862	00:03:50			866	00:01:07		
862	00:00:37	862	00:05:20			866	00:04:00		
861	00:02:04	862	00:03:17			863	00:01:36		
861	00:06:38	862	00:01:25			862	00:05:18		
863	00:04:58	862	00:19:59			868	00:03:51		
<b>Total:</b>	<b>02:38:31</b>				<b>03:12:12</b>				<b>04:06:00</b>
<b>Total 3 anos:</b>			<b>09:56:43</b>						

**Fonte: Ofício de Encaminhamento do COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo da 8ª RISP**

Percebe-se, pela tabela, que mesmo tendo sido selecionadas apenas as mídias relacionadas a apreensões, prisões e/ou averiguações, o total de 88 vídeos e aproximadamente 10h de imagens, torna-se inviável uma descrição e análise vídeo a vídeo, o que resultaria em no mínimo 88 páginas exclusivas a esta análise fílmica. Assim, apesar de o pesquisador ter assistido a todos os filmes à procura de dados relevantes, foram selecionadas e comentadas

cenas de apenas alguns que possibilitassem o teste das hipóteses propostas, quer de comprovação, ou mesmo de refutação dessas.

Por esse prisma, a análise tentou identificar padrões de relacionamento, comportamento e interações, porém, voltando-se mais para os aspectos qualitativos do que quantitativos. Assim, semelhante ao trabalho com dados primários, nos quais, por exemplo, o pesquisador pode selecionar somente alguns trechos de entrevistas específicas que possuam relevância para o tema estudado, ainda que tenha de descartar muitas outras transcrições, na presente análise fílmica, selecionaram-se apenas vídeos ou trechos destes que fossem úteis à proposta de estudo.

Insta destacar que, neste estudo, procurou-se preservar o anonimato das pessoas que aparecem nas filmagens. Para tanto, foi utilizado o mosaico facial quando necessário, ou as imagens foram capturadas com as pessoas de costas ou a longa distância, de modo a não permitir o reconhecimento de nenhum indivíduo filmado. Deve-se salientar igualmente que diante dos vários vídeos referentes a cada ano, dividiram-se as análises na ordem cronológica, utilizando alíneas para separar os anos verificados da seguinte maneira: a) Filmagens de 2013, b) Filmagens de 2014 e Filmagens de 2015<sup>89</sup>. Logo, iniciou-se com as mídias do ano de 2013, conforme adiante se vê.

### **5.2.1 Filmagens de 2013**

O ano de 2013 foi o que teve menos mídias encontradas com relação à crackolândia, objeto de estudo desta pesquisa, sendo apenas 23 filmagens. Porém, teve grande importância para compreensão de aspectos relativos à complexa dinâmica da “cena de uso” de crack e outras drogas em questão. Dentro desta lógica, a primeira filmagem trazida à discussão se refere a uma abordagem a usuários de drogas, registrada no BO 43498, cuja data é de 04/07/2013 e as imagens capturadas se referem ao período de 7h53min às 8h14min – duração de 19min58seg.

---

<sup>89</sup> Com relação ao ano de 2015, constam filmagens apenas de Janeiro a Março, tendo em vista que as mídias foram entregues ao pesquisador em 06 de abril de 2015, conforme Ofício de Remessa de imagens do Olho Vivo anexo à presente pesquisa.

As imagens se deram na esquina da Rua José Luiz Nogueira com Rua Vereador Euzebinho Cabral (mas foram capturadas pela Câmera 862 na esquina da Rua Afonso Pena com Rua Vereador Euzebinho Cabral), em uma região que se convencionou chamar na presente pesquisa de região do “Lote Vago”, devido ao fato de ter um lote vago que ao longo dos anos se modificou. Entretanto, tanto o lote quanto os demais componentes do local, em especial o muro do ambulatório do Hospital Bom Samaritano à direita e os depósitos (do fórum e de um galpão<sup>90</sup>) à esquerda, aparentemente fomentam a escolha dos usuários pelo local que pode ser visualizado abaixo, na Fig. 17.

**Fig. 17 - Vista *Street view* – região do “Lote Vago” - 2014**



Fonte: Google Street View, Image, 2014.

A região acima sofreu mudanças materiais ao longo dos anos, principalmente o lote vago que passou por várias transformações, sendo que essas serão conteúdo a ser discutido na próxima seção que abordou o trabalho de campo. Contudo, destaca-se por um olhar rápido na imagem acima que há mato e entulho no lote (lado direito), inexistência de entradas pela Rua Vereador Euzebinho Cabral tanto para o galpão quanto para o depósito do fórum (lado esquerdo), e uma estética perceptivelmente deteriorada.

<sup>90</sup> Ao longo dos anos de 2013 a 2015, o galpão ao lado do depósito do fórum deixou de ser depósito e passou a ser utilizado como templo de uma igreja protestante, passando posteriormente a funcionar como um depósito de uma empresa local.

Mais propriamente sobre a abordagem, observa-se que os usuários estavam reunidos e traspassavam objetos uns para os outros – isqueiros, “maricas”, etc. - tendo inclusive um aparente desentendimento entre eles, quando dois saem da “cena de uso”, e em seguida, a guarnição policial chega e aborda os dois que permaneceram no local:

**Fig. 18 – Usuários durante abordagem policial na região do “Lote Vago” – 2013**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

A imagem acima ilustra o momento em que a guarnição PM procedia à abordagem nos dois usuários que permaneceram no local. É importante ressaltar que os usuários em tela estão à esquerda da via, onde ficam os depósitos (do Fórum e o galpão), lugar que muitas vezes é utilizado como estacionamento de Caminhões que acabam por obstruir a visão da câmera de monitoramento do Olho Vivo, impedindo a verificação do que está ocorrendo na região. À direita, fica o lote vago utilizado para homizio de pessoas e objetos ilícitos ou produto de crimes.

Essa região é a mais utilizada pelos usuários, levando-se em conta todas as filmagens disponibilizadas. Provavelmente, isso tem relação com seus aspectos materiais, como foi discutido nesta seção. Com o intuito de ilustrar esse cenário, expôs-se adiante uma imagem distante do local da abordagem em um momento raro com apenas dois veículos estacionado no quarteirão, permitindo a visualização ampla do lugar:

**Fig. 19 – Vista distante do local da abordagem policial na região “Lote Vago” – 2013**



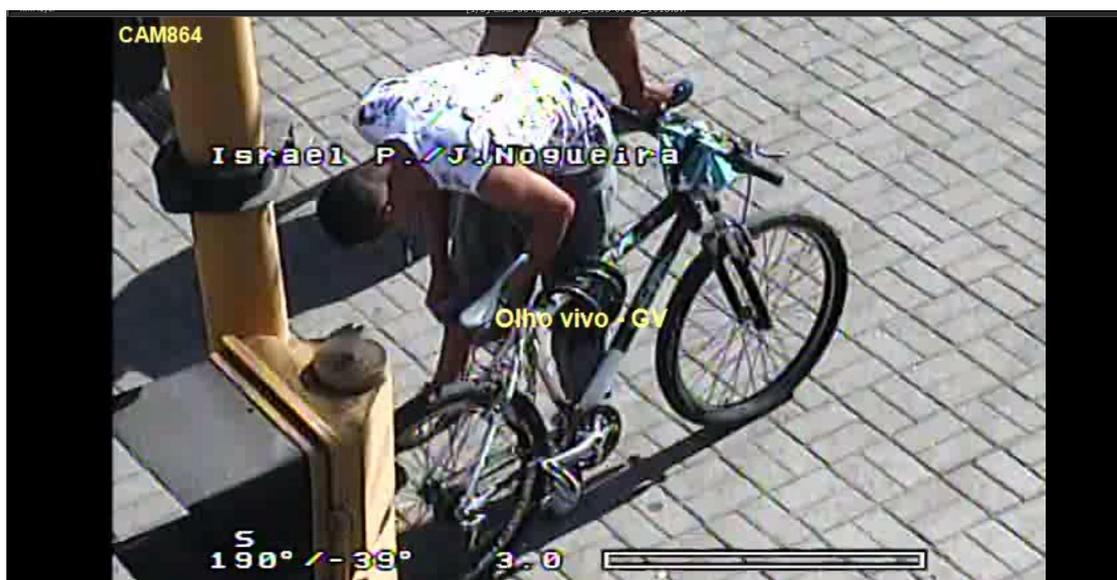
**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Ao verificar toda filmagem, observa-se a dinâmica dos usuários no território da crackolândia em plena luz do dia, no sentido de como fazer o uso de drogas explícito, mas ao mesmo tempo discreto o suficiente para não chamar a atenção do Estado e, ainda, como tentar ocultar a droga a ser utilizada ou os instrumentos de uso desta (no caso, a “marica”) em vestes, partes do corpo, e no próprio território. Há uma confusão entre o corpo e o lugar como meios (objetos) para ocultação.

Nesse sentido, tem-se uma relação com o corpo como um ente desterritorializador de Deleuze e Guattari (1997), mas aprimorada pela multiterritorialidade de Haesbaert (1997), no sentido de que aquele estaria operando quase que simultaneamente num sentido territorializador, desterritorializador e reterritorializador. Assim, nota-se que, aparentemente, a população usuária de drogas da crackolândia estabelece relações com aquele território, ao ponto de envolver até mesmo os seus corpos, e da mesma forma, o território em tela também exerce influência sobre ela.

Em continuidade a essa proposta de discussão, apresenta-se a análise de 03 (três) filmagens referentes a um indivíduo carregando uma bicicleta na região do Mercado Municipal, conforme BO 51095, do dia 06/08/2013, cujas imagens foram capturadas pelas câmeras 864, 866 e 867 – Rua Israel Pinheiro esquina com Rua José Luiz Nogueira, Rua Quintino Bocaiúva e Rua São Paulo, respetivamente.

**Fig. 20 – Indivíduo tentando destrancar bicicleta no Mercado Municipal GV – 2013**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Aqui, verifica-se em plena luz do dia como a dinâmica acelerada da região do Mercado Municipal deixa as pessoas totalmente absorvidas em suas atividades cotidianas, de modo a nem sequer notar as reiteradas tentativas de destrancar a bicicleta que ocorrem durante um período relativamente longo da primeira filmagem e a sua retirada do local.

Dentro deste contexto, apresenta-se igualmente a figura abaixo que ilustra o momento em que o indivíduo carrega a bicicleta com a roda de trás suspensa – pois continuava trancada – no meio do Mercado Central. As pessoas daquele lugar, entretidas em suas atividades cotidianas, simplesmente não o notam, de maneira que ele permanecesse invisível em meio a multidão.

**Fig. 21 - Indivíduo carregando bicicleta trancada pelo interior do Mercado Municipal - 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Depois desta cena, o indivíduo passa na ciclovia da Israel Pinheiro empurrando a bicicleta trancada e ninguém o observa, passando inclusive em frente à Delegacia de Polícia pelo outro lado da rua e, somente quando atravessa para o lado em que se encontra um estabelecimento comercial na Esquina da Rua Israel Pinheiro com Rua São Paulo (fora do Quadrilátero da Crackolândia em estudo), é que será abordado pela Polícia Militar.

Nesse caso, verificou-se que o indivíduo era mesmo o legítimo proprietário da bicicleta e apenas teve o cadeado emperrado, mas somente o “olho do Estado” por meio do Olho Vivo que o estava observando, uma vez que os olhos das demais pessoas estavam fixos somente na prática de seus cotidianos respectivos. É importante ressaltar que dessa análise se abstrai uma confirmação parcial da segunda hipótese secundária da pesquisa, no sentido de que os muitos estabelecimentos comerciais e a dinâmica acelerada na região do Mercado, tornam o outro em certa medida invisível, de modo que há indícios fortes de uma relação de sustentabilidade entre Mercado e Crackolândia, como abordado no Capítulo 3.

Deve-se salientar também que, durante a abordagem da Polícia Militar, as pessoas que passam começam a observar o que está acontecendo, dando a entender que, quando se tem uma ação do Estado, há o desencadeamento do interesse de curiosos. Entretanto, a abordagem se deu fora do Quadrilátero, de modo que não se sabe se a reação dos espectadores seria diferente na

área em estudo. Em busca de retornar a atenção à multiplicidade de ocorrências da área estudada, dispôs-se a cena de um roubo consumado durante a madrugada (imagens capturadas de 4h46min às 4h51min) de 05/03/2013, no Mercado Municipal:

**Fig. 22 – Roubo consumado na região do Mercado Municipal – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

A cena acima ilustra o momento logo após a vítima se levantar do chão, uma vez que o ato violento para a subtração da bolsa da senhora, perpetrado pelo autor que corre aos fundos com a camisa alaranjada, fez com que ela caísse. Esse roubo ilustra a crackolândia vazia durante o período de transição da madrugada para manhã, tendo em vista que a imagem capturou um dos pontos mais quentes da crackolândia. Porém, em todo o vídeo, não aparece nenhuma outra pessoa além dos envolvidos - autor e vítima - e a guarnição da PM que assiste a senhora e procede ao rastreamento que levou a prisão do autor em local não coberto pelo Olho Vivo.

Vale destacar que há filmagens que não ocorreram exatamente no Quadrilátero, mas têm relação direta com este, como os dois vídeos de mãe de usuário que frequentava a crackolândia, mas se mudou para Praça dos Pioneiros – Rua Peçanha com Marechal Floriano, levando comida para ele. Esses vídeos são da Câmera 844 e se referem aos dias 08/05/2013 e 31/07/2013, sendo úteis para ilustrar usuários que ainda têm os vínculos familiares não rompidos, o que é muito importante para o trabalho das redes intersetoriais e articuladas, mencionado na abordagem teórica deste trabalho.

Seguindo adiante nesta análise, há uma ocorrência de vias de fato entre um usuário conhecido pela alcunha de “cara de cavalo” e outro indivíduo, registrada pelo BO nº 52397, no dia 11/08/2013, cujas imagens renderam dois vídeos: o primeiro das 11h54min às 11h58min e o segundo das 12h00min às 12h03min. Embora no vídeo só entrem em vias de fato não se consumando a agressão, deve-se destacar que há ameaças com pedras grandes nas mãos que, caso realmente tivessem brigado, provocariam graves ferimentos.

Ademais, a confusão se deu na região do “Lote Vago”, que com base na análise de todas as mídias, foi apontado como ponto mais quente do Quadrilátero, sendo referência de recursos do ambiente à “cena de uso” do crack e outras drogas.

**Fig. 23 – Ocorrência de vias de fato entre usuários na região do “Lote Vago” – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Percebe-se, nesta imagem, mais um recurso da região do “Lote Vago” que prejudica o trabalho de monitoramento através das câmeras do Olho Vivo. Há vários caminhões estacionados e intercruzados, neste último caso, em decorrência da feira de domingo (11/08/2013), tornando o que está entre os veículos pesados e as paredes dos depósitos (à esquerda) um ponto cego do videomonitoramento.

Nesse sentido, é importante frisar que até mesmo veículos pequenos podem obstruir a visão do operador, caso os usuários estejam abaixados. A foto a seguir ilustra parte do segundo vídeo, no momento da prisão de um dos usuários envolvido na confusão:

**Fig. 24 – Prisão de um autor de vias de fato na região “Lote Vago” – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Cumprir observar que os dois autores foram presos em flagrante nesta ocorrência, porém, o primeiro contraventor foi preso ainda no primeiro vídeo, quando cruzava a esquina da rua Euclides da Cunha com a Rua Afonso Pena, em um ângulo em que a câmera só capturou a imagem da viatura curvando e parando na esquina.

Em complemento à discussão do lugar em foco, vale destacar que outra ocorrência de agressão entre usuários, flagrada no meio da rua pelo monitoramento do Olho Vivo (Câmera 861 no caso), deu-se em local próximo à região do “Lote Vago”, na data de 30/07/2013, às 23h45min, na Rua Euclides da Cunha, de modo que a região do “Lote Vago” pode influir não só para o que ocorre dentro dela, mas também em sua circunvizinhança mediata.

Por esse prisma, torna-se oportuna a apresentação de cena de indivíduos suspeitos próximos e dentro do “Lote Vago”, capturado pela Câmera 862 (Rua Afonso Pena com Rua Vereador

Euzebinho Cabral), com 17min59seg duração, das 8h30min às 8h48min, do dia 20/07/2013, tendo rendido o registro do BO 47117.

No começo do vídeo (Fig. 25), um usuário está do lado de dentro do lote vago, em cima de um monte de entulho, conversando com um indivíduo um pouco melhor vestido que está fumando algo semelhante à maconha do lado de fora do parco cercamento que restou do lote em questão.

**Fig. 25 – Dois usuários conversando na região “Lote Vago” – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Nota-se que há muito lixo e entulho no lote; portanto, este é local mais viável de dispensar qualquer material ilícito, dificultando muito o encontro pela polícia. No seguimento da cena, o indivíduo passa o que ele fumava semelhante à maconha para uma mulher, a qual, aparentemente, “queima a última ponta”<sup>91</sup> e a lança no chão em seguida. A imagem a seguir ilustra o momento em que a mulher está procedendo ao referido uso:

---

<sup>91</sup> Expressão comumente utilizada pelos usuários de drogas com relação a dar a última tragada num cigarro de maconha.

**Fig. 26 – Usuária fumando “maconha” na região do “Lote Vago” – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Percebe-se ao fundo, mais um indivíduo junto a alguns trapos, provavelmente também usuário, porque depois os demais se juntam a ele por um tempo. Nesse quarteirão, poucas pessoas, além dos usuários, transitam, mesmo estando a apenas dois quarteirões do Mercado Municipal - cuja dinâmica pulsante foi abordada neste trabalho, desde os tempos da formação histórica da região – e em plena manhã de sábado (20/07/2013) com o comércio funcionando a todo vapor.

Por esse prisma, infere-se o uso quase exclusivo pelos usuários de drogas desta parte do território da crackolândia, o que remonta a visão territorial de Arantes (1994) sobre a “guerra dos lugares” discutida nos Capítulos 2 e 3 da presente pesquisa. O mesmo vídeo em análise, cerca de quatro minutos, após a cena da mulher acima, ilustra o momento em que o único indivíduo (não usuário) que passa no meio da rua - não na curta calçada que já está ocupada pelos usuários e não deixando espaço para outra pessoa passar -, é um senhor de boné vermelho e camisa amarela. A imagem abaixo ilustra esse momento em que é perceptível a mencionada quase que exclusividade de uso do espaço:

**Fig. 27 – Uso quase exclusivo do espaço na região “Lote Vago” – 2013**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Na cena acima, nota-se o que Arantes (1994) define como que uma guerra exteriorizada pela privatização dos espaços formalmente chamados de públicos. Isso se dá de uma maneira tão forte, que mesmo com a presença da PM, durante a abordagem policial, não se vê um interesse despertado por curiosos como o que ocorreu na abordagem à Rua Israel Pinheiro esquina com Rua São Paulo, no suposto furto de bicicleta relatado anteriormente. *Vide* imagem abaixo:

**Fig. 28 – Uso quase exclusivo do espaço da região do “Lote Vago” – 2013**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

No momento acima captado, verifica-se que passam dois transeuntes ao lado esquerdo do local da abordagem, não param a marcha e nem viram a cabeça para observar o que estava acontecendo. Simultaneamente, na esquina da frente, próximo ao veículo uno preto, há um indivíduo que cruzou a esquina sem nem sequer olhar para trás. Como já observado anteriormente, infere-se a relação de sustentabilidade do Mercado Municipal e Quadrilátero da crackolândia – especialmente na região do “Lote Vago”, como indicio de confirmação da segunda hipótese secundária.

Apesar da existência de outros lotes vagos, becos e diversos “não-lugares”, a região do “Lote Vago” é a mais repetida nas filmagens, sendo que 06 das 23 mídias do ano de 2013, partiram da Câmera 862 (Rua Afonso Pena com Rua Vereador Euzebinho Cabral) focando o quarteirão da referida área. Nesse sentido, inferiu-se que isso se deu devido ao lote vago ter muito entulho, somado a maior proximidade com o Mercado, cuja dinâmica faria com que as pessoas não estivessem atentas à rotina das demais, e também ao fato de que alguns usuários perceberam que quando há veículos (pesados principalmente) posicionados no lado esquerdo da via, é possível eles se esconderem do monitoramento das câmeras do Olho Vivo. Ademais, há o fato de que nesse quarteirão da Vereador Euzebinho Cabral, como ressaltado anteriormente, não há muitas saídas dos comércios/residências para aquele, o que reduz o trânsito de pessoas no local.

Observa-se que há outros exemplos de lugares de homizio de pessoas ou objetos ilícitos, porém, que não teriam tanta proximidade com o Mercado, nem obstáculos ao monitoramento com câmeras, de modo que as atuações da polícia no sentido de encontrar materialidade para prisão em flagrante foram mais frequentes e, talvez por isso, esses lugares não tiveram número de incidências igual ou superior ao do “Lote Vago”. Um desses exemplos seria a ocorrência do BO nº 46372, cujas imagens foram capturadas pela Câmera 861, no dia 16/07/2103, das 22h58min às 23h13min, à rua Leonardo Cristino esquina com rua Euclides da Cunha.

O vídeo, de 14min51seg de duração, mostra um indivíduo usuário oferecendo mercadoria - aparentemente um aparelho eletrônico - a pessoas num bar sem nome (ao lado do nº 295 que aparece na filmagem) e em seguida retornando da Rua Euclides da Cunha e caminhando até o bairro São Geraldo pela Leonardo Cristino, quando adentra um lote vago e some das

filmagens. Pouco tempo depois a imagem o pega saindo do mesmo lote vago com uma sacola nas mãos. Ele aparentemente tenta negociar uma pulseira com uma mulher na esquina. Em seguida retorna ao boteco e entrega a sacola a uma mulher de vermelho, sai com algo que se parece com carregadores de celular e entrega um à mulher da esquina, ficando com os outros na mão e retornando no sentido do bairro São Geraldo.

Nesse momento, ele é abordado pelo policiamento com motocicletas. Os policiais vão ao boteco e retornam ao lote. Esse mesmo tipo de comportamento também é verificado em um beco pela câmera 824, no dia 17/07/2013, numa área limítrofe entre o Centro e o bairro Nossa Senhora das Graças. Porém, não foi possível estabelecer relação com os usuários da crackolândia. Apesar das semelhanças de terem becos e lotes vagos, a região do “Lote Vago” se destaca dos demais pontos do centro e até mesmo da crackolândia, no sentido de que dificilmente os usuários são flagrados com materiais ilícitos.

Em continuidade a discussão de outros pontos do Quadrilátero, destaca-se que o comportamento alheio das pessoas na região da crackolândia mais próxima ao Mercado Municipal é observada, por exemplo, na mídia proveniente da Câmera 863 (rua Bárbara Heliodora com rua José Luiz Nogueira) do dia 25/07/2013, horário das 18h05min às 18h08min. Nessa, um indivíduo é preso com uma faca apreendida quando acabava de cair à noite (crepúsculo vespertino). Na filmagem, as pessoas transitam de um lado para o outro, mas muitas passam sem olhar para a abordagem policial, mesmo a viatura estando com giroflex ligado – o que aumenta muito a ostensividade.

É importante observar ainda sobre as mídias do ano de 2013, que foi possível verificar pontos de tráfico próximos dos bairros periféricos abastecendo a região, confirmando o que havia sido constatado pelo geoprocessamento dos Mapas de Kernel das áreas de incidência de tráfico. Nesse sentido, tem-se as imagens capturadas pela Câmera 861, referentes ao BO n° 54744, do dia 21/08/2013, acerca de um ponto de tráfico em uma casa à Rua Euclides da Cunha quase esquina com a Rua Leonardo Cristino – divisa dos bairros Centro e São Geraldo.

Destaca-se nessa ocorrência que o suspeito se deslocou em seguida no sentido da crackolândia, só vindo a ser abordado na esquina da Rua Bárbara Heliodora com Rua Vereador Euzebinho Cabral, na região do “Lote Vago” que, como já mencionado, é de intensa

movimentação de usuários na crackolândia e que caracteriza o maior exemplo de conjugação de recursos da “cena de uso”.

A imagem dessa abordagem na região do “Lote Vago”, mas cujo tráfico de drogas foi verificado na divisa com o bairro São Geraldo, foi disposta adiante, a fim de ilustrar a dinâmica de movimentação do tráfico próximo ao território do uso e até mesmo adentrando neste:

**Fig. 29 – Abordagem de suspeito de tráfico de drogas no bairro São Geraldo na região “Lote Vago” – 2013**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Como mostra a figura acima, o indivíduo só veio a ser abordado na Rua Bárbara Heliodora com Vereador Euzebinho Cabral – ainda na abrangência área do “Lote Vago”. Vê-se que tal região, de acordo com os dados fílmicos de 2013, é a mais representativa da crackolândia em estudo. Outra constatação importante da análise fílmica trata da constatação de que o uso de drogas dentro do Quadrilátero se dá mais durante o dia, o que ratifica as fontes documentais que também caminhavam nesse sentido.

Deve-se notar que, como visto no Mapa de Kernel do Diagnóstico de cenas uso/tráfico na análise documental, com relação ao consumo de drogas, a mancha é muito maior do que a de

tráfico, de modo que pode se constatar não só a expansão de pessoas de bairros circunvizinhos usando mais crack e outros derivados de cocaína, mas também a própria movimentação dos usuários para fugir da fiscalização decorrente do patrulhamento da PM, ou até mesmo das câmeras do Olho Vivo. Quanto a este último, verificou-se que os usuários, seja consciente ou inconscientemente, aproveitavam-se da presença de caminhões como obstáculos, com o objetivo de se esconderem das câmeras de monitoramento.

Por essas constatações de territorializações mais flexíveis, que admitem multifuncionalidade territorial, intercalação de territórios, com usos temporários entre o dia e a noite, como se vê em Souza (1995) e Haesbaert (2014), percebeu-se que o território da crackolândia é mais ativo durante o dia, mas também teve algumas movimentações à noite e de madrugada, até mesmo com ocorrência de roubo. Da mesma forma, é um território que prepondera a presença de usuários, porém existe, outrossim, permeação de traficantes, dentro da dinâmica mercadológica de oferta e demanda de drogas, conforme já discutido.

Diante disso, da análise das mídias do ano de 2013, em comparação com as demais fontes bibliográficas e documentais, a hipótese principal, no sentido de que o território da crackolândia em estudo é formado principalmente por seus aspectos materiais cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica perpetuando a sua condição de lugar à margem da sociedade, e principalmente, de periferia da área central, foi até então corroborada. Principalmente, com relação à área do “Lote Vago”, a qual se tornou tão marginalizada, ao ponto de ser quase que de uso exclusivo dos usuários de crack.

Assim sendo, com o objetivo de verificar as continuidades e transformações do território abstraídas dos dados fílmicos, torna-se necessário avançar para a análise das mídias referentes aos anos de 2014 e 2015, conforme adiante se vê.

### **5.2.2 Filmagens de 2014**

O ano de 2014 teve 27 mídias relacionadas à crackolândia, objeto de estudo desta pesquisa, sendo 04 mídias a mais do que 2013, o que lhe deu relevância comparativa com este, por ter um número semelhante de imagens em um mesmo período de tempo, auxiliando na análise dos movimentos da área investigada. Nesse sentido, apresenta-se a primeira filmagem

referente à abordagem de indivíduos usando crack, no dia 05/01/2014, com as imagens capturadas das 22h39min às 22h50min.

As imagens da ocorrência em tela, cujo registro pertinente trata do BO nº 01233, mostram dois indivíduos, um sem camisa e outro de camisa listrada, ambos de bermuda branca, conversando e preparando a pedra de crack para uso, em um vão de um comércio de gás que fica à Rua Afonso Pena, esquina com Rua José Luiz Nogueira. As cenas foram captadas pela câmera 862 - esquina com Rua Vereador Euzebinho Cabral, a mesma do “Lote Vago”. Aparece um senhor sem camisa gesticulando aparentemente para eles irem embora. O indivíduo de camisa listrada ouve esse senhor e o distrai enquanto o outro começa a queimar a pedra, mas assim que o senhor se retira, o referido indivíduo retorna para o vão esperando o outro fumar o crack para ele também fumar (“dar a segundinha”)<sup>92</sup>, conforme ilustra a figura a seguir:

**Fig. 30 – Indivíduos usando crack próximo a comércio de gás na Rua Afonso Pena esquina com Rua José Luiz Nogueira – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Na filmagem em questão, verifica-se que os usuários refletiram previamente para a escolha da região de “comércio de gás” à noite, visto que o vão os protege visualmente de quem vem da esquina e ainda a árvore torna o lugar parcialmente escuro mesmo com a iluminação externa

<sup>92</sup> Como já explicado no Capítulo 2, ocorre quando o dono da droga, após aquecer o crack e dar a primeira tragada, tampa o cachimbo e o passa ao receptor para aspirar a fumaça restante.

do comércio instalada. É importante observar que a região do “comércio de gás” acima demonstrada, embora tenha menor incidência de filmagens que a do “Lote Vago”, trata-se de um dos poucos espaços da crackolândia em estudo de que se obtiveram imagens de uso de crack à noite, uma vez que a atividade do Quadrilátero é preponderantemente diurna.

Outro aspecto igualmente relevante é que nesse caso, os usuários praticam a estratégia de uso “dar a segundinha”, já discutida na abordagem teórica do Capítulo 2 e que, segundo Oliveira (2007), pode transmitir doenças infectocontagiosas por meio do contato, o que vislumbra uma necessidade de atenção especial dos encaminhamentos à rede básica de apoio.

Nessa visão, nota-se que no início de 2014, a região da crackolândia apresentou poucas movimentações à noite, muito provavelmente devido ao não funcionamento dos comércios e circulação de pessoas para esconderem os usuários, tornando-os mais visíveis, tanto que na filmagem analisada um senhor veio gesticulando para eles irem embora. Talvez por isso, mais para o final do ano, não houve movimentações durante a noite, tendo apenas algumas aparições durante a madrugada, provavelmente, porque notaram que era mais fácil de serem abordados ali pela polícia, ou mesmo de serem admoestados por quaisquer cidadãos. Como um exemplo desse uso na madrugada, tem-se abaixo uma filmagem de uso coletivo no mesmo lugar, no dia 06/04/2014, das 00h44min às 00h59min.

**Fig. 31 – Indivíduos usando crack - região “comércio de gás” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

A cena acima se refere ao uso de crack coletivo, sendo os usuários dois homens e uma mulher. Enquanto um usava, os outros dois aguardavam a sua vez. Logo em seguida, a viatura chega e os aborda (BO n° 25062) e, quando a Câmera 862 se movimenta, é possível ilustrar o quão próximo esse vão está do depósito do fórum e conseqüentemente da região do “Lote Vago”, razão pela qual que a mesma câmera cobre esses dois pontos, conforme abaixo se vê.

**Fig. 32 – Vista da região do “comércio de gás” a partir da câmera da rua Afonso Pena com rua Euzébio Cabral – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

A visão da área do “comércio de gás” com o zoom distante permite perceber a proximidade mencionada com relação à região do “Lote Vago”, de modo que certamente há influências desta naquela. Com relação à abordagem filmada, é importante observar que mesmo tendo certeza do uso pelas filmagens, como a pedra já havia sido totalmente consumida, a guarnição da PM liberou os indivíduos. Em 2014, a região do “Lote Vago” continua em plena atividade, aumentando as incidências. Como exemplo disso, cita-se o BO n° 25900 que rendeu 03 vídeos relativos ao dia 09/04/2014, a partir das 16h40min.

No primeiro dos três vídeos, é possível visualizar uma reunião de usuários sentados próximos conversando uns aos outros, transpassando objetos e materiais entre eles, assim como observando sorratamente o ambiente à volta. A imagem abaixo demonstra esse momento

de assembleia e movimentação no ponto mais quente da “cena de uso” estudada – a região do “Lote Vago”:

**Fig. 33 – Usuários reunidos na região do “Lote Vago” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Observa-se que a via está cheia de carros estacionados e os usuários estão todos agachados, aparentemente a fim de aproveitar da proteção visual dos veículos. Na filmagem, em questão de dois minutos, os demais usuários saem e somente uma mulher permanece fumando crack sozinha:

**Fig. 34 – Mulher fumando crack na região do “Lote Vago” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Nota-se pela imagem acima que a mulher usuária permanece abaixada, de modo a utilizar a proteção visual dos carros estacionados, porém, não parece saber da câmera do monitoramento do Olho Vivo, uma vez que consome o crack voltando a face para o sentido da câmera.

A dinâmica de consumo de drogas na “cena de uso” em tela continua acelerada. Em menos de dez minutos depois do uso da mulher acima mencionada, reúnem-se novamente vários usuários próximos ao lote vago, no muro do ambulatório do Hospital Bom Samaritano, e usam drogas: alguns fumam crack, outros cigarros (e “capetinha”)<sup>93</sup> e maconha. A cena abaixo ilustra esse momento:

**Fig. 35 – Usuários usando crack e outras drogas na região “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Conforme se vê acima, vários usuários reunidos usam drogas em plena luz do dia, conversando e traspassando objetos sem se preocupar muito em ocultar esse uso, uma vez que há usuários em pé, e não somente agachados ou sentados. O uso se preserva intenso, de maneira que menos de cinco minutos depois, a mesma câmera pega o indivíduo que na imagem anterior consumiu crack servindo outro usuário, e enquanto este usa crack, aquele cobre sua face com um boné camuflado, aparentemente para ocultar o consumo:

<sup>93</sup> Como já explicado no capítulo 2, trata-se de cigarro de tabaco comum misturado com crack.

**Fig. 36 – Usuário servindo crack para outro usar na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Por várias vezes, como na imagem acima, tem-se a dúvida se os usuários notam ou não a presença da câmera, pois aparentemente tentam se ocultar dela. Entretanto, muitas vezes, paradoxalmente, parecem ignorar sua existência, de modo que não se sabe se querem se esconder somente das pessoas que passam nas ruas, de uma chegada inesperada da polícia, ou do vídeo monitoramento.

Por outro lado, fato é que em 2014, essa região com lote vago, depósitos e o ambulatório do Hospital Bom Samaritano, passou a ser ainda mais frequentada, conforme se deduz dos vídeos. Dentre os diversos recursos observados, percebeu-se uma frequência relativamente alta de filmagens no domingo, dia da semana em que há a feira do Mercado Municipal, razão pela qual se interdita a Rua Bárbara Heliodora entre os quarteirões das ruas Quintino Bocaiúva e Vereador Euzebinho Cabral, o que mexe muito com a dinâmica do lugar.

Neste cenário, o BO nº 79014 dá conta da prisão de um dos frequentadores da crackolândia, no dia 09/11/2014, durante o horário da feira de domingo, cuja captura de imagens de uso de drogas e movimentações na região do “Lote Vago” começou por volta das 10h59min. A imagem abaixo é um exemplo de como os caminhões atravessados interditando o acesso

motorizado à região do Mercado Municipal pela feira de domingo diminui a exposição do uso explícito nas ruas, e favorece a continuidade da opção pela região em questão.

**Fig. 37 – Vista veículos e usuários no horário da feira de domingo na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Cumprе salientar que, depois de serem verificadas várias mídias de 2014 com cenas de consumo explícito de drogas em que não se obteve êxito na prisão em flagrante, no vídeo em análise, houve a prisão de um dos usuários que foi flagrado quando tentava dispensar a droga, portanto, tendo materialidade para a condução, o que representa a minoria das ações policiais conforme as imagens.

Nesse diapasão, percebeu-se que as estratégias de dispensar a droga, somada aos recursos estruturais do ambiente, favorecem o não encontro de materialidade para prisão. Assim, nota-se a confirmação das segunda e terceira hipóteses secundárias, no que se refere, respectivamente, à disponibilidade de recursos tanto para o consumo quanto para ocultação de drogas, e ao fato de o local ser historicamente marginalizado, muitas vezes recebendo o tratamento de um anexo indesejado, o que, contraditoriamente, alimenta a sua existência.

Dentro desta perspectiva, a figura a seguir ilustra o momento em que o usuário foi preso por ter sido flagrado com droga e levado para viatura policial, ocasião em que se nota a presença de uma usuária próxima, aparentemente acompanhando como está a situação dele, e de certa forma, solidarizando-se com o seu “companheiro”<sup>94</sup>:

**Fig. 38 – Usuário preso por porte de droga na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Ressalta-se que, com relação a essa aparente solidariedade entre usuários, pode e deve haver uma relação com as territorialidades estabelecidas na “cena de uso” de crack e outras drogas em estudo. Contudo, por essa discussão pertencer mais ao viés simbólico do território, não integrou o foco desta pesquisa, sem nenhum detrimento do destaque de sua relevância como possibilidade de abordagem territorial.

Em seguimento a esta análise, com o intuito de mostrar que a dinâmica no Mercado Municipal sofre alterações durante o domingo de feira que favorecem a manutenção do Quadrilátero da crackolândia, torna-se oportuno apresentar imagens de outra ocorrência. Deste modo, como a ocorrência anteriormente analisada foi de um domingo no final do ano

<sup>94</sup> Analisando a mídia em questão, não foi possível verificar se são apenas companheiros de vício, ou se também possuem um relacionamento íntimo, de modo que esse teria provocado uma maior solidariedade para com o indivíduo preso.

(09/11/2014), em contraste, agora, selecionou-se uma do início, mais precisamente de 12/01/2014.

Na primeira das duas filmagens da ocorrência em janeiro de 2014, registrada no BO n° 03133, há um grupo de usuários que ficam do lado esquerdo da Rua Vereador Euzebinho Cabral, na parte dos depósitos da região do “Lote Vago”, sendo que dos quatro usuários, dois se escondem das filmagens atrás do poste e os outros dois ficam de costas para a câmera 862:

**Fig. 39 – Usuário preso por porte de droga na região do “Lote Vago” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

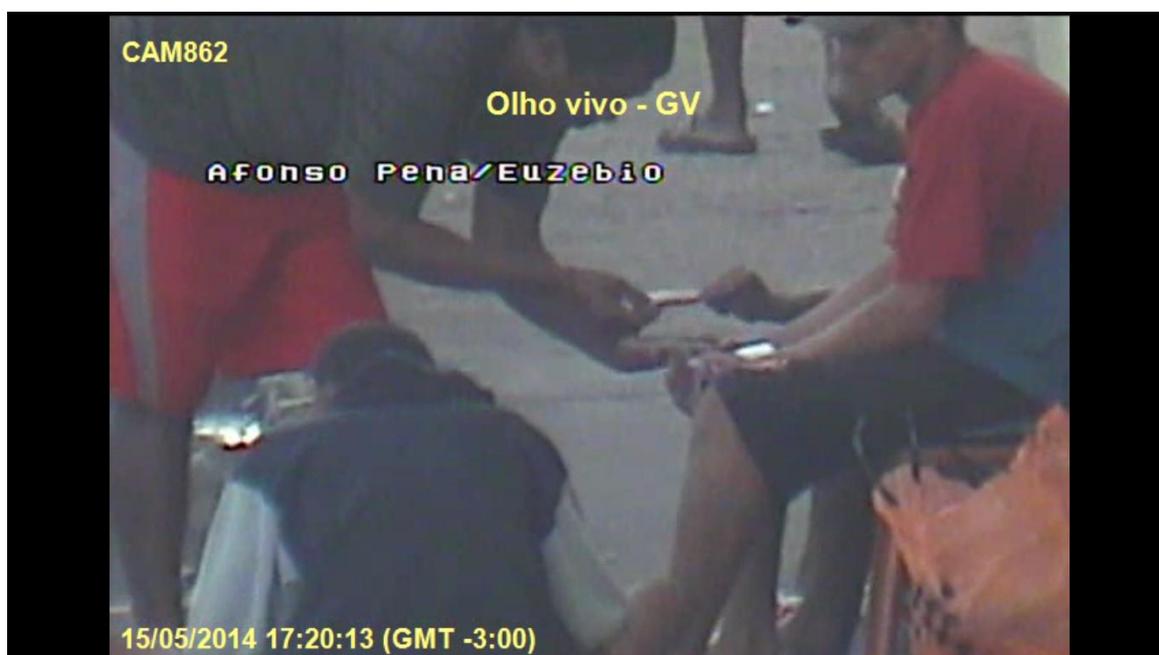
Independentemente se tal comportamento se deu consciente ou inconscientemente do uso dos recursos ambientais para se esconder do monitoramento do Olho Vivo, o fato é que no ano de 2014, os usuários, por diversas vezes, mostram-se mais preocupados em esconderem o uso e se anteciparem a chegada da polícia. Por exemplo, nesta ocorrência, os usuários só foram abordados no segundo vídeo, na câmera 861 (Rua Leonardo Cristino com Rua Euclides da Cunha – fora do Quadrilátero), quando já haviam saído do local em que consumiram o crack.

Em continuidade a essa discussão de mudança de práticas por parte dos usuários, as imagens da câmera 862, referentes à data de 15/05/2014, a partir das 17h19min (registro BO n° 34745), flagram o uso de drogas coletivo mais uma vez na região do “Lote Vago”, porém,

captura também a imagem de fato até então não visto nas filmagens, que se trata de um usuário comprando droga (pedra de crack) de outro usuário.

Assim, este último, em tese, estaria no mínimo fazendo serviço de “avião” para traficantes - a fim de ajudar no pagamento das drogas que consome -, agravando um pouco a visão mercadológica das drogas trazidas por Minas Gerais (2002), visto que há uma oferta não só mais próxima ou dentro do Quadrilátero da crackolândia, mas também no exato ponto de consumo, por meio de outros usuários “fornecedores”. A imagem abaixo ilustra o momento do vídeo em que um usuário entrega o dinheiro ao outro para receber a droga:

**Fig. 40 – Usuário comprando droga na crackolândia na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Vale destacar, a respeito dessa compra de drogas no ponto central da “cena de uso”, que as filmagens não possibilitam ter certeza se os vendedores são mesmo usuários que começam a cometer o tráfico para sustentar o uso, ou de pequenos traficantes que se passam por usuários, como menciona Rui (2014). Por fim, com relação ao vídeo em questão, nota-se que minutos depois, já no segundo vídeo da mesma câmera, a PM chega ao local e aborda todos os usuários.

Dentro da visão de recursos disponibilizados pelo ambiente, somado aos aspectos sujos do lugar, constantes na segunda hipótese secundária desta pesquisa, um vídeo que confirma tal suposição é o referente ao BO n° 50001, do dia 15/07/2014, com início das imagens às 11h09min, nas proximidades do ponto de ônibus situado à Rua Bárbara Heliadora esquina com Rua José Luiz Nogueira. Nesse vídeo, o usuário, de epíteto “Zói”, tenta utilizar uma “marica” aparentemente de cano PVC para fumar pedra. Contudo, apresentando dificuldades, procura algo mais adequado para essa tarefa no lixo do Mercado despejado na rua.

**Fig. 41 – Usuário procurando insumo para uso de crack na região do ponto de ônibus do Mercado Municipal – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Há duas questões relevantes a observar na análise desta imagem. A primeira é que, pelo filme, verifica-se que, em poucos segundos, o usuário acha algo semelhante ao papel aluminado e o coloca rapidamente na sua “marica” para iniciar o uso, só não o fazendo por causa da guarnição PM ter o abordado antes. A segunda se refere à grande quantidade de lixo, inclusive de feira, próxima ao ponto de ônibus, mesmo em se tratando de uma terça-feira (15/07/2014), ou seja, dois dias após a feira de domingo.

Além desses dois aspectos, outro dado importante desse vídeo foi percebido somente quando o operador da Câmera 863 (Rua Bárbara Heliodora com Rua José Luiz Nogueira) procedeu a um giro 360°. Nesta foi possível observar que as pessoas do ponto de ônibus e adjacências não olhavam para o sentido da viatura cuja guarnição procedia à abordagem policial do outro lado da rua, de modo que continuam envolvidos somente nos movimentos dinâmicos do local: seja esperando o ônibus, adentrando a um carro, atravessando na faixa de pedestre e fora dela, ou por qualquer outro motivo. *Vide* abaixo a traseira da viatura à direita da imagem não notada pelas pessoas ali próximas.

**Fig. 42 – Pessoas alheias à abordagem policial na região do ponto de ônibus do Mercado Municipal – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Todo esse dinamismo indiferente aos usuários do outro lado da rua, até mesmo quando da ocorrência de uma abordagem policial, é mais um indício de confirmação da segunda hipótese secundária. Não menos importante, destaca-se que as muitas filmagens encontradas com flagrantes de consumo de crack ou da tentativa frustrada de se consumir essa droga, demonstram que não há correspondência da redução das ocorrências de prisão de usuários de drogas no Quadrilátero da crackolândia com a situação efetiva do consumo de drogas naquela região, pois este pode inclusive ter aumentado.

Dentro desse contexto, é importante observar que, quanto ao ano de 2014, não só se encontraram mais filmagens com pessoas efetivamente consumindo crack e outras drogas, mas também se verificaram mais envolvimento de mulheres no Quadrilátero em estudo. Em resposta a isso, percebe-se ao mesmo tempo uma maior presença de policiais femininas nas guarnições PM daquele setor. Como exemplo disso, têm-se as filmagens do BO 72708, em que ocorre a prisão de usuárias, em razão da busca pessoal procedida pela policial feminina na região do “Lote Vago”.

Nesse mesmo sentido, verifica-se que o envolvimento das mulheres estaria gradativamente evoluindo da condição de usuárias para uma linha muito tênue com o tráfico naquela região, como se vê na cena abaixo:

**Fig. 43 – Mulher servindo droga na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

Deve-se notar que em determinada parte desse vídeo (ver Fig. 44), consegue-se visualizar a condição do cercamento do lote vago, que ficou ainda mais deteriorado, e os caminhões do outro lado da via que atrapalham a visualização pelo Olho Vivo.

**Fig. 44 – Vista de veículos pesados e leves estacionados na região do “Lote Vago” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Percebeu-se que essa região do “Lote Vago”, ao longo de 2014, sofreu mais deteriorações em seu espaço físico, e, além disso, seus usuários passaram por desenvolvimentos de novas modalidades de consumo, pois no mesmo local onde se flagrou um usuário vendendo pedra de crack, flagrou-se, igualmente, uma usuária segurando a “marica” para um usuário fumar, como exposto acima. Outra dinâmica verificada neste espaço é a frequência maior de usuários ali reunidos e realizando atividades (“bicos”) com o fim de ganhar dinheiro de forma coletiva, como por exemplo, colocando papelões nos para-brisas dos carros estacionados, a fim de ganhar dinheiro dos proprietários dos veículos, como se vê na imagem abaixo.

**Fig. 45 – Usuários colocando papelão em para-brisas de carros na região do “Lote Vago” – 2014**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

Provavelmente, a pouca quantidade de vagas para estacionamento no Centro de Governador Valadares parece colaborar para muitos condutores terem passado a estacionar seus veículos na região do “Lote Vago”, o que ocasionou até mesmo o surgimento de ponto para tentativa de “venda do corpo” por parte das usuárias. Na imagem abaixo, aparentemente uma mulher usuária se insinua para o proprietário do veículo, o qual, no restante da filmagem, fecha a porta bruscamente e sai do local.

**Fig. 46 – Mulher usuária aparentemente se insinuando para proprietário de veículo na região do “Lote Vago” – 2014**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

A inferência de envolvimento com a prostituição se dá com base não só na forma que a mulher parece se insinuar, mas também em outras fontes discutidas na análise documental, em que se vislumbraram documentos de instituições e matérias da imprensa dando conta de usuárias que faziam da prostituição um meio de sustento do seu vício em crack. Nesse sentido, há também vídeos em que se notam mulheres vestidas com apenas short e sutiã em plena luz do dia, como o referente ao BO n° 38394, de 30/05/2014.

Como forma de se estabelecer o padrão de uso de 2014, dentro do Quadrilátero da crackolândia em estudo, tendo como parâmetros a área do “Lote Vago”, a incidência em dias de domingo e outros aspectos afins, procedeu-se a uma contabilidade dos vídeos. Primeiramente, o número de vídeos da região do “Lote Vago” foi de 22 num total de 27, o que demonstra que em 2014, o local se consolidou ainda mais como o principal ponto do

Quadrilátero da Crackolândia. Em segundo lugar, a quantidade de vídeos do Quadrilátero em dias de domingo, foi de 06 num total de 27, demonstrando uma relação com a feira do Mercado, uma vez que há carros estacionando nas proximidades, e alta incidência de recursos, como o lixo que pode ser utilizado pelos usuários e até mesmo pela circulação de pessoas que reduz a exposição do uso explícito de drogas.

É importante salientar que a Câmera 862 foi a mais exigida, pois abrange a região do “Lote Vago”, que é a parte mais ativa (22 vídeos) da crackolândia com base nas filmagens, e também a frente do comércio de gás (José Luiz Nogueira esquina com Afonso Pena), onde se teve 02 incidências de usos de crack filmados à noite, no primeiro semestre de 2014. Com relação a esse aspecto, destaca-se que, dos 27 vídeos de 2014, apenas 05 foram de ocorrências durante a noite ou madrugada.

Diante da análise fílmica procedida tanto neste tópico referente ao ano de 2014, quanto no anterior relacionado a 2013, percebe-se que se somaram indícios de corroboração à hipótese principal desta pesquisa, uma vez que a influência dos aspectos materiais e condicionantes ambientais na dinâmica do uso, e inclusive nas territorialidades variadas com os usos diferenciados do espaço físico no dia e na noite, foram notadas durante a discussão.

As proximidades com pontos de tráfico de drogas e outros aspectos do ponto de vista mercadológico dessa questão, também reforçaram esse posicionamento. Assim, torna-se necessária uma verificação das imagens disponibilizadas dos 03 primeiros meses do ano de 2015, a fim de se proceder à busca do padrão evidenciado, de modo a permitir uma melhor compreensão daquele território.

### **5.2.3 Filmagens de 2015**

Preliminarmente, acerca do ano de 2015, cumpre salientar que, apesar dos vídeos se referirem somente aos três primeiros meses (janeiro, fevereiro e março), encontraram-se mais mídias para esse curto lapso na pesquisa de ocorrências diversas relacionadas à crackolândia em estudo do que para os períodos de doze meses nos anos de 2013 e 2014 respectivamente.

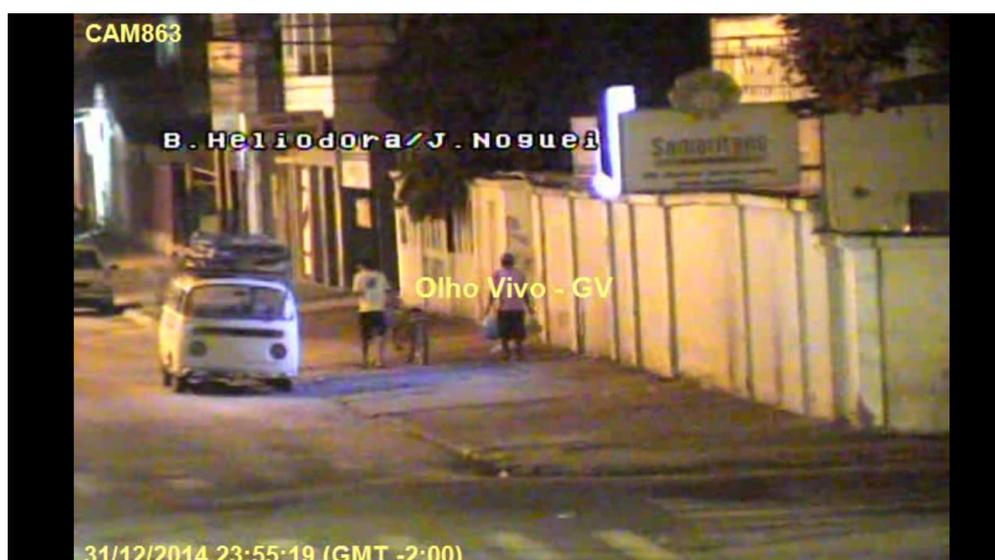
Nesse sentido, por não se tratar de um ano completo, uma vez que este ainda está em andamento, e ter mais vídeos correlatos, procedeu-se a uma discussão mais resumida neste

tópico da seção, voltando-se principalmente para verificar se o padrão percebido nos demais anos está com tendência à manutenção ou à mudança. Tal procedimento se deu com o objetivo de prevenir que a maior parte da análise girasse em torno de um período de apenas 03 meses, em detrimento dos padrões abstraídos dos dois outros anos analisados.

Desta forma, é relevante esclarecer que a escolha desse viés de análise se deu igualmente para permitir a comparação de informações com fundamento nas demais fontes documentais e bibliográficas juntadas na presente pesquisa, as quais foram apresentadas para os anos de 2013 e 2014, na medida em que para o ano de 2015, essa obtenção de fontes avulsas ficou um pouco prejudicada, devido aos relatórios mais completos da maioria dos órgãos e entidades ser produzida somente no ano posterior ao que se referem.

Dentro deste contexto, torna-se útil notar com relação às filmagens do ano de 2015, que a primeira ocorrência registrada no ano pelo sistema COPOM (BO nº 00001) teria sido referente a um indivíduo usuário de drogas vendendo um produto para um senhor. Aparentemente, ele iria buscar drogas junto com o senhor para usarem juntos, pois pegou dinheiro com o senhor, afastou-se deste montado em uma bicicleta, depois de um tempo retornou e saíram ambos andando sentido ao bairro São Geraldo, sendo, entretanto, abordados no caminho, perto do ambulatório do Hospital Bom Samaritano:

**Fig. 47 – Indivíduos caminhando à noite na crackolândia sentido bairro São Geraldo – zona limítrofe entre as regiões do ponto de ônibus e “Lote Vago” – 2015<sup>95</sup>**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

<sup>95</sup> Observa-se que como a abordagem aos indivíduos ocorreu de iniciativa da guarnição, ela começou ainda no dia 31 de dezembro de 2014, porém só foi gerada e encerrada no sistema após à 0h do dia 1º de janeiro de 2015.

Com o objetivo de atender ao propósito de simplificar a análise das mídias de 2015, e com base nos motivos já expostos, as discussões serão realizadas mais na perspectiva do conjunto de filmagens do que em mídias isoladas. Dentro desta lógica, a imagem acima, por ter se dado na transição da noite para madrugada e em uma zona limítrofe de pontos de uso da crackolândia, produz questionamentos a respeito da alteração ou continuidade do padrão de dinâmicas do lugar, a saber: a região da crackolândia em estudo continuou ser ativa mais durante o dia do que no período noturno? A área do “Lote Vago” permaneceu com o pico de incidências?

Nesse sentido, verificou-se nas mídias do primeiro trimestre de 2015 (total de 38 vídeos) que, dentro do Quadrilátero da crackolândia em estudo, a contabilidade de dados permitiu estabelecer os seguintes padrões:

- O número de vídeos da região do “Lote Vago” continuou em destaque, sendo 20 incidências, quando se incluiu as filmagens da zona limítrofe entre aquela e a região do ponto de ônibus, e 15 vídeos exclusivos da área do “Lote Vago”, o que demonstrou que há a tendência de que, em 2015, o local permaneça como o principal ponto do Quadrilátero da Crackolândia. Torna-se necessário destacar que há muitas filmagens com flagrantes de uso de drogas, transpasse de objetos e materiais, tráfico de drogas, e “camuflagens” do uso por meio de papelões e outros objetos, que confirmam ainda mais esse espaço como a parte mais ativa do Quadrilátero estudado.
- O número de vídeos do Quadrilátero em dias de domingo, foi de 06 num total de 38 vídeos, demonstrando a tendência a aparente relação com a feira do Mercado, que proporciona recursos variados, tais como carros estacionados nas proximidades e alta circulação de pessoas, o que reduz a exposição do uso explícito de drogas. Também o lixo acumulado pode ser utilizado pelos usuários e outros. Por outro lado, houve destaque ainda maior para quarta e quinta, uma vez que ambas tiveram 09 incidências. Porém, quanto a esses dias, deve-se ressaltar que a quarta somente teve esse alto número em decorrência de 07 vídeos dizerem respeito a um mesmo fato (“roubo de celular e chinelo” – BO 19695 – 18/02/2015), e a quinta teve 04 vídeos fora do Quadrilátero da crackolândia, referentes a ocorrências do “Beco do Guanabara”<sup>96</sup>. Assim, pode-se dizer que, dentro do Quadrilátero, o domingo foi o dia que

---

<sup>96</sup> Como já mencionado neste trabalho, situa-se à Rua Vereador Euzebinho Cabral esquina com Rua Caio Martins e é mais voltado para o tráfico de pequenas porções de drogas do que propriamente uma “cena de uso”, com incidência de roubos/assaltos.

teve mais repetições de imagens. O dia de menos filmagens foi a sexta feira, com somente uma mídia.

- Com relação aos usos temporários do território, percebeu-se que a tendência de atividade diurna permaneceu, uma vez que vídeos, dentro do Quadrilátero, durante o período do dia (manhã e tarde) totalizaram 26, enquanto que no período noturno (noite e madrugada) foram apenas 06. Destaca-se também nesse sentido, que houve 06 filmagens, à noite, fora do Quadrilátero, em locais próximos a este, sendo 04 do “Beco do Guanabara” e 02 do cruzamento da Rua Vereador Euzebinho Cabral com Rua Leonardo Cristino, o que demonstram que à noite os usuários aparentemente migram para outros pontos da área central, mas fora da crackolândia em estudo.

- O último aspecto a se destacar é que a presença de mulheres na área em estudo apresentou tendência forte de continuidade e até mesmo aumento, pois elas apareceram envolvidas nas ocorrências de quase metade das filmagens – 17 aparições num total de 38 mídias.

Dentre os vários aspectos percebidos das filmagens do primeiro trimestre de 2015, deve-se destacar a permanência da região do “Lote Vago” como sendo de pico de incidências, demonstrando a escolha acertada daquele local cujo ambiente propicia uma conjuntura de recursos materiais que parece influenciar na atração dos usuários de drogas para suas imediações no período diurno. Um exemplo dessa continuidade de alta atividade na região do “Lote Vago” e da permanência crescente da presença de mulheres no Quadrilátero é o BO n° 15538, de 03/02/2015, ao qual se refere a imagem abaixo:

**Fig. 48 – Indivíduos usando drogas na região do “Lote Vago” – 2015**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

O vídeo, do qual foi extraída a imagem acima, mostra vários indivíduos (homens e mulheres) consumindo drogas e observando o cenário. Deve-se destacar que, em plena terça feira (03/02/2015), dois dias após a feira de domingo, a rua estava bastante suja e com objetos plásticos (e.g. garrafas PET) que servem de “marica” para o uso de crack.

Como já mencionado, optou-se, nesta seção, por não expor muitas imagens do ano de 2015, uma vez que as mídias deste, com base nos motivos já elencados, serviram apenas para verificação da tendência de continuidade e/ou mudança no padrão de uso e comportamento da crackolândia estudada.

Dentro desta lógica, um aspecto necessário de se ilustrar é a cena em que um indivíduo põe uma proteção visual a fim de ocultar o seu consumo de drogas e de outros usuários, aparentemente do monitoramento do Olho Vivo com papelão (BO nº 23055 – 05/03/2015).

**Fig. 49 – Usuário utilizando papelão para ocultar uso de drogas na região do “Lote Vago” – 2015**



**Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo**

A imagem acima mostra uma espécie de aprimoramento nas técnicas de defesa de olhares alheios (dentre os quais o do Estado) durante o uso de drogas, com os usuários se aproveitando dos recursos disponíveis no próprio lugar – no caso, papelão –, o que constitui

mais um veemente subsídio de sustentação da segunda hipótese secundária, no sentido de que a “cena de uso” tem sua existência alimentada por meio de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias, o que, associado à aparência e ao aspecto sujo do local, reduzem a exposição à observação de terceiros durante o uso do crack e outras drogas.

Em complemento a isso, cita-se o BO 19695 que gerou o REDS nº 2015-003617183-001 – Roubo de celular e chinelos -, momento em que a viatura foi acionada pela Central de Monitoramento do Olho Vivo, constatando que avistara um homem possivelmente armado. Posteriormente, verifica-se que um indivíduo de extenso cadastro de antecedentes criminais (passagens por tráfico de drogas e roubo, conforme consulta ao REDS citado) passou um simulacro de arma de fogo para outro homem cometer um roubo.

É importante destacar acerca desse último fato que logo após o roubo de um aparelho celular e um par de chinelos da vítima, um dos autores deslocou-se para uma “boca de fumo” dentro do Quadrilátero da crackolândia – poucos imóveis à frente do ambulatório do Hospital Bom Samaritano, Rua Bárbara Heliodora rumo ao bairro São Geraldo – até então desconhecida pela PM. Nesse ponto de venda de drogas, além da prisão do referido autor, realizou-se a apreensão de pino de cocaína, rádios transceptores de comunicação e outros objetos.

Nesse sentido, filmagens registraram ocorrência de crime de roubo e tráfico de drogas e a leitura do histórico dessa ocorrência permitiu saber que os autores praticavam tráfico e furtos na região, o que é indício sério de confirmação da terceira hipótese secundária, com relação ao local atrair usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas criminosas.

Além do mais, o fato da região do “Lote Vago” ter passado por uma transição de alguns usuários praticando pequenos tráficos, como percebido em algumas mídias em 2014 e mantido a tendência em 2015, para ter um ponto de tráfico de drogas, vislumbra uma evolução preocupante do processo mercadológico que envolve oferta e demanda de drogas (MINAS GERAIS, 2002).

Por esse prisma, o fato percebido nas imagens dos 07 vídeos da ocorrência de Roubo - BO 19695 – aponta para não só a confirmação da primeira hipótese secundária da pesquisa, no sentido de que a proximidade com bairros periféricos que possuem pontos de venda de droga para abastecer de forma imediata os usuários contribui para a manutenção da cena de uso, mas

também ao agravamento da situação, pois deixou de ser proximidade para ser interioridade, uma vez que tanto pequenos tráficos quanto “bocas de fumo” passaram a existir dentro do Quadrilátero em estudo.

Dentro dessa perspectiva resumida de análise das mídias de 2015, torna-se necessária a apresentação de uma última que mostra um indivíduo furtando uma bicicleta motorizada durante a feira de domingo, do Mercado Municipal, em 25/01/2015 - BO 14259, que foi gravado pela Câmera 863:

**Fig. 50 – Indivíduo furtando bicicleta motorizada na feira de domingo do Mercado Municipal – 2015**



Fonte: COPOM - Central de Monitoramento do Olho Vivo

No vídeo, do qual a imagem acima foi extraída, nota-se que o indivíduo (com mochila nas costas, à esquerda da imagem curvando a esquina) aproveitou-se da dinâmica do Mercado, bem como proteção visual das barracas e caminhões, para tentar furtar uma bicicleta motorizada. Durante a cena, ele sai carregando a bicicleta trancada, no sentido da área do “Lote Vago”. Porém, a maior parte das pessoas por quem ele passou o olhou com um semblante interrogativo acerca do que estava acontecendo, de modo que houve um comportamento da população diferente do percebido na mídia analisada nesta pesquisa referente ao BO 51095, do dia 06/08/2013.

Com base nas mídias do primeiro trimestre do presente ano, é possível afirmar que há uma tendência de continuidade de alguns aspectos, como os usos temporários (dia e noite) do lugar, e de modificação de outros, por exemplo, a fortificação do tráfico de drogas dentro do Quadrilátero, seja praticado por usuários, seja por ponto de tráfico.

Por esse raciocínio, a análise fílmica complementou a documental, trazendo mais indícios de confirmação da hipótese principal da presente pesquisa, com relação à crackolândia ser influenciada principalmente por seus aspectos materiais cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica e suas condições de lugar à margem da sociedade e periferia da área central.

Assim, nota-se que a presente seção serviu como corolário da anterior, no que tange aos testes e tentativas de falseamento das hipóteses – principal e secundária. Todavia, em busca de dar mais validade a essas verificações, tornou-se necessário o procedimento de um trabalho de campo que buscasse ver o território dentro dele e em contato com a sua realidade cotidiana. Destarte, a próxima seção abordou as “caminhadas” realizadas na região, conforme modelo de Certeau (2011).

### 5.3 PESQUISA DE CAMPO – “CAMINHADAS” DE CERTEAU

Preliminarmente a abordagem do trabalho de campo, deve-se notar que memória e espaço estão intimamente relacionados, de tal modo que não se pode falar de um sem abordar o outro. Guimarães Neto (2005, p.1)<sup>97</sup> entende que “todo relato de memória é um relato de percurso”, ou seja, que “as narrativas descrevem lugares”. Embora a presente pesquisa não tenha contado com entrevistas, o levantamento da formação histórica da área em estudo demonstrou essa ligação entre memória e lugar, de modo que não se via um retome do tempo isolado do espaço, mas ao invés disso, procedeu-se ao retome de ambos simultânea e complementarmente.

Como meio de sistematizar essa compreensão de relatos de memória serem igualmente relatos de percurso, Certeau (2011) sugere uma metodologia. O autor em tela critica as “visões do

---

<sup>97</sup> *Op. cit.*

alto” cuja elevação transfiguraria o pesquisador em um “*voyeur*” o qual transformaria o mundo em um texto para poder lê-lo, como se daria no “olhar de cima” das então existentes Torres do *World Trade Center*. De cima dessas, o olhar totalizante provocaria o que em outra versão de seu texto ele qualificaria como a “atopia-utopia do conhecimento ótico” que “há muito teve a ambição de ultrapassar e articular as contradições emergentes da aglomeração urbana” (CERTEAU, 1993, p. 23).

Nesse sentido, Certeau (1993) toma como pressuposto a admissão de que as práticas espaciais estruturam condições determinantes da vida social, observando que até mesmo a história começaria no nível do chão e, para estudar essa, segundo o autor, buscar-se-ia abstrair a fala dos passos perdidos. Nesse sentido, o investigador, ao caminhar através dos espaços de invenção do cotidiano, poderia perceber as interações diversas de pessoas e lugares da cidade, como por exemplo, as pessoas postas em movimento por diferentes significados.

Dentro desta perspectiva, em conformidade com o foco deste trabalho, o método proposto por Certeau (2011) foi muito útil para se entender o lugar, conhecendo-o como um “*andarilho-voyeur*” que observa as práticas cotidianas e não estabelece apenas um olhar de cima. Essas caminhadas permitiram entrar em contato com a área de estudo, de modo a aguçar a percepção sensorial do pesquisador em relação àquela, na medida em que, por meio desse procedimento, foi possível sentir cheiros, ouvir sons e ver mais de perto.

Por esse prisma, entendendo às condições historicamente estabelecidas de lugar à margem da sociedade, amparado por uma análise documental e fílmica que permitiu um conhecimento prévio das dinâmicas do lugar em questão, as caminhadas foram realizadas durante o período diurno, em três dias diversos, sendo dois em dias de semana e um no domingo. Este último se deu para observar o território no período da feira do Mercado Municipal, em que a Rua Bárbara Heliadora, entre os quarteirões das ruas Quintino Bocaiúva e José Luiz Nogueira, é interditada, de modo a atender à necessidade de espaço para as barracas dos feirantes.

Por outro lado, durante a noite, realizou-se em apenas um dia, pois teve o objetivo de comparar o território dentro e fora do período da atividade comercial das lojas na circunvizinhança, em especial do Mercado Municipal. A previsão de somente um dia durante o período noturno se deu em razão de que a pesquisa prévia às estatísticas e outras fontes

apontavam que a região tem baixo e evanescente comportamento como “cena de uso” de crack e outras drogas nesse período.

É importante observar que, durante a presente pesquisa, foram feitas menções diversas ao abstraído dessas caminhadas com relação às diferenças estéticas do lugar em estudo em relação aos demais pontos do centro do município – por exemplo, a baixa luminosidade e o aspecto sujo das vias e das edificações –, o que pode ser um atrativo para os usuários se tornarem invisíveis naquele cenário. Essa constatação apareceu, não só na descrição da área e de sua formação histórica, mas também dentro desta própria seção de análise de dados, nos dados documentais e fílmicos.

Todavia, em adição a essas menções esparsas acerca do método certeuniano, nesta seção, a fim de ilustrar a função complementar dessa metodologia na presente dissertação, foram sistematizadas e resumidas observações voltadas para dois aspectos principais:

- a) A narrativa de um percurso na Rua Bárbara Heliadora entre os quarteirões das ruas Euclides da Cunha e José Luiz Nogueira;
- b) A descrição das transformações de um ponto específico à Rua Vereador Euzebinho Cabral (antiga Rua Cinquenta) esquina com Rua Afonso Pena - o “lote vago”.

Quanto a este ponto, implica salientar que além de ter sido escolhido como o mais ativo da crackolândia em estudo, com base nas filmagens e fontes documentais, outrossim, mostrou-se resiliente, pois mesmo tendo sofrido muitas transformações - como limpeza, cercamento e outras -, não deixou de ser o alvo preferido dos usuários, conforme os levantamentos deste trabalho. Por essa razão, com relação ao lote vago, que batizou o epíteto da região do “Lote Vago”, procedeu-se além da descrição do espaço, a cobertura fotográfica deste, quando possível fotografá-lo sem a presença de usuários de drogas nas suas proximidades, com o intuito de não os apartar dali.

Nesse sentido, com relação às caminhadas durante o dia, destaca-se que não foi possível realizar durante o tempo estipulado de uma hora, pois alguns dos usuários percebiam que o pesquisador era policial militar, então modificavam o comportamento e até mesmo abandonavam o local. Portanto, com relação às práticas cotidianas, foi mais possível notar o comportamento de transeuntes e comerciantes, do que de usuários.

Situação análoga se deu na dificuldade de observação do comportamento dos policiais militares na condição de atores sociais, uma vez que os encontrados durante o “percurso” eram subordinados do pesquisador, que é 1º Tenente da PM, e prestaram continência para esse, o que distanciou ainda mais a observação dos usuários de crack. De qualquer forma, deve-se ressaltar que, mesmo com esses dificultadores correlatos à profissão do investigador, as caminhadas serviram para observar o espaço físico e principalmente o comportamento dos demais atores sociais que de certa forma “sustenta” a presença dos usuários de crack ali.

Por essa perspectiva, observa-se que os transeuntes e comerciantes são frequentemente movidos pela pressa e distração do mundo alheio, o que Certeau (2011, p. 44) define como ser “somente guiado pelo imperativo da hora certa (ou do atraso)”. Um exemplo foi a permanência do pesquisador durante quinze minutos, no ponto de ônibus, esquina da Rua Bárbara Heliodora com Rua José Luiz Nogueira, fingindo estar mexendo no celular, e as demais pessoas no ponto, distraídas com a espera do ônibus e com seus aparelhos eletroeletrônicos, nem sequer notaram sua presença.

Por outro lado, a tentativa desse mesmo método de observação na região do “Lote Vago” foi infrutífera, pois os usuários reconheceram rapidamente o pesquisador, despistaram um pouco e logo em seguida abandonaram o local. Nesse sentido, o percebido nas filmagens de que o uso de drogas se dá mais durante o dia, ratificando as demais fontes documentais, nas caminhadas, não pôde ser flagrado no procedimento, uma vez que muitos usuários já sabiam da condição de policial militar do pesquisador, mesmo este estando à paisana e de certa forma disfarçado<sup>98</sup>. Contudo, houve uma ratificação parcial, no sentido de que durante a caminhada à noite, não se encontrou usuários nessa região, mas somente em outros pontos do Centro.

Na metodologia, propôs-se que as caminhadas seriam três vezes durante o dia e uma vez durante a noite. Porém, esta última ficou prejudicada porque não via a aparência de crackolândia, de modo que se notou que essa aparentemente não funciona mais à noite e a caminhada noturna serviu mais para se proceder ao registro fotográfico do cercamento do lote vago. Assim, ratificou a previsão de apenas um dia durante a noite motivada pelo fato de que

---

<sup>98</sup> As caminhadas foram realizadas durante as férias anuais do pesquisador (que foram fracionadas - dez dias úteis em fevereiro/março e quinze dias úteis em junho/julho de 2015), estando este com cabelo e barba crescidos, para disfarçar ainda mais seu semblante e não ser identificado como policial militar, mas as circunstâncias acabaram revelando essa condição.

a pesquisa prévia às estatísticas e as fontes fílmicas apontavam que região no período da noite cessava o comportamento de cena de uso de crack e outras drogas.

Foi observado que, durante a noite, os usuários se movimentavam de forma dinâmica para vários outros pontos da área central – como portas de estabelecimentos comerciais e de igrejas – para pedir dinheiro. Foi notado, com respaldo da análise fílmica, que alguns usuários se aglomeram à noite, junto ao Beco do Guanabara – no cruzamento das ruas Leonardo Cristino com Vereador Euzebinho Cabral – e à Praça da Estação. Contudo, como esses espaços não integram a área de estudo desta pesquisa, em obediência à delimitação temática não foi feita nenhuma análise sobre essa questão.

Com fulcro em se buscar o mínimo apartamento dos usuários da “cena de uso” e consciente das limitações, as observações foram mais voltadas para o ambiente, tentando abstrair as relações entre os objetivos, olhando para o local como a noção de bairro de Certeau (2011), no sentido de se buscar a visualização de “uma das condições de possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano” (CERTEAU, 2011, p. 38). Nessa visão de bairro como um domínio do ambiente social, procurou-se complementar o já observado nas filmagens e dados documentais sobre o lugar, e sobre o comportamento das pessoas dentro desse cenário.

Dentro dessa lógica, notam-se as diferenças estéticas do lugar em estudo em relação aos demais pontos do Centro da cidade – por exemplo, a baixa luminosidade e o aspecto sujo das vias e das edificações –, o que pode ser um atrativo para os usuários se tornarem invisíveis naquele cenário. Ademais, também foi percebida nas caminhadas a falta de inclusão digital nos usuários de drogas ali frequentes, uma vez que não se viu, nem nas caminhadas, tampouco nos vídeos, os indivíduos caracterizados como “nóias” portando relógios de pulso, celulares ou outros aparelhos eletroeletrônicos.

Nesse diapasão, deve-se destacar que, na visão de Lepetit (2001), os usuários de drogas da crackolândia estariam em temporalidades diversas dos demais atores sociais ali presentes, como se o acesso à cidade e à tecnologia não os incluíssem, deixando-os na velocidade de informações e fluxos do passado, mesmo que vivendo no tempo presente. Em contrapartida, as pessoas na área central em regra estão com relógios de pulso olhando as horas, falando e/ou teclando no celular a maior parte do tempo, como mencionado na breve observação das pessoas no ponto de ônibus.

Essa contrapartida de temporalidades no espaço, pondo os usuários de drogas e os demais atores sociais da crackolândia em estudo tão próximos, e paradoxalmente, tão distantes, mostra ao mesmo tempo diferentes dinâmicas no e do espaço, o que influencia na “Guerra dos Lugares” de Arantes (1994), ou nas palavras de Certeau (2011, p. 42) “O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora”.

Dentro do território em estudo, talvez, o maior exemplo de usos múltiplos e dinâmicos do espaço socialmente partilhado com as permeações dos componentes materiais seja a feira de domingo. Na feira, vende-se praticamente de tudo, desde frutas, legumes e condimentos, até bebidas e remédios naturais. Os gritos desesperados e constantes dos comerciantes anunciando preços e ofertas, as tendas e barracas armadas para todos os lados, ao mesmo tempo, parecem servir de ocultação para os usuários cometerem uso de drogas e pedir dinheiro as pessoas que por ali transitam.

O domingo, como já mencionado é o dia da semana em que se tem a feira do Mercado Municipal, razão pela qual se interdita a Rua Bárbara Heliodora entre os quarteirões das ruas Quintino Bocaiúva e Vereador Euzebinho Cabral, alterando bastante a dinâmica do lugar, especialmente porque o ponto de ônibus situado à Rua Bárbara Heliodora esquina com Rua José Luiz Nogueira tem de ser transmutado para fora do Quadrilátero.

Como já mencionado na análise das filmagens acerca dos caminhões que servem de meio de ocultação para os usuários, na caminhada de domingo, percebeu-se os usuários aglomerados na região do “Lote Vago”, porém, como já mencionado antes, quando o pesquisador passou pelo local, eles notaram tratar-se de policial militar e rapidamente foram para rumo incerto. Apesar disso, notou-se que o cercamento do lote vago não serviu para apartá-los da região, especialmente durante a feira de domingo.

Deve-se notar que a feira de domingo traz muitas mudanças que nutrem os usuários de recursos, como por exemplo, o aumento da quantidade de lixo disponível. Com relação a essa questão, observou-se que após o término da feira, por volta das 14h, tem sido feita a limpeza por funcionários da Secretária Municipal de Obras (SEMOV), a qual dura em torno de 3h. Mesmo assim, isso não é suficiente para evitar que os usuários se aproveitem de parte do lixo,

nem para eliminar toda a sujeira deixada no local. Abaixo, dispôs-se uma fotografia do local durante a limpeza:

**Fig. 51 – Limpeza após feira de domingo na região do Mercado Municipal de GV – 2015**

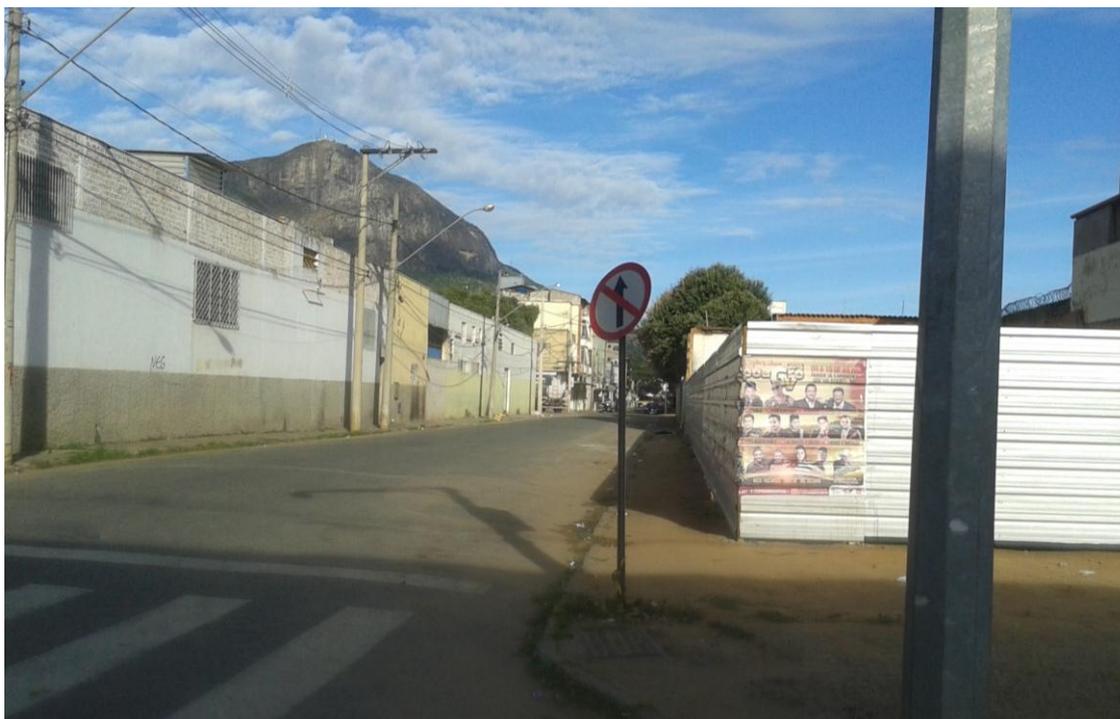


**Fonte: Dados da pesquisa**

Percebe-se, na imagem, que enquanto os funcionários da SEMOV executam a limpeza, há usuários reunidos à direita, na esquina da Rua José Luiz Nogueira com Rua Bárbara Heliadora. Na ocasião, eles estavam passando materiais uns para os outros, e só foi possível ao pesquisador tirar a fotografia um pouco mais distante, atravessando a rua, a fim de não chamar a atenção deles.

Nesse sentido, é importante observar que esta imagem foi tirada em um domingo (30/06/2015). Na ocasião, percebeu-se que, depois do término da feira, a região do Quadrilátero da crackolândia, ressalvado esse local em que havia a limpeza do lixo e proteção visual obtida por meio do caminhão da SEMOV e dos funcionários trabalhando, estava toda vazia de usuários, permitindo que fossem tiradas fotografias até mesmo da região do “Lote Vago”, sem causar qualquer constrangimento, conforme se vê na imagem seguinte:

**Fig. 52 – Vista após feira de domingo na região do “Lote Vago” – 2015**



**Fonte: Dados da pesquisa**

Com relação a esta imagem, vale notar que o lote vago se encontra totalmente cercado, o que é comentado mais à frente nesta análise, quando da discussão específica das transformações do “Lote Vago” nesta pesquisa. Vale pontuar que se percebeu uma semelhança muito grande entre o período pós-feira de domingo e o período noturno, na medida em que a atividade de “cena de uso” do crack e outras drogas praticamente deixa de existir dentro do Quadrilátero.

Assim, novamente se abstraem indícios da relação de sustentabilidade entre os movimentos do Mercado Municipal e a crackolândia em estudo, uma vez que nesse mesmo dia, horas antes, esse espaço estava infestado de usuários de drogas. Entretanto, depois de cessada atividade comercial pulsante, há ausência de veículos de proteção visual e de trânsito intenso de pessoas, de modo que os usuários parecem notar que estariam em evidência e não teriam mais a série de condicionantes que daria suporte ao uso de drogas que é ao mesmo tempo explícito e, contraditoriamente, velado, por ter meios subsidiários de ocultação e dispensa.

Tal constatação confirma a segunda hipótese secundária, no que tange ao fato de haver muitos estabelecimentos comerciais próximos à “cena de uso”, tornando-a relativamente ofuscada e alimentando sua existência através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias. Importa notar que essa dinâmica percebida com relação ao período noturno e

após o término da feira de domingo apresenta mais um indício de confirmação da hipótese principal, no sentido de o território da crackolândia em estudo ser formado, principalmente por seus aspectos materiais e condicionantes ambientais.

Com o objetivo de ilustrar ainda mais essa questão da alta quantidade de lixo Mercado Municipal, principalmente decorrente da feira de domingo, o que serve como recurso aos usuários da crackolândia, a imagem a seguir apresenta como mesmo após juntado os montes de lixo para recolhimento do pessoal da SEMOV, ainda se vê muita sujeira esparsa de cascas de frutas e outros:

**Fig. 53 – Lixo organizado após feira de domingo na região do Mercado Municipal de GV  
– 2015**



**Fonte: Dados da pesquisa**

Vê-se que mesmo após a organização em pequenos montes de lixo, há muita sujeira espalhada pelo chão após a feira de domingo e, pela ilustração em tela, observa-se ainda pombos se alimentando do lixo e conseqüentemente espalhando-o, o que torna o local até mesmo insalubre. Assim, seguindo o que ensina Certeau (2011) quanto à “caminhada de quem passeia pelo seu bairro é sempre portadora de diversos sentidos”, deve-se notar que muitos pontos do Mercado Municipal o tornam um lugar fétido, principalmente na segunda-feira,

pois mesmo limpando e lavando após a feira de domingo, raramente é o suficiente para afastar o cheiro intenso e a sujeira acumulada.

As caminhadas possibilitaram o pesquisador verificar o local não só pelo sentido da visão, mas também da audição e do olfato. Quanto àquela, ouviu-se o Mercado como um local demasiado barulhento, principalmente durante a feira de domingo. Entretanto, quando cessada a atividade comercial, torna-se predominantemente silencioso. Já com relação a este último, pode-se dizer que apresenta odores agradáveis característicos de temperos e condimentos, porém, predomina o cheiro desagradável de lixo, principalmente orgânico.

Essa experiência de ir a campo e observar não só pela visão, mas também por outras fontes sensoriais o que os vídeos e os documentos não possibilitariam o investigador experimentar, é um ponto positivo para a perspectiva complementar das caminhadas de Certeau (2011). Nas palavras de Chiaverini (2007), quem quer conhecer a realidade das ruas não deve somente ficar dentro de uma sala ou um gabinete, mas deve ir a campo e buscar “a vivência com a fonte, sentir o cheiro (por pior que seja)” (CHIAVERINI, 2007, p. 9). De fato, os cheiros não agradáveis mostram inclusive pontos que são evitados nas ruas pelos demais atores sociais. O mesmo autor observa que, acerca de pessoas em situação de rua, não é raro que sejam evitados pelo cheiro forte de sujeira acumulada, álcool e outros. Assim, viu-se essa parte das caminhadas como uma oportunidade de se aprender mais da região.

Dentro dessa mesma perspectiva, notou-se pelas caminhadas, que nas sextas-feiras também se realiza uma feira, porém, de dimensão e impacto bem menor no trânsito e proximidades, nem mesmo afetando o ponto de ônibus do Quadrilátero e se encerrando ao meio-dia. Com poucas barracas no quarteirão da Rua José Luiz Nogueira entre as ruas Afonso Pena e Bárbara Heliadora, essa feira difere-se bastante da de domingo, a qual tem impacto em toda região do Mercado e dura até 14h, mas cuja limpeza só termina por volta de 17h.

Mesmo sendo de menor impacto, a feira de sexta se trata inevitavelmente de mais uma fonte extra de recursos aos usuários de drogas e é, portanto, relevante para a perspectiva de condicionantes ambientais que influenciam na vida da crackolândia objeto de estudo desta pesquisa. Conforme já abordado nas análises documental e fílmica, percebeu-se da mesma forma no trabalho de campo que o território da crackolândia conta com territorializações mais flexíveis que, segundo Souza (1995) e Haesbaert (2014), admitem tanto sobreposição (e/ou

multifuncionalidade) territorial, quanto a intercalação de territórios, com organização baseada nos usos temporários entre o dia e a noite, e também entre dias diversos da semana.

No Quadrilátero da crackolândia, aparentemente, os usos temporários do território estão relacionados diretamente aos movimentos e condicionantes ambientais da região do Mercado Municipal, de modo que a intensidade desse dinamismo é destacada no período diurno e durante as feiras de domingo. Dentro desta lógica de usos do território e a relação com as condicionantes ambientais e com o espaço físico, torna-se oportuna a apresentação das transformações do lote vago que foi o responsável por dar a alcunha de região do “Lote Vago” ao ponto de principal atividade como “cena de uso” de crack e outras drogas dentro do Quadrilátero estudado.

A região do “Lote Vago”, com relação ao lote que motivou este nome, passou por três fases desde o início da pesquisa: a primeira (ver Fig. 17), em que o lote estava com mato alto e precário cercamento; a segunda (Fig. 54, abaixo), em que teve uma limpeza do mato e passou a um uso aberto como estacionamento; a atual (Fig. 52), em que está totalmente cercado e com uso particular como estacionamento.

**Fig. 54 – Vista da 2ª fase lote da região do “Lote Vago” – 2015**



**Fonte: Dados da pesquisa**

Na figura acima, verifica-se que houve limpeza (capina e retirada de entulhos) do lote da região do “Lote Vago”, o que tornou o local inviável para dispensa de materiais por parte dos usuários, porém, devido à presença de carros estacionados e continuidade de outros aspectos, nota-se igualmente, que há usuários concentrados à esquerda (lado oposto) da imagem.

Observa-se igualmente, que mesmo não constando no lugar qualquer identificação como estacionamento, um veículo preto se estacionou no lote, dando-lhe um uso diverso do que local de esconderijo de objetos ilícitos, o que aponta mais um indício de que os aspectos materiais e as condicionantes ambientais são fatores preponderantes para a formação e preservação dos usos temporários desse território, dentre os quais, o de crackolândia.

Em referência à terceira e última fase verificada do lote, completamente cercado, e aproveitando ainda para se comparar o local à noite e de dia, postou-se imagem semelhante a da Fig. 52 - a qual ilustrou o lugar à tarde, após a feira de domingo – vislumbrando a região do “Lote Vago” durante no período noturno:

**Fig. 55 – Vista da 3ª fase da região do “Lote Vago” à noite - 2015**



**Fonte: Dados da pesquisa**

Conforme ilustra a imagem, o local está vazio de quaisquer transeuntes, porém há relativa movimentação de carros, cujos faróis até ofuscam a captura da câmera. Assim, percebeu-se

que a presença de carros relativamente intensa à noite cuja iluminação provida pelos faróis alcança todas as imediações, talvez seja mais um motivo para os usuários não quererem ali permanecer à noite, especialmente após o lote estar totalmente cercado, o que o tornou um lugar diferente do monte de entulho e mato que permitia a ocultação rápida de materiais ilícitos.

Vale lembrar que a dinâmica da região em tela, tanto à noite quanto após a feira de domingo parece perder temporariamente a caracterização como crackolândia, ratificando a visão de territorializações de usos temporários discutidas em Souza (1995) e Haesbaert (2014). Deve-se destacar que essas constatações permitiram análises até mesmo dentro do contexto da teoria das oportunidades contidas e das janelas quebradas de Wilson and Kelling (1982), de modo que se o uso e tráfico de drogas estariam ocorrendo, seria por causa da coexistência de um ambiente propenso, um ofensor motivado e uma vítima disponível.

De fato, nessa tríade, o ofensor estaria sempre motivado, seja pelo traficante que quer sempre vender, seja pelo próprio usuário que quer continuamente se intoxicar, pois o vício em crack, como já estudado no referencial teórico, provoca efeitos demasiado intensos, mas de curta duração, o que o obriga a estar sempre querendo repetir o consumo. A respeito da vítima como alvo disponível, no crime de uso de drogas, o usuário é também vítima da sua própria ação. Logo, do ponto de vista da saúde pública, demanda apoio da rede suporte para conseguir tratamento adequado.

Por outro lado, quanto ao ambiente propenso ou propício, irrefutavelmente, esse parece exercer influência nas dinâmicas de uma crackolândia, na medida em que os usuários tendem a racionalmente procurar lugares que os permitam encontrar recursos para o consumo coletivo de crack e outras drogas. Destarte, é válido notar que muitas vezes, lotes vagos e casas abandonadas são de responsabilidade de proprietários que simplesmente deixaram o local abandonado, e de corresponsabilidade do poder público municipal, cujos fiscais de posturas e vigilância sanitária devem fazer frente à condição de lugar de proliferação e foco de doenças, devido ao acúmulo de lixo e entulho, como, por exemplo, a dengue.

Dentro desta lógica, torna-se relevante pontuar que, pelo percebido nas caminhadas, a limpeza e cercamento do lote não retiraram a região do “Lote Vago” da preferência dos usuários de crack e outras drogas que continuaram frequentando-a e se reunindo tanto no lado oposto da

rua (área dos depósitos) quanto do mesmo lado na parede do ambulatório do Hospital Bom Samaritano.

Tal percepção permite indagar se ainda seriam os demais recursos providos pelo lugar, como proteção visual até mesmo do monitoramento com câmeras devido aos carros e principalmente caminhões estacionados, e outros afins, que provocaria essa preferência, ou se esta se daria extra à seara materialista? Em outras palavras, a continuidade da preferência da região seria mais voltada para o campo simbólico, no sentido de que o lugar já teria se tornado uma referência de como ponto de encontro e socialização?

Os objetivos e delimitação temática desta pesquisa não permitiram proceder a técnicas e instrumentos que testassem essas suposições. Por outro lado, vale salientar que pelo alcançado com as discussões teóricas, com a análise documental e fílmica, bem como com o trabalho de campo ora abordado, acredita-se que a permanência de uso do espaço em questão como o ponto mais intenso pelos usuários se deu mais em virtude das condicionantes ambientais.

Em respaldo a essa asserção, deve-se notar que os usuários de crack e outras drogas demonstraram estarem voltados principalmente para os recursos providos pelo lugar, uma vez que durante a noite e até mesmo durante o dia, após a feira de domingo - em que a maior parte dos recursos de ocultação se esvaece -, aqueles se movimentam para outros pontos e “cenas de uso” da cidade, não só fora da região do “Lote Vago”, mas até mesmo de todo o Quadrilátero da crackolândia.

Nesse mesmo sentido, é importante frisar que quando da análise estatística, verificou-se baixos números de prisão por uso de drogas no Quadrilátero, mesmo com a análise fílmica mostrando o uso intenso. Tais dados permitiram verificar a dificuldade que a Polícia Militar tem de prender em flagrante o usuário ou o pequeno traficante, cujas quantidades pequenas de crack e outras drogas, somadas aos recursos providos pelo ambiente, possibilitaram a eles dispensar ou ocultar essas substâncias de maneira ágil e veloz.

Neste contexto de influência das condicionantes ambientais na dinâmica da área em estudo, com fundamento nos dados da pesquisa, insta apresentar o mapa das dinâmicas de movimentos dos usuários de drogas dentro do Quadrilátero crackolândia, conforme abaixo disposto:



diversas da área em estudo. Por esse prisma, observa-se que na Fig. 56 há também fotografias das regiões do “Lote Vago”, ponto de ônibus e da fachada do Mercado Municipal, uma vez que esses pontos, de acordo com os dados analisados na presente pesquisa, são fulcrais no entendimento do dinamismo do Quadrilátero da crackolândia e suas imediações.

Pela mesma razão, representaram-se igualmente no mapa, de forma hachurada, as áreas relacionadas a essas regiões: lote vago, ambulatório do Hospital Bom Samaritano e depósito do Fórum na região do “Lote Vago”; o ponto de ônibus; e o Mercado Municipal, que tem influência direta nos movimentos de suas adjacências.

Diante das informações analisadas nesta seção, assim como em todo o Capítulo 5, verificou-se o quão importante, para caracterização da área estudada e compreensão de suas especificidades, foi o trabalho de análise e interpretação de dados, em adição à revisão bibliográfica discutida nos capítulos anteriores. Assim, com base na interpretação dos dados e seguindo os parâmetros teóricos, a conclusão desta seção permitiu prosseguir para a etapa conclusiva dessa pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando responder ao objetivo principal deste trabalho, que é o de verificar como se configura o território da crackolândia objeto de estudo, ou seja, a “cena de uso” próxima ao Mercado Municipal de Governador Valadares, elaborou-se a hipótese principal de que o território da crackolândia seria formado principalmente por seus aspectos materiais cujas condicionantes ambientais contribuíram para sua depreciação histórica, perpetuando a sua condição de lugar à margem da sociedade e, principalmente, de periferia da área central, sendo tal hipótese confirmada pelos resultados da pesquisa.

Com o intuito de se testar essa resposta provisória ao problema e alcançar os objetivos deste trabalho, procedeu-se também à verificação das hipóteses secundárias. Dentro deste propósito, por meio do levantamento histórico acerca do processo de formação da região estudada, verificou-se a confirmação da terceira hipótese secundária, no sentido de o local ser historicamente marginalizado, atraindo usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas ilícitas, com destaque à prostituição.

Contudo, diferentemente dos usuários de crack, o levantamento da formação histórica da região demonstrou que as prostitutas aparentemente tiveram uma participação social mais ativa em eventos da cidade, principalmente carnavais, do que os usuários de drogas têm atualmente. Além disso, a região na época dos casarões das meretrizes, apesar de ser marginalizada – por ser considerada à margem do Centro da cidade – não possuía uma estética degradada na maioria dos pontos, porquanto havia muitos casarões considerados de luxo pela imprensa e estudiosos da época.

Acerca dos aspectos materiais do espaço, as caminhadas, agregadas à análise das imagens do Olho Vivo e aos demais documentos, confirmaram a primeira hipótese secundária, pois realmente se descobriu não só a proximidade com bairros periféricos que possuem pontos de venda de droga para abastecer de forma mais imediata os usuários, mas também o tráfico dentro da própria crackolândia, praticado ora por outros usuários, ora por pontos de venda de drogas na circunscrição do Quadrilátero estudado.

Deve-se ressaltar ainda, nesse sentido, que também foi confirmada a segunda hipótese secundária, uma vez que se constatou a existência de muitos estabelecimentos comerciais próximos à “cena de uso”, que ao mesmo tempo a ofuscam e a alimentam através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias. Por meio das imagens do Olho Vivo, constataram-se episódios de usuários retirando objetos do lixo nas ruas como, por exemplo, as latas de bebidas e garrafas PET vazias, objetivando o uso como cachimbos para o consumo de crack.

Verificou-se, outrossim, que a associação desse contexto com a aparência/aspecto sujos do local, diminuía a exposição à observação de terceiros durante o uso do crack e outras drogas. Em alguns casos, houve imagens de usuários aproveitando de entulhos e papelões para tampar a sua face durante o consumo de drogas.

Por esse prisma, é importante notar que a respeito dos objetivos específicos desta pesquisa de identificar os principais atores sociais relacionados ao território em questão e a analisar seus aspectos físicos e ambientais que o caracterizam, percebeu-se que o território é partilhado dentro de uma dinâmica de territorializações de usos temporários (Souza, 1995; Haesbaert, 2014), e pela guerra dos lugares, de modo que há tipos múltiplos de privatizações dos espaços públicos (Arantes, 1994).

Nesse território, os usuários desenvolveram estratégias para consumirem drogas – principalmente o crack –, em vias públicas, dividindo ou competindo o uso do espaço com vários outros atores sociais, como comerciantes, agentes sociais e de saúde, policiais, condutores de veículos e transeuntes diversos.

Com fundamento nesta dissertação, foi possível reunir indícios suficientes de comprovação da hipótese principal de que o território da crackolândia estudada é formado principalmente por seus aspectos materiais. Todavia, deve-se reiterar que a presente pesquisa, em conformidade com o seu método de abordagem, não teve a pretensão de por termo na discussão em torno de seu tema, mas ao invés disso, buscou apenas promover uma abordagem rica do objeto de estudo, a fim de deixar contribuições positivas principalmente no âmbito de sugestões de políticas públicas, que são apresentadas a seguir.

Diante dos resultados obtidos neste trabalho, no âmbito de intervenções ao alcance do nível local, sugere-se que se proceda à orientação cognitiva de prevenção criminal dos comerciantes do Mercado, no que se refere a ensiná-los a procederem a uma destinação melhor do lixo de seus estabelecimentos ou barracas, de modo a prevenir o seu uso como recurso por usuários de crack e outras drogas. Ainda nesse sentido, a Prefeitura poderia auxiliar com maior número de coletas na região do Mercado Municipal, o que já tem sido feito após a feira de domingo, melhorando inclusive o mau cheiro e o aspecto de sujeira da região. Portanto, sugere-se que haja continuidade e expansão para os demais dias da semana.

Dentro desta mesma lógica, com base nos estudos territoriais, sabe-se que um local pode, por meio de conexões e interconexões, influenciar ao nível inclusive multiescalar. Assim, faz-se a sugestão de que os lotes vagos e casas abandonadas da região, que influenciam diretamente na dinâmica de “cena de uso” de crack e outras drogas, sejam todos devidamente cercados e regularizados, tendo em vista serem não só fonte de fornecimento de recursos aos usuários, mas também foco de proliferação de doenças por meio do acúmulo de entulho e sujeira.

Contudo, essa última sugestão deve ser vista de maneira integrada com outras intervenções, no sentido de que os procedimentos de alterações físicas, como limpeza e cercamento de espaços, não devem ser dissociados de um trabalho articulado em redes intersetoriais, sob pena de transparecer um cunho higienista. Assim, é necessário destacar que essa medida tem de ser concomitante ao trabalho articulado com a rede suporte de apoio aos usuários, de modo que não simplesmente se transfira o problema para outra região por meio da supressão de recursos locais, mas ao invés disso, que se busque sua solução conjunta.

Nesse mesmo diapasão, sugere-se proibição de estacionamento de veículos pesados, ao lado esquerdo (lado dos depósitos) da Rua Vereador Euzebinho Cabral, entre os quarteirões da Afonso Pena e Bárbara Heliodora – região do “Lote Vago” – na medida em que aqueles ocultam as ações dos usuários de drogas da visão das câmeras de monitoramento do Olho Vivo, e conforme dados desta pesquisa, os frequentadores da crackolândia, consciente ou inconscientemente, utilizam-se dessa vantagem de ocultação dos olhos do Estado. Tal circunstância deve ser vista com gravidade, na medida em que da mesma forma que se tem escondido a prática de uso de drogas, podem vir a praticar delitos mais graves e não serem flagrados.

Por fim, sugerem-se pesquisas futuras com relação ao território estudado. Não foi objetivo deste trabalho o aprofundamento nos detalhes, conferindo cada uma das ocorrências de roubo, a fim de verificar se alguma teve autoria ou participação de usuários da crackolândia. Todavia, como os horários de ocorrência são coincidentes dentro de um espaço relativamente pequeno do Quadrilátero da Crackolândia, agregado ainda ao mesmo comportamento de redução de incidências de ambas as naturezas (roubo e uso de drogas) no biênio 2013-2014, é possível que tenha havido no mínimo indiferença ou cumplicidade dos usuários de drogas em relação à conduta dos autores de roubo.

Diante da possibilidade de até mesmo uma coincidência de autoria, no sentido de que os usuários de drogas poderiam estar também cometendo esses roubos, sugere-se que seja realizada pesquisa nesse sentido, na medida em que se deve separar o usuário de drogas que precisa de tratamento, daquele que está em conflito com a lei não só pela sua condição de dependente, com objetivo de direcionar ações mais contundentes e adequadas.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares – sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n° 23, pp. 191-203, 1994.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BAIRRO: In: LOVISOLO, Elena *et al.* **Larousse cultural**: dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1992, p. 117.

BARROS, Sandra Augusta Leão. **O que são os bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Recife: Imprensa Universitária UFRPE/Fapesp, 2004.

BASTOS, Francisco I. **Crack no Brasil**: uma emergência de saúde. Cad. Saúde Pública vol. 28 no. 6. Rio de Janeiro June 2012.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BONI, Paulo César; HOFFMAN, Maria Luisa. **Guardião de imagens**: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2011.

BONO, J. **Criminalistics**: Introduction to controlled substances. In S.B. KARCH (Ed.), *Drug Abuse Handbook*, 1998, 75p.

BRAGA, Tiago Farias ; SANTOS, Mauro Augusto. **O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares**. 12° Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Governador Valadares: Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado, Centro Gráfico 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 24 Ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm). Acessado em: 10/08/2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, 504p.

BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, 119p.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente.** Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção de ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 2005.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A geoestratégia da natureza:** a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão planetário ambiental. Rio de Janeiro: Betrand Brasil. 2012. 240p.

CERTEAU, Michel de. Andando na Cidade. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n° 23, 1993, pp. 21-31.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1 Artes de fazer / Michel de Certeau; 17. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 209 p.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento:** uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, 243 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007, 453 p.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CREMESP); ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). **Usuários de substâncias psicoativas:**

abordagem, diagnóstico e tratamento. Coordenação de Ronaldo Laranjeira et al. São Paulo: CREMESP/AMB, 2002, 120 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro – São Paulo: Escuta, 1998.

DESTERRITORIALIZAÇÃO. In: **Dicionário Informal**. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/desterritorializa%C3%A7%C3%A3o/>. Acessado em: 17/06/2014.

DIÁRIO DO RIO DOCE. **A terceira pior enchente**. Edição do DRD online de sexta-feira, 6 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089788440100002>. Acessado em : 23/06/2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. Prefácio. In.: CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento**: uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. p. 09-10.

DUNN, J.; LARANJEIRA, R.R.; SILVEIRA, D.X.; FORMIGONI M.L.O.S.; FERRI, C.P. **Crack cocaine**: an increase in the use among patient attending clinics in São Paulo 1990-1993. *Subst Use Misuse*. 1996, 31:519-27.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **História da Associação comercial de Governador Valadares**. Governador Valadares: ACGV, 1999, 198 p.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru/SP : EDUSC, 2005.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, 200 p.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce**. Governador Valadares, 198-[?].

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. **Networks and territorialities: an ethnographic approach to the so-called cracolândia ["crackland"] in São Paulo**. Vibrant, Virtual Braz. Anthr. vol.8 no.2 Brasília July/Dec. 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia: Uma breve porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Da UNESP. 1991.

GOLD, M.S. **Cocaine**. New York: Plenum Medical Book Company; 1993.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Trad. Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Série Polícia e Sociedade, n.9/Organização: Nancy Cardia).

GONÇALVES, José Roberto. Memória e pertencimento: a Vila Castelo Branco no espaço urbano de Campinas. In: **RESGATE** (12), Combates & Rituais, 2003, pp. 123-132.

GOVERNADOR VALADARES. Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua. **Relatório anual de atividades 2013-2014**. Governador Valadares: CREAS POP, 2014a.

GOVERNADOR VALADARES. Projeto Território Aliança. **Relatório anual de atividades 2013-2014**. Governador Valadares: Projeto Território Aliança, 2014b.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. **O município: aspectos gerais**. Disponível em: [http://www.valadares.mg.gov.br/Materia\\_especifica/12083/Aspectos-Gerais](http://www.valadares.mg.gov.br/Materia_especifica/12083/Aspectos-Gerais). Acessado em: 23/06/2015. PMGV, 2015a.

GOVERNADOR VALADARES. Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua. **Relatório anual de atividades 2014-2015**. Governador Valadares: CREAS POP, 2015b.

GOVERNADOR VALADARES. Projeto Território Aliança. **Relatório anual de atividades 2014-2015**. Governador Valadares: Projeto Território Aliança, 2015c.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2009, 213f.

HAESBAERT, Rogério. **Questões sobre a (pós)modernidade**. Rio de Janeiro: GeoUERJ, nº 2, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8 .ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas. Etc, espaço, tempo e crítica**. Nº 2 (4), VOL.1, 15 de agosto de 2007, ISSN 1981-3732, pp. 39-52. Disponível em [http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf). Acessado em 02 de agosto de 2013.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola. 1992.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Imagem-violência: etnografia de um cinema provocador**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, 200 p.

HOJE EM DIA. **Dependente dribla Olho Vivo e forma cracolândia em Governador Valadares**. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/dependente-dribla-olho-vivo-e-forma-cracolandia-em-governador-valadares-1.117741>. Acessado em: 23/06/2105

INCIARDI, J.A.. **Crack cocaine in the Americas**. In M.G.Monteiro; J.A.Inciardi (Eds.) Brazil-United States. Binational Research. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 1993, pp.63-75.

INCIARDI, J.Á.; SURRATT, H.L.; PECHANSKY, F.; KESSLER F.; VON DIEMEN, L.; SILVA, E.M. et al. **Changing patterns of cocaine use and HIV risks in the south of Brazil**. J Psychoactive Drugs. 2006;38(3):305-10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.**

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Antrhopos. 1984.

LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana.** São Paulo: Editora da USP, 2001.

LIMA, Vera Cristina de Sousa **Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte:** um estudo sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2010. 146f.

LOPES, Eva Patricia Avides. **Resenha Crack um desafio social.** Cad. Saúde Pública vol. 28 no. 2. Rio de Janeiro Feb. 2012.

LUNARDI, João. **Análise dos homicídios em Governador Valadares no período de 2006 a 2010:** a espacialização dos delitos como forma de parametrização das ações preventivas. 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 320 p.

MARTINS, Leonardo. **Curso de Extensão Prevenção em Pauta.** Aula 3: Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

MASSEY, Dooren. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbart. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2008.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar 1982.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comandante-Geral. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública n. 03/2002. Comandante-Geral** – Atuação da PMMG na Prevenção ao Uso e Tráfico de Drogas. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. 31 p.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Relatório relativo as ações desenvolvidas na região da “Zona Boemia”.** Governador Valadares: 8ª Região da Polícia Militar, Sexto Batalhão, Quadragésima Quarta Companhia, 2010a, 06 f.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Instrução nº 3.03.07/2010-CG**. Regula a Atuação da Base Comunitária (BC) e da Base Comunitária Móvel (BCM) na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, EMPM3, 2010b.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Gabinete do Comando-Geral. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 – CG**. Regula a Aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Comando-Geral, Estado-Maior, Seção Planejamento do Emprego Operacional, 2011. 85 p.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Instrução Nº 014/2014 - 8ª RPM**. Estabelece diretrizes para a gestão do policiamento setorizado em Governador Valadares. Governador Valadares: Comando da 8ª Região, 2014a, 29 p.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Projeto de Setorização do Policiamento no Município de Governador Valadares - 8ª RPM**. Estabelece diretrizes para a gestão do policiamento setorizado em Governador Valadares. Governador Valadares: Comando da 8ª Região, 2014b, 29 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Edições Loyola. 1 ed, 2001, p. 3132.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº 14 volume 2 – p. 48-60, 2007.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de. **Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Psicobiologia. São Paulo, 2007. xix, 330f.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. **Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso**. Rev. Psiquiatr. Clín. Vol.35 no. 6. São Paulo, 2008.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **O Último Pioneiro do Ar: o Voo do Brigadeiro Doorgal**. Belo horizonte: C/Arte, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. **O contexto de uso de drogas entre travestis profissionais do sexo**. Saúde Soc. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, 2013.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moisés; MACEDO, Fernanda dos Santos de; ANGONESE, Mônica; MONAIAR, Alex Barcelos; BIANCHINI, Marília Pinto. **Discourses about crack in the printed mass media**. Estud. Psicol. (Campinas) vol.30 no.3 Campinas July/Sept. 2013.

RUI, Taniele. **Usos da “Luz” e da “crackolândia”**: etnografia de práticas espaciais. Saúde Soc. vol.23 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2014.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: Guia para Eficiência nos Estudos. São Paulo: Atlas, 1996. 186 p.

SACK, R. (1986) *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTANA, Fernando. **Curso de Extensão Prevenção em Pauta**. Módulo 7: Implementação de Ações Integradas de Promoção de Saúde e Prevenção ao Uso de Drogas. Aula 13: Fluxo de Redes. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI / 9. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção 1926-2001. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Parajara dos. **O Katzensprung**: Crônicas de fatos reais com personagens reais. Governador Valadares: s/ed., 2000.

SANTOS, Parajara dos. **100 anos de fotografias**: História fotográfica de Governador Valadares. Governador Valadares: Governador Valadares: s/ed., 2006.

SANTOS, Simone Maria dos. **Polícia Preventiva**: Avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia – Minas Gerais. Tese (Doutorado) - apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012, 211f.

SCOTT, James. *The High-Modernist City: An Experiment and a Critique*. In: \_\_\_\_\_. **How certain schemes to improve the human condition have failed**. p. cm. – (*Yale agrarian studies*) (*The Yale ISPS series*), 1998, pp. 103-146.

SIEGEL, R.K. **Cocaine smoking**. *Journal of Psychoactive Drugs*, 1982, 14(4), p. 271-343.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto**. *Educ. rev.* no.47 Belo Horizonte June 1988. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982008000100014#back3](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100014#back3) (Acessado em 20 de julho de 2014).

SINGAPORE. *Crime Prevention Through Environmental Design*. National Crime Prevention Council c/o Public Affairs Department, Police Headquarters. Singapore, October 2003. Disponível em: [www.ncpc.gov.sg](http://www.ncpc.gov.sg). Acessado em: 10/12/2013.

SOUZA, M.L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Cristiane Caldas Diniz Teixeira; BRAGA, Tiago Farias; ALEXANDRINO, Verdi Kenedy. **MEMÓRIA E NARRATIVA: A dinâmica do centro de Governador Valadares nas décadas de 60 e 70**. Banner apresentado no Seminário “Ligações migratórias contemporâneas: Brasil, Portugal e Estados Unidos” – UNIVALE – 05/06/2014.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista**. Traduzido por Werther Holzer do original em inglês. *Geograficidade*, v. 01, Inverno 2011.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION (UNODCCP). **Global illicit drug trends 2001** [online]. Vienna: UNODCCP, 2001. Disponível em: URL: [https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global\\_illicit\\_drug\\_drug\\_trends.html](https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global_illicit_drug_drug_trends.html) Acessado em: 20/04/2015.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **The World Drug Report 2014** [online]. Vienna: UNODC, 2014. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html> Acessado em: 20/04/2015.

VIRILIO, Paul. Fin de l’histoire, ou fin de la géographie? Um monde surexposé. *Le Monde Diplomatique* (agosto).

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILSON, J. Q., & KELLING, G.L. *The police and neighbourhood safety*. *The Atlantic*, 29-38.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territorios Plurales, Cambio Sociopolítico y Governabilidad Cultural**. *Boletim Goiano de Geografia*. 21 (1): 09-49, jan./jun. 2001.

## ANEXO I

<b>Protocolo</b>	14264723099357418-1503
<b>Data</b>	15/03/2015 23:51
<b>Assunto</b>	Solicitação de imagens para pesquisa científica de Mestrado deste oficial
<b>De</b>	1 Ten Braga 43 BPM
<b>Para</b>	Cap Adriana Alfenas 8 RPM

Sra. Cap Chefe do COPOM da 8ª RPM, Boa noite!

Estou realizando meu trabalho de pesquisa para o Mestrado em Gestão Integrada do Território, cujo título é "O TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA: Um "novo-antigo" calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares".

O objeto de investigação se trata de um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares, tendo como balizador espacial território da crackolândia próxima ao Mercado Central, situada à Rua Bárbara Heliodora (e às suas vizinhas paralelas - Rua Afonso Pena e Rua Israel Pinheiro) entre as ruas José Luiz Nogueira e Euclides da Cunha.

Destarte, serão coletadas informações sobre os bairros desta circunscrição, bem como das populações que ali estabelecem relações de territorialidade. Assim sendo, solicito a V.Sa. que me seja permitido ver as filmagens do circuito de monitoramento com câmeras do Programa "Olho Vivo" dos bairros em estudo, bem como que o que for de interesse da pesquisa me seja disponibilizado cópia da mídia para proceder às devidas análises fílmicas que são demandas numa dissertação de mestrado.

Observamos que as imagens que forem divulgadas em apresentação e/ou trabalho escrito (dissertação) serão trabalhadas com hachuras na face das pessoas, a fim de garantir o anonimato, pois o que nos interessa é o estudo metodológico daquele território e de seus componentes, de modo que será observada toda a ética no respeito à imagem das pessoas.

Salienta-se ainda que a presente pesquisa somente trabalhará com dados secundários, não sendo procedido a nenhum dado de produção com participação do investigador, que por ser Tenente da Polícia Militar, entrevistas à população usuária de drogas poderiam ser infrutíferas. Portanto, a disponibilização desses dados é de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Informo, por fim, espera-se que a pesquisa venha a contribuir no trabalho de elaboração de políticas públicas relacionadas ao combate as drogas, influenciando diretamente na segurança e saúde públicas, as quais, conforme a Constituição Federal, são responsabilidade de todos, incluindo nesse universo os próprios pesquisadores. Diante disso, propusemo-nos a estudar tal tema que é tanto de nosso interesse acadêmico, quanto profissional.

De antemão, agradecemos pelo apoio.

Respeitosamente, Ten Braga.

ANEXO II

**POLICIA MILITAR**  
DE MINAS GERAIS  
*Nossa profissão, sua vida*

OITAVA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR  
CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES

Ofício Nº. 01/2015

Assunto: Sr. 19 Ten Tiago Farias Braga  
Assunto: Remessa de imagens – Olho Vivo  
Anexo: 03(três) Mídias DVDs marca Multilaser  
Referências: Mensagem P.A. protocolo 14264723099357418-1503

Governador Valadares, 06 de abril de 2015,

Estamos enviando mídias de DVDs contendo imagens extraídas das câmeras de videomonitoramento - Olho Vivo, conforme abaixo relacionadas:

<b>2013</b>	Câm. 861: 44s;	Câm. 862: 03m57s;	Câm. 861: 02m11s;
	Câm. 862: 19m58s;	Câm. 862: 03m06s;	Câm. 863: 39s;
	Câm. 863: 04m58s;	Câm. 861: 14m51s;	Câm. 862: 37s;
	Câm. 863: 04m58s;	Câm. 824: 02m34s;	Câm. 861: 02m04s;
	Câm. 864: 02m34s;	Câm. 866: 01m55s;	Câm. 861: 06m38s;
	Câm. 862: 02m34s;	Câm. 853: 25m12s;	Câm. 862: 04m58s.
	Câm. 866: 01m55s;	Câm. 844: 06m22s;	
	Câm. 853: 25m12s;	Câm. 844: 01m07s;	
	Câm. 844: 06m22s;		
	Câm. 863: 03m32s;		
<b>2014</b>		Câm. 862: 01m36s;	Câm. 862: 03m10s;
	Câm. 868: 02m55s;	Câm. 862: 01m33s;	Câm. 862: 03m50s;
	Câm. 868: 23s;	Câm. 863: 13m19s;	Câm. 862: 05m20s;
	Câm. 862: 10m;	Câm. 862: 13m34s;	Câm. 862: 03m17s;
	Câm. 862: 02m;	Câm. 862: 15m59s;	Câm. 862: 01m25s;
	Câm. 862: 01m40s;	Câm. 862: 11m10s;	Câm. 862: 19m59s;
	Câm. 862: 53s;	Câm. 862: 26s;	Câm. 862: 05m59s;
	Câm. 862: 18m21s;	Câm. 862: 08m;	Câm. 865: 16m28s;
	Câm. 862: 02m03s;	Câm. 862: 30m38s;	Câm. 862: 04m11s.
	Câm. 861: 03m53s;		

Câm. 864: 01m06s;  
Câm. 864: 02m42s;  
Câm. 863: 08m35s;  
Câm. 863: 07m33s;  
Câm. 862: 06m52s;  
Câm. 863: 10m56s;  
Câm. 862: 01m47s;  
Câm. 863: 03m11s;  
Câm. 864: 27s;  
Câm. 864: 10s;  
Câm. 864: 01m30s;  
Câm. 864: 34s.

Câm. 868: 17s;  
Câm. 868: 12m37s;  
Câm. 862: 06m17s;  
Câm. 862: 20m23s;  
Câm. 866: 06m38s;  
Câm. 866: 14m55s;  
Câm. 864: 01m07s;  
Câm. 862: 04m;  
Câm. 863: 01m36s;  
Câm. 862: 05m18s;  
Câm. 868: 03m51s;  
Câm. 866: 53s;  
Câm. 864: 01m04s;  
Câm. 863: 02m40s;

Atenciosamente,

Adriana Alfenas de Paiva Faria, Cap PM  
P) Chefe do COPOM e OLHO VIVO

14264723099357418-1503  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Cópia para o Sr. nº de protocolo nº 14264723099357418-1503, da qual se trata o presente processo administrativo nº 14264723099357418-1503, para fins de segurança não será enviada a Brasília, exceto para protocolo de processo administrativo nº 14264723099357418-1503.

### ANEXO III

<b>Protocolo</b>	14266133583901063-1503
<b>Data</b>	17/03/2015 14:32
<b>Assunto</b>	RE: Solicitação de documentos para pesquisa científica de Mestrado deste oficial
<b>De</b>	Ten Cel Menezes 6 BPM
<b>Para</b>	1 Ten Braga 43 BPM; Cap Ralfe 6 BPM

Ten Braga,

A sua pesquisa será de grande valia para que possamos conhecer melhor o problema, bem como para que possamos ter subsídios para adotarmos medidas para potencializarmos o policiamento preventivo naquela área.

Cap Ralfe,

Vamos apoiara a pesquisa do Ten Braga.

Menezes - Ten Cel PM

**16/03/2015 23:33 - Solicitação de documentos para pesquisa científica de Mestrado deste oficial - 01 Ten Braga 43 BPM** 14265589749077418-1503 [Acessos](#)

Para: Ten Cel Menezes 6 BPM

Cópia: Cap Ralfe 6 BPM; 1 Ten Lindomar 6 BPM; 1 Ten Filipe 6 BPM Sr. Ten Cel PM Comandante do 6° BPM, Boa noite!

Informo a V.Sa. que estou realizando meu trabalho de pesquisa para o Mestrado em Gestão Integrada do Território, cujo título é "O TERRITÓRIO DA CRACKOLÂNDIA: Um "novo-antigo" calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares".

O objeto de investigação se trata de um dos principais territórios de usuários de crack em Governador Valadares, tendo como balizador espacial território da crackolândia próxima ao Mercado Central, situada à Rua Bárbara Heliodora (e às suas vizinhas paralelas - Rua Afonso Pena e Rua Israel Pinheiro) entre as ruas José Luiz Nogueira e Euclides da Cunha.

Destarte, serão coletadas informações sobre os bairros desta circunscrição, bem como das populações que ali estabelecem relações de territorialidade. Assim sendo, para realização da pesquisa documental, solicito a V.Sa. que me seja disponibilizado Relatório das Base Comunitária Móvel, Relatório de Operações, Estatísticas, Mapas, Banco de Dados, e todos demais documentos que for de interesse desta pesquisa, a fim de proceder às devidas análises documentais que são demandas numa dissertação de mestrado.

Observamos que os documentos que forem divulgados em apresentação e/ou trabalho escrito (dissertação) serão trabalhadas sem exposição de pessoas, a fim de garantir o anonimato, mencionando apenas cargo/função quando for relevante, pois o que nos interessa é o estudo metodológico daquele território e de seus componentes, de modo que será observada toda a ética em pesquisa.

Salienta-se ainda que a presente pesquisa somente trabalhará com dados secundários, não sendo procedido a nenhum dado de produção com participação do investigador, que por ser Tenente da Polícia Militar, entrevistas à população usuária de drogas poderiam ser infrutíferas. Portanto, a disponibilização desses dados é de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Informo, por fim, espera-se que a pesquisa venha a contribuir no trabalho de elaboração de políticas públicas relacionadas ao combate as drogas, influenciando diretamente na segurança e saúde públicas, as quais, conforme a Constituição Federal, são responsabilidade de todos, incluindo nesse universo os próprios pesquisadores. Diante disso, propusemo-nos a estudar tal tema que é tanto de nosso interesse acadêmico, quanto profissional.

De antemão, agradecemos pelo apoio.

Respeitosamente, Ten Braga.

P.S. estou enviando cópia da presente mensagem dos Oficiais que sei que Comandaram por um período aquele setor, assim como ao Sr. Cap P3 do 6º BPM, para fins de assessoria, na medida em que tais oficiais, em razão das funções desempenhadas, possuem arquivos relevantes ao estudo.

P.P.S. os anos principais de interesse da pesquisa para fins estatísticos é de 2013 ao presente período deste ano, contudo, dados/documentos anteriores também possuem serventia na complementação do trabalho de campo anterior que fizemos sobre a história do local.